



Seminário Internacional **Independências nas Américas**

190 anos da Independência do **B**rasil na **B**ahia





Seminário Internacional
Independências nas Américas

190 anos da Independência do **B**rasil na **B**ahia
Salvador, de 28 de julho a 1º de agosto de 2013

Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Fundação Pedro Calmon



Seminário Internacional
Independências nas Américas

190 anos da Independência do Brasil na Bahia
de 28 de julho a 1º de agosto de 2013



FUNDAÇÃO PEDRO CALMON



TERRA DE TODOS NÓS
SECRETARIA DE CULTURA

S747 Seminário Internacional Independências nas Américas: 190 anos da Independência do Brasil na Bahia (2013: Salvador, BA).
Seminário Internacional Independências nas Américas: 190 anos da Independência do Brasil na Bahia: Salvador, de 28 de julho a 1º de agosto de 2013 / organização Jacira Primo, Luís Sant'Ana, Walter Silva. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2014.
244 p.

Anais do Seminário Internacional Independências nas Américas.

ISBN: 978-85-61458-78-2

1. História da Bahia. 2. História do Brasil. I. Título. II. Primo, Jacira. III. Sant'Ana, Luís. IV. Silva, Walter.

CDD 981.42



Governador do Estado da Bahia

Jaques Wagner

Secretário de Cultura do Estado da Bahia

Albino Rubim

Diretora geral da Fundação Pedro Calmon - FPC

Maria de Fátima Fróes e Almeida Souto Maior

Diretora do Centro de Memória da Bahia - CMB

Jacira Primo

Assessora de Gabinete e Coordenação

Geral do Seminário

Kênia Silva

Assessora de Comunicação

Camilla França

Organização dos Anais

Jacira Primo (CMB/FPC)

Luis Sant'ana (CMB/FPC)

Walter Silva (CMB/FPC)

Textos

Ana Rosa Clochet da Silva

André Roberto de Arruda Machado

Enzo Alberto Regali

Geraldo Mártires Coelho

Gerson Galo Ledezma Meneses

Hendrik Kraay

Iara Lis Schiavinatto

José Antonio Bedia Pulido

Julio César Rodríguez Bustos

Marcelo Cheche Galves

Marco Antonio Pamplona

Pablo Adrian Vasquez

Revisão Textual

Maria Aparecida Viviani Ferraz

Projeto Gráfico

Maiana Rosari

Capa e Diagramação

Nelson Araújo

Comissão Organizadora do Seminário

Camilla França (Ascom/FPC)

André Santana Diretor da Biblioteca Virtual Dois de Julho

Jacira Primo (CMB/FPC)

Luis Sant'ana (CMB/FPC)

Walter Silva (CMB/FPC)

João Carlos Salles Universidade Federal da Bahia

Avanete Pereira Sousa Departamento de História da

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Maria das Graças de Andrade Leal Mestrado em História Regional e Local, Santo Antônio de Jesus - Universidade do Estado da Bahia

Sérgio Guerra Filho Núcleo de Memória e Documentação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

Apresentações

Fátima Fróes (Diretora Geral da FPC)	
Jacira Primo (Diretora do Centro de Memória da Bahia/FPC)	7

Visión Global del Proceso de Independencia en las Américas

Pablo Adrian Vasquez	9
----------------------------	---

América Latina Independencia Y Revolución

Enzo Regalí	21
-------------------	----

A linguagem política do patriotismo à época das independências na América Ibérica – liberdades e cidadanias na experiência de autonomia

Marco Antonio Vilella Pamplona (PUC-Rio)	40
--	----

A comemoração do I Centenário da Independência na América Latina: memórias, identidades, região/nação e relações internacionais

Gerson Galo Ledezma Meneses (UNILA)	52
---	----

La democracia de José Martí, contexto, perspectivas y alcance

José Antonio Bedia Pulido (Centro de Estudios Martianos e Universidad de la Habana)	70
---	----

Poesías e Independencias: Doscientos Años de Compañía

Julio César Rodríguez Bustos (Universidade Central / Secretaria de Cultura de Usaquén– Colômbia)	83
--	----

A lógica territorial nas tramas políticas do período da Independência

André Machado (Unifesp)	102
-------------------------------	-----

Sobre ritos cívicos. Alguns aspectos da Aclamação na cultura política do Rio de Janeiro (1818-1822)

Iara Lis Franco Schiavinatto (Unicamp)	125
--	-----

Salvador e Recôncavo unidos em favor da independência Brasileira (1821-1823)

Marcelo Renato Siquara Silva (UFBA)	144
---	-----

O Jornal O Paraense e as Ideias Liberais no Pará de 1822

Geraldo Mártires	171
------------------------	-----

De portugueses a brasileiros: a formatação da identidade nacional nas Minas Gerais (1822-1831)

Ana Rosa Clochet da Silva (PUC – Campinas/SP)	190
---	-----

A Independência no palco: o teatro histórico nacional na Bahia, 1857-1861

Hendrik Kraay (University of Calgary)	221
---	-----



Em comemoração aos 190 anos da Independência do Brasil na Bahia, a Fundação Pedro Calmon (FPC), unidade da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA), em 2013, ano da aprovação pelo Senado Federal do projeto da Câmara dos Deputados que transformou a data magna dos baianos em um dia histórico nacional, promoveu o Seminário Internacional Independência das Américas. Este evento, criado com vistas a discutir e difundir a história das lutas pela emancipação no continente se constituiu em um importante lócus de discussão acerca do processo de desagregação do sistema colonial português e espanhol que pôs fim ao domínio dos países ibéricos na América Latina.

O evento, ocorrido entre os dias 28 de julho e 1º de agosto de 2013, foi realizado em parceria com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal da Bahia, Universidade do Estado da Bahia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. As atividades tiveram início na UFRB, localizada na cidade de Cachoeira (BA), que foi palco de importantes decisões políticas, administrativas e militares no contexto histórico do período; e foram finalizadas no Complexo Cultural dos Barris, em Salvador, com conferências, exibição de filmes, oficinas, performances artísticas e feira de livros. O Seminário teve transmissão on-line através da Biblioteca Virtual 2 de Julho e do portal da FPC/SecultBA, que tem buscado ampliar a difusão da história e memória de nosso estado.

Nesse sentido, os Anais do Seminário Internacional Independência das Américas será impresso em mídia digital e ficará disponível no site da Biblioteca Virtual 2 de Julho, para garantir amplo acesso a todos os interessados por nossa história, em especial pelo processo de luta pela emancipação das Américas.

Fátima Fróes
Diretora geral da Fundação Pedro Calmon



A festa do 2 de Julho é a celebração do fim do domínio português no Brasil, conquistado durante as lutas ocorridas entre 1822-23 com ampla participação popular. Deste modo, a comemoração é também um momento para debater diferentes questões, dentre elas, a memória histórica da Bahia, na medida em que os eventos comemorativos são significativos, em especial, para os historiadores que buscam se relacionar de forma crítica, realizando releituras, revisões, reflexões mais detidas e novas análises dos eventos que estão sendo lembrados, fomentando debates, e a produção de estudos e pesquisas. Nesse sentido, renomados estudiosos foram convidados a participar do Seminário Internacional Independência das Américas: 190 anos da Independência do Brasil na Bahia, apresentando suas contribuições historiográficas e discutindo questões com recortes políticos, sociais, culturais e de gênero com um público diverso, formado por professores, estudantes, profissionais liberais, entre outros.

Os textos, frutos de pesquisas e do debate realizado nesse encontro, podem ser lidos nesses anais, que o Centro de Memória da Bahia, unidade da Fundação Pedro Calmon, teve a importante missão de organizar, de modo a contribuir para a difusão da história e memória da Bahia, possibilitando ao leitor acessar parte da produção referente ao tema, a fim de compreender o processo de Independência do Brasil em um contexto mais amplo de transformações socioeconômicas e políticas em diversas partes do continente americano e também na Europa. De igual forma, as palestras e entrevistas podem ser vistas no conjunto desse material destinado aos interessados por nossa história.

Boa leitura!

Jacira Primo

Diretora do Centro de Memória da Bahia/Fundação Pedro Calmon



Visión Global del Proceso de Independencia en las Américas

Pablo Adrián Vázquez

Instituto Nacional de Revisionismo Histórico Argentino e Iberoamericano Manuel Dorrego (República Argentina)



Visión Global del Proceso de Independencia en las Américas

Pablo Adrián Vázquez

Instituto Nacional de Revisionismo Histórico Argentino e Iberoamericano Manuel Dorrego (República Argentina)

*La historia parece propiedad privada, cuyos dueños
son los dueños de todas las otras cosas*
Rodolfo Walsh

Durante décadas la investigación, enseñanza y divulgación de nuestra historia latinoamericana llevó el signo del opresor. Fueron ocultos hechos y protagonistas, aceptándose el aporte de la *civilización* europea frente a la *barbarie* americana.

La llegada de los conquistadores europeos a nuestras tierras trajo conflictos y resistencias. Pueblos, culturas y creencias de los primeros pobladores fueron exterminados, esclavizados y sometidos a la voluntad del conquistador, para luego ser invisibilizados en la historia.

No mejor suerte tuvieron los criollos, los afro descendientes y las mujeres...

Pero la resistencia germinó de inmediato, desde los alzamientos en los antiguos imperios Azteca e Inca, luchas de chorotecas, mayangnas y nicaraos, unidas a las revueltas de tupinikim, guaraníes, charrúas y calchaquíes, hasta la enuncia de Bartolomé de las Casas mostraron que América no se dejó avasallar fácilmente.

Aunque para muchos historiadores esta resistencia indígena fue ignorada.

Se ponderaron los avances de la Independencia Norteamericana, el Iluminismo, el Enciclopedismo, la Revolución Industrial y la Revolución Francesa, como germen de nuestras luchas emancipatorias, pero se ignoraron las revueltas de Dutty Boukman, Toussaint L' Overture, Tiradentes y Tupac Amaru.

Se proclamó, en la Declaración de los Derechos del Hombre y del Ciudadano, la igualdad de los hombres. Por tanto, los mulatos y los negros reclamaron el fin de la discriminación racial. La Asamblea Francesa – blancos europeos al fin y al cabo - sólo dio derechos a los mulatos hijos de padres libres. En 1791, el jamaicano Dutty Boukman puso en marcha la eliminación de la esclavitud - y de los blancos - en la actual Haití. Muchos de los esclavos rebeldes se refugiaron en la parte española – actual República Dominicana - e incluso Toussaint L'Ouverture logró formar parte de la oficialidad del ejército español, consiguiendo el



liderazgo de los esclavos de la parte francesa en 1793. Poco más tarde, Francia abolió la esclavitud aunque la guerra continuó. Para 1799, el conflicto se transformó en una guerra entre esclavos, encabezados por Toussaint L'Ouverture, y mulatos, encabezados por André Rigaud.

En paralelo Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes) en el Brasil, y José Gabriel Condorcanqui Noguera (Tupac Amaru) en Perú, se levantaron contra el abuso colonial.

Tiradentes pregonó la rebelión en Minas Gerais con un movimiento emancipador. Mientras Condorcanqui en tierras altoperuanas se levantó contra el abuso de poder del corregidor liderando un movimiento de indígenas y criollos.

Ambos sufrieron similar destino: descuartizamiento e imposición al olvido de sus nombres y gesta...

Los albores del siglo XIX encuentran a la mayoría del continente americano en ebullición. 1810 no fue un año más en la mayoría de las poblaciones locales.

En el caso argentino se tuvo como dato canónico la gesta patriótica de la creación de la Primera Junta de gobierno patrio el 25 de mayo del citado año, debido a la noticia de la caída de la Junta de Sevilla en la península ibérica y la influencia ideológica de la revolución francesa.

Nada se mencionó la historia oficial argentina de la lucha del pueblo rioplatense contra las invasiones inglesas de 1806 y 1807, ni de la influencia ideológica de los claustros de La Universidad Mayor, Real y Pontificia de San Francisco Xavier de Chuquisaca, en Sucre, Bolivia, como fundamental para nuestros patriotas rioplatenses como Mariano Moreno, Juan José Paso, Juan José Castelli y Bernardo de Monteagudo.

De allí se gestó la revolución del 25 de mayo de 1809, donde tuvo a Monteagudo como su máximo propagandista, y como autor de la proclama y del *Dialogo entre Atahualpa y Fernando VII en los Campos Elíseos*.

También esa revuelta, unida al espíritu de Tupac Amaru y de su mujer Micaela Bastidas, movilizó a Manuel Ascencio Padilla y a su esposa Juan Azurduy a plegarse a la lucha revolucionaria en el Alto Perú.¹

¹ Ver O' Donnell Pachó (1994): *Juana Azurduy. La teniente Coronela*, 2ª edición, Buenos Aires, Planeta; y O' Donnell Pachó (2013): *Monteagudo. Pionero y mártir de la unión americana*, 1ª edición, Buenos Aires, Aguilar



Tampoco fue destacado espíritu jacobino de Mariano Moreno y Juan José Castelli. El primero como secretario de la Primera Junta porteña con su *Plan de Operaciones* de centralismo estatal, independentista por la lucha armada e impulsor de revueltas en la Banda Oriental y el sur de Brasil. El segundo al frente del ejército del Norte convocando a las comunidades indígenas en las ruinas de Tiahuanaco a luchar en memoria de sus ancestros incas.

Manuel Belgrano no le fue en zaga: vocal de la Primera Junta, general del ejército patrio y creador de nuestra bandera, planteó la igualdad de derechos para indígenas y mujeres; ponderó la educación como formador de ciudadanía; impulsó la idea de monarquía incaica, como forma de gobierno de las Provincias Unidas, en las manos de Juan Bautista Condorcanqui (hermano de Tupac Amaru II); y conjugó la voluntad de los pueblos de Jujuy, Salta y otras provincias del actual sur de Bolivia en el llamado “éxodo jujeño”, dejando tierra arrasada a los realistas, en paralelo con el “éxodo oriental”, impulsado por Artigas.

Martín Miguel de Güemes fue el caudillo y gobernador de la provincia de Salta que mantuvo a raya a los realistas con su lucha guerrillera con el cuerpo de sus gauchos Infernales, los cuales gozaron del “fuero gaucho” con dominio de tierras y derechos, el cual complementó la lucha del general José de San Martín en Chile y Perú, siendo éste Protector del Perú, restaurando la orden del Sol y teniendo como asesor político a Monteagudo, quien cumplió igual tarea con Antonio José de Sucre y Simón Bolívar, quien tuvo la idea de América del Sur como un solo país.

Y quizás aquí se den las señales del por qué el ocultamiento de estos datos: los sostenedores de la versión de la historia porteña, centralista, unitaria y oligárquica desdeñaron siempre a nuestros pueblos originarios y cualquier atisbo de unión con las naciones del continente.

Tres proyectos en el marco independentista se dieron en el Río de La Plata: 1º) el proyecto del Norte, unido a la impronta incaica con Moreno, Belgrano, Castelli, Monteagudo, Padilla y Azurduy, más la impronta de Martín Miguel de Güemes y José de San Martín; 2º) el proyecto del Litoral, con la garra charrúa y guaraní, de Artigas, Francisco Ramírez, Estanislao López y Andrés Guaicurarí (Andresito); y el 3º) el proyecto porteñista, centralista, unitario, oligárquico y aliado a los intereses británicos de Carlos de Alvear y Bernardino Rivadavia.

Del primer proyecto di cuenta y quizás la figura de la teniente coronela Juana Azurduy, amazona y montonera, actualmente elevada a generala por la presidenta Cristina Fernández de Kirchner, la que batió a las tropas realistas españolas con su grupo de mujeres combatientes y les



arrebató su bandera en la lucha a leguas de Chuquisaca. Y como las muchas mujeres que acompañaron la lucha independentista sufrió la ingratitud de los varones, el olvido de las autoridades y el final en la miseria absoluta.

Del segundo proyecto la figura de Artigas se eleva como Protector de los Pueblo Libres, organizador de la Liga Federal con las provincias del Litoral; propulsor de una reforma agraria para el pueblo oriental; combatiente contra las tropas realistas españolas, portuguesas y porteñas por igual; e impulsor del Congreso de Oriente en Arroyo de la China en la actual Concepción del Uruguay en 1815, declarando la independencia antes que la oficialmente aceptada en 1816, y difusor de las ideas del federalismo republicano, junto a Manuel Dorrego, por el Río de La Plata.

A él se le sumó Andresito, aborigen guaraní nombrado por Artigas Comandante General de las Misiones, a quien tomó como hijo y lo autorizó a usar su apellido, quien como gobernador de Corrientes eliminó la esclavitud y les otorgó a los indígenas la igualdad de derechos.

Pero fue el tercer proyecto el que finalmente triunfó, teniendo a Inglaterra como aliado.

Sostenedores de una visión deformada del liberalismo, que despreció a los pueblos originarios, a los gauchos y afrodescendientes, concentró sus disputas con los caudillos provinciales de tendencia federal que fueron legítimos defensores de las poblaciones criollas.

Entablados conflictos armados con Brasil, instigados por Inglaterra, prefirieron perder Paraguay, la Banda Oriental y las provincias del Alto Perú, y ofrecer oro por la cabeza de Artigas y conspirar contra los otros sostenedores del federalismo.

Los sueños de independencia se desvanecieron en manos de una elite que traicionó el ideario de los primeros patriotas y que se alió comercialmente con los ingleses.

Así como la disputa en nuestros países pasó por la confrontación entre liberales y conservadores, en tierras australes fue entre unitarios y federales.

La reorganización fallida de Manuel Dorrego, quebrada por su fusilamiento en manos de las tropas desmovilizadas de la guerra contra el Brasil, y la restauración de Juan Manuel de Rosas con la Confederación Argentina fue una nueva oportunidad de retomar con los anteriores proyectos.

Y llegamos a los bloqueos y la resistencia encarnada por Rosas y su pueblo. El avance anglofrancés, que traería el libre comercio y dividir

nuestro territorio en la “república de la mesopotamia” se intentó frenar con cadenas. Demasiados cañonazos ingleses y franceses, junto a los mercenarios argentinos, italianos - como Garibaldi - y alemanes necesitaron para exterminar a Mansilla, Thorne y demás patriotas en las cuatro baterías. Luego de la derrota militar el triunfo político: guerra de guerrillas en las costas argentinas, fracaso en el intercambio comercial y desmoralización del invasor.

La afrenta de la invasión británica de 1833 de las Islas Malvinas no fue olvidada, si uno ve la continuidad de la lucha del gaucho Rivero en ambas tierras. Y no lo fue para las mujeres de San Pedro y San Nicolás en las costas de la provincia de Buenos Aires que dieron batalla. Batalla librada gallardamente por el Regimiento de Patricios, “militares y pueblo unidos en un solo fusil”, según lo que afirmó nuestra Presidenta el 20 de noviembre del 2010 en San Pedro al inaugurar el monumento nacional.

Contradicciones internas y conflictos externos culminaron en la Batalla de Caseros donde Rosas fue derrotado un 3 de febrero de 1852 por las tropas entrerrianas de Justo José de Urquiza con ayuda uruguaya y brasileña.

Consolidada la organización nacional en república a fines del siglo XIX, luego de las luchas civiles entre unitarios y federales, y bajo la égida de la ciudad de Buenos Aires sobre el resto de las provincias, la élite gobernante liberal local, los círculos intelectuales y los medios de comunicación planificaron, en la agenda nacional, la conmemoración y festejos por el Centenario de dicha fecha.

Entre la represión posterior a los últimos caudillos y la Guerra de la Triple Alianza contra el heroico pueblo paraguayo se cimentó nuestra unidad.

A la exaltación de figuras como Bartolomé Mitre, Domingo Faustino Sarmiento o Julio Argentino Roca, entre otros, se les sumó un legado cultural eurocentrista de quienes pensaron las formas republicanas para construir un país.

La guerra del Pacífico y la guerra de EE. UU. contra España no mereció comentarios para nuestra elite liberal.

Casi cien años atrás el régimen conservador y su "intelligentzia" tomó como hito el 25 de mayo de 1810 como iniciador de la construcción de la Argentina, cimentado el 3 de febrero de 1852 tras la derrota nacional sufrida ante las tropas brasileñas y del "ejército grande" urquizista que lleva a estructurar un sistema republicano bajo la Constitución Nacional de 1853, sosteniendo desde lo ideológico la Línea Mayo-Caseros, vital para su hegemonía política-cultural, dejando al pueblo como espectador sin voz ni voto.



El grito del gaucho Martín Fierro de José Hernández se ahogó con el alambrado, el reclutamiento forzoso y las balas de los rémington.

El momento culminante fue el festejo del Centenario en 1910 - Infanta de Borbón mediante - donde una visión de Nación Factoría con ansias europeas y lujos asiáticos prevalecía, mientras se le daba la espalda a América Latina y las mayorías de nuestro país fueron excluidas.

Pero al tiempo las masas empezaron a pedir protagonismo: las luchas obreras, el socialismo y el radicalismo argentino tomaron las banderas de lucha, a la vez que surgieron voces como la de José Vasconcelos, Manuel Ugarte, Víctor Raúl Haya de la Torre, Alfredo Palacios, y José Carlos Mariátegui de disidencia que bregaban por la unidad latinoamericana.

La revolución mexicana con pancho Villa y Emiliano Zapata, junto a la lucha de Augusto César Sandino en Nicaragua fueron una luz de esperanza.

El presidente Roque Sáenz Peña con su ley electoral de voto secreto y obligatorio y el fallido tratado ABC (Argentina, Brasil y Chile), e Hipólito Yrigoyen con la plenipotencia del voto popular, la reivindicación de derechos cívicos, reforma universitaria en 1918, su neutralismo y replanteo latinoamericano encausaron a nuestro país en la senda de la Patria Grande.

La relación de Sandino con Argentina no se limitó a la solidaridad de intelectuales y militantes. En época del presidente Marcelo T. de Alvear no buscó involucrarse en el conflicto nicaragüense. "Requerido a reconocer uno u otro de los bandos enfrentados en Nicaragua, informóse el 16 de mayo de 1927, que la Argentina no había reconocido ni al Díaz ni a Sacasa. Por ello declinaba la invitación a mediar en el conflicto el hacerlo conjuntamente con Brasil y Chile, equivalente a una resurrección del Pacto ABC, con lo cual, de paso, malograronse las esperanzas de Sandino en una mediación justiciera para desbaratar el armisticio firmado con la intervención norteamericana"²

Pero al asumir nuevamente Hipólito Yrigoyen la presidencia en Argentina otra fue la política nacional. Opuesto a la Doctrina Monroe, al Panamericanismo y a las medidas de Hoover, recibió el apoyo del guerrillero de Las Segovias. "Se dirigía Sandino al presidente Yrigoyen haciéndole saber" que nuestro ejército tendrá el honor de proponer a los gobiernos

² Alen Lascano, Luis C (1986): *Yrigoyen, Sandino y el panamericanismo*, colección Biblioteca Política Argentina, nº 131, 1ª edición, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, p. 38.



latinos de América y a los Estados Unidos, la celebración de una conferencia e Buenos Ares, entre los representantes de toda América, yo como representante del ejército autonomista"... Sandino decía en su misiva del 20 de marzo de 1929 que tal proyecto "afianzará la soberanía y la independencia de nuestras 21 repúblicas indohispanas y al amistad de nuestra América racial con los Estados Unidos sobre las bases de equidad". (...) Sandino dejaba librado a Yrigoyen la oportunidad de tal convocatoria para cuyo caso, "tendré el honor de ponerme bajo la bandera argentina, y bajo su garantía continuaré hasta que se verifique la conferencia. Una vez presentado el proyecto de nuestro ejército saldré de esa república hermana, acompañado solamente de mis ayudantes, para dirigirme, sui fuera todavía necesario, al mismo campo de lucha en que hoy me encuentro".³

Nobles intenciones abortadas en Argentina por la coyuntura nacional y el golpe de Estado de 1930 contra Yrigoyen. Tras la instauración de la "Década Infame", una seguidilla de gobiernos corruptos unidos al capital británico, un grupo de jóvenes militantes de la Unión Cívica Radical, de sólida formación intelectual y gran sensibilidad en lo artístico y cultural, decidieron conformar una organización política original: La Fuerza de Orientación Radical de la Joven Argentina (FORJA).⁴

Ella buscó, desde su creación en 1935 hasta su autodisolución en 1945, recuperar el nacionalismo de Yrigoyen teniendo como antecedentes a la Reforma Universitaria de 1918, el APRA de Perú y la épica de la revolución radical de Paso de los Libres, todo esto unido al bagaje cultural "modernista" de varios de sus miembros más prominentes.

"Las noticias de la revolución mexicana con Villa y Zapata fueron tenidas en cuenta para Arturo Jauretche y sus seguidores, así como la lucha antiimperialista de Sandino en Nicaragua. También llevaron vinculaciones con las huestes del Aprismo de Perú y el Partido Blanco de Uruguay y con el presidente Haedo, así como con algunos sectores progresistas del Partido Colorado de Paraguay.

Influyó la prédica de Manuel Ugarte denunciando la intromisión norteamericana en el continente. En un artículo sobre le tema del petróleo el general Baldrich afirmó en el semanario Señales que: "Es pertinente citar la advertencia formulada por un argentino honrado e ilustre a quien nadie recuerda, cuya advertencia todos han olvidado. Hace más de veinte años, Manuel Ugarte – que no por poeta y andar en cumbres con su espíritu preclaro, deja de escribir las realidades del

³ Alen Lascano, Luis C, *Op. Cit*, pp. 55 – 56.

⁴ Ver Vázquez, Pablo (2009): *Jauretche: medios y política*, 1ª edición, Buenos Aires, COPPPAL / Sudamericana.



subsuelo – no sólo impulsaba la tentativa de entregar al extranjero los yacimientos de Comodoro Rivadavia sino que, con profética clarividencia, apercibía a nuestra juventud cuando el trust de Rockefeller plantaba su tienda al sur del canal de Panamá, diciéndole que la Estándar Oil tenía más importancia para nuestra América que la Revolución Francesa y los Derechos del Hombre... Asimismo Ugarte describió en valiosos artículos las terribles consecuencias de la política petrolera en Méjico y en los países latinoamericanos”⁵

También fue destacado el aporte de Ugarte incluyendo un artículo propio en Señales y fue reivindicado por Raúl Scalabrini Ortíz y, de hecho, en la publicación del Cuaderno nº 4 de FORJA, el autor de El hombre que está sólo y espera amplió la temática petrolera citando el “ejemplo de México” con la gestión del general Lázaro Cárdenas y la nacionalización efectuada en ese tiempo.

En el citado Cuaderno se refieren a la Guerra del Chaco desatada esos años entre Bolivia y Paraguay, de esta forma:

“Los acontecimientos suscitado en América por la acción del capital financiero internacional tornan cada vez más actuales las palabras del más eminente conductor civil (Yrigoyen).

LA GUERRA DEL CHACO ha sido incubada y concebida: Por el imperia-
lismo, que suplanta la voluntad del Pueblo en la dirección del Estado;
Por las oligarquías, que actúan como agentes de las potencias coloniza-
doras del Continente en tal usurpación; Por la rivalidad de intereses de
los invasores, que luchan por la posesión del PETROLEO. EL CONFLICTO
PARAGUAYO – BOLIVIANO No encontrará su solución ahora, en la
llanada “Conferencia de la Paz”, pero sí el día en que el Gobierno del
pueblo, hecho efectivo en Paraguay y Bolivia, actúe en función de los
intereses solidarios de nuestra América. TODOS LOS PROBLEMAS DE
NUESTRA EMANCIPACION CONTINENTAL serán resueltos sobre bases
perdurables, sólo cuando nuestros países se gobiernen por sus pueblos,
no por sus oligarquías, haciéndose efectivo en vínculo natural que los
liga en su destino...”⁶

Mención aparte merece la influencia decisiva de la Alianza Popular
Revolucionaria Americana (APRA) y de su líder Víctor Raúl Haya de la
Torre, en donde la comunión de ideas y planteos fue notable.

⁵ Galasso, Norberto (2001): *Manuel Ugarte y la lucha por la unidad latinoamericana*, Buenos Aires, Corregidor, pp 427- 428

⁶ Texto del volante anunciando una conferencia de J. Natalicio González, dada en la sede de FORJA el 2 de junio de 1938, incluido en *Cuadernos de FORJA*, nº 4, año II, Buenos Aires, Secretaría de FORJA, septiembre de 1938, p. 2.



De probada militancia antiimperialista y sentido indoamericano las vinculaciones entre Haya de la Torre y el radicalismo fueron fluidas desde la época de la reforma Universitaria de 1918 en Córdoba y Buenos Aires se extendió en el resto de América, apuntalando el proceso que Haya de la Torre y sus seguidores venían desarrollando. Frases y slogans del aprismo tuvieron eco e inspiraron a los militantes forjistas:

- Indoamericanos, conquistad vuestra paz
- Formad el frente único de la justicia.
- Justicia Social con Pan y Libertad en el Perú
- Sólo el Aprismo salvará al Perú.

También los políticos argentinos progresistas siguieron los procesos judiciales impuestos a Haya de la Torre, apelando a la solidaridad iberoamericana y llevando adelante campañas por su liberación ante las diversas dictaduras peruanas, donde muchos partícipes de la Reforma Universitaria y futuros forjistas como Luis Dellepiane y Gabriel del Mazo firmarían dichas notas.⁷ A su vez conceptos como Independencia Económica, conciencia antiimperialista e indoamericanos fueron expresiones apristas que también tuvieron eco, salvo la última, en la verba forjista.⁸ Como así también el Frente de trabajadores intelectuales y Manuales aprista que fue tomado literalmente en la experiencia forjista en la Mar del Plata preperonista por Francisco Capelli.⁹

Hubo una intención de mirar a nuestros hermanos latinoamericanos y reanudar los proyectos de San Martín y Bolívar, en este caso retomados durante el primer peronismo en los años 40 y 50 del siglo pasado.

Según Eva Perón: “América simboliza el continente de la esperanza. Para los hombres y para los pueblos de empresa, esa esperanza representa la libertad suprema y la felicidad de los hombres”. La sentencia de Juan Perón de “Latinoamérica, ahora o nunca” y la de que “El año 2.000 nos encontrará unidos o dominados” fueron proféticas...

Golpes de Estado con intromisión norteamericana, lucha contra el comunismo en el marco de la Guerra Fría, y Doctrina de Seguridad Nacional son puntos de un mismo plan de sometimiento a nuestros pueblos.

⁷ Texto del volante anunciando una conferencia de J. Natalicio González, dada en la sede de FORJA el 2 de junio de 1938, incluido en Cuadernos de FORJA, nº 4, año II, Buenos Aires, Secretaría de FORJA, septiembre de 1938, p. 2.

⁸ Ver Partido Aprista Peruano (1933): *El proceso Haya de la Torre, Documentos para la historia del ajusticiamiento de un pueblo*, Guayaquil, Partido Aprista Peruano.

Ver Haya De La Torre, Víctor Raúl (1954): *¿Adonde va Indoamérica?*, Buenos Aires, Indoamérica.

⁹ Vázquez, Pablo (2010): *Forja y la Patria Grande. Su aporte en la comunicación política, en Nuestra América, Revista Grancontinente*, nº 1, Caracas, Fondo Nacional de Ciencia, Tecnología e Investigación (FONACIT), del Ministerio del Poder Popular para Ciencia, Tecnología e Innovación de la República Bolivariana de Venezuela, p. 4, incluido el artículo en el sitio web: http://revistanuestreamerica.net/content/site/module/magazine/op/article/article_id/3/format/html/



Durante años las elites gobernantes latinoamericanas, amparados por las superestructuras culturales que imponen un accionar pedagógico de signo colonial dominante, nos hizo negar nuestra identidad americana haciéndonos dar la espalda al continente y posar nuestros ojos en nuestros amos del hemisferio norte.

Tal como afirmó Jorge Abelardo Ramos "somos argentinos porque fracasamos en ser americanos". De ese fracaso hemos aprendido a costa de tiempo perdido y sangre de inocentes derramada para, en la actualidad, replantearnos una meta marcada por el pensamiento de cuño nacional y sentir popular.

Para ello, primero debemos reconsiderarnos como Pueblo, en tanto nuestro desarrollo interno y nuestra relación con los pueblos hermanos de Latinoamérica.

Y esa esperanza debe encontrarse en el actual proceso de integración regional (Mercosur, Unasur y CELAC) donde permiten resurgir en dicha unión nuestra identidad amalgamada con la identidad y ser nacional del resto de los pueblos de la "Patria Grande".


El Instituto Nacional de Revisionismo Histórico e Iberoamericano Manuel Dorrego, largo nombre para contener grandes pasiones e inmensos odios.

La idea de Pacho O' Donnell y un grupo de historiadores e escritores del pensamiento nacional – entre los que me incluyo – fue la de institucionalizar acciones individuales y esfuerzos colectivos que llevan años de lucha. Mucho tesón y pocos recursos pareció la premisa de (nos) acompañó durante décadas. Durante mucho tiempo se privó la voz que refería a los hechos que protagonizaron el pueblo argentino y los demás pueblos latinoamericanos, los sectores populares, las mujeres, los pueblos originarios, los excluidos por color de piel, orientación sexual y pertenencia ideológica.

Pretendemos ser el megáfono de los sin voz en la Historia.¹⁰

Sólo entroncando nuestro estudio con el camino del pueblo, seremos útiles a los objetivos de creación de dicha Institución. Podremos responder al resentimiento de las antiguas elites con hechos positivos, visibilizando a los sin rostro en la Historia.

¹⁰ Ver O' Donnell, Pacho (ed.) (2012): *La Otra Historia. El revisionismo nacional, popular y federalista*, 1ª edición, Buenos Aires, Ariel.



Desde los caudillos federales amarrando sus caballos en la Pirámide de Mayo contra el centralismo porteño, las patas en la fuente un 17 de octubre de 1945, hasta la marcha de las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo en oposición al Proceso genocida por Memoria, Verdad y Justicia, unidas a las revoluciones del continente, seremos fieles a una causa. Que es la causa de la Patria Grande, de nuestros libertadores, de nuestras mujeres, de nuestro pueblo...



América Latina Independencia Y Revolución

Enzo Alberto Regali

*...el pensamiento empieza a ser de América...
...Crear es la palabra de pase de esta generación.
José Martí*



América Latina Independencia Y Revolución

*...el pensamiento empieza a ser de América...
... Crear es la palabra de pase de esta generación.*

José Martí

La tarea ineludible que tenemos en Iberoamérica es recuperar la historia conjunta que fue nuestra génesis dado que, parafraseando a Abelardo Ramos, *"fracasos en ser latinoamericanos"*.

En Argentina, igual que en otros países de Suramérica y del resto de América Latina, la mirada que se da a la historia es "nacionalista" es decir: argentina, brasilera, peruana, ecuatoriana, guatemalteca... A pesar de la existencia del MERCOSUR, el UNASUR, la CELAC, la COMUNIDAD ANDINA, no hay todavía en los distintos países una mirada latinoamericana. Esta regla, se vuelve excepción con algunos historiadores profesionales especializados en historia de América Latina, pero los gobiernos en general y especialmente los ministerios de educación no pasan de declaraciones retóricas y rimbombantes aunque en muchos casos sin demasiado contenido.

En la región que podemos llamar el Río de la Plata o el cono sur: Uruguay, Paraguay, Brasil, Argentina (que es a la que voy a referirme para acotar el tema) se han producido avances generales desparejos según el país, pero sin acceder a abordajes americanos. Incluso existe un generalizado desconocimiento entre sí y actitudes peyorativas que generalmente suelen expresarse en espectáculos públicos. El imperativo categórico de unirnos para salir adelante o por lo menos integrarnos, unido a las facilidades del turismo regional nos ha llevado a los argentinos hermanos, a conocer algo más de Chile, Bolivia, Venezuela, especialmente gracias a la mediática y popular figura del fallecido presidente Hugo Chávez y su "Bolivarianismo".

No obstante desde la historia tanto científica como de difusión y en las escuelas primarias, secundarias y universidades no hay un esfuerzo para que nuestras historias nacionales, creadas bajo el contexto de la formación de los distintos países del continente luego de la separación de España y Portugal - en el caso de Brasil -, se estudien como un todo.

Esto implica en los hechos - en ocasiones es deliberado, pero no siempre - una visión falsa de nuestros orígenes. No es posible comprender acabadamente nuestros padecimientos posteriores a las independen-



cias si no asumimos que somos países de una nación inconclusa. Nos incorporamos a la globalización de fines del siglo XV con especificidades pero como totalidad y nos separamos de la península ibérica también integralmente, casi al mismo tiempo. La excepción brasilera, es relativa, porque lo hizo en 1822/23 cuando todavía Hispano América luchaba contra el absolutismo español.

América conformó con España como centro y Portugal (Brasil) el primer gran imperio universal. Incluso es preciso destacar que entre 1580 y 1640 ambos países “fueron dos” pero en “una sola corona”, la de Felipe II inicialmente.

La hoy denominada América Latina, es hija de la “balcanización”,¹ de la fragmentación, que sufrió el imperio hispanico luego de las revoluciones de 1810, la guerra de la independencia y las contiendas civiles posteriores a la misma.

Brasil, proclamada la independencia en 1822 una década después, con más el hecho de haber pertenecido a Portugal y ser sede física, de dicha monarquía en tiempos de la Europa napoleónica, tuvo una política conflictiva con sus vecinos. Se trata de un hecho singularmente contradictorio, al tiempo que confrontaba, en ocasiones se aliaba y carecía de una identidad nacional clara. En esto, no se diferenciaban los lusos brasileros del resto, aunque los hispanos parlantes siempre tuvieron mayores factores de unidad ligado el idioma común y la pertenencia al mismo imperio durante más de 300 años. La dependencia de Portugal, adversaria/aliada de España pero muy ligada a Gran Bretaña, a la sazón enemiga del león español, llevó a que la voluntad de unificación se pretendiera realizar mediante la fuerza militar. Esta política, más temprano que tarde, fracasó, al menos en sus designios más atrevidos.

Para analizar las razones que llevaron al movimiento independentista, que sobreviene en América española a partir del siglo XVIII, es necesario analizar la conformación que España dio a estos territorios. Allí radica, parte de las fortalezas y debilidades del continente.

Durante el reinado de los Habsburgos, América, reiteramos, formará parte del primer gran imperio universal en la cabeza de Carlos I de España y V del Sacro Imperio Romano Germánico. Fue aquella una

¹ Palabra que hace referencia a la división en pequeños países en la península Balcánica (actual Grecia y otros). La comparación no puede ser tomada al pie de la letra dado que los países de dicha península europea no tenían entre sí, ni un mismo idioma religión o cultura, solo una historia común de confrontaciones y alianzas.



construcción, no medieval, como sostienen algunos, sino de transición entre las nacionalidades que se desarrollarían sobre los finales del siglo XVII y aquellos autónomos reinos medievales. Era un imperio multinacional, característico del siglo XVI. Pretender otra organización si tenemos en cuenta la historia de los Habsburgos, y la de la propia España con los Reyes Católicos, sería casi un anacronismo. Especulaciones aparte, en última instancia los hechos fueron los narrados.

Carlos, apenas un joven de 16 años, encontrará una España relativamente unificada conseguida por sus abuelos Isabel de Castilla y Fernando de Aragón. El cimiento de dicha unidad fue la expulsión total de los moros con la toma de Granada –la espada- y la religión católica. Esto que pareció una fortaleza ideológica a los reyes, llevó a la expulsión de judíos y moros con el consiguiente atraso económico del país, puesto que estas comunidades pertenecían a las clases más activas: la de los comerciantes, financistas, agricultores, manufactureros y artesanos. Contra lo que pensaron Isabel y Fernando una mayoría optó por emigrar antes que convertirse, que fue la opción que se les dio.

El padre del joven rey era Felipe “el hermoso” nieto de emperador Maximiliano I de Austria, quien transmitió a su hijo una formación austríaca. Su madre, Juana de Castilla, apodada en razón de intereses políticos, “la Loca” fue apartada del poder, con la complicidad de Fernando de Aragón, su propio padre.

Los asesores extranjeros de Carlos, su inexperiencia y el clima de época en Europa continental, lo llevaron a guerrear por un imperio destinado a perecer, para dar paso a las unidades nacionales, en poco tiempo más. Del hecho supieron aprovecharse algunas potencias occidentales como Francia, Gran Bretaña y Holanda que ya se construían como “naciones”.

Sin embargo, el acceso a la corona imperial de Carlos I hubiera quedado en deseos y las guerras en ilusiones, de no ser por el hecho que transformó política, la economía, y la cultura del mundo occidental: el “descubrimiento” de América por Cristóbal Colón al servicio de Castilla. “Descubrimiento” que también podemos considerar inversamente: el descubrimiento de Europa, por los aborígenes que habitaban el continente.

Con América - ya que así pasará a la historia la terra nova - casi como una “sorpresa”, llegará el oro y la plata que los españoles robarán a las grandes civilizaciones indígenas, entre las que figuran como más conocidas, incas, aztecas y mayas, pero que no fueron las únicas.



El oro y la plata impactarán en la economía de España favoreciendo la vida a partir de una renta parasitaria. Esto paradójicamente colaborará en el desarrollo de otras potencias europeas – enemigas de España - que manejaban las finanzas, el comercio y las manufacturas. Servirá el metálico americano a Carlos I, entre otras cosas, para comprar a los príncipes electores del Sacro Imperio y concretar su sueño imperial, trascendente voluntad del componente ideológico de los Habsburgos. A la sazón América financiará las guerras religiosas del emperador, tan estériles como deficitarias.

España construirá en América una organización política similar a la heredada de la guerra de Reconquista contra los árabes y de las libertades medievales generadas por esta misma razón. Carlos, en su política centralista solo lograría suprimir sangrientamente, aunque en forma parcial dichas libertades ganadas por el “pueblo” español.

Los Reyes Católicos manejarían institucionalmente las Indias, a través del Consejo de Castilla un organismo asesor del rey con mucho ascendiente político sobre la corte.

Prontamente, dada la necesidad de un efectivo control económico de los nuevos territorios, se creará la Casa de Contratación de Sevilla (1503) que llegará a detentar un poder absoluto aunque burocrático, de todas las actividades económicas que se desarrollarán en Indias.

Con el tiempo, en 1511, la cantidad de asuntos que demandaban atención en semejante extensión de territorios, obligará a la corona a crear dentro del Consejo de Castilla, uno denominado Consejo de Indias.

Esta organización se mantendrá con pocas modificaciones durante dos siglos aproximadamente, coincidente con el reinado de los Habsburgos. Dicha institucionalidad se modificará con el advenimiento de la familia de los Borbones en el siglo XVIII.

Se trataba de un “sistema solar” cuya fuerza centrípeta, “el sol”, era España que lograba, no sin dificultad mantener la unidad. No obstante tanto en la península como en el nuevo continente los brotes autonomistas resurgían cada tanto, algo común en unidades políticas multinacionales. Las distancias y las dificultades del transporte y las comunicaciones permitían de hecho que las gobernaciones o reinos y los dos virreinos creados (Nueva España en lo que hoy es México y Centro América, y Perú básicamente en lo que hoy es Suramérica con excepción de Brasil), un marco de autonomía parcial de hecho, “similar a la de los planetas que tiene órbita propia aunque regulada”, si mantenemos el ejemplo

tomado arbitrariamente. Es preciso recordar la rebelión pizarrista de 1540 o la del hijo de Cortés, Martín, en México en 1566, intentos conspirativos contra la corona.

El mejor reflejo de dicha liberalidad de manejo, es que buena parte de las leyes de Indias no se cumplían y los funcionarios reales decían livianamente: “Se acata pero no se cumple” o “cumplir pero no obedecer”. El sistema de los Habsburgos era horizontal a pesar de ellos mismos. Esta particularidad será elemento constitutivo de posteriores autonomías cuando sobrevenga la independencia, conocidas como federalismo.

América formaba parte del Imperio, pero la organización política era no solo discriminatoria, solo españoles peninsulares podían ser nombrados funcionarios reales, sino burocrática, llena de papeles y con disposiciones creadas por hombres que nunca conocerían las tierras objeto de sus leyes. En los doscientos años que perduró el Consejo de Indias solo 7 de los consejeros habían integrado una audiencia americana antes de ocupar dicho cargo.

Esto dio al imperio y a los virreinos, gobernaciones, capitanías generales o reinos americanos un grado de unidad a la vez que de independencia entre sí. Una alta centralización-descentralizada, aunque parezca un contrasentido. Sin embargo esta superposición institucional, de funcionarios políticos y eclesiásticos que se controlaban y enfrentaban o aliaban entre sí permitiría dos siglos de inestable calma, basada en dicha autonomía de hecho entre otras razones.

Debemos destacar que serán también los reyes de España quienes manejen la política de la Iglesia a través del Real Patronato, que les permitía no solo designar a las jerarquías sino también evitar que pasen a América, las Bulas papales que no convenían o ellos creían que no convenían, a su autoridad real.

Otra organización importante fue la administración de justicia por parte de las Reales Audiencias. Estas, constituidas por su presidente y los jueces u oidores, tenían en numerosas ocasiones mayor poder que los virreyes o gobernadores. De hecho los controlaban en el cumplimiento de la norma. Menciono las audiencias porque serán los institutos que tal vez no por casualidad, darán origen, aproximadamente, a los países que hoy existen en América del Sur.

En 1700 cambia la casa real en la península y llegan al poder los Borbones de origen francés, imbuidos del despotismo ilustrado y la unidad nacional que Francia había logrado principalmente con Luis XIV. La

alianza “familiar” entre España y el absolutismo francés, hizo que otro posible heredero al trono (Carlos II de Habsburgo no tuvo herederos directos) el archiduque Carlos de Austria, se lanzara con el apoyo interesado de aragoneses, austriacos, británicos y holandeses a una guerra de sucesión por la corona española. Fue derrotado pero España en virtud de los tratados de paz que se firmaron, el de Utrecht en 1713 y el de Rastatt luego en 1714, perdió su predominio en el concierto europeo para no recuperarlo más.

Los nuevos reyes van a comenzar un cambio en la estructura organizativo/política de América. Esquematizando, diríamos que las transformaciones incluían una política de libertad comercial interna, impulso de la educación, y mayor centralización política (despotismo). Es así que se crearan dos nuevos virreinos: el de Nueva Granada y el del Río de la Plata (este en la última parte del siglo XVIII). Dentro de los mismos surgirán las gobernaciones intendencias. Al mismo tiempo habrá un cambio fundamental en la consideración jurídica de estos territorios. Serán tomados no ya como integrantes del imperio sino como colonias que debían sostener a la metrópoli.

El impacto fue importante. Los Borbones otorgaban algunas libertades, favorecían la educación pero al mismo tiempo quitaban todo tipo de participación política a los criollos (españoles blancos nacidos en América). Los “efectos no deseados” ni previstos de la nueva política, contribuiría a generar gran inestabilidad, sublevaciones y conspiraciones a lo largo del siglo del siglo XVIII.

También la ilustración que admiraban, especialmente Fernando VI y Carlos III los hijos de Felipe V (el primer Borbón de España), iba a promover la llegada a América, legal o ilegalmente de libros con nuevas ideas que comenzaban a expandirse por Europa. Gran Bretaña será la iniciadora a partir de John Locke entre otros, pero Francia acaparará la promoción intelectual de los nuevos tiempos.

Los cambios impactan en la sociedad americana. Si bien desde los Reyes Católicos estaba casi prohibido el paso a Indias de quienes no fueran castellanos (aunque esto dependió mucho de la conveniencia política de Fernando e Isabel mientras esta vivió) y mucho menos de los lusitanos, en la práctica, sobre todo mientras Portugal y España fueron dos países regidos por una corona (1580-1640), Buenos Aires por ejemplo estaba poblada por portugueses cuyos apellidos mutaron, para protección personal, de la misma manera que sucedió en la Península y en toda América con judíos o moros.

En suma, es de destacar que tan pocos controles habían existido durante el gobierno los Habsburgos, que en 1573 cuando Juan de Garay funda Santa Fe, desde Asunción, lo hace con 70 mancebos de la tierra...obviamente no eran sino mestizos nacidos de los españoles y las mujeres indias del Paraguay.

En suma si hay algo que está fuera de discusión es la falta de pureza de sangre que abunda hasta hoy en América, indios, blancos, negros, asiáticos, semitas tanto árabes como judíos en fin es como dijo José Vasconcelos somos "la raza cósmica".

Es bajo esta matriz que surgen y se forman algunos con mejor educación y otros solo con la posible, a veces casi analfabetos, los hombres que van a llevar adelante primero la revolución y luego la independencia de España, cuando esta se niegue a comprender el cambio de la realidad del mundo occidental.

La relativa libertad de comercio autorizando la apertura de 24 puertos en América y 13 en España en 1778 favoreció los intereses de americanos dedicados a esta actividad aunque perjudicó parcialmente a quienes vivían del monopolio anterior. Produjo un efecto no deseado, entre los comerciantes criollos y también entre los españoles que en definitiva aspiraron a una mayor libertad.

La creación de nuevos virreinos y la Real Ordenanza de Intendentes para el Río de la Plata, así como el aumento de los impuestos unido al privilegio notorio de España sobre sus colonias, iba a generar conflictos de difícil resolución entre las clases acomodadas americanas (criollos blancos nacidos en estas tierras) o entre los propios caciques indios, tal el caso de José Gabriel Condorcanqui, más conocido como Tupac Amaru II (1780), cuyo levantamiento es una de las señales, aunque no la única, de la disconformidad que generaban los impuestos y el despotismo real. El visitador José A. de Areche delegado del rey fue con sus políticas de exacción impositiva, el gran responsable de la sublevación que será reprimida sangrientamente. La derrota de Condorcanqui, estuvo ligada a la imposibilidad de atraerse a los criollos a su causa. Este hecho se producía por los conflictos étnicos que existían en la sociedad colonial y que influirían decisivamente, cuando los americanos se levanten contra la corona.

También en Brasil a causa de los excesivos impuestos, se levantarán en lo que se conoce como la Inconfidência Mineira, o conspiración minera liderada por Joaquim José da Silva Xavier (1746-1792) más conocido



como Tiradentes –por su profesión de “saca dientes” u odontólogo quien asumió la responsabilidad de la misma y fue el único condenado a muerte al que no se le conmutó la pena. Tal vez porque era uno de los más humildes dentro del grupo sublevado. La traición fue abominable en la rebelión, ya que algunos de los complotados delataron para recibir condonación de impuestos o títulos menores. El movimiento tuvo caracteres independentistas, sin embargo como la independencia de Brasil se dio a través de Pedro I de Braganza (nieto de María I que era quien había ordenado la represión) la reivindicación de Tiradentes, a la sazón republicano, solo sobrevendrá con la República Vieja y sus ideólogos positivistas.

En 1791 se sublevan los esclavos negros de la colonia francesa de Santo Domingo. Luego de años de lucha, en 1804 se independizan formando el estado de Haití, el primer país negro en América. Esto fortalecía las convulsiones americanas aunque se tratara de una colonia francesa.

También aplicaron los borbones una reforma eclesiástica quitando privilegios y exenciones fiscales a la Iglesia e imponiendo una política regalista (manejo real de la política eclesiástica), que culminó con la expulsión de los jesuitas, quienes tenían un poder importante dentro del reino y que repetidamente fueron acusados de atentar contra el rey. Esto ocurrió en 1767 pero ya había sucedido en Portugal (1759) y en Francia en 1762. La medida coherente con el despotismo ilustrado imperante fue errada por varios motivos. En América los jesuitas habían contribuido al crecimiento social y la educación no solo de los más desposeídos sino también de los criollos ricos, tanto en la región hispánica como en el Brasil. La ciudad de San Pablo fue en sus orígenes una misión jesuítica, luego transformada en gran ciudad comercial, industrial y financiera. Al mismo tiempo aunque en defensa de sus intereses, en las misiones, la orden servía de defensora de la frontera rioplatense con el Brasil al luchar contra los bandeirantes, cazadores de esclavos indios al servicio de Portugal.

Gran Bretaña, atenta a sus intereses acogerá a los jesuitas perseguidos y dará refugio tanto a ellos como a los liberales españoles que propiciaban la ruptura del “pacto colonial”. Tomaba de esta manera venganza del apoyo que Francia y España había dado a sus colonias de América del Norte cuando se independizan en 1776.



Una reflexión sobre la historia y la actualidad

Si volvemos a la referencia que hicimos sobre el sistema solar, podemos decir que los borbones cambiaron la fuerza de gravedad “del centro” y esto generó un conflicto de planetas.

Muy cercanamente en el tiempo tenemos el ejemplo de ese “imperio socialista multinacional” que fue la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que con el advenimiento de Gorbachov y su Perestroika (reforma) y la Glasnost (transparencia) no creó un socialismo democrático, sino la fragmentación total del imperio, el nacimiento de nacionalidades reprimidas durante siglos y un capitalismo difícilmente previsible en su desarrollo final.

La decadencia de España

Si los Borbones, utilizando conceptos europeos, intentaron “modernizar” España, su “ilustración” no prosperará demasiado tiempo especialmente luego del estallido de la revolución francesa y su posterior derrotero, hasta llegar a Napoleón.

Fueron “reyes con ideas burguesas” limitadas, medrosos, que equivocarán las alianzas o en todo caso, gobernarán una España en decadencia, que tenía serias dificultades para jugar la política europea y por lo tanto la americana.

Gran Bretaña va a intentar por todos los medios frenar el crecimiento de Francia y la alianza con España. Será desde un comienzo el principal apoyo de Portugal, promoviendo la rivalidad peninsular. Al mismo tiempo y cuando Napoleón llegue al gobierno y promueva los postulados revolucionarios por Europa, los ingleses apoyarán a los Austrias y a Rusia para derrotarlo.

España luego de Carlos III quedará en manos de Borbones débiles y sin demasiadas luces para la política. Es el caso de Carlos IV y Fernando VII, cuyas oscilaciones y debilidades los llevará a perder casi todo lo que quedaba del antiguo Imperio hispánico.

Desde el punto de vista jurídico las monarquías absolutas modificaban las concepciones pactistas del derecho natural que era predominante con los Austrias. No pocos historiadores españoles sostienen incluso, que es más “española” la corriente de los Habsburgos que la afrancesada de los borbones.

De manera que todo colaboraría para las crisis americana del siglo XVIII y principios del XIX. Todo tipo de rebeliones se darán, no solo populares sino también de las clases altas. Tal el caso de Nueva Granada en 1809, Cochabamba y la Paz en el mismo año y luego en 1810 en toda América española.

Brasil no estará al margen de todo lo que sucedía, más aun teniendo en cuenta la cercanía de la corte lusitana, en la cual la hermana de Fernando VII, Carlota Joaquina era la esposa de Juan VI y regente consorte del reino. Varios de los patriotas rioplatenses como Belgrano, Castelli, los hermanos Rodríguez Peña y algunos otros buscaron la posibilidad de establecerla como regente del Río de la Plata, para independizarse del Consejo de Regencia a quien no respondían los americanos. Estos asumían la doctrina pactista aunque racional, del poder político. No existiendo ya el poder de Fernando VII, obligado a abdicar por Napoleón, dicho poder debía volver al pueblo.

La Independencia de Hispanoamérica

El proceso que hemos descripto rápidamente es el que lleva a que en 1810 se produzcan movimientos en toda la América española. El proceso de las guerras napoleónicas que aisló a España de América, impidió a la corona la posibilidad de reprimir las revoluciones.

Existió una base material del inicio de los movimientos. No se trató solo de la proliferación de ideas "subversivas". El orden de la monarquía española con sus controles y sus prohibiciones, los impuestos que resultaban abusivos, la falta de posibilidades para discutir dichas medidas antojadizas y la discriminación hacia los criollos iba a generar un clima favorable. Se buscaba la ocasión para reorganizar el imperio o independizarse.

Tenemos en todo este proceso algunas originalidades americanas que se van a repetir en el tiempo. No todo lo que en Europa significaba mayor bienestar y libertad, se trasladaba automáticamente a estas tierras con el mismo efecto. Por ejemplo las reformas del "libre comercio" establecidas por los Borbones, si bien beneficiarían a algunos comerciantes españoles y americanos u otros extranjeros, al mismo tiempo y por la reorganización política que incluyó dentro de los límites de virreinato del Río de la Plata al Alto Perú con su riqueza en plata y oro, generó disputas interminables entre "peruanos" y "rioplatenses". También la competencia de mercaderías inglesas generaría resistencias en los artesanos del interior americano.



Fue un cambio en las rutas comerciales. Antes del decreto borbónico, las flotas llegaban desde España al Callao (Lima) y luego a lomo de mula y carretas, a Buenos Aires y de vuelta nuevamente (no menciono el contrabando del Río de la Plata que era endémico pero ilegal). En el último tercio del siglo XVIII en cambio, la ruta era España, Buenos Aires, Alto Perú y vuelta a Buenos Aires. Lo que significó un gran desarrollo del litoral "argentino" (así se denominaba a los porteños de Buenos Aires, "argentinos").

Si alguien pensó que la mayor afluencia de metálico podía servir para calmar los ánimos, se equivocaba absolutamente. Luego, en el Río de la Plata, sobrevinieron, las invasiones inglesas (1806 y 1807), resistidas y rechazadas, pero con las cuales en un breve lapso se probó el libre comercio abierto a todos, es decir con los ingleses especialmente. La defensa y reconquista de Buenos Aires y Montevideo, de la que participaron los americanos, armando sus propias milicias, con sus propios fondos, terminó otorgando a estos el manejo de las principales fuerzas militares del virreinato.

Esta conjunción de hechos y cambios efectivos en el poder existente va a preparar las condiciones para las revoluciones que sobre vendrán continentalmente.

En algunos lugares como México la misma tendrá una connotación social profunda, con Morelos e Hidalgo, pero en otros lugares como Venezuela, Nueva Granada o el propio Río de la Plata, serán llevadas adelante por la burocracia americano-española, comerciantes, algunos pocos ganaderos, incluido españoles y militares. En efecto no eran tiempos en los que las nacionalidades, especialmente en América estuvieran consolidadas. Habrá españoles y americanos en ambos bandos si hablamos de los blancos, pero también podemos decir lo mismo respecto de los mestizos, indios, zambos y en general todas las clases más postergadas, incluido los esclavos. No obstante podemos decir que lentamente los revolucionarios irán tomando medidas que servirán para atraerse a las clases humildes sin necesidad de obligarlos siempre a ir a la pelea.

En Brasil está el caso - no sé si famoso - de Domingo Fernandez Calabar lusobrasileño que se pasó durante las guerras contra Holanda, al bando de esta última y cuando lo capturaron terminó ejecutado. No se trató de un caso tan aislado, respondía a este hecho sociológico de que las nacionalidades tenían todavía un escaso desarrollo ideológico.



¿Quiénes fueron los que lideraron las revoluciones transformadas en movimientos independentistas, cuando España gobernada por Fernando VII - con asesores conservadores o liberales la política hacia América no era muy diferente - intente recuperar las colonias y hacer la guerra a los sublevados?

Fueron los criollos en general de fortuna, con buena educación, viajeros y/o estudiantes en Europa, militares embebidos de las nuevas ideas liberales surgidas de la revolución francesa o americana y que una vez derrotado Napoleón, recibieron el padrinazgo de la "Vieja raposa", Inglaterra, debido a sus propios intereses económicos.

Será el caso en Quito de Eugenio Espejo (hijo de un indio tuyhuquin), mestizo, que debió cambiarse de nombre, con la complicidad de algún sacerdote, para poder ingresar a la universidad. También, Francisco Miranda, Mariano Moreno, Manuel Belgrano, Bernardo de Monteagudo, Simón Bolívar, Bernardo O'Higgins, José Francisco de San Martín, Martín Miguel de Güemes, y José Gervasio de Artigas, Gaspar Rodríguez de Francia para citar algunos representativos.

No eran lo mismo, ni tenían ideas totalmente coincidentes. Todos ellos tenían una diferente historia personal y estudios o formación. Miranda aunque se trataba de un aventurero, galante, y revolucionario provenía de las clases altas y aspiraba a la conformación de un Imperio Hispanoamericano independiente. Para ello intentaría lograr el apoyo del gabinete inglés y también de no ser posible de los norteamericanos. Bolívar era un "mantuano", es decir que pertenecía a la clase criolla rica importante, con esclavos y hacienda de Caracas. Más joven no era muy diferente aunque sus vínculos sociales eran más sólidos e importantes quizás.

El proceso independentista en Venezuela y Nueva Granada hacia 1810 termina en un fracaso porque los realistas venezolanos lograron el apoyo de las clases más bajas, numerosas y grandes jinetes en el caso de los llaneros, conducidos por el español José Tomás Boves, conocido por el "Urogallo" o "Taita" simplemente entre sus hombres. Este hombre se transformó en un caudillo popular que aprovechó el odio de los humildes hacia las clases altas criollas y formó la más formidable caballería de aquel momento con los llaneros venezolanos. Derrotó a Bolívar y los patriotas que intentaban constituir la República y obligó a Bolívar a huir al Caribe. Será en Jamaica donde escribe una famosa carta que es todo un programa político (en ella menciona su voluntad de construir una



gran América) y luego se refugia en Haití donde Alexander Petión líder de la independencia le da ayuda para retornar al continente a la vez que le exige que libere los esclavos ni bien pise tierra continental.

En tanto, Boves había muerto en batalla y su liderazgo no encontró reemplazo. España a la par enviaba al general Morillo con un poderoso ejército a Nueva Granada para derrotar a los patriotas. Este general formado en las tradiciones españolas desechó el ejército de Boves. Para tener una idea de la complejidad del proceso independentista y las necesidades sociales digamos que el "Taita" reclutaba llaneros bajo la consigna de: "¡Guerra a los blancos explotadores del pardo y del indio! ¡Las tierras de los blancos para los pardos!" Lógicamente que los blancos conducidos por Bolívar fueron derrotados.

Sin embargo es Petión el que le da nuevo programa a Bolívar, para triunfar, al exigirle la manumisión de los esclavos. Este cumple parcialmente su palabra y libera a sus propios esclavos, pero sus compañeros de lucha fueron más duros para aceptar esta medida.

No obstante la revolución ya era imparable, los generales para la guerra provendrían de todas las clases sociales y muchos de las humildes como en el caso de Páez. En suma fue Bolívar quien convenció a los llaneros de integrar el bando patriota lo que le permitiría el triunfo en este nuevo intento. Sin embargo es necesario admitir que nunca perdió el Libertador sus prejuicios raciales.

Su capacidad tampoco fue la de un militar, sino la de un político que intentó tal vez bajo las enseñanzas de Miranda constituir una Confederación hispanoamericana e incluso Iberoamericana.

Pero su proyecto fue derrotado. Bolívar venció a través de José Antonio de Sucre en Ayacucho al último intento español absolutista de recuperar algo de aquel vasto imperio. Lo venció por las armas Pero el intento de organizar una gran confederación americana fracasó por múltiples causas.

Una no menor fue la interferencia de los intereses económicos de las grandes potencias: Gran Bretaña, Francia y Estados Unidos en ese orden, que trataban de dividir y fragmentar todo lo que pudieran. Otra fueron las tradiciones regionales, que arrastraban rivalidades y autonomismo desde la colonia. También el accionar egoísta de las altas clases que dominaban en los puertos de ultramar o en los enclaves mineros ligadas al comercio exterior. Las distancias y difíciles comunicaciones, la desconexión económica entre los distintos núcleos urbanos, la vasta



geografía, en fin numerosos fueron los problemas. No había un centro de atracción con suficiente poder político como lo había sido España.

El Congreso de Panamá, convocado por Bolívar fue un fracaso. Sólo concurrieron Perú, Centroamérica, Colombia y México. Como invitados no latinos, lo hicieron, Gran Bretaña, los Países Bajos y Estados Unidos. Todo se diluyó y la reunión se terminó trasladando a Tacubaya (México) donde solo quedaron Colombia, México, Centroamérica y EE. UU.

Bolívar cercano a la muerte en 1830 dirá el 9 de noviembre desde Barranquilla al general Juan José Flores que ya era presidente del pequeño Ecuador: "(...) 1º la América es ingobernable para nosotros; 2º el que sirve una revolución ara en el mar (...) La súbita reacción de la ideología exagerada va a llenarnos de cuantos males nos faltaban (...) Ud. verá que todo el mundo va a entregarse al terreno de la demagogia, y ¡desgraciados de los pueblos! Y ¡desgraciados de los gobiernos!"²

Otro fue el caso de San Martín, hombre que habiendo nacido en Yapeyú lo que hoy pertenece a la provincia de Corrientes, solo pasó unos pocos años en el Río de la Plata. Estudió en España donde desarrolló la carrera militar con éxito y volvió ya "treintañero" a ponerse al servicio del gobierno rioplatense en marzo de 1812. Imbuido de las ideas de Miranda y de la masonería escocesa a la que frecuentó, no solo deseaba la independencia de América sino mantener la mayor unidad continental posible. En esto tenía similares objetivos que Bolívar. Su formación ideológica fue la de un militar liberal español, moderadamente afrancesado, aunque un tanto conservador. Esto le generó siempre desconfianza hacia los caudillos populares como Artigas, aunque buen político, siempre supo cuando debía aceptarlos para desarrollar la guerra a los realistas que fue la misión autoimpuesta.

Fueron personalidades muy diferentes las de Bolívar y San Martín. Sin embargo eran demasiado fuertes ambos para convivir bajo la misma causa. San Martín llegó al Perú, declaró la independencia, pero no pudo derrotar plenamente a los realistas. Buenos Aires que ya se sentía segura de cualquier invasión y se disponía a enriquecerse con su comercio, puerto y aduana, lo abandonó a su suerte en Lima. No tuvo otra alternativa que retirarse luego de Guayaquil, aunque protestaran algunos de sus amigos como Tomas Guido. Optó por hacerlo a Europa porque no deseaba participar de las guerras civiles que se avecinaban. No volvió

² Bolívar, Simón, Escritos Políticos, Alianza Editorial, Madrid 1969. Pág. 169



más y cuando lo hizo, en plena guerra entre unitarios y federales, solo llegó al puerto de Montevideo para volverse, rechazando un ofrecimiento de Lavalle, ex subordinado suyo, de ponerse al frente de la sedición que él estaba encabezando.

A partir de estos momentos, alrededor de mediados y finales de la década de 1830, se iniciará el proceso de constitución de los países que hoy forman Suramérica. Fue el fracaso final de los libertadores. No todo es triunfo ni todo derrota. Expulsaron a España del continente, pero no pudieron mantener la unidad, aunque sea confederal, de las antiguas colonias. Gran Bretaña que había apoyado los movimientos independentistas, inclusive el de Brasil que tuvo otras connotaciones, se abocará a fomentar las divisiones entre las regiones. De cada audiencia española surgirá una nación lo que debilitará las posibilidades de políticas soberanas, sin depender económica y en ocasiones políticamente, de Europa primero y luego de Estados Unidos.

CONCLUSIONES

Habrà que esperar hasta finales del siglo XIX y principios del XX para que surja un nuevo movimiento intelectual que retome las ideas de los libertadores de unificar la América Ibérica. Ya en este momento se incluirá a Brasil.

Son aquellos intelectuales que denominamos de la generación del 80, los positivistas (no en todos los casos), y lo novecentistas que inician una revisión de nuestra historia: Adolfo Saldía, los Quesada, Manuel Ugarte, Manuel Gálvez, José Martí, José E. Rodó, los reformistas de Córdoba de 1918, Saúl Taborda, Deodoro Roca, y más adelante Victor Raúl Haya de las Torre en Perú, para citar solo a los más importantes.

Si bien aspiraban a realizar una revolución, solo lograron moverse en el plano espiritual.

También Brasil va a sentir los efectos de una oleada americanista aunque con particularidades. En efecto, con el comienzo del siglo (1902) asume el ministerio de Relaciones Exteriores de la nueva República, José María da Silva Paranhos Junior, Barón de Río Branco quien permanecerá en el cargo hasta su muerte en 1912. Es indudablemente el gestor de la moderna diplomacia brasileña, que hizo de Itamaraty, un instrumento de gobierno hábil y poderoso, respetado interna y externamente. Su política oscilará pendularmente entre un acercamiento a EE. UU., por razones comerciales y geopolíticas, (existe una cierta complementariedad entre ambas economías) y una mirada hacia



Argentina y Chile, a quienes consideró compañeros estratégicos de ruta para una política sudamericana.

Río Branco tuvo buenas relaciones con el segundo gobierno de Roca y con el de Sáenz Peña, especialmente por el accionar de un gran embajador argentino en aquel país que fue el cordobés Ramón J. Cárcano. La acción diplomática de este ayudó a la firma del primer tratado de ABC (Argentina, Brasil, Chile) que no podrán ver ni Paranhos ni Sáenz Peña porque mueren antes.

Contradictorio, por momentos imitando tal vez sin sentido el armamentismo europeo de la época, con astucias y fuertes razones de estado el Canciller carioca estuvo convencido siempre y actuó en consecuencia: “de que una cordial inteligencia entre Argentina, Brasil y Chile sería de gran ventaja para cada una de las tres naciones y tendría influencia benéfica dentro y fuera de nuestros países”.

Es destacable también que en 1892, el historiador lusitano Joaquín Pedro Oliveira Martins en ocasión del 400 aniversario del descubrimiento de América, haya propiciado “recuperar la unidad histórico cultural de América Latina”. Con anterioridad, el diputado brasileño Aristide Maia, propuso en la retórica parlamentaria conformar una “Confederación Sudamericana”. Claro está el tema no era solo ideológico, Brasil y Argentina tenían un importante comercio bilateral del que Argentina era acreedor. También Assis Brasil, diplomático originario de Río Grande, el mismo estado del que provendría Getulio Vargas, iba a impulsar ya en esta época una alianza integradora de Uruguay, Argentina, Brasil y Chile. Pero quizás la obra precursora de la conciencia latinoamericana brasileña es “A América Latina: males de origen” aparecida en 1903 y escrita por Manoel Bomfim, en la que se denuncia el imperialismo y el colonialismo y se sustenta la idea de “salvarnos juntos”.

Recién a mediados del siglo XX, podemos decir desde la crisis del 30, aquel movimiento novecentista buscará con posibilidades reales de concreción. Será el caso de Juan Domingo Perón en Argentina, Carlos Ibañez del Campo en Chile y Getulio Vargas en Brasil, el nuevo ABC ya intentado por Julio Argentino Roca a principios del XX. Lamentablemente ninguno de los tres fue comprendido por muchos de sus ciudadanos: Ibañez terminó a duras penas su mandato en soledad y en medio de una fuerte inflación, Perón fue derrocado por un golpe cívico militar y antes, en 1954 Getulio se había suicidado.

A fines del siglo XX y en este XXI renacerá como necesidad social y política la posibilidad de integración latinoamericana. Esta debe ser

impulsada por las nuevas juventudes dirigentes que inventen las nuevas formas de integración, dejando de lado personalismos y antiguos rencores para dar paso a una gran política que permita a Suramérica y si es posible a toda Latinoamérica ser una gran potencia.

La integración no puede ser desigual, debe ser solidaria, equilibrada porque la unificación sobre la base del predominio de algunos sobre otros solo será motivo de nuevos conflictos.

Chile deberá rever la guerra del Pacífico y otorgar la salida al mar a Bolivia y lo que sea necesario al Perú. Brasil debe replantearse la guerra contra el Paraguay, Argentina ya lo hizo, Ecuador sus desavenencias con Perú y Venezuela con Colombia. Paraguay superar esa terrible guerra contra Bolivia.

En eso la cultura, tiene una asignatura pendiente. A esto debemos agregar lo esencial: la economía. No habrá integración sin economías entrelazadas, y sin una cultura que le de sustento. Por otra parte si no nos unimos en una gran Patria Grande, olvidemos el ideal de un continente plural, respetuoso de los derechos humanos y con justicia social.

Para finalizar me voy permitir citar a un gran militante de la Patria Grande: Manuel Ugarte quien define un pensamiento que hoy tiene algo de profecía: "Iberoamérica procede de dos vertientes que nada puede desviar o suprimir: la que emana de la América precolombina y la que irrumpe de la presencia hispana (...) hay que evitar que corran riesgo de desaparecer porque constituyen la promesa de una nueva modalidad humana, de un pensamiento distinto de los valores universales. Tengo ciega fe en Iberoamérica y en su predestinación. Llego a creer que su existencia como organismo autónomo es necesaria para el equilibrio del mundo."

BIBLIOGRAFÍA

JORGE ABELARDO RAMOS, Historia de la Nación Latinoamericana Editorial Continente Argentina.

ENZO ALBERTO REGALI, Abelardo Ramos, la izquierda nacional en la Argentina. Editorial Ciccus. Argentina.

BORIS FAUSTO, Historia Concisa de Brasil. Fondo de Cultura Económica de México.

JUAN CARLOS CHIARAMONTE, Usos de la historia. Lenguaje de clases y revisionismo histórico. Buenos Aires, Sudamericana.

ANDRÉS CISNEROS Y CARLOS PIÑEIRO IÑIGUEZ. Del ABC al MERCOSUR. La integración Latinoamericana en la doctrina y praxis del peronismo. Nuevo Hacer, Grupo Editor Latinoamericano. 2002.

ANDRÉS CISNEROS. Política Exterior Argentina 1989-1999. Historia de un éxito. Nuevo Hacer. Grupo Editor Latinoamericano. 1998.

HELIO JAGUARIBE, Sudamérica y América Latina en Revista de Derecho Internacional y del MERCOSUR. La Ley Año 7 N° 4. Sintese Editora.

ALBERTO METHOL FERRÉ Y ALVER METALLI, La América Latina del siglo XXI. Ensayo Edhasa. 2006.

CARLOS PIÑEIRO IÑIGUEZ, La Nación Sudamericana. Nuevo Hacer Grupo Editor Latinoamericano. Buenos Aires, 2004.

-----, Herejías Periféricas, Raúl Prebisch Vigencia de su pensamiento. Nuevo hacer. Grupo Editor Latinoamericano. 2003.

JORGE ABELARDO RAMOS, Manuel Ugarte y la Revolución Latinoamericana. Editorial Coyoacán. Bs. As. 1961.

LUCIANO TOMASINI. Felipe Herrera Idealista y Realizador. Fondo de Cultura Económica Chile 1997.



**A linguagem política do patriotismo à época
das independências na América Ibérica –
liberdades e cidadanias na experiência de
autonomia**

Marco Antonio Pamplona
Departamento de História – PUC-Rio



A linguagem política do patriotismo à época das independências na América Ibérica – liberdades e cidadanias na experiência de autonomia

Marco Antonio Pamplona
Departamento de História – PUC-Rio

Pátria, liberdade e cidadão, como todos os demais conceitos políticos, carregam consigo várias camadas de significado, identificadas a vários tempos, superpostos uns aos outros, implicando construções culturais bastante particulares em qualquer momento que os flagremos. Neles, pode-se identificar um modo específico de relacionamento entre aquilo que já é conhecido e experimentado como passado (consequentemente, uma dada linguagem e significados atrelados a esse passado) e as possibilidades que se lançam ao futuro, como horizonte de expectativas (isto é, relacionadas a momentos em que já temos consciência de uma nova experiência, mas ainda não sabemos como exatamente defini-la ou nomeá-la).

Assim, em meio ao novo espaço de experiência caracterizado como moderno no mundo ibero-americano, queremos indagar sobre o valor dos termos pátria, liberdade e cidadão, no âmbito da linguagem política e social utilizada, sua articulação com o conceito de povo e com as novas ordens políticas que estavam sendo fundadas à época das independências.

É preciso perguntarmos se seus sentidos foram acaso objeto de disputa e sobre que pontos se deram as principais controvérsias. Interessamos poder saber quem utilizava os termos pátria, liberdade e cidadão e com que propósitos. A que tipo de público se destinaram esses usos? Foram estes termos positiva ou negativamente conotados? Por quem? Sabemos que existiram tentativas claras de ressignificação. Que principais agentes individuais ou coletivos protagonizaram tais tentativas? Quando bem-sucedidas, passaram as mudanças semânticas a fazer parte de algum vocabulário ou linguagem específicos? Demoraram a se generalizar? Essas indagações só podem ser aprofundadas e respondidas, a partir de estudos bastante específicos, referidos às dinâmicas de sociedades particulares. No âmbito desta breve comunicação, entretanto, apenas iremos salientar os traços mais gerais desse processo.



Nos ocuparemos, particularmente, da ressignificação conceitual ocorrida em relação a esses termos, no Brasil e em parte da América hispânica, mais especificamente no Vice-reino do Prata, precocemente fragmentado, do início do século XIX. Mas, por trabalharmos necessariamente numa dimensão atlântica,¹ teremos como referência constante a comparação dessa ressignificação conceitual com as observadas em relação ao uso dos mesmos termos nos mundos americano, em geral, e europeu. Partimos da análise de duas conjunturas políticas bastante significativas para o mundo ibérico, quando se percebe a grande possibilidade de se inovar ideologicamente sobre o valor dos conceitos políticos em uso. A primeira dessas conjunturas é a do “doceanismo” – os anos associados, no mundo hispânico, a uma fase autonomista prévia às independências hispano-americanas, resultante dos processos eleitorais expandidos desde 1809 – quando proliferaram as questões teóricas e práticas suscitadas pelos debates gaditanos e pela tentativa de aplicação da Constituição, de 1812, nos dois lados do Atlântico.² Enquanto isso, no Brasil, vivia-se o impacto da transmigração. A presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro, desde 1808, passara a permitir às elites provinciais da região sudeste auferir e enraizar mais privilégios, o que efetivamente contribuiria, a médio prazo, para fortalecer a posição política desse grupo no conjunto do reino.

A segunda conjuntura valorizada é a do “vintismo” português, plasmada pelo constitucionalismo robusto que emergiu das revoluções liberais do Porto e de Lisboa. Dali, as ideias liberais alastrar-se-iam muito rapidamente, incentivando a imprensa livre e a construção de uma opinião pública na América portuguesa.³ Ao longo dos anos de 1820, debates em torno do constitucionalismo e discussões sobre representação política estiveram associados, no mundo luso-brasileiro, às mais variadas tentativas de autonomia. Ainda que poucas vezes estas pudessem levar ao separatismo ou à busca de soberania, por parte de poderes locais, elas foram expressão, ainda que tardiamente, do aporte ao mundo luso-brasileiro daquela intensa experimentação política que

¹ GREENE, Jack P; MORGAN, Philip D. (Eds.). *Atlantic History: A Critical Appraisal*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2009; MORELLI, Frederica; THIBAUD, Clément; VERDO, Geneviève. (Eds.). *Les Empires atlantiques des Lumières au liberalism* (1763-1865). Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009; e ARMITAGE, David; SUBRAHMAYAM, Sanjay. (Eds.). *The Age of Revolutions in Global Context, c. 1760-1840*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

² *Revista de Indias*, v. LXVIII, n. 242, p 11-14, 2008.

³ Nos vice-reinos mais antigos da América espanhola, essa imprensa já surgira em fins do século XVIII, valorizando a “cor local”, o particular e o nativismo, associada a sociedades dos chamados “Amigos do País”: *O Mercúrio Peruano* (1791-94) e o *Diário de Lima* (1790). Mas, apenas no contexto do *doceanismo* apareceriam os mais combatentes *O Pensador Americano* (1812), de José Joaquim Fernández de Lizardi, e o *Despertador Americano* (1810), de Miguel Hidalgo.



estreada no mundo hispânico, na década anterior, em meio ao auge da ocupação da península.

Mas, embora as transformações sofridas pelo vocábulo *pátria*, no mundo ibero-americano, guardassem seus traços comuns, associados às Revoluções Atlânticas e, mais especificamente, à conjuntura das guerras napoleônicas, é preciso marcar diferenças significativas que existiram entre os dois casos – o hispânico e o luso-brasileiro. No hispânico, observou-se o recurso à linguagem do patriotismo republicano, no enfrentamento dos invasores, e o forjar-se de um conceito de pátria baseado em princípios de *liberdade* e *bom governo*.⁴ No espaço luso-brasileiro, tal recurso à linguagem política do patriotismo deu-se em momentos bastante distintos e possuiu outras características. Por exemplo, haveria que se sublinhar e diferenciar, nesse sentido, as transformações ocorridas na utilização do termo *pátria*, durante o período joanino (1808-1821), daquelas outras transformações do termo que foram observadas no período que se seguiu ao *vintismo*, em meio às tentativas de domesticação das províncias para a legitimação da autoridade pedrina e de sua soberania, logo após a criação do novo Império do Brasil, em 1822.

Diz-nos Viroli que, não mais referida apenas à dimensão religiosa do patriotismo antigo, a terra pátria, identificada sempre ao lugar e/ou comunidade de origem, passou a ser associada, na modernidade, mais ao estado da sociedade a que se pertence, onde pode e deve haver leis voltadas para o interesse de todos e onde um governo atento ao bem comum deve existir e fazer-se protetor o suficiente, ao ponto de suscitar um intenso amor pátrio por parte dos seus filhos. Semelhante ao amor nutrido pelos pais, esse amor do cidadão pela pátria podia apresentar-se, ademais, virtuoso e racional, sendo expresso em atos de serviço (*officium*) e cuidado (*cultus*).⁵

A crescente politização sofrida pelo termo, ao longo do rescaldo das revoluções atlânticas no mundo ibérico, levou o conceito a um afastamento das lealdades do antigo regime e, igualmente, à ultrapassagem de lealdades meramente locais, associadas ao vilarejo ou ao município. Deu-se uma crescente subsunção do conceito de pátria ao de estado-nação, referido (no Brasil) quer ao projeto de Estado que então se afir-

⁴ CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y estado en Iberoamérica: el lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

⁵ VIROLI, Maurizio. *For Love of Country: An Essay on Patriotism and Nationalism*. Oxford: Clarendon Press, 1997. p. 19-20.

mava a partir da corte do Rio de Janeiro, quer aos demais projetos de Estado enunciados paralelamente em diferentes províncias brasileiras, ainda que não necessariamente vitoriosos (por exemplo, os casos da Confederação do Equador em Pernambuco, em 1824 ou mesmo das tentativas da Cisplatina/Banda Oriental, em 1821). Também as duas mais poderosas cidades-porto e capitais do Litoral da Bacia do Prata – Buenos Aires e Montevideú – lutaram contra a autonomia e as fortes tendências separatistas das províncias do Interior do ex-Vice-reino. Em Buenos Aires, por exemplo, a Primeira Junta de 1810 falhou na sua tentativa de formar um congresso constituinte em 1811. Um novo esforço, também fracassado, deu-se em 1813 e seguiu-se com a proposta da Constituição de 1819, já com a participação das Províncias Unidas, desde 1816, em Tucumán. Tal Constituição, entretanto, nunca chegou a ser ratificada pelas províncias e o próprio Estado central que as representava sucumbiu rapidamente em 1820. Em meio à guerra civil acirrada e contínua de 1814 a 1820, envolvendo o governo dos diretores supremos com sede em Buenos Aires e as forças artiguistas, novas tentativas de centralização se viram surpreendidas pelas resistências surgidas em Santa Fé (de 1818 a 1838) e Entre Rios (de 1819 a 1820) e pela criação da efêmera República de Tucumán, em 1819. Enfim, o peso do patriotismo local e regional, no Prata, continuou forte e levou a vitórias inesperadas: a bem-sucedida criação da República Oriental do Uruguai, em 1828, foi o maior desses exemplos, frustrando tanto os sonhos dos portenhos como o do monarca brasileiro, apodado, pelos coevos e orientales mais combatentes, o “Nero do Continente Americano”⁶

A articulação do conceito de pátria à linguagem da tradição republicana, começou, pois, paralelamente, a também provocar a passagem de uma ideia de liberdade associada às sociedades de privilégio do Antigo Regime – isto é, aos homens sempre inseridos em suas corporações e strata específicos – para uma noção mais ampla de liberdade, referida à res publica, ao bem-comum de indivíduos abstratos, que passariam a querer se pensar enquanto cidadãos e a querer agir como tais.

No cenário da América portuguesa, observou-se que tal transformação atingiu tanto o termo pátria como sua articulação ao termo nação. Sedições marcaram com profundidade Pernambuco, em 1817 (ainda no período joanino) e em 1824, quando junto à proposta de um novo

⁶ *Gazeta de la Provincia Oriental*, n.9, 5/1/1827.



Estado se tentaria construir ou instituir uma nova liberdade. As insurreições e demais instabilidades políticas, deflagradas após a independência, nas províncias do Pará (1822) e Maranhão (1823) e na Bahia (1822-23), também ameaçaram, por diferentes motivos, com suas demandas de liberdade acompanhadas da mobilização dos “homens do comum”, a estabilidade étnica e racial de hierarquias sociais, há muito estabelecidas nesses lugares.

Não raras vezes indispondo-se contra os poderes do Rio de Janeiro, essas províncias se fizeram conhecer como pátrias – pernambucana, mineira, paulista, bahiana e outras. Em tempos turbulentos, em algumas cidades e vilas, elites e setores populares se aproximaram, ainda que apenas temporariamente. Ao fim, clivagens outras continuariam separando os “homens do comum” daqueles homens ditos “de condição”, inviabilizando as novas ideias de bem comum e de liberdade que muitos quiseram ver partilhadas entre os chamados patriotas ou cidadãos.⁷

No caso da América hispânica, mais particularmente a região do Prata, essa transformação associada à pátria e à liberdade teve a república, não a nação, como a sua maior expressão. Após as abdições de Bayona, o princípio da “retroversão da soberania” aos pueblos assumiu variadas formas e a irreversível fratura da monarquia espanhola, que se seguiu à captura de Fernando VII, ampliou a crise de autoridade vigente e deslocou a soberania.⁸ A antecipação desse deslocamento foi percebida por alguns contemporâneos, como é o caso de Juan Martín de Pueyrredón que, enviado em missão a Madrid, logo após as invasões inglesas ao território rio-platense (1806-1807), foi surpreendido pelas primeiras respostas das províncias espanholas. Escreveu ao Cabido de Buenos Aires, em 10 de setembro de 1808, lamentando a situação em que se encontrava o reino, retratando-o como “dividido em tantos gobiernos cuantas son sus provincias”, e criticando “las locas pretensiones de cada una de ellas a la soberania, el desorden que en todos se observa y las ruínas que les prepara el ejército francés aunque rechazado en sus primeras tentativas...”⁹ Enfim, Pueyrredón testemunhava,

⁷ Cf. MOREL, Marco. *Frei Caneca*. Entre a Marília e a Pátria. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000 e LYRA, Maria de Lourdes Viana. “Pátria do cidadão”: a concepção de pátria/nação em Frei Caneca. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. inicial-final, 1998.

⁸ Veja-se VALDÉS, José M. Portillo. *Crisis Atlántica*. Autonomia e independencia en la crisis de la monarquia hispana. Madrid: Marcial Pons Historia, 2006; CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados*: Orígenes de la Nación Argentina (1800-1846). Buenos Aires: Espasa Calpe; Ariel Historia, 1997 (com 400 p. de documentos de época).

⁹ Instituto de História Argentina “Dr. Emilio Ravignani” de la Facultad de Filosofía y Letras (UBA), *Mayo documental* (B. Aires), Tomo III, 1962, doc. N. 298.



assim, o complexo processo que apenas se iniciava na Espanha e que se estenderia por toda a América: o do surgimento de diversos corpos ou politíes que, simultaneamente, começavam a reclamar suas respectivas soberanias.

A resposta comum ao problema da monarquia acéfala encontraria, nos pueblos e seus ayuntamientos, os sujeitos políticos naturais mais capacitados para assumir o protagonismo em tempos de crise e uma linguagem comum, no direito natural e de gentes.¹⁰

São conhecidas variantes muito diversas desse “mosaico de pátrias” ibero-americanas,¹¹ em que os órgãos administrativos e judiciários locais diferiram de região para região. Entretanto, grosso modo, pode-se dizer que foram essas instâncias – particularmente as Câmaras na América portuguesa e os Cabidos na América espanhola – os únicos lugares efetivos de aprendizado da política, para os habitantes das localidades mais dispersas, em especial aqueles que podiam aspirar a alguma representação, pelo simples fato de serem também “homens de condição” naquelas sociedades de antigo regime.

É com a análise das categorias com as quais os contemporâneos operavam e davam sentido à sua ação, no campo do político – aqui referido, principalmente, ao âmbito do constitucionalismo liberal e ao republicanismo –, que poderemos entender como foi reativada e politizada a linguagem do patriotismo, nas Américas portuguesa e espanhola, durante as décadas iniciais das independências.

Nos discursos políticos de época, em que pesem as distintas abrangências e naturezas expressas, destaca-se a seguinte característica comum: a constante preocupação com a ordem, que a ampliação da liberdade e da cidadania costuma ameaçar, aos olhos dos “homens de condição”.

¹⁰ Uma cuidadosa discussão sobre os pueblos e as relações de *vecinidad* pode ser vista em: CHIARAMONTE, op. cit.; ANNINO, Antonio. Soberanias en lucha.. In: ANNINO; CASTRO-LEIVA; XAVIER-GUERRA. De los Imperios a las Naciones: Iberoamerica. Zaragoza: Ibercaja, 1994, p. 229-253 e LOSADA, Cristóbal Aljovín de. Ciudadano y vecino en Iberoamerica, 1750-1850: Monarquía o República. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández. (Dir.). Diccionario político y social del mundo ibero-americano – La era de las revoluciones, 1750-1850. Madrid: Fund. Carolina; Centro Estudios Políticos y Constitucionales, 2009. p. 179-198.

¹¹ A feliz expressão do “mosaico de pátrias”, é de István Jancsó, e consta da sua introdução “Independência, independências”, ao livro por ele organizado, intitulado *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 17-48. Essa ideia do “mosaico” ressalta as diferenças de magnitude demográfica entre as distintas partes da América portuguesa e a percepção do que o autor chamou de “assimetria americana”, onde as estruturas da vida social conseguem se tornar simultaneamente replicantes e desviantes dos paradigmas europeus – uma característica brasileira, dirá, de reinvenção pela inversão do modelo reinol de articulação das esferas pública e privada de existência, função de condição periférica e subordinada, que perduraria até a consolidação do Império brasileiro. Ver p. 25.

No Brasil, esta preocupação deu-se especialmente em relação aos “objetos” dessa ordem – os escravos –, mas também e sobretudo em relação aos libertos e homens livres e pobres, aos muitos, em suma, que engrossavam a numerosa categoria dos chamados “homens do comum”. Afinal eram estes últimos os que podiam oferecer os limites mais precisos da politização do termo pátria, então em uso naquelas sociedades. Atitude similar podia ser observada na América hispânica, onde a existência de repúblicas, não raro prescindiu em seus inícios também dos seus “repúblicos”. Esta falta, menos perceptível quando comparada às sociedades escravistas, onde a exclusão era estrutural, também levou à mobilização da “gente común”, para lutar por uma nova liberdade no mundo hispânico. E tal participação podia, como na América portuguesa, tornar-se bastante perigosa. Na região platina, esta reivindicação por igualdade de direitos tinha de lidar com antigos conflitos étnicos – caso dos guaranis na Banda oriental – e também com o legado do intenso tráfico de escravos, o que exigiu de Montevidéu e Buenos Aires os mesmos esforços de deliberações abolicionistas graduais já nossas conhecidas: proibição do tráfico, “liberdade dos ventres” e mesmo a oferta da liberdade aos cativos, obtida após certo número de anos de serviço militar.

Massa poliforme dedicada às mais diversas atividades em busca de seu sustento, tanto no campo como nas cidades, esses “homens do comum”, de natureza multiétnica e mestiça, originaram-se de peninsulares que não tinham enriquecido nas conquistas, de africanos aportados nas Américas como escravos, ou de populações indígenas destribalizadas e integradas ao empreendimento colonial, e de pardos livres “de condição”. Essa massa sempre se fez presente nas irrupções de violência, motins, revoltas e desordens,¹² em especial no ambiente urbano, onde compunham a “população”, facilmente mobilizável. Posta em movimento e tornada reivindicante, podia até constituir-se em agente político e passar a ser levada em conta em alguns casos. Foram, pois, esses “homens do comum” que promoveram os muitos conflitos rotineiros que, a partir de 1820, transformaram as ruas das principais

¹² DANTAS, Monica Duarte. (Org.). *Revoltas, Motins, Revoluções. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011 e SABATO, Hilda. (Coord.). *Ciudadanía política y formación de las naciones. Perspectivas históricas de América Latina*. Mexico: FCE, 1999. Ver também SEIXLACK, Alessandra. *O Juízo Final dos Índios: guerra e política na Conquista do Deserto austral argentino (1867-1879)*. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

idades e vilas do Reino do Brasil no principal cenário desse pretendido ingresso na esfera da política, obstado na maioria dos casos. Na América espanhola, particularmente na região do Prata, onde o dever de servir à república tudo exigia, o serviço das armas podia se apresentar como caminho seguro para se conseguir ser cidadão.¹³ Os projetos constitucionais de Buenos Aires, em 1813 (ainda que gorados), retomaram algumas dessas ideias ensaiadas à época das invasões de 1806 e 1807 e que reforçavam, na melhor tradição do republicanismo clássico, a importância dos atos de serviço (*officium*) na luta pela pátria e a esperança de que a revolução pudesse se sustentar na “virtude”.

As considerações que apresentamos brevemente se preocupam com a relação que os três conceitos – pátria, república e povo – guardaram entre si, à época. Observam como o termo povo, com mais vagar, acabaria sofrendo sua singularização, sendo ressignificado de modo a se construir e instituir como a categoria política de grande importância na modernidade – posteriormente amalgamada à Nação.

Entender o significado dessas muitas identidades em construção para os contemporâneos, naquele momento bastante especial, passa por discutir as diferenças que elas apresentaram em relação às demais identidades locais. Afinal, patriota e cidadão conviveram com outras identidades que também vinham sendo construídas, ao longo dos séculos de colonização, e que também se fizeram manifestar (enquanto atos de fala) na esfera da política, com maior ou menor intensidade naquele momento de aceleradas mudanças.

¹³ Para isso, veja-se o magistral *Guerra y Revolución*, de Halperín Donghi, citado nas Referências.



REFERÊNCIAS

ALTAMIRANO, Carlos. (Ed.). *Historia de los intelectuales en America Latina*. Madrid: Katz, 2008. (v. I: *La Ciudad Letrada, de la Conquista al Modernismo*, Jorge Myers. Org.).

ANNINO, Antonio; CASTRO-LEIVA; XAVIER-GUERRA. *De los Imperios a las Naciones: Iberoamerica*. Zaragoza: Ibercaja, 1994.

BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. *O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BREÑA, Roberto. (Ed.). *En el umbral de las revoluciones hispánicas: el biênio 1808-1810*. Mexico: El Colegio de Mexico; CEPC, 2010.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Espasa Calpe; Ariel Historia, 1997.

_____. *Formas de identidad política en el Río de la Plata luego de 1810*. Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, Buenos Aires, v. III, n. 1, p. 71-92, 1989.

_____. *Nación y estado en Iberoamérica: el lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

Colecção de legislação das cortes gerais de 1821 a 1823.

Colecção de todas as leis, alvarás e decretos impressos desde 4/6/1823 a 17/3/1825.

CORRÊA DE SÁ, D. José d'Almeida (Marquês do Lavradio). *D. João VI e a independência do Brasil. Últimos anos do seu reinado*. Lisboa: Artes Gráficas Soc. Nac. de Tipógrafos, 1937.

Correspondência oficial das províncias do Brasil durante a legislatura das Cortes Constituintes de Portugal nos anos de 1821/1822, precedida das cartas dirigidas a El-Rei D. João VI pelo Príncipe Real D. Pedro de Alcântara como regente. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872.

FERNÁNDEZ-SEBASTIAN, Javier. (Dir.). *Diccionario politico y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones. 1750-1850*. Madrid: Fundación Carolina; SECC/CEPC, 2009.

FREGA, Ana. *Pueblos y soberanía en la revolución artiguista. La region de Santo Domingo Soriano desde la colonia a la ocupación portuguesa*. Montevideú: Ed. Banda Oriental, 2007.

_____. (Coord.). Historia regional e independencia del Uruguay. Montevideu: Ed. Banda Oriental, 2009.

HALPERÍN DONGHI, Túlio. Revolución y Guerra. Formación de una elite dirigente en la Argentina criolla. México: Siglo XXI, 1972.

MORENO; FUNES; MONTEAGUDO; HENRÍQUEZ; BELGRANO; RODRÍGUEZ etc. Ideario de Mayo. (Docs. compilados por Narciso Bina-
yán), Buenos Aires: Kapelusz, 1960.

Instituto de Historia Argentina "Dr. Emilio Ravignani" de la Facultad de Filosofía y Letras (UBA), Mayo documental (B. Aires), Tomo III, 1962, doc. N. 298.

JANCSÓ, István. (Ed.). Independência: História e Historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. Brasil: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, 2003.

JUNCO, José Álvarez; LUZÓN, Javier Moreno. (Eds.) La Constitución de Cádiz: historiografía y conmemoración. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2006. (Cuadernos y Debates, 171).

MELLO, Evaldo Cabral de. A outra independência. O federalismo republicano de 1817 a 1824. São Paulo: Ed. 34, 2004.

MOREL, Marco. Entre Marília e a pátria. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

_____. Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.

MORELLI, Frederica; THIBAUD, Clément; VERDO, Geneviève. (Eds.) Les Empires atlantiques des Lumières au liberalism (1763-1865). Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

MORENO, Mariano. Escritos. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1918.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira da; MOREL, Marco. História e imprensa. Rio de Janeiro: UERJ; IFCH, 1998.

PIMENTA, João Paulo G. Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828). São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.

PORTILLO VALDÉS, José M. Crisis Atlántica. Autonomia e independencia en la crisis de la monarquía hispana. Madrid: Marcial Pons Historia, 2006.

PROENÇA, Maria Cândida. A Independência do Brasil. Relações externas portuguesas 1808/1825. Lisboa: Livros Horizonte Ltda., 1987.

SANTOS, Clemente dos. Documentos para a história das Cortes Gerais da Nação Portuguesa. Tomo I, 1820/1825. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. A independência do Brasil. Modos de lembrar e esquecer. (Velhos documentos, novas leituras) Introdução, transcrição e notas de Iara Lis Schiavinatto. Madrid: Fundación Mapfre Tavera; Ediciones Doce Calles, S. L., 2005.

SILVA, Ana Rosa Coclet da. Inventando a Nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo: Hucitec, 2006.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Movimento constitucional e separatismo no Brasil. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

_____. Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821). Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1977.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. Pátria Coroada. O Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

RESUMO

Com este texto busco apresentar reflexões iniciais sobre as transformações de significado por que passaram os conceitos políticos basilares de liberdade e cidadão, quando articulados à linguagem do patriotismo empregada no mundo ibérico, nas primeiras décadas do século XIX. Defendo que uma maior politização do termo pátria serviu de pano de fundo para todas essas ressignificações profundas que, impulsionadas pelo contexto do bloqueio napoleônico e das revoluções liberais ocorridas na Península, conduziram à busca de autonomia e soberania em diversas partes dos impérios ibero-americanos.



**A comemoração do I Centenário da Independência na
América Latina: memórias, identidades, região/nação e
relações internacionais**

Gerson Galo Ledezma Meneses
Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA



A comemoração do I Centenário da Independência na América Latina: memórias, identidades, região/nação e relações internacionais

Gerson Galo Ledezma Meneses
Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA

O nosso objetivo é mostrar a forma como se comemorou a festa do I Centenário da Independência em cinco países da América Latina: Colômbia, Brasil, Chile, Argentina e Uruguai. Destacaremos que, enquanto no Brasil, as memórias estavam divididas em torno dos referentes da nacionalidade, na Colômbia, as elites, depois de cem anos de Independência, haviam chegado, por diferentes interesses, ao consenso em torno da memória republicana e dos heróis que haviam participado das lutas contra a Espanha. Para os casos chileno e argentino, nos interessa identificar a adesão à cultura hispânica, como sinônimo de arma de guerra simbólica contra os Estados Unidos e sua cultura anglo-saxônica. Nas festas e discursos comemorativos da Independência uruguaia, encontramos processo parecido ao do Brasil, pois tanto *Blancos* como *Colorados* enfrentaram disputa em torno do “verdadeiro” lugar da memória da nacionalidade, destacando duas datas importantes como marco nacional: 25 de agosto de 1825 e 18 de julho de 1830.

A partir da independência, as Repúblicas do Chile, Argentina, Colômbia e Uruguai deram início à construção de seus Estados Nacionais, processo longo e complicado. No Chile, cuja economia se ligou mais rapidamente aos mercados mundiais, pela exportação do guano, Santiago firmou-se como centro hegemônico, submetendo as outras cidades e regiões. Na Argentina, as relações entre Buenos Aires e as demais províncias do Rio da Prata foram mais conflitivas, sendo somente a partir de 1862 que se estabilizaram, permitindo ao país inserir-se melhor nas redes de trocas internacionais, de uma forma que se consolidaria em 1880, com a exportação de carne e cereais. Na Colômbia, o processo foi ainda mais complicado e doloroso: Bogotá era incapaz de submeter as antigas províncias do antigo Reino da Nova Granada e, só a partir de 1886, uma Constituição conservadora tentaria conjugar os interesses tanto de liberais quanto de conservadores. Porém, prosseguiram as guerras civis que, especialmente a última, marcaria para sempre o país. A guerra dos Mil Dias (1889-1902) foi a mais cruenta de todas e teve como desfecho a perda do Panamá, em 1903. O Uruguai passaria por um processo similar ao colom-

biano; as guerras civis se prolongariam até 1904 e 1905, quando o país vivenciou o levante saravista (Aparício Saravia) contra o governo colorado de José Batlle y Ordóñez. Enfrentamentos entre *blancos* e *colorados* que impediram o Uruguai de se enveredar pela construção do Estado nacional até o fim do século XIX e começo do século XX.

Em 1910, o capitalismo na fase imperialista disputava os mercados internacionais para a venda de manufaturas e a compra de matérias-primas. A Europa entrava numa carreira armamentista, estimulada pela disputa de colônias asiáticas e africanas. Na América do Norte, os Estados Unidos continuavam avançando sobre a América Central e o Caribe. Tendo derrotado a Espanha numa guerra imperialista que interferiu na guerra de independência de Cuba, o país do Norte demonstrara seu poder e sua pretensão à hegemonia sobre vastos territórios. Seus tentáculos haviam-se estendido até o Panamá e as Filipinas. Inglaterra, Alemanha e Itália haviam ocupado o porto de La Guayra, na Venezuela, para cobrar o pagamento da dívida externa do país.

No início do século XX, persistiam pendências limítrofes entre os países do Cone Sul. O Brasil, embora tendo fixado seus limites com a Argentina, na região de Palmas ou das Missões, ainda enfrentava problemas com a Bolívia e o Peru, na disputa pelo Acre, e com a Inglaterra, por territórios da fronteira com a Guiana. Estes conflitos foram resolvidos durante a primeira década do século, mas existiam fortes rivalidades entre as chancelarias do Rio de Janeiro e Buenos Aires. Entre esta e a de Santiago persistia séria ameaça de guerra pela disputa dos territórios patagônicos. Entre o Chile, a Bolívia e o Peru, a situação mantinha-se tensa, com o risco de uma nova guerra pelo salitre. Os três maiores países do Cone Sul disputavam a hegemonia, na tentativa de criar a potência. Na Colômbia, sempre às voltas com as guerras civis, os problemas de fronteira com os países vizinhos ainda não tinham sido resolvidos; a perda do Panamá desencadeou um forte sentimento nacionalista contra os Estados Unidos.

A partir da independência, o Império do Brasil também deu início à construção do seu Estado Nacional, processo longo e complicado, como anotamos, para os outros países. A monarquia escravista do Brasil superou, nos meados do século, os conflitos mais sérios entre a Corte, no Rio de Janeiro, e as Províncias, mas a precariedade das vias de comunicação e um território enorme ainda dificultavam a unidade nacional quando, abolida a escravidão e proclamada a República, se aproximava o centenário da Independência. Chegando o momento da comemoração, a falta de unidade territorial e as várias pendências limítrofes entre os Estados

da união ameaçavam provocar, a nível nacional, uma crise parecida a outras já vividas, como Canudos ou o Contestado. A grande diferença entre o Nordeste decadente e o Sul agroindustrial, ligado às exportações de carne seca e café, também provocava desconforto entre os habitantes da Federação, que se imaginavam pertencer a países diferentes. As secas constantes produziam imagens de uma parte do país pobre e acabado, sem esperanças de fazer parte do concerto dos Estados ricos do Brasil. Antigas rivalidades entre monarquistas e republicanos desenhavam a imagem do país como dividido em várias memórias, em torno da nacionalidade.

É neste quadro que tais países comemoraram o Primeiro Centenário da Independência. Tema abordado na minha tese de doutorado¹ e ampliado posteriormente para Uruguai e Bahia (no Brasil).

O objetivo, que analisa o Primeiro Centenário da Independência em cinco países da América do Sul, foi observar a Festa como um momento especial, em que os diferentes governos enfrentaram suas crises internas e pautaram suas relações exteriores. Jaime de Almeida salienta que:

Alguém poderia pensar que a festa, um simples epifenômeno, muito pouco teria a dizer àqueles que, estudando as Relações internacionais a partir de outras situações, alcançam conhecimentos mais objetivos e mais eficientes. Poder-se-ia, porém, sem desconhecer nem contestar a importância de outros ângulos de observação e problematização das Relações Internacionais, lembrar que a festa reúne as grandes personalidades que representam os Estados e organizações, exhibe o essencial do poder militar e tecnológico destes Estados e organizações, mede a capacidade de mobilização das grandes massas pelos respectivos arsenais de símbolos e valores e, talvez sem o querer, oferece a outros agentes sociais oportunidades excepcionais de contestação.²

Diante de um conjunto imenso e heterogêneo de fontes primárias, jornais, revistas, livros do Centenário, relatórios etc., optamos por privilegiar os discursos comemorativos, inspirando-nos em Enrique Plasencia

¹ Festa e forças profundas na comemoração do I Centenário da Independência na América Latina (Estudos comparativos entre Colômbia, Brasil, Chile e Argentina). Brasília: UnB, 2000. 420 pp.

² ALMEIDA, Jaime de. A Exposição Universal Columbiana. Chicago, 1893. In: LUBISCO, Sandra Maria Brancato; MENESES, Albene. Anais do Simpósio O Cone Sul no contexto internacional. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 139.

³ PLASENCIA DE LA PARRA, Enrique. Independencia y nacionalismo a la luz del discurso conmemorativo (1825-1867). México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1991. p.9.



de la Parra, que analisou os discursos, arengas, orações ou elogios patrióticos – tantas eram as maneiras de chamá-los –, proferidos nas praças de todo o México, entre 1825 e 1867, nos quais encontrou:

expresadas las ilusiones, las esperanzas, los temores, los complejos, las desilusiones y, en el extremo, el deseo de expiación y holocausto de varias generaciones de mexicanos que veían como la nación se enfrentaba a problemas de enorme magnitud.³

Observamos, portanto, à luz do discurso comemorativo, as práticas sociais e políticas das elites frente à imagem interior e exterior de seus países, buscando identificar as *forças profundas* que as condicionavam. Apoiados na bibliografia voltada para a teoria da História das Relações Internacionais, tentamos compreender, em vários destes países, o movimento operário, o nacionalismo, as migrações, o imperialismo, o espaço, os meios de comunicação etc. Ou seja, fenômenos apontados por P. Renouvin e J. B. Duroselle, como *forças profundas*, pressões diretas e indiretas, o ambiente, a conjuntura econômica e o estado dos espíritos, e, por fim, a pressão social, todo o conjunto constituído pela educação, pelo meio social geográfico, pelos preconceitos de classe, que agem tanto sobre os homens de Estado quanto sobre os outros homens, sem que disso eles se deem conta.⁴

Por isso, fomos levados a nos preocupar pela psicologia coletiva, a memória e os imaginários, acompanhando a indicação de Amado Luiz Cervo:

as relações internacionais têm componentes históricos que devem ser localizados na antropologia e na psicologia, nas imagens e conceitos que se produzem acerca do estrangeiro, na forma como os agrupamentos humanos se organizam em comunidades, Estados e associações supranacionais.⁵

Partindo destas propostas norteadoras iniciais, identificamos a importância do problema da comunhão entre a Nação e a sociedade na festa comemorativa, tentando medir de alguma forma o grau de adesão dos

⁴ RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J. B. Introdução à História das Relações Internacionais. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. p. 377.

⁵ CERVO, Amado Luiz. Relações Internacionais do Brasil. In: CERVO, Amado Luiz. (Org.). O Desafio Internacional. Brasília, DF: Editora da UnB, 1994. p. 14.



cidadãos ao Estado, promotor da comemoração. A maioria dos estudiosos concentra-se na forma como o Estado, por meio da festa, submete e reforça a obediência e a submissão. No entanto, a empatia entre Estado, população e Nação é algo difícil de se estudar, nas fontes disponíveis. Benedict Anderson ofereceu-nos uma importantíssima pista:

en los dos últimos decenios se ha escrito mucho acerca de la idea de la familia como una estructura de poder articulada, pero tal concepción es en verdad extraña para la mayor parte de la humanidad. Más bien, la familia se ha considerado tradicionalmente el dominio del amor desinteresado y de la solidaridad. De igual modo, si los historiadores, si los diplomáticos, los políticos y los sociólogos se sienten muy a gusto com la idea del 'interés nacional', para la mayoría de la gente ordinaria de todas las clases es el desinterés la esencia de la nación. Justamente por esa razón puede pedir sacrificios.⁶

Decidimos, por isso, privilegiar, na leitura dos discursos comemorativos, os momentos em que se utilizam metáforas da família e do corpo,⁷ já que elas estariam apontando na direção dos obstáculos mais graves à criação, aprofundamento ou recriação do nacionalismo e do patriotismo.

Na tentativa de ultrapassar abordagens demasiado sistêmicas ou generalizadoras, decidimos observar as relações entre a capital e algumas províncias, na Colômbia, perguntando se a memória era coletiva⁸ ou se, pelo contrário, apresentava-se dividida⁹ em torno dos lugares de memória nacional.¹⁰ Isto nos levou à questão das relações entre região e nação e ao problema da macrorregião.¹¹ Segundo Edmundo Heredia, os estudos sobre o nacionalismo na América Latina:

⁶ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: FCE, 1993. p. 202-203.

⁷ MAGNOLI, Demetrio. *O Corpo da Pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Unesp/Moderna, 1997.

⁸ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

⁹ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 103-130.

¹⁰ NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux. In: NORA, Pierre. (Org.). *Les Lieux de Mémoire* (1). Paris: Gallimard, 1997. p. 23-43.

¹¹ HEREDIA, Edmundo. Una aproximación teórica a los conceptos de 'nación' y de 'espacios regionales' en la configuración de las relaciones internacionales latino americanas. In: CERVO, Amado Luiz; DOPCKE, Wolfgang. (Orgs.). *Relações internacionais dos países americanos. Vertentes da História*. (Brasília, DF: EdUnB, 1994. p. 9-17.



têm sido encarados com notória profusão, mas, desde a perspectiva exclusiva da nação, porém, são muito poucos os esforços que partem do pressuposto da existência de um processo comum para a grande região [...]. O objetivo tem sido distinguir, afastar, particularizar e, no plano das histórias nacionais paradigmáticas, até destacar as glórias nacionais em seu contraste e confrontação com as outras nações.¹²

Atendendo a este chamado, observamos a maneira como o projeto bolivariano teria sido evocado na formação de blocos regionais para a defesa contra ameaças de agressão estrangeira, tão falado na conjuntura atual da América Latina, no começo do terceiro milênio. Além do recurso aos lugares de memória da Independência, para forjar laços de coesão entre territórios nacionais ou regionais, constatamos que o discurso comemorativo comprova a importância das vias de comunicação nas relações sociais, num sentido ampliado, destacada por Edmundo Heredia:

Las comunicaciones han servido para vincular entre sí a regiones, naciones, ciudades y pueblos; también han sido a veces el origen de poblamientos y el instrumento indispensable para iniciar la explotación de recursos naturales. Ellas han constituido así una primera red infraestructural para las relaciones. Tomadas en el sentido extenso de agentes de difusión e intercambio de bienes materiales, de traslado de personas, de transmisión de ideas y de novedades, parecen constituir un campo de la realidad lo suficientemente vasto y comprensivo como para coadyuvar al conocimiento integral de un sistema de relaciones entre grupos sociales y culturales.¹³

Que papel desempenharam os imaginários nas festas do Primeiro Centenário da Independência? Na tentativa de avaliar sintomas de decadência das elites políticas e econômicas, se as camadas menos favorecidas oferecem resistência ou, melhor dito, se as festas incentivam seu imaginário à procura de mudanças radicais, adotamos as abordagens teóricas que concebem o imaginário como algo criado

¹² HEREDIA, 1994, p. 9.

¹³ HEREDIA, Edmundo. Reflexiones sobre el espacio y las comunicaciones en América Latina. In: HEREDIA, Edmundo. (Org.). América Latina, isla o archipiélago. El rol de las vias de comunicación en la estructuración espacial latinoamericana. Córdoba: Programa de Historia de las Relaciones Interamericanas (CIFYH), 1994. p. 11-29.



para satisfazer desejos, para “preencher, fechar, cobrir o que é necessariamente abertura, clivagem, insuficiência do sujeito”.¹⁴ Também adotamos a perspectiva apresentada por Cornelius Castoriadis, para a abordagem do ritual. Se a construção do nacionalismo, da identidade, está perpassada pelos processos do imaginário, pelo ritual, pelo simbólico, então não cabem hierarquias, o melhor e o pior do ritual, o que tem mais ou menos importância:

num ritual não existe nenhum meio de diferenciar, através de quaisquer considerações de conteúdo, o que importa muito e o que importa menos. A colocação no mesmo plano, do ponto de vista da importância, de tudo o que compõe um ritual é precisamente o indicador do caráter não racional do seu conteúdo.¹⁵

Neste ponto, retomamos Benedict Anderson, a propósito da festa cívica, quando se refere a hinos, por meio dos quais se podem experimentar a unissonalidade, a realização física da comunidade imaginada em forma de eco,¹⁶ para considerar que, neste processo de identificação e de incorporação à pátria, por meio do ritual, o indivíduo, o grupo, a multidão não estariam em total desvantagem frente ao Estado. Estariam capacitados a exigir respeito, melhores atenções a seus desejos. Seu posto na rua, esperando passar o cortejo, está fixado pelo ritual, de modo que até mesmo sua simples presença ou ausência é parte de uma complexa teia de leituras e apropriações. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade.¹⁷

Na maioria dos estudos, vemos como escudos, bandeiras, o hino nacional, os monumentos e outros símbolos são usados pelas elites para, promovendo a comunhão dos sentidos e sentimentos, inculcar sua dominação, de cima para baixo. Observamos, na festa comemorativa do Primeiro Centenário da Independência, que em muitos casos essa comunhão é muito mais importante para a coesão no interior da elite, ou entre diferentes grupos elitistas, num sentido horizontal. Neste caso, o canto à bandeira, o juramento, o hino, dramatizações do amor à pátria, as manifestações de orgulho pelas fronteiras, pelo museu, pela geogra-

¹⁴ CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 331.

¹⁵ CASTORIADIS, 1996, p. 144.

¹⁶ ANDERSON, 1993, p. 204.

¹⁷ HALL, Stuart. *As Identidades Culturais na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. p. 53.



fia e pelos monumentos, em geral, podem sinalizar negociações de reciprocidade entre governo e povo.

Por outro lado, nos rituais cívicos do Centenário, especialmente na Colômbia, encontramos surpreendentes analogias com o ritual católico, indicando a importância do tema da transferência de sacralidade, muito estudado em função da revolução francesa.¹⁸ Igualmente no Uruguai, país que se separa rapidamente da Igreja, na segunda metade do século XIX, e vivencia uma feroz guerra de imagens, no começo do século XX, pois a presidência de Batlle concretiza definitivamente dita separação; instaura as leis de divórcio de 1907, 1910 e 1913, além de outras medidas jurídicas, para a concretização do Estado secularizado uruguaio; o ensino laico é garantido, em todos os níveis educacionais, e o catecismo é abolido das escolas públicas (1909). Por fim, a formação do Estado laico uruguaio institucionalizou-se com a constituição de 1917, colocada em andamento em 1919. No artigo 5 desta constituição, declara-se a separação oficial entre Estado e religião, no Uruguai. Todos os cultos religiosos foram declarados livres. Declarou-se, também, a isenção dos templos consagrados ao culto das diversas religiões de toda classe de impostos. “Batlle y Ordóñez, el Presidente 'simpatizante' de los obreros y hostil al 'empresismo' británico, era anticlerical, divorcista y partidario no sólo de la separación de la Iglesia y del Estado sino de la conversión de los templos existentes en escuelas”.¹⁹ Batlle fez todo o possível pela retirada de todas as imagens sacras, e, inclusive, tomou distância de outras de estilo cívico, como a de Artigas. Batlle construiu-se como a imagem principal que faria a ponte entre o povo e o Estado benfeitor. O Partido Colorado trabalharia em torno da comemoração do primeiro centenário da Independência, em 18 de julho de 1930, e não da data que os *blancos* propunham: 25 de agosto de 1925.

As comemorações do I Centenário da Independência mostram, para o caso da Argentina, as dificuldades das elites buenaienses e/ou portenhas²⁰ em conciliar o desenvolvimento econômico e o crescimento social do país. A imigração tornou-se motivo de preocupação, à época do Centenário, e a geração dos anos de 1980 encontrou-se inibida entre

¹⁸ OZOUF, Mona. *La fête révolutionnaire. 1789-1799*. Paris: Gallimard, 1976; SABORIT, Ignasi Terradas. *Religiosidade na revolução francesa*. Rio de Janeiro: Imago, 1989; CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito. Religião Civil e Comemoracionismo*. Fortaleza: Edições NUDOC: Museu do Ceará, 2005.

¹⁹ BARRÁN, José Pedro. *Los conservadores uruguayos (1870-1933)*. Montevideo: Banda Oriental, 2004. p. 75.

²⁰ Usamos o termo “portenhas”, para nos referirmos às elites de Buenos Aires, capital do país; e “buenaienses”, para as elites da província de Buenos Aires, cuja capital é La Plata.

seus próprios interesses e os interesses dos “outros”, os anarquistas. Para resolver o problema interno e externo – no confronto com o Brasil e os Estados Unidos –, recorreu à aliança com o Chile e à reafirmação da cultura hispânica, como um mecanismo para enraizar sua *argentinidad* e projetar melhor suas relações internacionais no cenário das alianças e das rivalidades; com vistas a forjar a imagem de potência do Cone Sul, num tipo de relações internacionais de caráter lúdico.

No caso chileno, analisamos a forma como a classe alta chilena, embora duramente criticada pelas elites intelectuais, os militares e os operários, conseguiu projetar, como no caso argentino, a imagem do Chile como sendo a potência do Pacífico Sul; num confronto claro com o Peru e os Estados Unidos, numa aberta aliança com a Argentina. A festa em Santiago conseguiu construir a imagem do americanismo, da fraternidade e da união contra o imperialismo, que avançava vertiginosamente. Mas também mostrou que enfrentava uma grave crise moral.

Na Colômbia, a elite de Bogotá também busca incentivar o nacionalismo, por meio de imagens de hispanidade, tal como acontecera na Argentina e no Chile. Porém, na Colômbia, essas imagens e outras, como os heróis, foram postas em cena com mais intensidade. Num país que não havia podido projetar o Estado nacional, a língua, a religião e a “raça ibérica” o ajudaria a homogeneizar a nação e a grande região que, em outra época, fizera parte da Grande Colômbia. No caso das elites de Cali, estas criaram imaginários que as ajudariam a projetar a região como a número um do sudoeste colombiano. Já as elites de Popayán, preocupadas pela ausência do capitalismo, de modo diferente da rival Cali, foi clara a intenção de, frente à crise econômica, política e cultural, devido ao desmembramento do Cauca Grande, inventar um *passado glorioso*, que as auxiliasse a enfrentar o século XX. A festa contribuiu para apagar a imagem realista de cem anos antes e projetar-se como uma elite dignamente patriota e republicana, em comunhão com Bogotá. Em Pasto, a elite, embora aceitasse o seu papel de realista à época da Independência, inaugurou uma estátua de Antônio Nariño, o patriota refém dos pastusos, durante as guerras contra a Espanha, para projetar a região como mais uma no concerto republicano de 1910.

Para o caso uruguaio, mostramos que embora o *batllismo* colocasse as bases materiais para construir uma identidade nacional, e embora os partidos tradicionais enveredassem pela via democrática, a partir de 1905, esses processos não foram suficientes para construir uma comunidade imaginada. Os debates em torno do Centenário da Inde-

pendência mostram uma sociedade dividida em torno de dois ou mais lugares de memória da nacionalidade. A comemoração do Primeiro Centenário da Independência mostrou que as memórias estavam divididas em torno de dois ou mais lugares de memória. Desde 1919, começou a disputa entre *Blancos* e *Colorados* para verificar qual seria a data comemorativa do Centenário. Os primeiros defenderam, com unhas e dentes, 25 de agosto de 1925, lugar de memória que os remetia à vitória de Los 33, em La Florida, e sua luta contra o Império do Brasil, a favor da Independência, cem anos antes. Os Colorados alegaram que a verdadeiro lugar da memória da Independência se encontrava em 18 de julho de 1830. Os dois grupos antagônicos comemorariam, finalmente, as duas datas.

No Brasil, a historiografia tem focalizado os problemas enfrentados no período republicano em uma categoria própria dos cientistas sociais, conhecida como *café-com-leite*, período que corresponde à Primeira República, 1889-1930. A esta forma de fazer política e lidar com a economia nacional, por parte dos homens de Minas Gerais e São Paulo, que assumiram a presidência do Brasil, se atribui a decadência social do povo e todos os problemas acima anotados. A historiografia brasileira reconhece a ascensão do nacionalismo, depois de 1930, durante o Estado Novo, onde Getúlio Vargas teria colocado em andamento uma série de medidas de cunho social para minimizar as fronteiras entre um país rico e outro pobre, tentando resgatar a “verdadeira” nacionalidade, no sertão do país, e já não mais no litoral decadente.

Para o Brasil, mostramos que ainda no período *café-com-leite*, o país experimentou a ascensão do nacionalismo ligado às políticas sociais postas em prática na presidência de Epitácio Pessoa, 1919-1922. Este presidente realizou uma série de medidas que visavam unificar o país, desde o ponto de vista material e simbólico, na tentativa de minimizar as fronteiras entre o país político e o país nacional, via num concerto de relações internacionais onde prevaleceu a troca de experiências com os países latinos, como México, Argentina e Chile, governados por partidos radicais ou de tendências reformistas; sem desconhecer a Europa e os Estados Unidos, de onde viriam os empréstimos que redimiriam o país.

Houve clara disposição da presidência de Epitácio Pessoa em estabelecer relações com a Igreja Católica e Portugal para, desde o ponto de vista simbólico, minimizar rixas existentes entre brasileiros e imigrantes (*cabras e pés-de-chumbo*); já o catolicismo foi avivado com o firme



propósito de unificar os espíritos, em torno do cristianismo, numa cruzada contra ideologias internacionais, porém, contra as diferentes expressões da religiosidade afro-brasileira que ainda, como no começo do século XX, preocupava os forjadores do país moderno.

O presidente Pessoa colocou em andamento uma justaposição de imagens, na tentativa de fazer uma colagem de memórias entre os lugares de memória monárquicos e republicanos, para unificar a Nação. Porém, o projeto perdeu força, pois várias das regiões brasileiras negaram o grito do Ipiranga e o Sete de Setembro, junto com a imagem republicana de José Bonifácio, como os verdadeiros fundadores da nacionalidade. Assim, na tentativa de ultrapassar abordagens demasiado sistêmicas ou generalizadoras, decidimos observar as relações entre a capital e algumas províncias, perguntando se a memória era coletiva²¹ ou se, pelo contrário, apresentava-se dividida²² em torno dos lugares de memória nacional,²³ tal como fizemos para o caso colombiano.

Em nossa abordagem sobre as comemorações brasileiras, Noé Freire Sandes forneceu-nos a pista essencial para o tipo de pergunta que tínhamos interesse em colocar. Em sua tese, este autor aponta a colagem entre a memória monárquica, particularmente enraizada no Rio de Janeiro, e a memória republicana, em São Paulo, cenário do Grito do Ipiranga e onde a República, o café e a indústria se entrelaçavam, mais firmemente, como a grande fórmula que pretendia cimentar a coesão interna do país. Como Noé Freire Sandes concentra os seus olhares para o discurso oficial do Estado, examinamos em que medida a fórmula da colagem das memórias foi aplicada na comemoração oficial, realizada no Rio de Janeiro, e depois em São Paulo e algumas províncias escolhidas um tanto aleatoriamente: Acre, Mato Grosso, Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Sul, Bahia e Santa Catarina.

Nesta seleção, pesou o contato com algumas dissertações e teses produzidas ou muito discutidas no programa de pós-graduação em História da UnB, problematizando os vários aspectos e implicações da expansão interna das fronteiras brasileiras pelo chamado “sertão”. As

²¹ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

²² PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 103-130.

²³ NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux. In: NORA, Pierre. (Org.). *Les Lieux de Mémoire* (1). Paris: Gallimard, 1997. p. 23-43.

comemorações do Centenário da Independência no Brasil foram preparadas com suficiente antecipação, integrando-se explicitamente no programa político empreendido pelo presidente Epitácio Pessoa, cujo mandato se completaria em 1922. Demonstramos amplamente como este presidente concebeu o seu período de governo como um conjunto de medidas para apresentar ao mundo, por oportunidade das comemorações do centenário, uma nova imagem do país. Dentre estas medidas, destacamos a implementação de grandes obras contra as secas no Nordeste e a intensificação e expansão das campanhas de saneamento público, que até então tinham privilegiado o Rio de Janeiro. Interpretamos estas medidas como respostas à profunda reavaliação da identidade nacional que vinha sendo feita desde a publicação da obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha, que expusera a trágica realidade nordestina, até então praticamente ignorada pelas elites letradas do Rio de Janeiro e de São Paulo, e de obras publicadas por médicos sanitaristas que, após as grandes obras de saneamento do Rio de Janeiro, haviam começado a percorrer o interior do país, que se mostrava como um *grande hospital*.

Apresentando esta interpretação, enfatizamos deliberadamente o envolvimento do presidente Epitácio Pessoa nesse programa de governo, que preparava a grande comemoração, já que o levante do forte de Copacabana – um evento que marca na memória histórica brasileira a crise do sistema republicano oligárquico – não apenas obscureceu o Centenário, mas também lançou Epitácio Pessoa na vala comum dos governantes comprometidos com a velha política, que teria sido sepultada pela Revolução de 1930. Mostramos então que o auge do nacionalismo não é uma obra exclusiva da Era Vargas, e que, no período conhecido pelos historiadores como *café-com-leite*, essa situação se fez evidente durante a presidência de Epitácio Pessoa, de 1919 a 1922, justamente à época da comemoração do Primeiro Centenário da Independência.

A nosso ver, tal como os imigrantes em Buenos Aires e el roto no Chile, o outro, no caso do Centenário brasileiro, os sertanejos, os mestiços, é que estavam sendo convidados ou se infiltravam nos espaços da cidadania, integrando-se à comunidade imaginada. Um silêncio muito significativo sobre o negro e o mulato, embora tendo sido percebido, não pôde ser tratado. Em contrapartida, tivemos a ; oportunidade de observar como os imigrantes alemães concentrados no pequeno Estado de Santa Catarina tiveram a oportunidade, com o Centenário, de comemo-



rar a unidade nacional de uma forma que não deixasse dúvidas que substituíam os seus vínculos com a Alemanha pela adesão fiel ao patriotismo brasileiro.

Para o caso do Rio de Janeiro, o empenho do presidente Epitácio Pessoa pelo desenvolvimento da imagem interna do país, através da luta contra problemas centenários, como a saúde pública e as secas, a fraude eleitoral, entre outros, chocou-se contra a resistência das elites dominantes. Encerrado o seu governo, seus projetos sociais foram suspensos. Entendemos que mesmo assim o Centenário acabou por explicitar a existência do *Grande Hospital*, incentivando as camadas populares à procura de solução para seus problemas, incorporando-se à cidadania.

Em 1922, o Brasil, desenvolvendo relações internacionais de tipo existencial, realista e pragmática, entre as quais se destaca a superação da animosidade com a Argentina, voltou-se para a situação interna; uma parte significativa das elites estava interessada em incentivar o patriotismo, também entre as camadas inferiores. Na medida em que o Governo tentava solucionar os problemas de saúde pública e das secas nordestinas, a população alcançada por tais programas se ligaria mais a seu país, não apenas pelo patriotismo relacionado ao serviço militar obrigatório, à propaganda das Ligas Nacionais ou à precária rede escolar, mas pelas melhores condições sociais. De fato, pelo menos entre 1919 e 1922, o governo levou saúde a Estados afastados e investiu grandes somas em poços e açudes, penetrou o país com inúmeras vias de transporte e com novos meios de comunicação, como o rádio, abrindo um novo patamar, um novo marco na trajetória da comunidade imaginada.

Considerações finais

A festa comemorativa do Primeiro Centenário da Independência na América Latina não foge ao tempo do historiador, que pode fazer da festa um observatório das esperanças e medos vividos pelas elites governantes do Rio de Janeiro e dos diferentes Estados da União em 1922, e da forma como reagiram a estes sentimentos, alimentados pelas *forças profundas*.

Destacamos dois temas em especial:

- 1) A importância da aproximação entre o Chile e a Argentina, no Centenário, processo em que a ligação ferroviária entre os dois países, marcada por cerimônias muito eloquentes, confirma a

riqueza da perspectiva historiográfica que vem sendo construída por Edmundo Heredia. O tema das vias de comunicação, colocando em contato regiões distantes, no interior de um país, e especialmente, no caso sul-americano, colocando em contato países até então separados por barreiras imensas, como, no caso do Chile e da Argentina, a cordilheira dos Andes, merece ser tomado como um fenômeno comparável em importância àquele apontado por Benedict Anderson para a imprensa, como um fator decisivo na constituição da comunidade imaginada como nação. Como a obra de Benedict Anderson, depois de apontar as razões para a precocidade das nações americanas, deixou de acompanhar a trajetória do nacionalismo na América, nas conjunturas históricas do século XIX – o século clássico dos nacionalismos europeus – e do século XX, marcado pelos nacionalismos africanos e asiáticos, estamos seguros de que as ferrovias e, em menor medida, a navegação fluvial a vapor, constituem um elemento crucial para se avançar na compreensão dos processos de construção simultânea do nacionalismo, dos regionalismos (internos aos países) e de um sentimento de identidade macrorregional (latinoamericanidade).

- 2) O tema da inserção do “outro” na identidade nacional. No caso argentino, o “outro” eram os imigrantes europeus, atraídos ao país como os elementos portadores da necessária civilização para eliminar a barbárie herdada da colonização espanhola e da mestiçagem, mas que, à altura do Centenário, questionavam radicalmente a rígida ordem oligárquica. Como o arielismo de Rodó já é um tema bastante estudado, optamos por uma leitura alegórica do Centenário, fazendo a gorda Infanta Isabel de Borbón, a princesa que personificou, durante o Centenário, a reconciliação entre as elites herdeiras da Independência e a Mãe Pátria espanhola, dialogar com as letras do tango. Desta forma, evidenciamos como a democratização da sociedade argentina passava por canais de comunicação e de identificação que merecem tanta atenção como os canais da participação política e econômica.

No caso chileno, o “outro” era “el roto”, o mestiço; a participação de estrangeiros na composição da classe trabalhadora era muito menor que na Argentina. Acompanhando a perspectiva

analítica de Charles Bergquist, anotamos a precocidade de tendências nacionalistas na cultura operária e popular, bem como no exército chileno, que estava sendo reestruturado segundo o modelo alemão, após a vitória do Parlamento na guerra contra o presidente Balmaceda.

Enquanto nas comemorações da Argentina e do Chile a reconciliação com o passado hispânico aparece como o resultado de uma reflexão original, o arielismo, no caso das comemorações colombianas, destacamos a ofensiva diplomática e cultural da Espanha, desde pelo menos 1871, quando se fundou uma primeira filial da Real Academia da Língua Espanhola, numa das antigas colônias emancipadas. Ao lado desta preocupação com a imposição de uma única língua, aparece nitidamente a rejeição do passado indígena, implicando recusa à incorporação dos índios, mestiços e negros, à nação que ainda não se recuperara da última guerra civil e da derrota frente aos Estados Unidos, na independência do Panamá. A reaproximação com a Espanha intensificou-se, após a derrota espanhola frente os Estados Unidos. Os apelos à solidariedade macrorregional, recuperando o projeto bolivariano da Grande Colômbia, somados à presença de missões militares chilenas, repassando a outros países andinos os modelos alemães de reforma militar, sugerem um quadro complexo de alianças que se desenha com o Chile, adversário do Peru e da Bolívia, num vértice, os Estados Unidos no outro, e a Espanha, ancorada inicialmente em Bogotá, recuperando progressivamente o contato com suas antigas colônias, inclusive com países contra os quais estivera recentemente em guerra, como o Chile e o Peru.

Tanto em Buenos Aires como em Santiago e Montevideú, e mais claramente ainda no México, que não pudemos incorporar neste estudo, as festas do Centenário da Independência mostraram sintomas de queda do poder político-social das elites. Na Colômbia, o Centenário comemorado em Bogotá ganha sentido com a leitura de *Cem anos de solidão*: não nos deparamos com sinais de queda, mas com um impasse trágico. Nas províncias, a reação da elite dominante de Popayán, antiga sede de uma grande Governança, frente à perda de seu domínio sobre um extenso território, voltando-se para o passado – enquanto Cali se voltava com agilidade para o futuro e Pasto, também aberta para novos espaços, sequestrava um ícone republicano e reafirmava sua memória realista – convida à comparação com o quadro das relações entre Recife e algumas outras capitais nordestinas do Brasil, num próximo trabalho.

A festa converteu-se num cenário adequado para estabelecer ou desfazer alianças entre os países hegemônicos do Cone Sul, e entre estes e determinadas potências, como a Inglaterra, a Alemanha, o Japão. Desta forma, a comemoração do Centenário não deve ser analisada apenas em função das relações de dominação, mas também como uma complexa prática social que permite recriar domínios no plano das relações internacionais, entre países mais ou menos parecidos do ponto de vista econômico ou político-social.

Na época do Centenário uruguaio, percebe-se uma luta simbólica entre duas comunidades partidistas, *blanca* e *colorada*, em torno de duas datas fundadoras da nacionalidade: 25 de agosto de 1825 e 18 de julho de 1830, que, por sua vez, pretendiam resgatar, cada uma para si, os heróis Rivera, Oribe e Lavalleja. Também constatamos uma disputa pelas figuras de Artigas e Batlle. Mostramos, assim, que o Uruguai da época do Centenário estava longe, desde o simbólico, de construir-se em uma comunidade imaginada baseada nos mesmos objetivos. Todavia, o Estado e a sociedade continuariam a esperar pela construção definitiva dos uruguaios imaginados.

RESUMO

Analisamos neste artigo a festa comemorativa do I Centenário da Independência na América Latina, especialmente nos seguintes países: Colômbia, Brasil, Chile, Argentina e Uruguai. Destacamos a festa como observatório das relações internacionais, da memória, das identidades e das pugnas entre regiões e nações, na disputa pelos *lugares de memória* da nacionalidade. A América Latina começa o seu ciclo de comemorações da Independência em 1909, com o caso equatoriano e termina em 1930, com a festa uruguaia. Em 1910, comemoraram países como México, Chile, Colômbia e Argentina. Posteriormente, o Brasil o fará, em 1922.

Palavras-chave: Primeiro Centenário da Independência. América Latina.

ABSTRACT

We analyse in this article the First commemorative party of the Independence centenary at Latin America, specially in neighbors countries as Colombia, Brazil, Chile, Argentina and Uruguai. We stand out the

party like observatory of the international relations, the memories, the identities and the fights between regions and nations by the nationality memory places. Latin America begins his independence commemoration cycle in 1909, with the Ecuatorian fact and it finished in 1930, with the Uruguay party. In 1910, countries as Mexico, Chile, Colombia and Argentina commemorated. Later it was done by Brazil in 1922.

Keywords: First Independence Centenary. Latin America.



La democracia de José Martí, contexto, perspectivas y alcance.

José Antonio Bedia Pulido
(Centro de Estudios Martianos e Universidad de la Habana)



La democracia de José Martí, contexto, perspectivas y alcance.

Ms. C. José Antonio Bedia Pulido.

José Martí (1853-1895) es el cubano más reiterado por la bibliografía; fue múltiple en quehaceres, periodista, maestro, diplomático, siempre poeta y revolucionario, cayó como sus versos pedían “de cara al Sol”,¹ en el campo de batalla. Su impronta pervivió en la campaña independentista que no pudo concluir, en la república que nació en 1902 y continúa tras la revolución de 1959. Varias aristas de su pensamiento constantemente se re-evalúan, porque fue sobre todo un combatiente por la redención humana. Obviamente esos intereses hacen que la democracia resulte un término reiterado por él.² No obstante, es singular que ese aspecto no disfrute del privilegiado de los estudios que abordan su vida y obra, más bien es notable por su ausencia.³ La paradoja es más aguzada cuando los que le conocieron realizaron sugerencias muy precisas al respecto: Rafael Serra en un discurso pronunciado el 28 de enero de 1892 sentencia: “Martí es la Democracia”. Juan Bonilla, el 8 de julio de 1895 en el periódico Patria apunta: “[Fue] el Apóstol de la Democracia cubana”. Enrique Collazo en su libro Cuba independiente, advierte: “Aristócrata por sus gustos, hábitos y costumbres, llevó su democracia hasta el límite”.⁴

Aquellos hombres bien valoraron sus empeños al respecto, Martí hizo de la democracia una necesidad, y en su proyecto republicano la extiende más allá de la política a economía, instrucción, ética, sociedad y cultura. Él, que desarrolló toda su existencia en la segunda mitad del siglo XIX, tiempo de expansión del liberalismo como paradigma democrático,⁵ se distanció de aquellas propuestas. No era una tarea fácil, entonces esas doctrinas traspasaban las fronteras oceánicas, eran practicadas en diversos países de Europa, los Estados Unidos y ejercían gran influencia en todas partes; Latinoamérica no escapó de ello. Varía era su estructura conceptual, siendo lo principal en política, la protección de los derechos civiles. La libertad fue tomada como bandera, era citado El espíritu de las leyes: “La libertad es el derecho a hacer

¹ José Martí: Obras Completas Edición Crítica. Centro de Estudios Martianos, La Habana, 2007. T. 14, P. 328.

² En las Obras Completas de José Martí encontramos empleado el vocablo empleado en 111 ocasiones.

³ La amplia bibliografía martiana solo contiene escasas aproximaciones dedicadas a ese tema, entre ellas, las de mayor alcance son: Emeterio Santovenia: Política de Martí. Fernández y Cía, La Habana, 1943. Antonio Lanás: Lo electoral en Martí: espectáculo y ansia. Editorial Lex, La Habana, 1953. Salvador Morales: “La democracia en el Partido Revolucionario Cubano.” Bohemia, La Habana, Ene, 1978. Diana Abad: “El Partido de la Revolución: autoctonía y democracia.” Bohemia, La Habana, Abr. 1992. Paul Estrade: José Martí: Los fundamentos de la democracia en Latinoamérica. Ediciones Doce Calles, Madrid, 2000. Ibrahim Hidalgo Paz: “Democracia y participación popular en la República Martiana.” Temas, La Habana, Ene-Mar., 2003

⁴ Paul Estrade: José Martí los fundamentos de la democracia en Latinoamérica Ediciones Doce Calles. Madrid, 1990. P. 673.

⁵ “Liberal como membrete político nació en las Cortes españolas de 1810, en rebelión contra el absolutismo” Consultese José Guilherme: Liberalismo viejo y nuevo. Fondo de Cultura Económico, México, 1993. P. 16.



todo lo que la ley permite." El contrato social: "La libertad significa obediencia a la ley que nos prescribimos a nosotros mismos". La libertad antigua y moderna de Benjamín Constant: "La libertad moderna es el disfrute pacífico de independencia individual o privada".⁶ Pero articular esos paradigmas era una tarea compleja.

En la América continental, a mediados del siglo XIX, esas ideas se combinaban e interactuaban con economía, sociología y republicanismo; emergían como un espíritu entre los hombres que pretendían cambiar radicalmente sus sociedades; fue la época en que le tocó vivir a José Martí, precisamente en una de las dos últimas colonias españolas del hemisferio. Cuba se había visto sometida a la arbitrariedad de sus Gobernadores y Capitanes Generales que gozaban, desde 1825, de Facultades Omnímodas. Luego de diversos intentos independentistas abortados estalló el grito de guerra en el otoño de 1868; ocurre cuando la llegada de la democracia a occidente significaba, en definitiva, la representación de los logros liberales. Los cubanos independentistas exteriorizan su empatía con ese sentir; el Manifiesto de la Junta Revolucionaria Cubana a sus compatriotas y todas las naciones, documento que principia nuestras guerras de independencia, lo expone. La libertad política exigida se oponía a cualquier intento autocrático y brindaba a todos el derecho de participar en un plano de igualdad del gobierno. Esa era la condición básica de la democracia para los independentistas cubanos. Pero entonces ya en el continente esa igualdad ante la ley que tiene por fundamento la idea de la paridad entre los ciudadanos no fructificaba, la simple igualdad de trato jurídico se tradujo en inicuos resultados.⁷ En la isla, desfasada, era esencial resolver el equilibrio social necesario para el desarrollar verdaderamente propuestas democráticas.

En el continente los distintos grupos sociales enrolados en esa implementación tenían visiones diversas sobre sus objetivos. La élite culta y la casta militar aspiraban al gobierno, la enorme masa incorporada, campesina, minera, artesana, o indígena se enfocaba estrictamente contra sus explotadores. Por doquier triunfan los liberales, no ocurrió lo mismo con sus ideas de libertad y democracia. Sus leyes abarcaron una enorme gama de aspectos jurídicos, políticos, económicos y sociales. Los legisladores imbuidos con ideales europeos y norteamericanos decidieron crear sociedades como aquellas. La realidad era venida a menos, sus propuestas comenzaron a hacerse inviables; surge un conflicto que trasciende como civilización contra barbarie. Fue un ciclo oscilante de revoluciones, reformas y contrarrevoluciones,⁸ destinado a

⁶ José Guilherme: Liberalismo viejo y nuevo. Fondo de Cultura Económico, México, 1993. P.23.

⁷ Este asunto es ampliamente explicado por Francisco Ayala, en: El problema del liberalismo, Fondo de Cultura Económica, México, 1941. P.31.

⁸ Consúltese Sergio Guerra Los Artesanos en la revolución latinoamericana. Colombia 1849-1854. Pueblo y educación, La Habana, 1990. P.10.



modificar el viejo orden colonial, propiciar la integración económica nacional y difundir las relaciones mercantiles. Las circunstancias territoriales ampliaron los aspectos a tener en cuenta; tuvieron que adquirir características diferentes por las particularidades a cumplir y el desarrollo de la conciencia en cada área. No obstante, “las libertades individuales y la división de poderes, fueron definidas como las características del Estado liberal”⁹.

El afán modernizador se enfrentó a contradicciones económicas, sociales, políticas y culturales. El sector popular quedó excluido y condenado a una posición inferior, fue despojando de sus ilusiones democráticas. En la experiencia martiana su des-encuentro con los caudillos liberales de Guatemala, el general Justo Rufino Barrios y de Venezuela, el general Antonio Guzmán Blanco, fue ilustradora. En aquellas naciones supo lo que significaba ser un liberal en nuestros pueblos. Si en el México pos-juarista de Lerdo de Tejada apunta: “Se es liberal por ser hombre; pero se ha de estudiar, de adivinar, de prevenir, de crear mucho en el arte de la aplicación, para ser liberal americano”¹⁰. Su postura va cambiando, muy importante al respecto es la irrupción anticonstitucional de Porfirio Díaz en aquella nación. No huelga señalar que el cubano jamás se definió liberal, y si se unió a los mexicanos que sustentaban esas ideas lo hizo por entender el significado amplió del sistema que articulaban.¹¹

La realidad pos-independencia en nuestros pueblos hizo que advirtiera las fallas de aquella propuesta. En Guatemala pronto choca con aquellos hombres, si inicialmente apoya la implementación de la Constitución de 1876 y los esfuerzos educacionales que se realizaban, apreció como las libertades eran coartadas. Termina diciendo “Con un poco de luz en la frente no se puede vivir donde mandan tiranos.”¹² Luego, en la Venezuela del Autócrata modernizador más ríspida es su ruptura, allí los intelectuales conformaban la masa de acólitos que apoyaban a Guzmán Blanco o eran fulminados por el poder de este. Como no se proyectó en el primero de estos sentidos, oficialmente fue advertido de que su presencia no era bien vista en la patria de Bolívar. Esas accidentadas experiencias le permitieron apreciar que los abanderados de la reforma liberal, con la vista en lo foráneo, perdían objetividad y se distanciaban de las necesidades propias. Ya incorporarse al liberalismo era el signo de filiación con los intereses de la burguesía. La propuesta política de Martí intenta rectifica ese curso, busca una liberación nacional y social, no únicamente ventajas para una clase pujante.

⁹ Francisco Ayala: El problema del liberalismo, Fondo de Cultura Económica, México, 1941. P. 27.

¹⁰ José Martí: Obras Completas, Ciencias Sociales, La Habana, 1990. T. 7, P. 349.

¹¹ Ricarte Soler escribe al respecto: “Es importante observar que el empleo del término liberal en Martí, antes de implicar un cuerpo de doctrinas económicas y políticas retrotrae su contenido semántico al expresado por esa palabra en la documentación de la independencia hispanoamericana, como necesario adjetivo del sustantivo libertad”. Consúltese de, Ricarte Soler: “De nuestra América de Blaine a nuestra América de Martí”. Casa de las Américas, No. 119, La Habana, 1980, P. 41, nota 114.

¹² José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 20, P. 47.



Vislumbrar un nuevo rumbo era tarea compleja, había que encarar los mismos problemas no resueltos por el liberalismo: educación, economía, segregación racial; en fin verdaderamente democratizar nuestras sociedades. La educación era uno de los ejes principales de la acción. La obra de Sarmiento, Justo Sierra, Gabino Barreda y Eugenio María de Hostos, entre otros está encaminada a ese fin. Ello es lo que intenta el boricua en su proyecto de Liga de los Independientes, 1876. Pero esas ideas eran en las que se inspiraban los gobiernos de Justo Rufino Barrios, Porfirio Díaz o Antonio Guzmán Blanco y que en sus prácticas tomaban distancia de la teoría. De ahí la crítica martiana al proyecto educacional liberal como solución ecuménica. Ya en sus años de México alerta de forma lícita: “¿Qué ha de redimir a esos hombres? La enseñanza obligatoria. ¿Solamente la enseñanza obligatoria, cuyos beneficios no entienden y cuya obra es lenta? No la enseñanza solamente: la misión, el cuidado, el trabajo bien retribuido.”¹³ Tres siglos de colonia habían lastrado al continente de abruptas disparidades un proyecto con intensiones de enfrentar dichos retos debía rebasaba ampliamente en objetivos a la educación.

En su paso por nuestras tierras de América pudo apreciar que la enseñanza obligatoria en muchos de los casos se tornó inútil; no había cómo hacerla práctica en manos de la gran masa de jornaleros agrícolas, mineros y artesanos. De aquella experiencia extrae las razones para que años más tarde se pronuncie a favor del impulso inmediato a la enseñanza rural, convencido de que: “ser culto es el único modo de ser libre.”¹⁴ No es un contrasentido, es la búsqueda de una cultura objetiva, el conocimiento puede situarnos al nivel de las naciones más adelantadas, pero se ha de contribuir a la enseñanza de los elementos útiles a nuestra composición y vivencias. Siempre justipreció la importancia de la educación, por eso, ya inmerso en los años de intensa preparación de la independencia impartía clases en la Liga, colaboraba en la formación integral de los nuevos ciudadanos, los que en el futuro combatirían con las armas de la razón, no de una fe ciega; para él esa plaza era:

una casa de educación y de cariño [...] En “La Liga” se reúnen, después de la fatiga del trabajo, los que saben que sólo hay dicha verdadera en la amistad y en la cultura; los que en sí sienten o ven por sí que el ser de un color o de otro no merma en el hombre la aspiración sublime; los que no creen que ganar el pan en un oficio, da al hombre menos derechos y obligaciones que los de quienes lo ganan en cualquiera otro; los que han oído la voz interior que manda tener encendida la luz natural, y el pecho, como un nido, caliente para el hombre; los hijos de las dos islas que, en el sigilo de la creación, maduran el carácter nuevo por cuya justicia y práctica firme, se ha de asegurar la patria.¹⁵

¹³ José Martí: Ob. Cit., 1990.T. 6, P.328.

¹⁴ José Martí: Ob. Cit., 1990.T. 8. P. 289.

¹⁵ José Martí: Ob. Cit., 1990.T. 5. P. 252.



Otro aspecto indispensable a democratizar era la economía, nuestros intercambios con el mundo eran insuficientes, la agricultura estaba estancada, no producía con competitividad. Varios son los apuntes tempranos de Martí al respecto, cuando era periodista de la Revista Universal en 1875 y 1876. Su proyecto guatemalteco de confeccionar una revista para dar a conocer la realidad nacional en el extranjero, y ofrecer conocimiento técnico a los ciudadanos de aquel país, intentaba articular una propuesta al dilema económico. Un texto suyo de entonces, los “Códigos nuevos”, ilustra sobre el impacto de la constitución de 1876 de esa nación, y la revolución que de ella emanaba si la dejaban obrar sin restricciones: “Limita, cuando no destruye, todo privilegio. Tiende a liberar la tenencia de las cosas de enojosos gravámenes, y el curso de la propiedad de accidentes difíciles. “Sea todo libre, a la par que justo. Y en aquello que no pueda ser cuanto amplio y justo debe, séalo lo más que la condición del país permita”.¹⁶ Nunca es ortodoxo, cada caso se resuelve bajo un principio casuístico “a conflictos propios, soluciones propias”.¹⁷ Es categórico en esa opinión, está recabando en un concepto no articulado en su época, muy difundido en la nuestra, identidad, precisa: “La imitación servil extravía, en Economía, como en literatura y en política”.¹⁸

Por eso cuando desde el Partido Revolucionario Cubano prepara la campaña independentista antillana y estalla la crisis económica de 1893, momento grave para los emigrados cubanos en los Estados Unidos pues afectó la industria del tabaco y muchos quedaron sin empleo; opta por una solución tajante, un solo destino tiene el pueblo expatriado, regresar a Cuba. Ello es lo que instiga radical en un extenso artículo de Patria: “¡A la patria libre!”¹⁹ El texto exhorta al combate por la redención y a la par enjuicia críticamente al modelo norteamericano: “Aquí se ha montado una máquina más hambrienta que la que puede satisfacer el universo ahíto de productos. Aquí se ha repartido mal la tierra; y la producción desigual y monstruosa, y la inercia del suelo acaparado, dejan al país sin la salvaguardia del cultivo distribuido, que da de comer cuando no da para ganar. Aquí se amontonan los ricos de una parte y los desesperados de otra”.²⁰ Su prédica fue perfectamente asimilada, los cubanos y portorriqueños de Nueva York lanzan entonces una proclama: “Nunca hemos sentido más la necesidad de la Patria que en estos instantes en que vemos cuan frágil es el suelo extraño bajo nuestros pies”.²¹

Martí que intenta crear una sociedad nueva, de equilibrio, aspecto este muy importante en su pensamiento político, busca relaciones económicas inter-

¹⁶ José Martí: Ob. Cit., 1990.T. 7. P. 101.

¹⁷ José Martí: Ob. Cit., 1990.T. 6. P. 334.

¹⁸ José Martí: Ob. Cit., 1990.T. 6. P. 335.

¹⁹ José Martí: Ob. Cit., 1990.T. 2. P. 368.

²⁰ José Martí: Ob. Cit., 1990.T. 2 P. 368.

²¹ Esta declaración es reproducida en José Martí: Ob. Cit., 1990.T. 2 P. 372.



nas proporcionadas, a fin de erigir una nación justa que contribuya a su vez a mantener al equilibrio político mundial. Esa es la meta que tiene como colofón a la independencia de Cuba y de Puerto Rico, pero las estructuras económicas y sociales de las islas habían evolucionado grandemente entre 1878 y 1895.²² Para el caso cubano la economía en las provincias devastadas por la guerra hizo que muchos plantadores criollos perdieran sus propiedades en provecho de españoles e inversionistas norteamericanos; la producción azucarera sufría un estancamiento.²³ La situación era más grave a mediados de 1894, un nuevo impuesto del gobierno español lanzaba en los brazos de la revolución a los ganaderos de Camagüey.²⁴ El caos avizoraba que no le iban a faltar hombres a la revolución que comenzó el 24 de febrero de 1895.

José Martí también rechazó las teorías sobre la desigualdad de las razas como forma exclusión de los proyectos nacionales. En relación con los indoamericanos su enfoque mira al pasado de grandeza de sus civilizaciones, ese ayer obliga a un futuro común, mejor. El cubano no admite una sociedad que relega a su pueblo a la mediocridad y el anonimato. Para él, la alternativa está clara, reta a los proyectos hispanoamericanos: "O se hace andar al indio, o su peso impedirá la marcha".²⁵ Para el caso cubano, sin pobladores autóctonos, el empleo del término hombre que utiliza donde otros alegarían hombre de color, o simplemente negro, expresa su pensamiento, no deja atrás a los desposeídos. No obstante, la re-evaluación de nuestros diversos componentes no hace que demerite el aporte de la civilización europea en las tierras de América; su meditación se concentra en una máxima: "Injértese en nuestras repúblicas el mundo; pero el tronco ha de ser el de nuestras repúblicas".²⁶

Sus ideas sobre la democracia hacen que comprenda que la libertad no puede ser teórica, y que no es completa sin igualdad, sin fraternidad. Urge construirla sin distinción racial ni de títulos, ese es el objetivo a conseguir en su república democrática; es categórico al respecto: "La república, sin secretos. Para todos ha de ser justa, y se ha de hacer con todos".²⁷ Sí no es de ese modo esa construcción no valdría la pena defenderla con el sacrificio de la vida, no valdría sangre de los valientes, ni lágrimas de nuestros hijos. Su defensa de la dignidad y la justicia, de los negros, los indios, y en general de todos los desheredados alcanza un sentido democrático acusado. Activa la nación a un plano de república moral, justa, base de la república nueva, con todos y para el bien de todos.

²² Consúltese Julio Le Riverend: "Raíces del 24 de febrero: la economía y la sociedad cubanas de 1878 a 1895", Cuba Socialista, no. 42, 1965, Pp. 1-17.

²³ Consúltese Manuel Moreno Fraginals: El ingenio, complejo económico-social cubano del azúcar, Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1978, T. 3 Pp. 45-46.

²⁴ Consúltese carta de José Martí a Antonio Maceo, 7 de julio de 1894. José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 3 Pp. 228-230.

²⁵ José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 8 P. 329.

²⁶ José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 6. P. 18.

²⁷ José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 2 P. 93.



Postula el derecho de todos los hombres a la libertad, igualdad, fraternidad; como el derecho natural plantea, sin reservas de ningún tipo. Por eso ante el “peligro negro”, tantas ocasiones manipulado por el poder metropolitano en Cuba; lanzó la consigna de unión de todos los cubanos, sin distinción de razas. Era consciente de que en la isla entre los años 1885-1895 ocurrió un proceso racista, similar al que observa en los Estados Unidos. La esclavitud llegó a su fin y los antiguos esclavos intentaron reivindicar sus derechos y un lugar en la sociedad; pronto se levantaron contra ellos las barreras raciales. La discriminación fue palpable,²⁸ ningún negro ocupaba un cargo de responsabilidad. En 1893 es que los negros logran ratificar un decreto de 1885 que les autorizaba a circular libremente en lugares ordinarios y a enviar a sus hijos a las escuelas públicas.²⁹ Aunque en la emigración la discriminación racial era prácticamente nula, subsistían rezagos de desconfianza.

Una carta de Martí de 1888 sobre este aspecto señala: “asoman también por aquí las malas pasiones, y se les dice a los negros poco menos que bestias”.³⁰ En ese propio año, un discurso suyo afirma: “ni hemos de continuar esclavizando con nuestras preocupaciones al hombre negro que redimimos ayer con nuestra bravura, y murió a nuestro lado, no con menor gloria ni mérito que nosotros, por conquistar, para ellos y para nosotros, la libertad!”.³¹ Tenazmente combatió la segregación racial, por eso Juan Gualberto Gómez, un mestizo, es su principal agente del partido en La Habana, desde la fundación de la organización. Un artículo suyo en Patria expone a lo extenso sus ideas:

El hombre no tiene ningún derecho especial porque pertenezca a una raza u otra: dígame hombre, y ya se dicen todos los derechos. El negro, por negro, no es inferior ni superior a ningún otro hombre: peca por redundante el blanco que dice 'mi raza'; peca por redundante el negro que dice: 'mi raza'. Todo lo que divide a los hombres, todo lo que los especifica, aparta o acorrala, es un pecado contra la humanidad // [...] // “Hombre es más que blanco, más que mulato, más que negro. Cubano es más que blanco, más que mulato, más que negro.”³²

José Martí fue el inspirador y dirigente electo de un organismo novedoso en la historia de las guerras de independencia latinoamericana, el Partido Revolucionario Cubano, creado en 1892, con la intención de unir en un esfuerzo común la acción de todos los cubanos y puertorriqueños de las islas

²⁸ La mayoría de los diarios de La Habana al referirse a un delincuente, si es blanco le llama sencillamente por su nombre, por lo regular precedido de “Don”. Pero si tal no es el caso, dice “el moreno X”, o “el pardo X”.

²⁹ Consúltese el artículo “El plato de lentejas” En: José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 3 Pp. 26-30.

³⁰ José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 1 P. 227.

³¹ José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 4 P. 230.

³² José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 2 Pp. 298-299 [con // indicamos salto de párrafos].



y los residentes en el extranjero. Encaminado a lograr la independencia absoluta de Cuba y fomentar la de Puerto Rico, los independentistas boricuas no lo vieron como una manifestación de hegemonía, sino como gesto de solidaridad. La entrada de los puertorriqueños en el partido se llevó a cabo sin problemas, varios clubs donde dominaba el elemento portorriqueño surgieron en 1892 y 1893. El presidente del club Borinquen, Sotero Figueroa, hijo de la isla hermana, resultó electo secretario del Cuerpo del Consejo de Nueva York desde su constitución y permaneció en ese cargo casi tres años.³³

Martí, que había señalado: “Nada son los partidos políticos si no representan condiciones sociales.”³⁴ Se esforzó por que el partido asegurara la instauración de un régimen democrático, que mediado de una guerra, alzaría lo que él calificó de una república nueva y de sincera democracia. Su creación, a diferencia de los partidos políticos que riñen por el poder, no busca el predominio de un grupo sobre otro, sino la redención de un pueblo. Tampoco ambiciona, a diferencia de los partidos latinoamericanos que conoció, disimular la tiranía de un hombre o de una casta. Para Martí, el partido tiene un fin elevado, la independencia de la patria y la felicidad del pueblo. Debía preparar las bases de la unión patriótica y democrática de todos los factores de la emigración y el país. Propone una política acomodada a nuestra realidad difícil y a las más altas aspiraciones, para sustituir de una vez los planes culpables y ciegos de ambición personal”.

Su insistencia democrática en el camino de la libertad, reiterada, valora los reveses de la Guerra de los Diez Años, la experiencia inoportuna de la Guerra Chiquita, el fracaso del Plan Gómez-Maceo y de todos los intentos expedicionarios que ocurrieron durante la década de 1880, de los aislados levantamientos del oriente de la isla en los inicios de los años noventa. Sustenta sus ideas de todo el legado precedente, por eso el partido aúna y trasparenta su acción, todo lo posible. La organización no era democrática solo en proyecto, una vez creada sus estructuras, composición social y funcionamiento hicieron de ella un laboratorio de la democracia; eran una barrera contra la eventual dominación de clase, o de un clan militar sobre la república una vez conseguida. Cuando la campaña es próxima Máximo Gómez, General en Jefe y José Martí, Delegado del Partido, suscriben El Partido Revolucionario Cubano a Cuba, conocido como Manifiesto de Montecristi documento que recoge la promesa de “la república justa.”³⁵

³³ Si Solero Figueroa fue uno de los puertorriqueños más relevantes del Partido Revolucionario Cubano y fundamentalmente de Patria. No fueron escasos los boricuas sobresalientes en estos quehaceres, baste referir a Betances, Gonzalo Marín, Vélez Alvarado, Tirado, Inocencia Martínez y Roberto Todd.

³⁴ José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 3 P. 104.

³⁵ José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 4. P. 96.



El proyecto extensivo, enfocado en principio hacia las Antillas, atañe a toda la América Latina. Para el cubano, “nuestra patria es una, empieza en el Río Grande y va a parar en los montes fangosos de la Patagonia”.³⁶ La patria, para él, no es una abstracción, es humana, con dimensiones geográficas, históricas, económicas, políticas y culturales. Si en 1869 la define como el odio a la opresión despótica, en 1873 es “comunidad de intereses, unidad de tradiciones, unidad de fines, fusión dulcísima y consoladora de amores y esperanzas”.³⁷ Once años más tarde, contrapunteando con el plan Gómez-Maceo señala que: “la patria no es de nadie: y si es de alguien, será, y esto solo en espíritu, de quien la sirva con mayor desprendimiento e inteligencia”.³⁸ En 1889, opuesto a las ínfulas panamericanistas que advierte en la Conferencia Internacional de Washington: “La patria es dicha de todos, y dolor de todos, y cielo para todos, no feudo ni capellanía de nadie”.³⁹ Sus ideas, en expansión le llevan a escribir en 1895: “Patria es humanidad, es aquella porción de la humanidad que vemos más de cerca, y en que nos tocó nacer; y ni se ha de permitir que con el engaño del santo nombre se defiendan a monarquías inútiles, religiones ventrudas o políticas descaradas y hambroñas, ni porque a estos pecados se dé a menudo el nombre— de patria, ha de negarse el hombre a cumplir su deber de humanidad, en la porción cié ella que tiene más cerca”.⁴⁰ La definición bien puede sustentar una aproximación a sus ideas sobre la democracia.

Pero regresemos a su obra, a la arquitectura del Partido Revolucionario Cubano, tan sencilla que se puede describir en pocas líneas. Es piramidal, en la base las asociaciones autónomas que tomaron por lo general el nombre de “Clubs”. A nivel intermedio los consejos locales de los presidentes de los clubs, los Cuerpos de Consejo. En la cúspide, el Delegado, en la colaboración con el Tesorero. Semejante estructura resultaba eficaz a la misión del partido. Logra combinar eficacia y democracia, recuérdese que realiza una actividad doble: pública y secreta. De su actividad secreta, el partido no hace un misterio, todos saben qué prepara, sin más detalles. La pública aparece semanalmente en Patria. El partido conformado por asociaciones que son la base de su autoridad no se compone de afiliados a título individual como ocurre en la mayoría de los partidos tradicionales.

Sus fundamentos democráticos se erige sobre la obligación del Delegado a brindar explicaciones a los Cuerpos de Consejo cada vez que éstos se las soliciten; y si existe unanimidad, éstos pueden destituir a aquél que han elegido en cualquier momento. El mandato del Delegado, limitado en tiempo

³⁶ José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 11. P. 48.

³⁷ José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 1. P. 93.

³⁸ José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 1. P. 179.

³⁹ José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 4. P. 239.

⁴⁰ José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 5. P. 468.



y sometido a una revisión anual para impedir la tiranía, es una barrera contra un probable despotismo; a ese mismo fin se encamina el acuerdo de que la autoridad de los representantes dimana del sufragio universal. Cada cubano incorporado tiene el derecho de elegir la persona que ha de representarlo en el Partido, ese derecho ninguna otra organización revolucionaria le había concedido antes. Resulta ejemplar que Martí aprecia como la indispensable unidad de pensamiento y de acción, “de ningún modo quiere decir la servidumbre de la opinión”.⁴¹ Había que consultar a los electores, ellos son los que ponen en ejercicio a la democracia; la renovación de los elegidos impediría que se cree una casta que trate de mantenerse en el poder a cualquier precio.

Es apreciable que sus métodos, articulan experiencias sin hacer concesiones serviles. La estructura de la organización que lucha para lograr la independencia va impidiendo que se levanten nuevos caudillismos. Su república es un llamado a modificar la fisonomía política de Latinoamérica, bosqueja un prototipo autóctono, consciente de que:

el buen gobernante en América no es el que sabe cómo se gobierna el alemán o el francés, sino el que sabe con qué elementos está hecho su país, y cómo puede ir guiándolos en junto, para llegar, por métodos e instituciones nacidas del país mismo, a aquel estado apetecible donde cada hombre se conoce y ejerce [...] El gobierno ha de nacer del país. El espíritu del gobierno ha de ser del país. La forma del gobierno ha de avenirse a la constitución propia del país.⁴²

El movimiento nacionalista cubano durante la segunda mitad del siglo XIX fue partidario de la república, no vaciló como otros movimientos emancipadores en América Latina. El proyecto martiano no discrepa en intenciones con sus precedentes. La república propuesta no menciona un derecho más que los establecidos por las repúblicas liberales del momento, pero los extiende a todos, sin excepción, los hará efectivos, porque solo esa construcción es democrática: “donde la libertad quede segura con el ejercicio pleno de ella por todos los hombres”.⁴³ Entiende que disponer de derechos no era saber que se podría gozar de algo dado el caso, sino que era ejercer efectivamente un derecho: “Lo que ha de hacerse es tener incesantemente la libertad en ejercicio; por donde el bueno se fatiga, el malo entra: la república no puede dormir: el tirano o el bribón sólo se levantan sobre los pueblos viciosos o indiferentes”.⁴⁴

La república martiana se vislumbra como una democracia amplia, de trabajo y de paz, busca el equilibrio, el respeto mutuo y el reconocimiento de todos los

⁴¹ José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 1. P. 424.

⁴² José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 6. P. 17.

⁴³ José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 2. P. 435.

⁴⁴ José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 12. P. 472.



grupos sociales: “Se habrá de defender, en la patria redimida, la política popular en que se acomoden por el mutuo reconocimiento, las entidades que el puntillo o el interés pudiera traer a choque”.⁴⁵ Esa república democrática, basada en la igualdad, echa por tierra las barreras artificiales que perpetúan la desigualdad y que alejan los gobernantes de los gobernados. Se aparta de todo motivo individualista: “El mayor de todos los peligros para el hombre [...] es el empleo total de la vida en el culto ciego y exclusivo de sí mismo”.⁴⁶ Martí vaticina que los inicios la creación popular serían difíciles, presentía que sería una “batalla de desdenes, codicias, ideas confusas y virtudes espléndidas”.⁴⁷ Comprendía que mantener el rumbo republicano en la patria liberada era más delicado que conquistar la independencia. Por eso el partido trabaja en la preparación del pueblo en el re-conocernos, en analizar nuestras realidades, confrontar la variedad de ideas y armonizar los distintos intereses.

Otro aspecto no menos importante de la república martiana es su deber hemisférico, atiende a ese vital aspecto que denominó equilibrio, y que se funde con sus ideas democráticas. En su concepción la guerra de independencia en Cuba y de Puerto Rico desempeña en América una función urgente y fundamental, subraya: “peleamos en Cuba para asegurar, con la nuestra, la independencia hispanoamericana”.⁴⁸ A fines del siglo XIX, desacreditada la Doctrina de Monroe, no hace el cubano de ella blanco de sus campañas, como lo hace en la Primera Conferencia Internacional de Washington el delegado argentino Roque Sáenz Peña, que prefiere una “América para la Humanidad” en lugar de una “América para los americanos”. Martí está convencido de que:

En América hay dos pueblos, y no más que dos, de alma muy diversa por los orígenes, antecedentes y costumbres, y solo semejantes en la identidad fundamental humana. De un lado está nuestra América, y todos sus pueblos son de una naturaleza, y de cuna parecida o igual, e igual mezcla imperante; de la otra parte está la América que no es nuestra, cuya enemistad no es cuerdo ni viable fomentar, y de la que con el decoro firme y la sagaz independencia no es imposible, y es útil, ser amigo.⁵⁰

La liberación antillana habría de cerrar en Latinoamérica la etapa histórica de la independencia política, colonial; rebasado ese capítulo encara una nueva tarea continental y universal, la segunda y definitiva independencia. Esa labor extiende las fronteras de su proyecto democrático, según el cual: “Las dos

⁴⁵ José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 1. P. 319.

⁴⁶ José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 2. P. 379.

⁴⁷ José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 3. P. 196.

⁴⁸ José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 5. P. 375.

⁴⁹ Consúltese el discurso de Roque Sáenz Peña en la Conferencia de Washington. Roque Sáenz Peña: Escritos y discursos. Jacobo Penser, Buenos Aires, 1914. T. 1. Pp. 84-110.

⁵⁰ José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 8. P. 35.



tierras de Cuba y de Puerto Rico, que son, precisamente, indispensables para la seguridad, independencia y carácter definitivo de la familia hispanoamericana en el continente, donde los vecinos de habla inglesa codician la clave de las Antillas para cerrar en ellas todo el Norte por el istmo, y apretar luego con todo este peso por el Sur.”⁵¹ Sin proponer el aislacionismo, anhela relaciones cordiales entre las dos Américas, pero sin ventajas ni pactos limitantes. La independencia insular era indispensable porque: “¡Mientras haya en América una nación esclava, la libertad de todas las demás corre peligro!”⁵² Recordando a Bolívar solicita a todas las naciones latinoamericanas la ayuda a las Antillas.

Sin embargo, durante la Guerra del 95 los insurrectos cubanos recibieron menos apoyo de nuestra América que en la Guerra Grande. En buena medida ello se debe a que desde 1879 España mejora sus relaciones con numerosos países del área.⁵³ Por esa época la península trató de desempeñar, desde 1881, un papel de árbitro en diversos conflictos fronterizos del área, y en 1892 desplegó grandes esfuerzos para celebrar, en nuestros pueblos, las fiestas del cuarto centenario del “Descubrimiento”. Finalmente a partir de 1893 comenzó a firmar tratados particulares sobre el comercio, y la propiedad industrial y literaria.⁵⁴ Los cubanos soportaron grandes sacrificios para lograr su independencia en soledad. Se mantuvieron libres de toda atadura que comprometiera la dignidad y la justicia de su obra. Las masas populares sustentaron de manera activa la tarea. De Martí quedaba la consciencia de lograr la independencia absoluta y alzar una república justa, de sincera democracia.

Si en la primera mitad del siglo la independencia se levantó contra España y de Portugal, la segunda, a fines del propio XIX, respondía a necesidades ideológicas, económicas y culturales. El continente ocupado por dos pueblos distintos, las dos Américas contiguas, entrarían en un conflicto antagónico que continúa latente. La unidad del continente americano sigue siendo estrictamente geográfica; ya Alberdi había señalado que el dato físico no justificaba que se incluyera a los Estados Unidos en un congreso americano.⁵⁵ El bregar por de la independencia absoluta de Cuba y de Puerto Rico intentaba detener la expansión del naciente imperialismo estadounidense contra el que alertó, más todos a sus contemporáneos. Llama a la unión del Bravo a la Patagonia, para salvaguardar nuestra identidad desde una democracia que empieza con el absoluto respeto de la soberanía nacional y descansa en el ejercicio verdadero de las más amplias libertades públicas e individuales.

⁵¹ José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 2. P. 373.

⁵² José Martí: Ob. Cit., 1990. T. 8. P. 227.

⁵³ En 1879 restablecieron de relaciones diplomáticas con Ecuador, Chile, Perú y Bolivia. En 1880 reconocieron la independencia de Paraguay y en 1881 la independencia de Colombia.

⁵⁴ Consúltese de Rafael María de Labra: La Reforma Política de Ultramar (1868-1900). Tipografía de Alfredo Alonso, Madrid, 1901. Pp. 918-923.

⁵⁵ Consúltese de Juan Bautista Alberdi Memoria sobre la conveniencia y objetivos de un Congreso General Americano (1844). Juan Bautista Alberdi: Obras Completas, La Tribuna Nacional, Buenos Aires. 1886-1887. T. 2, P. 408.



Poesías e Independencias: Doscientos Años de Compañía

Por Julio César Rodríguezbustos



Poesías e Independencias: Doscientos Años de Compañía

Por Julio César Rodríguezbustos

A manera de Introducción

“Los parciales éxitos de las reformas borbónicas más que los fracasos, fueron los que precipitaron el colapso del régimen colonial. Rara vez se hacen revoluciones por los muy oprimidos, sino por los que han logrado ventajas y quieren más”. Es la conclusión a la que llega Magnus Mörner en su ensayo *La reorganización Imperial en Hispanoamérica 1760-1810*. Ahora bien, y para conocer por qué llevamos *doscientos años de compañía* más que de “independencias”¹, debemos justamente devolvemos en el tiempo y dar a conocer esas reformas que los borbones introducen en los reinos de España y que a la postre dan al traste con la monarquía hispánica en los reinos de Ultramar. Habría que decir primero que todo, que las reformas borbónicas fueron afrontadas con un rígido espíritu racionalista, ajeno a la tradición española. Son ideas modernas, más de inspiración francesa que castellana o andaluz. Las bulas de Inocencio IV, Julio II y León X concedieron a la corona española recaudar diezmos, pero a cambio tenían que cargar con una cruz nada liviana: introducir el cristianismo en las tierras descubiertas y por descubrir: las ideas religiosas y la cultura occidental cifrada en el cristianismo como fundamento de Europa y que Juan de Castellanos en su *Elegías de los Varones Ilustres* cantara:

Mas ellos, asentándose en el sudor

Una cruz enseñaron...

¹ Con motivo de la celebración del Bicentenario en Colombia 1810-2010, se organizaron conferencias alrededor del tema, y entre ellas recuerdo muy bien el acercamiento que hizo un historiador de origen francés y cuyo nombre me excuso pero no recuerdo, respecto del término mismo de Independencia. Decía el historiador que era un concepto histórico soberbio, ya que si se analizaba bien la coyuntura histórica de estos hechos, no existe nación, pueblo, cultura o civilización alguna que sea independiente. Siempre nos necesitamos unos a otros para poder existir y reconocernos. Y además, afirmó el historiador, que si bien las nacientes naciones de la América Latina habían clausurado sus relaciones diplomáticas, políticas y comerciales con el reino de España, no ocurrió así con países como Francia, Estados Unidos y Gran Bretaña, de los cuales estas incipientes naciones pasaron a “depender” tanto económica como políticamente. Muchos de los proyectos de nación fueron copias del modelo británico: la Gran Colombia o el Reino Unido de Brasil y Portugal, en un inicio, son muestras del influjo inglés sobre las nuevas naciones, y posteriormente de Estados Unidos, quien llegará a sembrar la semilla de la desconfianza entre las nuevas naciones y las monarquías europeas, promoviendo el republicanismo y las primeras luchas civiles entre dos teorías de gobierno: los centralistas y los federalistas. Por estas razones que se esbozan acá rápidamente hablamos de “Independencias” entre comillas, y preferimos hablar más de “Doscientos años de Compañía” que del “Bicentenario de Independencia”.



Las diferentes órdenes religiosas y en especial los Franciscanos, aprendieron las lenguas nativas y tradujeron obras religiosas a dichas lenguas. España iniciaba en sus nuevos reinos la Evangelización que en los albores del movimiento independentista cantara Manuel del Socorro Rodríguez en *El collar de María Teresa* de la siguiente manera:

Yo convertí la infiel Cundinamarca
En el cristiano imperio que rendido
Hoy adora obsequioso al Ser Supremo.

La Evangelización trajo como consecuencia el ocaso de las culturas y religiones nativas de los disimiles pueblos de las Indias, pero a la vez el nacimiento de una cultura, no tanto nueva, mas sí diferente, y que encontraría en el barroco su máxima expresión. El nuevo continente será barroco, hijo del encuentro y maridaje entre el mármol:

Ya nos envía nuestra madre España
de su copiosa lengua mil riquezas
que hacen rica aquesta tierra extraña,

entre el cobre, cantado por ejemplo, tras la muerte del gran Sugamuxi, en lengua chibcha :


Agái guandóla ia! Assy guahaia su cuhumá Sugamuxi, psihipqua pabá

Blyzysúca ti qué bizqúa: sus ihó muysca ti Cundinamarca: bié puy
es Chié ti quicai suz mágue ti chútas sués, me eta muysa
aelnesqúsqua

chiéz vey suá piquihiza. Agadi zegásqua bi fihizca.²

y entre el ébano que cantará, con reminiscencias de Sor Juan Inés de la Cruz, Candelario Obeso en el siglo XIX inaugurando con su obra poética, la poesía de color en la actual Colombia:

² ¡Oh grave dolor! Aquí yace el gran Sogamóso, compasivo y amante pastor de un rebaño: el mejor hombre de Cundinamarca: la corona y honra de su nación: al amigo de los hijos del sol y que al fin adoro las luces del Sol Eterno. Roguemos por su alma.



Qué trijte que ejtá la noche
La noche qué trijte ejtá;
No hay en er cielo una ejtreya...
Remá, remá.
La negra re mi arma mía
Mientras yo brego en la má
Baño es suró por eya
¿Qué hará? ¿Qué hará?
Tar vej por su zambo amado
Doriente sujpirará
U tar vej ni me recuerde...
¡Yorá! ¡Yora!
La j'embra son como toro
Lo r'ejta tierra ejgraciá;
Con tacto se saca er peje
Del má, del má...
¡Qué ejcura que ejtá la noche:
La noche qué ojcura ejta!
Asina ejcura é la ausencia...
¡Bogá, Bogá! (*Canción del Boga Ausente*)

De este tricolor surge la iridiscente epidermis de las llamadas Indias Occidentales, el continente multicolor:

Canta cantor, que tienes escudo de luz de sol,
ten el sentido del color. Como un arco iris
estimo tus flores: con ellas goza mi corazón.



De las reformas y sus desastres

Una de las reformas borbónicas más importantes, y que atentaba contra el orden político mantenido por siglos en España, será precisamente la liquidación de las autonomías, especialmente la de Aragón, unida a Castilla desde el matrimonio de los reyes católicos, Fernando e Isabel, en el siglo XV. Se suprimen las autonomías provinciales tanto en la península como en los reinos del ultramar, a favor del centralismo, y se genera lo que se conoce en el siglo XVIII como el Despotismo Ilustrado. Otra reforma que es importante destacar, consiste en la creación del Ministerio de la Marina de las Indias, y el consecuente cese del monopolio del tráfico comercial y del control de las mercancías por parte del puerto de Cádiz, y que el poeta Álvaro Mutis rescatara como reminiscencia de la importancia de este puerto en la fundación de las nacientes ciudades de las Indias en pleno siglo XX.

Y yo digo Cádiz para poner en regla mi vigilia
Para que nada ni nadie intente en vano
Desheredarme una vez más de que ha sido
“El reino que estaba para mí (*Cádiz*).

Este monopolio marítimo y comercial del puerto de Cádiz había sido introducido por la Casa de Austria en los reinos de Ultramar con la finalidad de impedir la formación de grandes fortunas privadas, esos gigantescos oligopolios que en pleno siglo XXI ejercen su poder global como la “mano invisible”, desde las sombras, y cuyo tráfico el poeta sevillano Luis Cernuda rechazara en su poesía.

Nada queda hoy por hacer, acotada la tierra
Que ahora el traficante reclama como suya
Negociando con cuerpos y con almas (*Quetzacoatl*).

Con el arribo de los borbones, se crea La Compañía Comercial de Guipúzcoa, de tipo inglés, es decir netamente económica y mercantil, la cual se hará cargo del comercio con la Capitanía de Venezuela a partir de 1728, recién inaugurada la Casa de Borbón en España con el rey Felipe V. En consecuencia, se permitió en primera instancia, el comercio libre de las islas del Caribe y, posteriormente, del resto de Hispanoamérica: esta apertura de puertos le permite a los reinos y provincias de ultramar comerciar ilimitadamente con diferentes puertos de la monarquía hispánica pero, a su vez, suscita la aparición del contrabando a tal punto



que a partir de mediados del siglo XVIII, en las Indias, será superior el comercio ilegal al comercio oficial. Los ingleses aprovechan el tráfico de esclavos del cual tienen el monopolio, y el control que sustentan sobre los mares, para fomentar el contrabando y la piratería en los reinos hispánicos. Una muestra del cambio de espíritu que se propicia entre la Casa de Austria y los Borbón se recoge en el poema de Álvaro Mutis Como un fruto tu reino, dedicado al rey Felipe II³ y su reinado:

Así es tu deseo que se muestre tu reino:

Ajeno al infame comercio

Con los señalados por el demonio

Del examen con su huella de cieno...

El fin del monopolio comercial por parte del puerto de Cádiz, permite que Inglaterra a partir del siglo XVIII someta gradualmente a las provincias y reinos de Ultramar a una dominación económica en primera instancia antes de las “independencias” y política posteriormente.

Una tercera reforma importante será la creación de las milicias: a pesar del recelo que la metrópoli sentía por la fidelidad de algunos de los habitantes de los territorios ultramarinos, se crearon las llamadas milicias cuyo objetivo era proteger las fronteras de los virreinos, sobre todo las marítimas, del pillaje, de los piratas y de la marina inglesa – espero me perdonen la tautología – que los protegía y alentaba, así como del contrabando suscitado igualmente por Inglaterra y las Provincias Unidas. Estas milicias concedían privilegios legales, fueros especiales, a quienes se unían a ellas: ser juzgados en tribunales especiales y obtener un avance social, lo que se podría denominar actualmente como ascenso militar. A la postre, este recelo del cual hablaríamos arriba, no sería para nada infundado: estas milicias serán posteriormente la base militar de muchos de los jefes de los llamados ejércitos patriotas. Otra reforma que transformó la geografía española, fue la expulsión de los jesuitas el 27 de febrero de 1767 de todos los territorios de la corona. ¿La razón? Se podrían argumentar o se argumentaron a su debido tiempo, dos razones. La primera de ellas, porque supuestamente esta orden religiosa frenaba el despegue

³ El Rey Felipe II será el hijo del Emperador Carlos V de Alemania y I de España, y de la emperatriz Isabel de Portugal. En su reinado la península será unificada en su totalidad en una única monarquía.



económico de España, y segundo, porque los jesuitas, en virtud a su cuarto voto de obediencia papal, eran más leales al Papa que al Monarca. Esta reforma representó un desastre para las colonias: al desaparecer las misiones, se colocaron en venta las tierras pertenecientes a la orden. Fueron divididas y prontamente adquiridas por ricos plantadores, dándose inicio en las Indias a una modalidad que durante siglos la corona había tratado infructuosamente de evitar: la explotación de la mano de obra nativa:

Indio que labras con fatiga tierras
que de otros son: ¿ignoras tú que
deben tuyas ser, por tu sangre y tu sudor?

Al ser reemplazadas las encomiendas por las haciendas y al encomendero por el terrateniente, se establece el sistema de peonaje, es decir, un sistema informal en el cual el trabajador “libre”, recibe un salario que a su vez lo esclaviza a través de las deudas que adquiere: los salarios rara vez permiten a los peones saldar las deudas que contraen. Nada nuevo. Habría que recordar también que justamente hasta el siglo XVIII en las Indias estaba prohibido tener propiedad privada, muy a diferencia del sistema territorial de las colonias inglesas donde estados completos, territorios gigantescos, eran y siguen siendo de propiedad personal, feudos familiares donde trabajan, pagan impuestos e intereses libremente sus habitantes. La esclavitud moderna iba penetrando y tomando forma en las Indias Occidentales.

Al extenderse el rumor, a principios del siglo XVI, de que el conquistador de México, Hernán Cortés aspiraba a independizarse de España y asumir el título de “rey de las Indias”, la corona española crea las llamadas **Audiencias Reales** con la finalidad de proteger a los nativos de los gobernadores, de los presidentes y de los Virreyes. En 1514, por **Decreto Real**, se autoriza el matrimonio entre españoles y americanos. Y en 1539, la corona obligó a los encomenderos a casarse con india en plazo de tres años. En 1535, se conforma el Virreinato de Nueva España, comprendido por México, Guadalajara, las islas antillanas, el litoral venezolano, la América Central, excepto Panamá. Y en 1543 se constituye el Virreinato del Perú, conformado por toda la América del Sur, exceptuando Panamá y el litoral venezolano. Sólo hasta 1776 y bajo los Borbón, se crean los Virreinos de la Plata, comprendido por los actuales Argentina, Uruguay y Bolivia, el de la Nueva Granada comprendido por Ecuador, Colombia, Panamá, Venezuela y parte del

actual territorio de Brasil. Los reinos de Ultramar quedan conformados por Gobernaciones, Audiencias y Virreinos, convirtiéndose el virrey en el representante personal del rey. Los virreyes eran, en primera instancia, provenientes de la Grandeza de España, y sólo hasta el siglo XVIII, justamente en la era borbónica, comienzan a ser nombrados de la baja nobleza y hasta de la burguesía como fuera el caso del militar Manuel de Amat, gobernador de Chile entre 1755 y 1761, y virrey del Perú entre 1761 y 1776. La presencia de un Virrey proveniente de la burguesía será síntoma de los cambios que los nuevos tiempos traían consigo. El Virrey Amat hacía parte, no de los oprimidos, sino de “los que han logrado ventajas y quieren más”.

El virrey no tenía límite temporal. Vivía como un auténtico monarca, con corte y guardia personal, a imagen y semejanza del monarca. Y es justamente en esta época borbónica cuando se presenta otra reforma de gran importancia, y que viene a atentar contra la naturaleza divina del monarca: la creación de los intendentes (1765). Estos intendentes se encargarán de la administración, de la justicia, de la hacienda y hasta de la guerra. Y si bien esta figura armonizaba a la perfección con el centralismo propuesto por la corona, su presencia enfrentaba a la figura del virrey, menoscabando su autoridad y, por ende, la del monarca mismo. Los intendentes reemplazaron a los gobernadores, a los alcaldes locales, a los corregidores y a los oficiales reales minando las autonomías provinciales. Todos estos cargos que estaban en manos de los llamados criollos, pasaron a manos de los recién llegados generando un malestar entre Madrid y la periferia. Y si bien los intendentes estaban subordinados a los virreyes, tenían correspondencia directa con el rey, lo cual generaba inevitables malos entendidos. La creación de estas Intendencias tuvo un efecto corrosivo que preparó la “Independencia”. Las palabras del teólogo Bossuet, con las cuales afirma que “el trono real no es el trono de un hombre, sino del propio Dios”, comenzaban a ser cuestionadas. Se pasa de una concepción divina del Hombre, a una humanística y racional ajena por completo al espíritu teocrático de los reinos de España. La política comienza a ser conducida por los que llamará Mutis, “los mancillados por el tributo al efímero afán de la razón” (Como un fruto tu reino).

Debemos tener en cuenta que cuando se habla de la historia de España nos encontramos ante un caso sumamente peculiar en el seno de la totalidad europea. Los reinos de España antes del descubrimiento del Nuevo Mundo, habían luchado en solitario más de ocho siglos contra el islam, y a partir del Descubrimiento y de la Conquista de las tierras de

Ultramar, sus ricas e ilimitadas posesiones, en las cuales no se ocultaba el sol, incitaron como era de esperarse, la codicia de sus enemigos naturales a tal punto que, precisamente cuando los borbones llegaron a reinar sobre la monarquía hispánica (1713), los estadistas británicos pensaban seriamente en la posibilidad de apoderarse de los dominios españoles o, mejor aún, de destruirlos. Para los ingleses el imperio español estaba a punto de caer como un fruto maduro. ¿Cuál era la mejor forma de sacudir el árbol? ¿Conquistar el territorio, capturar puertos estratégicos, ayudar a las colonias a conquistar su independencia y asegurarse así el comercio? (La guerra de Jenkins). Inglaterra haría uso de todos estos medios para destruir el poderío español, no obstante su imperialismo (el inglés como proyecto comercial) que no imperio (el español como empresa de unidad universal), fue y siempre lo ha sido, netamente económico. El clima adverso, las enfermedades propiciadas por una naturaleza salvaje e inhóspita, implicaban gastos innecesarios: era preferible que hombres de energía y ambición se hicieran dueños de su propio destino y aportaran riquezas incalculables a la metrópoli inglesa sin necesidad de alcaldías, gobernaciones, audiencias o virreinos. Una factoría en mitad de la selva, tal cual como relata Joseph Conrad en el Corazón de las Tinieblas, y una criatura de férrea voluntad y sin escrúpulo alguno, serían suficiente para apoderarse de todas las riquezas que se encontraran en estas agrestes tierras. Y en cuanto a los nativos: que se mueran de viruela, ¿acaso esos salvajes tienen alma?

El Tratado de Utrecht (1713), firmado tras el fin de la Guerra de Sucesión Española, permitió a Inglaterra hacerse con el tráfico de esclavos y colocar 4800 esclavos para la venta en las posesiones ultramarinas de España, así como la posibilidad de transportar un cargamento anual de nativos africanos a las ferias comerciales españolas y portuguesas del Nuevo Mundo. Los ingleses aprovechan el tráfico de esclavos para fomentar el comercio del contrabando y someter paulatinamente a los territorios de ultramar a una dominación económica tal cual como se hizo evidente una vez los procesos de “independencia” se dieron por concluidos. Mientras España mantuvo un imperio basado en las dos espadas: la temporal (el monarca y la monarquía) y la espiritual (El papa y la cristiandad), Inglaterra va a plantearse una estrategia diferente para apoderarse de la riqueza de las naciones: la doctrina mercantilista de la “mano invisible”. La expansión imperial del siglo XVIII estará adelantada por una lucha a muerte entre las potencias europeas por el control de las riquezas naturales del mundo: Las naciones ricas prosperarán, las



pobres se debilitarán y tal vez perezcan. Amasar lingotes de oro, controlar los artículos de consumo, (azúcar, tabaco, café, algodón, cacao, índigo), es la misión de los estados, y sus leyes, como por ejemplo las Leyes británicas de comercio y navegación (1650), estarán encaminadas a que todos los artículos de consumo que se encuentren en las colonias británicas deban ser enviados directamente a Inglaterra. Y Los artículos adquiridos por los colonos deban ser enviados desde la metrópoli y en buques británicos: los colonos interesan sólo en la medida de que beneficien el comercio de la metrópoli, y las relaciones con la misma no pasan de ser más que un contrato laboral.

Pienso luego disiento

Durante los años comprendidos entre 1670 y 1720 el pensamiento europeo entra en crisis. Si bien antes de 1680 pensadores aislados habían dudado de las dos naturalezas en Cristo (la divina y la humana), y de su muerte en la cruz para salvación de la humanidad, después de 1720 muchos hombres ponen en duda estas creencias. Se presenta un cambio que lentamente va a minar la fe de España en particular y la de la cristiandad en general: de la aceptación de los fundamentos religiosos tradicionales se pasa a un exaltado escepticismo y espíritu secular: el culto divino es reemplazado por el culto por las luces, y se comienza a cuestionar la dogmática tradicional de la Iglesia. ¿Pero qué nuevas ideas o pensamientos vinieron a acompañar a la América Española del siglo XIX, y cómo trasformaron su geografía y creencias? Tres orígenes podemos apuntalar: el inglés, el francés y el americano o estadounidense.

En cuanto de Inglaterra se trata, esta nación aportó a los nuevos tiempos la llamada Teoría política o filosofía política: Hobbes, en su Leviatan, introduce por vez primera en el arte del gobierno la idea de Contrato Social, y si bien es partidario del absolutismo, el poder debe descansar en manos de un hombre: el soberano, o de una élite de privilegiados: el parlamento. La obligación de los súbditos con respecto al soberano, sólo se entiende en la medida en que éste pueda protegerlos. Estimula la guerra entre las naciones como medio por el cual alcanzar el fin, esto es, la acumulación de riquezas, las cuales le permiten al hombre una mayor seguridad, a la vez que le evitan retroceder al llamado por Hobbes, "estado inicial de miseria". El Estado, ya no el reino, es el que le permite al hombre salir de la barbarie primera, y lo introduce con derechos en la sociedad. Igualmente Spinoza, en su

Tractatus Politicus (1667), estará a favor del autoritarismo, pero recomienda que un gobierno para mantener la paz, debe conceder la máxima libertad posible al pueblo que está bajo su control, especialmente en asuntos relativos al pensamiento y a la religión. Por este mismo derrotero sigue Locke. En su "Tratado sobre el gobierno" (1689), asegurará que sólo mediante un contrato social se preserva la libertad y la prosperidad de los hombres. Toda actividad del gobernante debe estar dirigida en interés de sus súbditos, y si estos se convierten en tiranos el pueblo está en el derecho de expulsarlos del poder. Sus principios políticos son liberales. Para Locke, el poder nace de una libre y reciproca convención entre los hombres y cuyo resultado es el Estado. El Estado, dice Locke, es una institución que debe proteger los derechos de la propiedad y de la igualdad ante la ley. Por ello plantea la separación de poderes. El monarca es legítimo si se subordina también a las leyes. Propone en teoría, la soberanía del pueblo articulada en un parlamento. "El rey reina pero no gobierna" Y la Iglesia y el estado deben separarse. La moral y la Religión, afirma, son "independientes".

Estos tratados políticos no sólo atacan y buscan destruir el pensamiento tradicional, es decir romper vínculos con el pasado, sino que a la vez son una apuesta revolucionaria y por lo tanto un proyecto a futuro: la formación de un nuevo orden mundial. La dogmática medieval, en la cual lo verdadero es prerrogativa de la autoridad representada por los escritos aristotélicos y la enseñanza de la Iglesia, se desmorona ante el avance de las ideas nacidas en la época de La Reforma (siglo XVI), y que un siglo después estos políticos recogen en sus teorías para ridiculizar la autoridad de la Iglesia en asuntos religiosos y la del monarca en asuntos políticos. Nada nuevo: el futuro está por construirse, es ideal y por lo general nunca llega, así que hay tiempo suficiente para intrigar. Y en cuanto se trata de la monarquía, esta no es de derecho divino, muy por el contrario, la soberanía pasa a residir en la nación, y el gobierno debe estar en manos de hombres inteligentes, virtuosos y de fortuna: se da inicio al arribismo político, al nacimiento de la llamada aristocracia del dinero, otro cara más de los orígenes de las revoluciones hechas por "los que han logrado ventajas y quieren más".

En cuanto de Francia se trata, sabemos que lo que es verdad a un lado de los Pirineos no lo es al otro lado. Para afirmar esto, los políticos del siglo XVIII se valen de la Razón como instrumento de acción. Su fin, minar el dominio de la Iglesia católica y su influencia en el mundo de las ideas, de la ciencia y de la cultura. A la visión universal de una Europa regida por un único cayado, el del emperador, se da paso al "ser nacional" de

Montesquieu, “a aquello que distingue a un pueblo de otro”. La unidad se fragmenta y son más importantes las partes que el todo. Siguiendo las enseñanzas de sus hermanos de sociedad, Locke y en especial Hobbes, Montesquieu considera que la forma más racional de gobierno es aquella capaz de armonizar los poderes monárquicos, aristocráticos y democráticos. Todavía estamos lejos de las monarquías constitucionales, pero sí muy cerca de la guillotina. Sólo es cuestión de romper las ligaduras que impiden el libre pensamiento, y para ello los ataques de los ilustrados, encabezados por el maniqueísmo de Voltaire, se dirigen contra la Iglesia católica, la cual y según los librepensadores, estos seres privilegiados y elegidos desde siempre, es perseguidora de la libertad. Por ejemplo LaMettrie (médico, fisiólogo y materialista), llega a afirmar lo siguiente: “Una sociedad atea no sólo es posible sino además deseable”. Y Holbach, doblemente materialista, afirmará: “La religión es enemiga del progreso, y en consecuencia de la `felicidad humana´. Los dioses son producto del miedo y la ignorancia: todo es resultado de la naturaleza, de la materia y de sus leyes inmanentes”. Y será justamente Voltaire quien postulará, en política, el despotismo ilustrado o radical del siglo XVIII. Como las masas son estúpidas y crueles, incapaces de salir de su estado de miseria intelectual, es necesario que un hombre o una clase ilustrada y privilegiada (la que representa Voltaire y sus amigos de sociedad), muevan como la “mano invisible”, los hilos del buen gobierno. El enemigo de la razón es la religión, la cual no permite el progreso del hombre. La especulación, es decir, la confrontación entre contrastes, el maniqueísmo en acción que encontrará en el siglo veinte su máxima expresión con la Guerra Fría, se convierte en el fundamento del progreso, rompiendo el unitarismo sostenido por la escolástica. Para pensadores como D’Alambert, promotor del positivismo, la ciencia debe ocuparse de cosas tangibles. Lejos de la metafísica y de los hechos sociales, debe promover, como diría Bentham, “utilidades”, convertirse en ciencia aplicada y ser rentable. Escuchemos a Luis Cernuda cantado al mundo de lo útil y práctico, en su poema El Ruiseñor sobre la Piedra:

¿Qué es lo útil, lo práctico
Sino la vieja añagaza diabólica
De esclavizar al hombre al infierno en el mundo?
Junto a una hoja de hierba,
¿Qué vale el horrible mundo práctico
Y útil, pesadilla del norte,
Vómito de la niebla y el fastidio?

Nos encontramos en ese momento aciago de la historia de la humanidad, como lo llamara Bertrand Russell: el divorcio entre ciencia y sociedad, eje del positivismo. Aún así, y tal cual como lo promoviera Locke en su tratado político, poco antes había acaecido un momento aún más aciago para la historia de la humanidad: el divorcio entre la ciencia y la moral. Sin el freno de las leyes divinas al hombre de ciencia todo le está permitido. El hombre es lobo para el hombre y, por ende, para la naturaleza misma, a la cual devorará como cronos a sus hijos. Sólo que en este caso humano, demasiado humano, el progreso concederá que sean los hijos quienes devoren a su madre. Y si bien Descartes, por una parte en su "Discours sur la Méthode" (1637), nos invita a dudar de todo, puesto que no existe "alguna verdad evidente que la razón no pueda poner en duda", por otra parte afirmará que "la razón humana es suprema, conduce al conocimiento de Dios y permite el dominio del entorno por el hombre". Nos encontramos ante una religión subjetiva, producto de la razón humana mas no así de la sinrazón de la fe divina, esa "admirable paradoja" como la llamara Luis Cernuda, y que fue razón de ser de la política imperial de la Casa de Austria. Es inevitable: es el mismo Descartes, sus postulados y afirmaciones, sus "verdades evidentes", quien nos hace dudar de los postulados y de las afirmaciones no sólo de Descartes. Como nos recuerda Dostoievski, el diablo no duerme y desde el inicio de los tiempos hizo germinar en la humanidad la duda.

"América para los americanos", reza una muy lista y taimada campaña electoral. Como todo imperio se funda para beneficio de la metrópoli, e Inglaterra ha hecho del imperialismo su razón de ser, siempre procuró tener sus colonias bajo el gobierno directo de la corona a excepción de colonias como Pennsylvania, Delaware y Maryland (propiedad de familias privadas), y de Connecticut y Rhone Island, las cuales contaban con gobernadores y asambleas electas. Pero cuando se puso en juego el bolsillo de los fieles colonos americanos y el penique parecía salir de sus arcas, los "Hijos de la Libertad" se organizaron, crearon "Comités de Correspondencia" que actuaron en cada una de las colonias, y que años después, durante las "Guerras de Independencia" en el sur del continente, se ramificaron por la América Hispánica como máquina para la acción. Las trece colonias ya se sentían lo suficientemente maduras para separarse del árbol, así que reunieron a los hombres más notables en cuanto a capacidad, virtudes y fortuna, para que prepararan la revolución independista: los que han logrado ventajas siempre quieren más.



En el primer congreso (1774), y en el segundo congreso, un año después, proclamaron su separación y la formación de una nueva era republicana. Aquellos que habían puesto en duda toda verdad, declararon la “independencia” en voz de Jefferson, asegurando inapelablemente estas verdades: “Todos los hombres fueron creados iguales y están dotados por su creador de ciertos derechos inalienables: la vida, la libertad, y la consecución de la felicidad. Para asegurar estos derechos se instituyen gobiernos cuyo poder proviene del consentimiento de los gobernados” (1776). Y si alguien duda de la igualdad de los hombres, de la libertad y del camino de la felicidad, ahí está como testigo de la misma el invento del doctor Guillotin. Como en el pasado sólo el aristócrata tenía el honor de ser decapitado, y en cambio el plebeyo la deshonra de ser ahorcado, a partir de la instauración del Nuevo Orden Mundial, dirá la revolución, todo reo será decapitado: la revolución se hace a sangre y fuego.

Se sabe que los tiranos bajo la fachada de la libertad y la igualdad, siempre han sabido fomentar la guerra y la muerte. “Dichoso el ciudadano que bajo el escudo de las armas ha convocado la soberanía nacional para que ejerza la voluntad absoluta”, escribirá Simón Bolívar en el Congreso de Angostura, 1819. Aquellas verdades inapelables en teoría, y pese a la duda metódica, y esas igualdades promulgadas por los hijos de la libertad, y pese a la diferencia entre “los hombres más notables en cuanto a capacidad, virtudes y fortuna”, “y las masas estúpidas y crueles, incapaces de salir de su estado de miseria intelectual”, claramente muestran el espíritu de mentira que las anima. Otra clara muestra de la predestinación de los padres fundadores, del gobierno de los elegidos, se encuentra no sólo en el mundo de la política sino en el de la educación. Recordemos que para que un estudiante pueda tener acceso por ejemplo a Harvard o Yale, los cupos se distribuyen en estas universidades del saber, de acuerdo con la propiedad y la clase social. “Propiedad, virtud, inteligencia”. Sí, todos los hombres fuimos creados iguales pero algo nos diferencia a unos de otros: la fortuna que como predestinados dios o el diablo ha puesto en nuestras manos. “Tenemos la ventaja de la riqueza y queremos aún más: gobernarnos a nosotros mismos y gobernar a las estúpidas masas incapaces de salir de su estado de miseria: seremos la luz para ellos”. Fortuna, que sumada a los méritos de la virtud y la inteligencia para los negocios y la demagogia, le permite ascender a los iluminados la escalera del arribismo social: “Haceros ricos, pagad impuestos y disfrutaréis del voto”. Riqueza igual libertad y virtud. Pobreza igual estupidez y esclavitud. Las castas desaparecen, y son reemplazadas por



las llamadas clases sociales que, entre la humillación de los altaneros, la hipocresía de los arribistas y la envidia de los resentidos, fomentan hasta nuestros días como bien lo retratara magistralmente Akira Kurosawa tras el fin del Imperio nipón, el odio y el irrespeto.

¿Y cómo olvidar en estos doscientos años de compañía, a la Democracia? A través de ésta, exclaman los padres fundadores – esos semidioses de la modernidad –, los hombres capacitados pueden escalar rápidamente la cumbre del éxito. Al igual que el demonio, cansado de reposar, así el “Hombre Libre” es capaz de grandes cosas, de aventurarse a grandes empresas tal cual como lo demuestran el oscuro Jefferson o el paturro Napoleón. Sin embargo, como los democráticos padres fundadores del estado moderno desconfían del pueblo, al cual consideran igual de nacimiento mas no de formación y menos aún de elección divina, sino tal cual como el iluminado Voltaire enseñara: “estúpido, cruel e incapaz de salir de su estado de miseria intelectual”, se opondrán a la elección directa de sus gobernantes y crearán el llamado colegio electoral, encargado de elegir hasta nuestros días a los presidentes y vicepresidentes de la “América para los americanos”. Los nuevos príncipes electores elegirán entre los suyos a uno de sus príncipes electores. La democracia de Estados Unidos, madre y maestra de todas las democracias, ha sido la de los gobiernos de los fabricantes, de los ricos, de los bien nacidos y de los capaces, de los hermanos que han logrado ventajas y quieren más. Y esa democracia es la que han llevado al mundo, a punta de bombas y fuegos artificiales, destruyendo los antiguos regímenes, e instaurando sobre sus ruinas un nuevo orden mundial, no menos cruel que el anterior, ni más humano, tal vez, por el contrario, mucho más bárbaro y cruel a tal punto que hoy día como nunca se desdibujan con más facilidad los límites entre barbarie y civilización.

Tronaron vientos y nubes,
tembló el suelo, el turquesado
mar al centro se hunde.

Todas estas corrientes ideológicas encontraron eco en los movimientos nacionalistas, democráticos, liberales, radicales, comunistas, socialistas y anarquistas que dominaron la política, y que a partir del siglo XVIII han sido nuestra mejor compañía. Los hombres de negocio, los hombres ilustrados y ambiciosos, los iguales entre sí, en una palabra, los políticos – quienes patrocinara L’Hopital desde el siglo XVI, y quienes bajo el asesinato, la intriga, la guerra y la corrupción, han logrado ventajas y

como insaciáveis lobas dantescas aún quieren más –, se convirtieron en los revolucionarios que alimentaron la hoguera del Terror en Francia y la traición en España. Tras la invasión napoleónica de la península y la abdicación de Carlos IV, España se convierte en la grieta donde se desmoronará Napoleón. No obstante, el paso triunfante del ejército napoleónico sobre los ejércitos europeos del antiguo régimen, cambiará la faz política y religiosa de la vieja y cristiana Europa, por una faz secular iluminada por la razón. El Imperio Romano Germánico desaparecerá, y la monarquía hispánica tanto la lusitana como la castellana, se desmoronará. Las Cortes de Cádiz, de espíritu liberal, proclamarán la libertad de expresión, de reunión, y de imprenta. Pero esa reunión, esa libre expresión y esa imprenta estarán a cargo de los iluminados por la luz de la razón. Y en la Constitución de 1812, se apuntalará que si bien nos encontramos ante una monarquía constitucional hereditaria, la soberanía reside en la nación no en el rey. Los poderes se dividen, y se promulgan los deberes y derechos de los ciudadanos: esta constitución anuncia el fin del absolutismo en España. Las leyes divinas son reemplazadas por las leyes humanas hechas para humanos por unos humanos.

Si bien al regreso de Fernando VII al trono español en 1814, se disuelven las Cortes y miles de patriotas liberales fueron acusados de afrancesados, la Restauración de Fernando VII no prosperará. Los liberales forman sociedades contrarias al gobierno real, y preparan la conspiración. La francmasonería será el foco de expansión liberal, y las sociedades secretas de espíritu revolucionario se multiplican por todas los reinos Ultramarinos. Su objetivo, como el de los padres fundadores con los cuales mantienen correspondencia, es imponer por último la república. La Europa monárquica se hace liberal. El 1 de enero de 1820, un ejército de 20.000 hombres al mando del general Riego, se rebeló en España contra el monarca y a favor de la Constitución. El pronunciamiento fue preparado por liberales y masónicos, y el rey tuvo que jurar la Constitución de 1812. Los criollos, allende el Atlántico, los cuales se habían convertido en la mayor amenaza para la monarquía, descontentos con la política real, al ser excluidos supuestamente de los altos cargos de la iglesia y el estado, aprovechan la debilidad del monarca para demostrar su fidelidad al bolsillo de Baal. Antonio Nariño en 1794 pone en circulación los textos de la Revolución Francesa, y especialmente la Declaración de los Derechos del Hombre. Y en Caracas, donde algunos de sus intelectuales imitaban la moda francesa y divulgaban las ideas de la ilustración y sus conocimientos útiles y



prácticos, comienzan a funcionar organizaciones secretas liberales y republicanas: Venezuela será el puerto de entrada del pensamiento liberal y foco de la revolución en marcha. También se forman a partir de 1765 las llamadas Sociedades de Amigos del País, conformadas por intelectuales reformistas quienes, alimentados por las doctrinas positivistas de Betham, promoverán conocimientos útiles. Son grupos de escogidos, conformados por los que han logrado ventajas y quieren más, que se opondrán al tradicionalismo de la mayoría del pueblo: afrancesados y reformistas en oposición a los patriotas y realistas. A finales del siglo XVIII y durante todo el siglo XIX, la variedad regional se profundiza económica, cultural y mentalmente. La Nacionalidad dará paso al Nacionalismo y comenzará a ser frecuente oírse entre mercaderes y hacendados exclamar: “No soy español soy americano”. Se fundan las nuevas repúblicas sobre las ruinas de los reinos, repúblicas que en doscientos años de existencia han tenido como su más fiel compañía la corrupción y la guerra civil, ese enfrentamiento entre partidos y disímiles formas de concebir el gobierno: liberalismo, conservadurismo, federalismo, centralismo, izquierda, derecha, socialismo, anarquismos.

Se escucha el estruendo del tambor
en uno y otro bando, el son clamoroso
de las trompetas, el relinchar del alazán
fugoso, en bélico furor, y el silbo de las balas,
que rasgando el aire lleva por doquier la muerte.

Como diría el poeta: “Son mejor cien años de soledad que un instante de mala compañía”. Un siglo después, en plena conmemoración del primer centenario del “grito de independencia” en el antiguo Reino de la Nueva Granada, el cual rezará paradójicamente. “¡ Viva el Rey, abajo el mal gobierno!”, José María Quijano escribía en sus memorias: “La única industria de carácter nacional y popular ha sido la guerra civil y política”. El rey sería destronado, y a partir del siglo XIX en la mayoría de nacientes repúblicas, su poder temporal será usurpado por una seguidilla de militares quienes, amparados por la democracia y la elección de los nuevos príncipes electores y sus cortes, no dejaron de ser para los pueblos que mal gobernaron y de los cuales usufructuaron, una sucesión insufrible de malos gobiernos y un ejemplo histórico no de democracia sino de tiranía. Y en el siglo veinte, si bien los militares en algunos casos han brillado por su ausencia en el gobierno, no así en



otras naciones iberoamericanas donde las dictaduras han continuado en pleno auge, el control del poder temporal ha estado a cargo de familias laicas que han sabido repartirse la torta del poder político equitativa y periódicamente bajo el disfraz de la democracia y del supuesto gobierno popular que fomentara Locke en sus teorías: el camino del infierno está lleno de supuestas buenas intenciones y una cosa muy diferente es la teoría y otra la realidad. No estamos discutiendo la legitimidad de los gobernantes: la república y el juego de la democracia ha protegido a los políticos de toda censura, y por demás cuando la situación se hace ingobernable a un antiguo presidente lo reemplaza uno nuevo con el cual se inaugura un nuevo tiempo sin memoria.

Moribundos amigos, y alfombras de cadáveres
pisando, hacia los enemigos marchan,
corren, se acercan, y en llegando,
mil arroyos de sangre de la altura
hirviendo bajan hasta la llanura.

Ya el propio Bolívar, al final de sus días y cuando salía expulsado de la moribunda Gran Colombia, el proyecto que construyera con el aval de la Gran Bretaña, – el Reino Unido de Colombia como en las tierras lusitanas el Reino Unido de Portugal y Brasil –, y libre de la retórica de la plaza pública y de la noble cámara de los comunes, y ante la confrontación imperante en que quedaban las tierras por él liberadas, entre candidatos a presidentes y sus partidarios, el Libertador no podía dejar de preguntarse: “¿Quién sabe si aré en el mar y edifiqué en el viento?” Y tal vez la respuesta más apropiada a esta pregunta la diera el poeta Porfirio Barba-Jacob tras un siglo de guerras civiles, de masacres, de desplazados, de desaparecidos, de esclavizados, de torturados y de constantes pérdidas de memoria histórica y de soberanías territoriales:

La muerte viene, todo será polvo.
Polvo Hidalgo, polvo Bolívar.
Polvo en la urna y rota ya la urna,
Polvo en la ceguedad del aquilón.

Inevitable, así como todo parece por ley universal, así como el antiguo régimen pereció, el iluminismo también tendrá su ocaso, y posiblemente en la actualidad estemos asistiendo a su propio fin, al esplendor de su decadencia. Es cuestión de saber leer los signos de la historia y sus ciclos naturales de vida, esplendor y muerte:



Aún este mundo tan bello y tan brillante
que habitamos es el cadáver pálido
y deforme de otro mundo que fue.

Así como los nietos de los conquistadores se rebelaron y destruyeron lo que sus antepasados construyeron, posiblemente los nietos de los padres de la patria se rebelen contra sus antepasados. Tal vez por eso ante la afirmación nada medida pero sí proselitista de José Martí, ese claro ejemplo de lo patética que puede llegar a ser la poesía cuando se destina como medio no como fin, y en la cual afirma que “todos los americanos deben querer a Bolívar como a un padre”, la historia podría llegar a responder como el infortunado Edipo Rey descifrador de quimeras:

Por amor a mi padre he asesinado a mi padre.

BIBLIOGRAFÍA

CERNUDA, Luis. La realidad y el deseo. Madrid: Alianza Editorial s.a., 1998.

MÖRNER , Magnus. La reorganización imperial en Hispanoamérica, 1760-1810. Tunja: Ediciones Nuestra América, 1979.

HOLGUÍN, Andrés. Antología de la Poesía Colombiana 1874-1974. Bogotá: Ediciones Tercer Mundo, 1986.

MUTIS, Álvaro. Obra Poética. Bogotá: Arango editores, 1993.

PAZ, Octavio. Los signos en rotación y otros ensayos. Madrid: Alianza editores, 1986.

TRIANA Y ANTORVEZA, Humberto. Las lenguas indígenas en la Historia social del Nuevo Reino de Granada. Bogotá: Imprenta Patriótica del Instituto Caro y Cuervo, 1987.



A lógica territorial nas tramas políticas do período da independência: Pará, 1822-1823

André Roberto de A. Machado
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP



A lógica territorial nas tramas políticas do período da independência: Pará, 1822-1823

André Roberto de A. Machado

Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

História e Território

Ao contrário do que seria comum há algumas décadas, na bibliografia especializada está praticamente superada a ideia de que havia uma unidade territorial e política entre os habitantes dos antigos domínios portugueses da América, às vésperas da independência. A própria generalização do termo “América Portuguesa”, em substituição a “Brasil Colônia”, é menos uma moda historiográfica e mais a demonstração do esforço em perceber o território dentro da sua lógica histórica, buscando desfazer uma relação mecânica entre os antigos espaços coloniais e as fronteiras dos futuros Estados Nacionais.¹ Por um lado, sabe-se que os contemporâneos tinham dúvidas sobre a capacidade do Rio de Janeiro em incorporar todos os territórios coloniais portugueses à América, ao mesmo tempo em que a anexação de partes da África era livremente debatida na imprensa, ao longo do início da década de 1820.² No plano mais geral, talvez uma das mais impressionantes contribuições para esse entendimento sejam os novos estudos sobre o Vintismo. Desfazendo a percepção de que as Cortes de Lisboa eram o capítulo final de um conflito entre “brasileiros” e “portugueses”, a descrição da atuação dos deputados americanos deixa clara a inexistência de uma identidade comum, bem como as dificuldades em estabelecer alianças que conseguissem sobrepor os interesses fixados nas províncias do Reino do Brasil.³

Se a ideia de unidade do território brasileiro às vésperas da independência foi desconstruída frente a sua impossibilidade histórica, curiosamente persiste a perspectiva historiográfica que reconstrói esse período

¹ Entre outros, ver: PIMENTA, João Paulo Garrido. Estado e Nação na Crise dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828). São Paulo: Hucitec, 2002; NOVAIS, Fernando A. Condições de Privacidade na Colônia. IN: _____. História da Vida Privada no Brasil. v. 1: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 13-39.

² MACHADO, André Roberto de A. A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime português na província do Grão-Pará (1821-25). São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010. cap. 1.

³ BERBEL, Márcia Regina. A Nação como Artefato: os deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas de 1821-22. São Paulo: Hucitec, 1999; BERBEL, Márcia Regina. A retórica da colonização. IN: JANCSÓ, István (Org.). Independência: história e historiografia. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005. p. 791-808.



do tendo as fronteiras provinciais como molde. Nessa direção, os acontecimentos pretendem seguir uma lógica em que os embates políticos estão “ilhados” nos limites das províncias, como se esta realidade fosse praticamente independente. As referências às ocorrências na Corte ou em Lisboa são poucas e frequentemente destinadas a contextualizar o leitor e não demonstrar a integração entre essas diversas ocorrências. Já em relação às outras províncias, as citações são, de modo geral, raríssimas.

As explicações para a força dessa construção histórica são de duas ordens. A primeira é a própria história da consolidação das chamadas “histórias regionais”, entre os séculos XIX e XX. Como se sabe, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro estimulou a construção de narrativas específicas, focadas nas províncias, ainda que fosse a partir disso que pretendesse construir também uma História Geral, nacional, tida como o grande objetivo final.⁴ Hoje, essa pretensão em valorizar recortes em uma história baiana, paraense ou paranaense, renderam uma tradição bastante consolidada, com produção significativa, um ensino regular na educação básica e uma presença marcante no ensino superior de história nesses Estados, algumas vezes com um número de disciplinas até maior do que as atribuídas à “História do Brasil”. Essa tradição, cultivada desde a vida escolar, tem o mérito de questionar os grandes modelos explicativos da chamada história nacional, mas reproduz sua lógica nas novas gerações, que continuam a enxergar as fronteiras dessas províncias como o contorno da realidade.

Talvez, significativamente, sejam justamente os episódios relativos à independência os de maior destaque destas historiografias com recortes marcados pelos espaços provinciais. Visto em perspectiva, esse resultado chega a ser surpreendente, já que, no século XIX, se travou uma luta pela construção da memória em torno da independência, com uma especial dedicação em solidificar uma visão calcada nas ações do Rio de Janeiro. Um exemplo disso pode ser pensado a partir das datas oficiais para a comemoração da independência. Os trabalhos de Hendrik Kraay demonstram como a definição entre uma data ou outras eram a tentativa de fortalecer uma compreensão política desse processo, sendo que o próprio sete de setembro, hoje tido no senso comum

⁴ Entre outros, veja de GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988; e de ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A Experiência do Tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-45)*. São Paulo: Hucitec; Fapemig, 2008.



como a data da independência do Brasil, não figurava entre os feriados oficiais nos primeiros anos do novo Império.⁵ Nessa direção, deve ser observado o debate ocorrido no Senado, em 1830, quando se discute a pretensão do Conselho Geral da Província da Bahia em transformar o Dois de Julho em uma festividade oficial. Apesar dos discursos de alguns senadores, que não só defenderam a medida, como a trataram como um costume já consolidado, a proposta do Conselho Geral foi rejeitada pelo Senado.⁶ Qual a razão disso? Diminuir a importância de eventos que lembrassem os conflitos desse período? Certamente, a comemoração de datas como essa ressaltavam o fato de que as províncias viveram várias cronologias em torno da independência, algo muito distante do suposto compasso de todo o território com os acontecimentos sediados no Rio de Janeiro. A importância do Dois de Julho para a própria identidade baiana, para ficar em um exemplo, talvez seja a maior demonstração de força da tradição historiográfica focada nos acontecimentos das antigas províncias.

Além da consolidação desta historiografia, outro motivo para construir as narrativas desse período nesses moldes está na afirmação de alguns historiadores de que, às vésperas da independência, as províncias estavam desconectadas como resultado de uma política de longo prazo do Império português. Luiz Felipe de Alencastro, por exemplo, utilizou as poucas trocas comerciais do período, como prova do isolamento das províncias entre si.⁷ Já Márcia Berbel também fez esse tipo de afirmação, certamente influenciada pelos discursos dos deputados americanos nas Cortes de Lisboa.⁸ Afinal, em vários momentos, os interesses provinciais estiveram em primeiro plano no Congresso Português, algo sintetizado pelo então deputado Feijó, que chegou a afirmar que as províncias se governavam de forma independente.⁹

As avaliações de Alencastro e Berbel inserem-se na importante desconstrução da ideia de unidade do território dos domínios portugueses, às vésperas da independência, para qual deram importante contribuição. Entretanto, há um exagero em supor que as províncias estavam “ilhadas”, cada qual apenas se reportando à Corte, seja na Europa, seja

⁵ KRAAY, Hendrik. A Invenção do Sete de Setembro, 1822-1831. Almanack Braziliense, São Paulo, n. 11, p. 52-61, mai. 2010. Disponível em: <www.almanack.usp.br>.

⁶ Anais do Senado do Império do Brasil. Sessão de 1830. Rio de Janeiro: s. i., 1914, em 17 de junho de 1830.

⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. IN: _____. (Org.). História da Vida Privada. v. 2 – Império: a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 12-23.

⁸ BERBEL, Márcia. A nação como artefato, p. 31-57.

⁹ TOMAZ, Fernando. Brasileiros nas Cortes Constituintes de 1821-22. IN: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 83.

no Rio de Janeiro. As trocas comerciais eram poucas, mas existiam. Assim como declarações, como as de Feijó, exprimem alguma verdade, mas não podem ser lidas sem ter em conta de que se tratavam de manifestações políticas que não tinham como objetivo descrever a realidade, mas defender interesses específicos.

Na verdade, as províncias tinham relações entre si, políticas e econômicas, que criaram laços mais sólidos ou mais frágeis, mas que tiveram um papel importante na lógica dos acontecimentos do início da década de 1820. Para entender a importância disso, basta retomar um dos aspectos mais célebres da obra de Benedict Anderson: as chamadas “rotas de peregrinação”.¹⁰ Autor de uma das mais influentes obras no debate sobre a formação dos Estados Nacionais, Anderson insistiu que o caminho recorrente dos homens, pelo interior do território, seja em razão de trocas econômicas, na busca por justiça, pela formação intelectual ou outras atividades, criavam marcas, “rotas de peregrinação” que ajudariam a entender o contorno dos Estados nacionais.

Os domínios coloniais espanhóis na América foram explorados à exaustão, por Anderson, para demonstrar a justeza desse raciocínio, pois é possível encontrar grande correspondência entre os Estados Nacionais que emergiram no século XIX e essas peregrinações. Significativamente, contudo, Anderson cala-se, neste aspecto, em relação à América Portuguesa. A razão para isso é clara: não há no território colonial português na América uma rota de peregrinação única, que integrasse essas posses com o trânsito de homens para quaisquer atividades humanas, fossem trocas comerciais, resolução de pendências burocráticas ou qualquer outra questão. No fundo, o único caminho integrador dessa unidade eram os caminhos que levavam à metrópole, o que ajuda a compreender a afirmação de vários historiadores de que o Brasil, como uma unidade, era uma percepção que durante muito tempo só fez sentido na cabeça da alta cúpula dos funcionários do Império Português.

Apesar disso, a proposição de Anderson também é fértil para pensar a formação do Império do Brasil, ainda que não pelas razões que ele tinha imaginado originalmente. No caso da colonização da América Portuguesa, a ideia de “rotas de peregrinação” não ajuda a explicar a manutenção do território colonial no Estado independente, mas contribui para o seu inverso: demonstra o quanto foi complexo esse fenômeno. Isto porque, se é verdade que não houve uma única “rota de peregrina-

¹⁰ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo: Ática, 1989.



ção” unindo todo o espaço colonial, é igualmente correto afirmar que existiram várias delas concomitantemente. Ou seja, na América Portuguesa existia uma grande quantidade de centros e periferias e a formação de grandes áreas de influência organizadas a partir das grandes cidades da colônia.

Em alguma medida, isto já está apontado no artigo “Peças de um Mosaico”, de István Jancsó e João Paulo Pimenta, texto que foi a plataforma para vários estudos sobre a formação do Estado Nacional no Brasil. Apesar de dialogar e reelaborar as ideias de Anderson, Jancsó e Pimenta demonstram que a percepção de que a América Portuguesa tinha vários centros e periferias já estava consagrada em obras mais antigas. Dessa forma, lembram que o próprio Fernand Braudel, ao tentar explicar a hierarquização dos espaços em torno das cidades para as quais convergiam os fluxos comerciais e de pessoas, utilizava justamente a colonização portuguesa na América como exemplo.¹¹ Na perspectiva de Braudel, as grandes cidades da colonização lusa na América, nomeadamente Recife, Salvador e Rio de Janeiro eram polos para onde convergiam e em torno do qual se organizavam as comunidades do interior do continente, sendo estas cidades também a porta para o escoamento de mercadorias para o comércio com o exterior.¹²

Enquanto nosso raciocínio transita entre um território coeso e a dispersão total das províncias, essa hierarquização de espaços na América Portuguesa, que estava tão clara para Braudel, também era importante para os contemporâneos, na virada para o XIX. Em agosto de 1822, por exemplo, o cônsul francês Albert Roussin apostava que, se o Reino do Brasil rompesse com Lisboa, a partir dos antigos domínios portugueses se formariam vários Estados independentes. Mas Roussin não acreditava que isso aconteceria de modo aleatório. Ao invés disso, pensando especialmente a partir da Bahia, apostava que os vários Estados seguiriam uma lógica espacial, em que seria necessário organizar o território a partir de cidades que escoariam a produção para o oceano.¹³ Em outras palavras, estava se referindo ao peso das relações de centro e periferia

¹¹ JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: Histórias. 2. ed. São Paulo: Editora Senac. p. 137-138.

¹² BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII. v. 3: O Tempo do Mundo. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 395.

¹³ WISIAK, Thomas. A Nação Partida ao Meio: Tendências políticas na Bahia na Crise do Império Luso-Brasileiro. 2001. 234pág. Dissertação. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2001. p. 181.



formadas durante a colonização portuguesa. Além disso, a formação de blocos regionais era uma solução evidente, em um quadro em que poucas províncias poderiam supor ter condições econômicas e políticas para decidir seus destinos de maneira isolada.

Observando a história do Grão-Pará, é perceptível a criação desses laços nos territórios das capitanias vizinhas, bem como a influência que esta lógica territorial teve nos processos políticos do período da independência.

O Universo do Grão-Pará

É quase impossível pensar a história do Grão-Pará de maneira isolada, uma vez que as ações do Império Português sempre ataram o seu destino a um conjunto territorial mais amplo. Evidentemente, os laços mais claros sempre foram com o Maranhão. Como se sabe, a impossibilidade de ver a América Portuguesa como uma unidade, ao longo da história, começa pelo fato deste território ter sido organizado, durante a maior parte da colonização, em dois Estados: um ao sul, propriamente o Estado do Brasil, que teve sedes em Salvador e, posteriormente, no Rio de Janeiro. Ao norte, durou por mais de 150 anos outro Estado. De 1621 até 1750, esse território foi conhecido como Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luís. Em 1750, em uma das ações mais significativas do governo de Pombal, essa região passou por uma série de reformas, a começar pela própria reorganização espacial, dando lugar ao novo Estado do Grão-Pará e Maranhão, agora com sede em Belém.¹⁴

A existência desse Estado e a própria escolha das capitais não era aleatória e, sim, fundada na intenção de promover justamente a sinergia dos espaços, racionalizar os deslocamentos de homens e mercadorias. Ou seja, tudo que iria fomentar aquilo que posteriormente Benedict Anderson chamou de “rotas de peregrinação”. Ainda nesta direção, o Estado ao norte da América Portuguesa justificava-se não só na imensidão dos territórios coloniais, mas por razões ligadas à facilidade de navegação.

¹⁴ Sobre as reformas de Pombal nessa região, ver: MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996. DOMINGUES, Ângela. Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000; DONGHI, Tulio Halperin. História de América Latina. v. 3: Reforma y Disolución de Los Impérios Ibéricos (1750-1850). Madrid: Alianza Editorial, 1985; PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Nos Subterrâneos da Revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem. 1998. 438 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998; SAMPAIO, Patrícia Maria de Melo. Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia. Sertões do Grão-Pará, 1755-1823. 2001. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História., Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001



Como lembram os historiadores, nesse período, as viagens por mares e rios eram o meio mais eficiente de transporte, mas questões ligadas às correntes marítimas tornavam difícil a ligação entre o norte da América Portuguesa e o sul do continente até o advento do barco a vapor.¹⁵ Esse foi um problema que persistiu, inclusive, muitos anos depois da independência, causando quase um isolamento entre essa região e a Corte no Rio de Janeiro. Já na década de 1840, o missionário americano Daniel P. Kidder sintetizava esse problema:

Até o ano de 1839, jamais existira qualquer meio de comunicação rápida e regular entre a Capital e as regiões afastadas do Império, especialmente as do extremo norte. Poucas eram as casas comerciais do Rio de Janeiro que mantinham correspondentes nos portos situados além de Pernambuco, e, não raramente, notícias políticas do Maranhão e do Pará chegavam à Corte, via Grã-Bretanha ou Estados Unidos, em tempo mais curto que se enviadas diretamente.¹⁶

Desde o período colonial, a necessidade de deslocamento para fugir das águas e ventos desfavoráveis era tão grande que a ligação de toda a região do Maranhão e Pará era muito mais simples e rápida com a Europa do que com a Bahia e o Rio de Janeiro, ao contrário do que supõe hoje o nosso senso comum. Isso necessariamente exigia uma logística que impunha o acesso a órgãos de decisão do Império Português, diferente daqueles existentes no sul, a começar pela sede do governo colonial. E não eram só os caminhos políticos e burocráticos que eram diferentes entre essa região e o sul da colônia. O comércio também estava amplamente conectado com a Europa e praticamente inexistente com a região do Rio de Janeiro, algo que permaneceu ainda depois da independência. Exemplo disso é que dos quase 130 barcos de comércio atracados em Belém, em 1828, quando se excetua aqueles vindos do Maranhão, resta apenas um de outro porto brasileiro, enquanto os originários

¹⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p. 57-63.

¹⁶ Daniel P. Kidder. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. Tradução de Moacir Vasconcelos. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1980. p. 17. Não por acaso, as dificuldades de comunicação entre a região do Pará e do Maranhão com a Corte, no Rio de Janeiro, fez com que essas províncias fossem continuamente citadas pelos deputados e senadores do Império que desejavam fazer uma reforma constitucional, na década de 1830, que garantisse maior autonomia às províncias. Sobre isso, veja MACHADO, André Roberto de A. *As "reformas em sentido federal". A atuação dos representantes do Grão-Pará no Parlamento e as expectativas na província em torno do Ato Adicional*. *Revista Estudos Amazônicos*, v. IV, n. 1, p. 53-98, 2009.



de Portugal permanecem como um quarto do total, ainda acima dos ingleses ou dos embarcados nos Estados Unidos.¹⁷

No período da independência, textos na imprensa paraense ou panfletos, inclusive muitas vezes reproduzindo textos originários de outras províncias, ressaltavam a dificuldade de comunicação com o sul, como um argumento definitivo para a manutenção do alinhamento com Lisboa e a rejeição da independência. Em algumas ocasiões, inclusive, citavam não apenas a condição do Pará, mas de toda a chamada região ao norte do Cabo de Santo Agostinho, o que incluía o antigo Estado setentrional da América Portuguesa. Essa percepção de interesses de um quadro mais amplo do que aqueles que estavam na fronteira do Pará, punha no topo dos argumentos a defesa da ideia de que o Reino do Brasil não precisava de um centro político em substituição a Lisboa, algo que grande parte da historiografia nos fez crer ser um consenso entre os homens daquele período.¹⁸ Ao contrário disso, alguns textos defendiam que se desejava abandonar o que se vivia antes do Vintismo, com absorção de recursos de todas as províncias pelo Rio de Janeiro, enquanto outros textos ironizavam que alguns ainda pretendessem deixar a condição de membros de uma Assembleia Constituinte para mendigar uma posição no Conselho Consultivo criado por D. Pedro.¹⁹

Se a existência de um Estado no norte da América Portuguesa estava fundada em razões de uma lógica espacial, visando facilitar o trânsito de homens e mercadorias, da mesma forma, a escolha de Belém para capi-

¹⁷ A tabela com a lista das embarcações está transcrita em PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Nos subterrâneos da revolta: Trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem. 1998. 438pág. Tese (Doutorado em História) –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998. p. 179-180. Os dados originais estão em SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. Corografia Paraense ou descrição física, histórica e política da província do Grão-Pará. Salvador: Typografia do Diário, 1833. p. 154. Se este já era um número expressivo, é surpreendente saber que neste ano e também em 1829, os Presidentes do Grão-Pará justificavam o caos financeiro da província, entre outras coisas, pelo enfraquecimento do comércio com Portugal, causado por questões políticas. Sobre isso, veja Arquivo Público do Estado do Pará [APEP] – Códice 869, d. 10, em 11 de agosto de 1828; APEP – Códice 870, d. 49, em 08 de abril de 1829.

¹⁸ Geraldo Mártires Coelho. Onde fica a Corte do Senhor Imperador? IN: JANCÓS, István. (Org.). Brasil: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec; Unijuí; Fapesp, 2003. p. 277. Márcia Berbel também deixa claro que nos debates nas Cortes de Lisboa não era consensual entre os deputados americanos a necessidade de um centro administrativo no Reino do Brasil. BERBEL, Márcia. A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas. São Paulo: Hucitec, 1999.

¹⁹ Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU), ACL, CU 013, Caixa 155, doc. 11.875 (Projeto Resgate). Jornal O Paraense, edição n. 05, de 05 de junho de 1822; Biblioteca Nacional (BN – RJ) OR 00171 - SEIXAS, Romualdo Antonio de. Proclamação da Famosa Velha Amazonas a seus netos, luso-americanos que habitam o norte do Brasil animando-os na firme adesão a Portugal contra as malignas influências do fatal cometa que assombra os horizontes do sul. Lisboa: Tipografia Patriótica, 1822. Tanto no Pará como em outras regiões, destacadamente Pernambuco, a existência da Corte no Rio de Janeiro não foi vista como algo positivo. Sobre isto ver: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Nos subterrâneos da revolta; e BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. Pernambuco e o Império (1822-24): sem constituição soberana não há união. IN: JANCÓS, István. (Org.). Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2003. p. 219-249.



tal do Estado do Grão-Pará e Maranhão seguia a ambição de Pombal de melhorar a comunicação interna, apostando que o lugar privilegiado de Belém na rede hidrográfica do continente tornaria melhor o contato com o interior.²⁰ Nítida estava a preocupação em criar caminhos para o centro do continente, na região de Goiás e Mato Grosso, ação complementada por decisões comerciais da Companhia Monopolista criada pelo poderoso ministro.²¹

Por todas essas razões, os homens dessa região estavam acostumados a transitar de um ponto a outro desse território. Desde o século XVII, maranhenses e paraenses precisavam deslocar-se neste universo para viabilizar seus pleitos políticos nas sedes dos Estados do Maranhão e Grão-Pará ou, a partir de meados do XVIII, do Pará e Maranhão. Da mesma forma, transitavam em razão de recursos jurídicos ou pelo comércio. Esses fluxos criaram coesões identitárias muito significativas. Basta lembrar, por exemplo, que, até Pombal, todo o Estado do Maranhão e o Grão-Pará tinha como sua fala supraétnica o nheengatu ou Língua Geral Amazônica que, por sua vez, era distinta da Língua Geral utilizada no sul da América Portuguesa. Como aponta Bessa Freire, o nheengatu foi pensado para viabilizar a catequização, mas se espalhou por todo o Maranhão e o Grão-Pará até o ponto de praticamente banir o português, em todos os segmentos sociais, do escravo ao senhor nascido na Europa. O próprio irmão de Pombal, designado para governar o norte da América Portuguesa, ficou impressionado com a dificuldade em ser compreendido por funcionários públicos, inclusive os nascidos na metrópole.²² Esse fenômeno histórico, fortemente combatido, a partir de meados do XVIII, podia ser encontrado em toda essa região.

Além de questões culturais e laços históricos comuns, havia algo muito importante que ligava o Pará ao Maranhão, especialmente no começo do XIX: recursos financeiros. As reformas implementadas por Pombal para o norte da colônia americana tinham o objetivo de explorar mais racionalmente este espaço e massificar o uso de escravos africanos, mas os seus resultados foram bastante distintos, nas duas capitanias. O Mara-

²⁰ JANCSÓ, István. A Construção dos Estados Nacionais na América Latina. Apontamentos para o estudo do Império como Projeto. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, J. R. do Amaral. (Orgs.). História Econômica da Independência e do Império. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1996. p. 3-26.

²¹ As ações da companhia em relação a Mato Grosso e Goiás serão discutidas adiante. Sobre a Companhia Monopolista criada por Pombal para essa região, ver: DIAS, Manuel Nunes. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). São Paulo: Coleção da Revista de História, 1971.

²² FREIRE, José Ribamar Bessa. Rio Babel: a história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: UERJ; Atlântica, 2004.

nhão tornou-se uma capitania muito rica, entre o final do século XVIII e o começo do XIX, em razão, sobretudo, da alta demanda externa por algodão. Sua riqueza econômica pode ser medida também pela enorme mudança em relação a sua mão de obra: enquanto antes de Pombal os africanos eram raros, a demanda por escravos não só absorveu os enviados pela Companhia Monopolista como a entrada desses braços foi necessária, após a sua extinção, transformando o Maranhão da véspera da independência na província que proporcionalmente mais tinha cativos negros.²³ O Pará, ao contrário, continuava a ter uma economia frágil, dependendo em grande medida do trabalho compulsório dos indígenas e tendo como principais produtos de exportação artigos como o cacau, que ainda que fosse cada vez mais plantado também era extraído da mata. Esse desnível econômico entre as duas províncias resultava na necessidade de repasses regulares de recursos do Maranhão para o Pará, a fim deste último fechar as suas contas. Tanta era a dependência que, no começo da década de 1820, várias eram as cartas das autoridades paraenses solicitando o envio de recursos, chegando-se até a enviar um barco para recolher o dinheiro da província vizinha.²⁴ Já no Império do Brasil, a necessidade dos repasses continuava uma prática bastante enraizada. Nesta direção, na proposta de elevação do Rio Negro à condição de nova província, feita pelo deputado paraense Romualdo Seixas, indicava-se a necessidade de repasses do Maranhão para o novo governo até que esse pudesse se manter, o que gerou protestos na Câmara sob a alegação de que os maranhenses ganhariam agora um novo filho para sustentar além do Pará.²⁵

Visto sob esse ângulo, as ligações políticas, culturais e econômicas entre as duas províncias não podiam ser desprezadas no período da independência. De modo rasteiro, o Pará não tinha condições políticas ou econômicas de manter o seu destino, de maneira isolada, sem considerar o rumo do Maranhão. No entanto, como ficará evidente nas próximas páginas, da mesma forma as autoridades maranhenses preocuparam-se com o desenrolar dos acontecimentos no Pará, não medindo esforços para manter a sintonia nos dois lados da fronteira.

Se estes são os laços mais evidentes e fortes do Pará com outra província, também é verdade que existiam ligações, ainda que mais tênues e

²³ ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Quilombos Maranhenses. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, s.d.

²⁴ APEP – Códice 740, doc. 521.

²⁵ MACHADO, André Roberto de A. *Redesenhando caminhos: o papel dos representantes do Grão-Pará na primeira legislatura do Império do Brasil (1826-29)*. Almanack Braziliense, n. 10, p. 75-97, 2009.



erráticas, com o interior do continente, sobretudo com o Mato Grosso e Goiás. Foram várias as tentativas, inclusive durante o Império do Brasil, em fortalecer a comunicação entre Belém e essa região.²⁶ No período Pombalino, por exemplo, há uma ação de grande monta: cerca de um terço dos quase quinze mil escravos africanos desembarcados em Belém pela Companhia Monopolista tinha o Mato Grosso como seu destino.²⁷ Sem dúvida, não se tratava de um comércio de pequeno volume e certamente exigiu a mobilização de muitos recursos, para se viabilizar.

Ações mais pontuais multiplicaram-se, ao longo da colonização. Em 1797, por exemplo, Francisco de Souza Coutinho escrevia um relatório sobre as suas iniciativas em criar fazendas de gado nos limites das províncias do centro e o Pará. Também em suas comunicações, deixa clara a sua estratégia de utilizar a rica hidrografia, entre essa região e Belém, como um meio de impulsionar trocas comerciais.²⁸

Ainda que essas ligações não fossem tão fortes como as estabelecidas com o Maranhão, várias cartas e outros documentos demonstram que havia relações de hierarquia entre esses espaços e que esta questão esteve nos cálculos políticos dos homens, no período da independência. Nesta direção, já durante o Vintismo, há cartas da Junta Provisória do Pará relatando que havia negado pedidos de empréstimo da província do Mato Grosso em razão de dívidas anteriores não terem sido quitadas.²⁹ Percebe-se aqui uma inversão da hierarquia em relação ao que acontecia com o Maranhão e nesse caso o Pará é a província que recebia pedidos de socorro que, aliás, pareciam recorrentes.

Já em relação a Goiás, as relações parecem ter sido ainda mais complexas. No período da independência, o norte de Goiás estabeleceu um governo autônomo em relação ao sul e buscou uma aliança com grupos políticos do Pará, para garantir o sucesso do seu projeto de secessão. Há vários indícios e manifestações nesse sentido, que parecem ter sido estimulados por interesses econômicos entre esse grupo na fronteira norte de Goiás e núcleos paraenses. Nesse sentido, a própria eleição dos deputados do norte de Goiás, indica essa proximidade de interesses: um dos eleitos morava em território paraense, mas não assumiu

²⁶ Entre outros, ver: GREGÓRIO, Vitor Marcos. Uma face de Jano: a navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1838-67). São Paulo: Anablume, 2012.

²⁷ BEZERRA NETO, José Maia. Escravidão negra no Grão-Pará. Séculos XVII-XVIII. Belém: Pakatatu, s. d. p. 28-29.

²⁸ BN – RJ, Seção de Manuscritos, 7, 3, 41. Informação sobre a comunidade e o comércio do Pará para Goias. Pará, 1797.

²⁹ APEP, Códice 739, doc. 123.



seu posto nas Cortes de Lisboa. Já o outro eleito foi Joaquim Teotônio Segurado, conhecido por suas iniciativas para integrar o norte de Goiás ao Pará.³⁰ O Governador de Armas do Pará, o brigadeiro José Maria de Moura, chegou a escrever a Lisboa afirmando que os representantes do norte de Goiás iriam pedir a incorporação dessa província ao Pará.³¹ Ainda que esta ação não tenha sido tomada, a sua simples menção dá noção das ideias que circulavam naquele período.

A seguir, ficará demonstrado como essas relações econômicas, políticas e culturais foram um fator considerado no xadrez da independência que era jogado em um tabuleiro muito maior que as fronteiras das províncias.

O território e a independência

Em junho de 1822, chegavam a Belém documentos enviados desde o Rio de Janeiro. Entre eles, estava a ordem para cumprir um decreto assinado no começo do ano na Corte carioca que pretendia dar a essa cidade a condição de um centro de “meios e de fins” no Reino do Brasil. Para isso, mandava proceder à escolha de procuradores a serem enviados para aconselhar D. Pedro nas reformas a serem adotadas na América, além de advogar os interesses da sua província de origem.³² Esses documentos chegaram através de um navio, que já havia ancorado na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão, antes de parar em Belém, e trazia cópias para serem distribuídas para várias pessoas na cidade e no interior. De posse dos documentos, a Junta de Governo do Pará decidiu reter todas as cópias e ignorar a ordem vinda do Rio de Janeiro.³³ Posteriormente, a Junta ainda escreveu a Lisboa, não só alegando que era contrária à proposta de D. Pedro, mas que se dirigir a um centro de poder no sul do Brasil não favorecia aos interesses do Pará.³⁴

A investida do Rio de Janeiro produziu uma reação que permitiu enxergar os contornos mais claros de uma região de influência em torno do Pará, tal como desenhado nas páginas anteriores. Pouco tempo depois da circulação das cartas enviadas com o decreto do Rio de Janeiro, chegaram a Belém ofícios das autoridades de Mato Grosso e Goiás, que pro-

³⁰ BERBEL, Márcia. *A nação como artefato*, p. 79-80.

³¹ AHU, ACL, CU 013, cx. 154, d. 11.817 (projeto Resgate).

³² AHU, ACL, CU 013, cx. 152, d. 11.824;

³³ APEP, Códice 742, doc. 61.

³⁴ AHU, ACL, CU 013, cx. 152, d. 11.827



punham auxílio mútuo na defesa da fidelidade a Lisboa.³⁵ No mesmo período, autoridades do governo do Maranhão enviaram cartas para a Junta do Pará narrando o recebimento das mesmas ordens da Corte no Rio de Janeiro, a sua decisão de não obedecer e de reter as cópias.³⁶

É muito sintomático que, dentre a documentação estudada e no registro de outros historiadores, seja justamente dessas províncias que surjam correspondências que preveem cooperação e ações conjuntas. Ressalte-se que isso não ficou apenas no campo das palavras, mas se traduziu em ações bastante significativas. Exemplo disso é que o Maranhão criou um correio entre São Luís e Belém, arcando com todos os custos, numa tentativa explícita de coordenar ações mediante a crise do Império Português.³⁷ Evidentemente, essa percepção de uma grande região, em alguma medida conectada, uma área de influência, era mais intuída do que verbalmente descrita. No entanto, em alguns momentos foi explicitada a visualização, não só de um bloco historicamente ligado, mas a própria impossibilidade de seguir um rumo político frente à crise, ignorando o destino dos territórios vizinhos. Exemplo disso é uma declaração do governo do Maranhão, celebrando a eleição da nova Junta no Pará, texto publicado no terceiro número do periódico *O Paraense*:

Irmãos são todos os portugueses de ambos os mundos. Irmãos são todos os habitantes das diversas províncias do Brasil. Porém, a proximidade dos povos do Pará e dos povos do Maranhão, a identidade de um Clima a outra Clima, a analogia das circunstâncias locais, a força de antigas relações de que antes se constituíram uma única província, tudo isso são razões imprescritíveis para os conservar em vínculo inquebrantável não só irmãos, mas irmãos compatriotas e Cidadãos a quem são comuns todos os votos e todos os interesses.³⁸

O texto acima tem grande interesse por duas razões. A primeira é porque demonstra a visualização dessa ligação entre as duas províncias, deixando claro que não só havia uma especificidade entre elas e o con-

³⁵ RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: UFPA, 1970. p. 24-25; BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: UFPA, 1969. p. 344-345.

³⁶ MUNIZ, Palma. *Adesão do Grão Pará à independência*. 2. ed. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973. p. 209-211.

³⁷ APEP, Códice 740, doc. 582.

³⁸ AHU, ACL, CU 013, Caixa 155, doc. 11.875 (Projeto Resgate). *Jornal O Paraense*, edição n. 03, de 29 de maio de 1822.



junto da América, mas sugeria que seu destino deveria ser comum. A segunda razão está diretamente relacionada à primeira: por que o texto foi publicado? Parece claro que para respaldar politicamente a nova Junta, algo que só era relevante porque os agentes políticos do período tinham clareza da dependência do Pará, sobretudo econômica, em relação ao Maranhão.

Parece claro, portanto, que as decisões políticas que iam sendo assumidas na província levavam em conta esse cenário mais amplo, com agentes do Pará e das suas vizinhas atentos ao que acontecia ao redor. Esses eram dados que davam respaldo a projetos políticos para aquela região, alguns mais nítidos outros mais intuídos. Sem dúvida alguma, nessa linha não houve projeto político mais bem acabado do que aquele elaborado pelo governador de Armas do Pará, José Maria de Moura. Figura central na política do Pará, desde abril de 1822 até o alinhamento ao Rio de Janeiro, em agosto de 1823, Moura entrou para a historiografia clássica como o símbolo da resistência portuguesa à independência. Na maior parte das vezes, foi descrito como um personagem isolado e um tanto quanto fantasioso, ao não perceber que, supostamente, defendia uma causa insustentável. Talvez por conta da cristalização dessa percepção de isolamento, historiadores como Geraldo Mártires Coelho, o primeiro a citar o projeto de Moura de buscar apoio em Lisboa para garantir a fidelidade do Pará, Maranhão e suas províncias subordinadas, tenham visto a proposta do Governador de Armas como uma iniciativa pessoal, um suspiro, na tentativa de manter o controle português sobre a América.³⁹ Ao contrário disso, o projeto de Moura é tratado aqui apenas como a expressão mais bem acabada dessa percepção de que havia um bloco de províncias para as quais o seu destino político estava entrelaçado.

A carta do Governador de Armas a Lisboa, em maio de 1822, demonstra como a influência das “rotas de peregrinação” nos desfechos desse período está longe de ser apenas uma teorização. Para amparar seu pedido de envio de forças armadas por Portugal, Moura insistia que havia relações históricas e econômicas que criavam uma relação de hierarquias, nas quais o Maranhão e o Pará eram cabeças de uma região, atando em torno de si províncias que ele denominava como dependen-

³⁹ COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes. A imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993.



tes, tal como Mato Grosso, Piauí, Ceará e o norte de Goiás. A geografia também era descrita como determinante: desfavorável para as relações com o sul e ao mesmo tempo favorável para aumentar as comunicações, no interior do bloco, uma vez que a hidrografia era novamente apontada como promissora para escoar os produtos do interior até os portos como o de Belém. Sempre alegando ter continuamente notícias das províncias do interior do continente, Moura insistia que bastava ter forças militares no Maranhão e no Pará para que toda essa região continuasse fiel a Portugal, território que ele lembrava corresponder a um terço dos domínios lusos na América. Nas palavras de Moura:

Deixo de falar sobre as relações comerciais que desde há muitos anos se acham estabelecidas entre esta província e o Maranhão, e igualmente deixo de referir a dependência em que está o Piauí do mesmo Maranhão. Só insisto a observar a Vossa Excelência que achando-se esta última província em idênticas circunstâncias do Pará relativamente as poucas relações de conveniência em que se acham com (ilegível) as mais províncias ao sul do Cabo de S. Roque, não podem os seus habitantes deixar de fazer causa comum com os paraenses, formando estas duas províncias com as mais que delas dependem um extensíssimo Corpo Político que abrange a terça parte do território Brazilico mais rico em produções minerais, e mais fartas nos (ilegível) vegetais, (ilegível) as margens do Amazonas, Solimões, Rio Negro podem fornecer a Europa de todas as Especiarias [...].

Sendo as relações de conveniência para com (ilegível) e estreitos vínculos de amizade entre os povos, achando-se as províncias do Mato Grosso, Ceará, Piauí e Comarca de São João das Duas Barras intimamente ligadas com o Pará e Maranhão, cujas recíprocas relações comerciais se dirigem a Europa e particularmente para Portugal, é claro que estas duas províncias cujos interesses são absolutamente estranhos ao resto do Brasil se conservarão na obediência da Mãe Pátria se a Mãe Pátria as sustentar e apoiar com forças capazes de impor respeito, e repelir qualquer agressão de inimigos externos, ou internos que para fins particulares e contrários ao interesse Nacional intentarem perturbar o sossego de seus pacíficos habitantes.⁴⁰

⁴⁰ AHU – ACL – CU 013, CX. 154, D. 11.817 (Projeto Resgate).

No entanto, este plano foi se tornando cada vez mais inviável para aqueles que pretendiam manter esse território sob o domínio português. O governo de D. Pedro enviou tropas para o interior do continente com bom sucesso militar. Entre os alvos, estava o norte de Goiás, claramente uma preocupação para o Rio de Janeiro, diante da possibilidade de união com os grupos paraenses que não pretendiam se submeter a D. Pedro.⁴¹ Em meados de 1823, essa região já passava ao controle da Corte carioca, época que as autoridades de Goiás mandam uma correspondência secreta ao Governador de Armas do Pará:

Sendo necessário para o bem da província de Goiás e muito conveniente ao Serviço da Nação e de sua Majestade o Imperador, que eu depois de dissolvido o Clube que por 18 meses se intitulou Junta de Governo na Comarca de São João das Barras continue ainda a exercer o Governo Civil e das Armas na dita comarca e porque para melhor informar sobre a navegação do Tocantins chegasse a esta nova povoação de Carolina situada no lugar denominado Três Barras 300 léguas distante de Goiás muito próxima a essa província encarreguei ao Sargento Mor José Antonio Ramos Jubé que se acha o exercício as minhas Ordens para em meu nome e do Governo de quem sou membro cumprimentar Vossa Excelência por isso que os Goianos sempre se confessarão amigos dos Paraenses.

Entretanto porém que a Política, a amizade e os interesses recíprocos de ambas estas províncias me fazem dar este passo o Patriotismo com que Goiás se coliga as Províncias Meridionais, o amor pela Independência que se descobre em todo o Brasil e o entusiasmo progressivo com que sustenta-se sagrada causa dos Brasileiros, e forceja-se por salvar a integridade do Império me impele a oferecer a V. Excelência todas aquelas prestações que a sabedoria, prudência e amor do bem da Ordem que se divisa em V. Excelência julgar convenientes as circunstâncias políticas do Brasil; ousando desde já afiançar aos Goianos a Glória de ainda poderem se considerar Irmãos dos Paraenses, porque estes não desprezarão a associação Brasileira.⁴²

⁴¹ Sérgio Paulo Moreira. A Independência em Goiás. Revista de História, n. 94, 1973.

⁴² APEP, Códice 671, d. 76.



O envio da correspondência das autoridades de Goiás só reforça os argumentos até agora apresentados: deixam claro que para os homens desta província também era evidente a importância do Pará para o seu destino político. Como o inverso igualmente era sabido verdadeiro, a carta destaca o alinhamento de Goiás como um argumento para a inviabilidade da manutenção da fidelidade a Lisboa. Tratava-se de uma medida diplomática, buscando minar a expectativa dos que ainda julgavam possível resistir às ações do Rio de Janeiro, com a preservação de um território no norte e centro do continente. No entanto, as autoridades paraenses reagiram, proibindo o trânsito de canoas para o Mato Grosso e para Goiás.⁴³

Com essa situação, claramente os recursos e as esperanças dos que, no Pará, apostavam na manutenção de províncias ligadas a Lisboa, se centraram no Maranhão. Assim, quando começou a guerra no Maranhão, com o enfrentamento dos grupos a favor e contra o alinhamento ao Rio de Janeiro, as autoridades do Pará buscaram sustentar a posição das autoridades que àquela altura permaneciam fiéis ao governo português. Entre outras medidas, o governo paraense enviou carnes para suprir a crise de abastecimento no Maranhão, em decorrência da guerra.⁴⁴

Entretanto, os episódios que evidenciam o papel central do Maranhão para os destinos do Pará são aqueles relativos ao envio de tropas em 1823. Àquela altura, a situação interna no Pará já não era confortável, com o acirramento dos ânimos e uma divisão da sociedade muito evidente. Ao contrário do que muitos acreditariam, no entanto, o centro dessa divisão ainda não era entre os que queriam o alinhamento ao Rio de Janeiro e os que desejavam se manter unidos a Lisboa. Ao contrário, muitos conflitos ocorriam em torno dos diferentes entendimentos sobre o significado do Vintismo no Pará.⁴⁵ Em razão dessa tensão, o governador de Armas José Maria de Moura e a Junta de Governo divergiram sob a atitude a tomar mediante uma solicitação feita pelo governo do Maranhão: em janeiro de 1823, o governo maranhense pediu o envio de duzentos soldados.⁴⁶

⁴³ APEP – Códice 754, doc. 366

⁴⁴ APEP – Códice 741, doc. 269.

⁴⁵ MACHADO, André Roberto de A. A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime Português no Grão-Pará (1821-25). São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2010; COELHO, Geraldo Mártires. Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822. Belém: Edições Ceju, 1993.

⁴⁶ APEP – Códice 740, doc. 585.



O Governador de Armas e a Junta de Governo, respectivamente o poder civil e o poder militar da província, já tinham se enfrentado várias vezes em torno das suas decisões, cada qual argumentando a Lisboa que o seu posicionamento era a melhor forma de defender a união com Portugal. Nessa ocasião, não foi diferente porque a Junta insistiu desde o início que o pedido do Maranhão deveria ser aceito imediatamente, argumentando que salvar a província vizinha era a única forma de manter a paz interna também em território paraense. De modo oposto, Moura dizia que a ação era prejudicial à manutenção da ordem interna no Pará, exigindo que a remessa fosse dividida e que um recrutamento antecesse o deslocamento dos soldados para o Maranhão. Os conflitos entre o governo civil e o militar acirraram-se, uma vez que a Junta considerou impróprias as condições do Governador de Armas. De um lado, alegava que não se podia esperar o recrutamento, pois era uma questão urgente. De modo complementar, punha em dúvida a conveniência de recrutar tantos homens em um clima de ânimos acirrados.⁴⁷

Dada a importância do Maranhão para o destino do Pará, a posição da Junta prevaleceu: em fevereiro de 1823, foram enviados 124 soldados, prometendo-se o restante assim que o recrutamento atingisse duzentos novos homens. Tanto empenho da Junta a levou até a fretar um brigue inglês para transportar os soldados.⁴⁸ Frente à disputa com o Governador de Armas, a Junta tomou as decisões necessárias e depois escreveu a Lisboa, ao Congresso e ao Rei, buscando justificar sua posição: segundo o governo civil, era necessário salvar o Maranhão por ser essa província “a mais natural amiga” e “verdadeiro antimoral (sic) da segurança do Pará”.⁴⁹ Como se vê, a perspectiva da importância do Maranhão para o posicionamento do Pará seguia a linha de raciocínio aqui exposta.

Essa disputa entre o governo civil e o governo militar parece ter sido o auge dos conflitos entre essas autoridades. É preciso lembrar que, a despeito das suas atitudes, José Maria de Moura já trazia consigo a antipatia de representar os famosos decretos de outubro de 1821 das Cortes de Lisboa. Esses decretos, entre outras coisas, criaram o Governador de Armas escolhido pelo poder central, algo que teve grande rejeição dos deputados americanos, uma vez que foi visto como uma forma de

⁴⁷ APEP – Códice 744, doc. 356.

⁴⁸ APEP – Códice 744, doc. 356.

⁴⁹ APEP – Códice 742, doc. 108.

intervenção de Lisboa sobre os governos provinciais.⁵⁰ O governo civil já havia escrito a Lisboa várias vezes, reclamando das atitudes do Governador de Armas, sempre dando a entender que este poder pretendia se sobrepor aos demais poderes. Em episódios como a resistência de Moura à criação de um corpo policial sob o controle do poder civil, ou a prisão de dois editores do periódico *O Paraense*, a Junta de Governo queixava-se de que Moura não era um homem talhado para governar naqueles dias, já que estava em total desconexão com o espírito do tempo. Nesse sentido, segundo a Junta, Moura não conseguia perceber que os corpos policiais civis eram uma realidade comum a outros países, assim como entendiam a prisão dos editores de *O Paraense* como algo injusto, só razoável para um homem como Moura, que ainda não tinha compreendido que a divergência era aceita no novo regime implementado desde a Revolução do Porto.⁵¹ Tantos conflitos fizeram a Junta de Governo escrever a Lisboa, no fim de 1822, afirmando que a reconciliação com Moura era impossível.⁵²

Com exceção da versão criada por Moura, nenhum documento, relato do período ou de historiadores viu nessa disputa um confronto entre os que queriam a fidelidade a Lisboa e os que desejavam se ligar ao Rio de Janeiro. Nos dois campos, eram homens que se mantinham fiéis a Portugal, mas que tinham diferentes graus de adesão ao liberalismo, agora dominante. Nesse sentido, no mesmo período do envio das tropas para o Maranhão e logo depois, outros episódios precipitaram maior divisão entre os grupos políticos no Pará. No primeiro deles, em janeiro de 1823, baseando apenas numa petição de alguns comandantes militares do Pará, o Governador de Armas desobedeceu a ordem das Cortes de Lisboa que exigiam seu retorno para a Europa. Pouco depois, em março, José Maria de Moura liderou um golpe militar que depôs a Junta de Governo Civil, que lhe fazia oposição, escolhendo a dedo um novo governo civil. Além da deposição do governo, foram ordenadas a prisão de vários homens alinhados à Junta. Tudo isso transformava, aos olhos dos paraenses, o Vintismo em uma letra morta, já que, se utilizando da força armada, José Maria de Moura punha em xeque a real capacidade das Cortes governarem aquela província americana. Essa situação se tornaria ainda mais radicalizada, a partir do final de julho de 1823, quando chegou a Belém a notícia de que as Cortes de Lisboa tinham sido dissolvidas e que D. João VI tinha retomado seus poderes absolutos. Isso

⁵¹ APEP – Códice 742, doc. 77; APEP – Códice 743, doc. 95; AHU, ACL, CU 13, cx. 152, d. 11.777.

⁵² AHU, ACL, CU 013, cx. 157, d. 11.989.



alterava o equilíbrio de forças na província, já que os liberais fiéis a Lisboa não tinham mais razão para defender o regime português, enquanto o Rio de Janeiro prometia uma constituinte.⁵³

Com extrema fragmentação civil e militar, ganhava ainda mais importância o destino do Maranhão, assim como todos os lados ansiavam por um reforço militar que desequilibrasse a disputa em favor de um dos projetos políticos. Nesse momento, as cartas entre Belém e São Luís são frequentes e, na maior parte das vezes, tratam de um mesmo tema: a expectativa do envio de tropas por Portugal para manter o Maranhão e o Pará sob o seu controle.⁵⁴ A partir de julho de 1823, a expectativa de reforço militar português também conta com a esperança de que tropas estacionadas na Bahia fossem deslocadas para garantir a manutenção do Pará e Maranhão. Cartas dessa última província eram enviadas a Belém, dando conta que a situação na Bahia era monitorada todos os dias, na esperança da chegada das tropas.⁵⁵

A partir daí, o destino político da província passa a ser um jogo de xadrez, no qual o destino das províncias vizinhas e o reforço militar passam a ser os elementos decisivos. É em torno disso e não de sentimentos de pertencimento que se deve compreender a incorporação do Pará ao Império do Brasil. Um dos melhores exemplos disso talvez seja o livro de memórias de D. Romualdo Seixas, publicado em 1861. Nessa ocasião, Seixas já era o Marquês de Santa Cruz, tinha percorrido uma carreira política de destaque no Parlamento brasileiro, além de ser, desde o final da década de 1820, o líder da Igreja Católica no Brasil e, por isso mesmo, um dos homens mais influentes do Brasil. Apesar de ser um dos grandes homens do Império, ao descrever este período, D. Romualdo em nenhum momento mencionou a ansiedade dos paraenses em se ligar ao governo de D. Pedro. Ao contrário, em vários momentos o texto deixa claro que era difícil encontrar adeptos dessa solução. Talvez na descrição mais surpreendente, D. Romualdo, em plena década de 1860, confessa que ele mesmo demorou a se inclinar para essa possibilidade, sendo que, para sua decisão, o fator decisivo era saber qual seria o destino da Bahia.⁵⁶

⁵³ MACHADO, André Roberto de A. A quebra da mola real das sociedades. A crise política do Antigo Regime Português na Província do Grão-Pará (1821-25). São Paulo: Editora Hucitec, 2010. p. 164-168.

⁵⁴ APEP – Códice 743, doc. 101.

⁵⁵ APEP – Códice 780, doc. sem número, de 19 de julho de 1823.

⁵⁶ SEIXAS, Romualdo. Memórias do Marquês de Santa Cruz. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861. p. 25-33

Em razão disso, um momento decisivo deu-se entre os dias 2 e 4 de agosto de 1823. Nesses dias, há uma troca de correspondências secretas entre o governo civil e o governador de Armas do Pará. Nessas cartas, as autoridades mencionavam informações, ainda desconhecidas, que davam conta, ora da incorporação do Maranhão ao Império do Brasil, ora da chegada de tropas na província vizinha. O posicionamento dos dois missivistas é idêntico: o governo civil põe em dúvida a possibilidade de manter o Pará ligado a Portugal, se o Maranhão capitulou. O governador de Armas era ainda mais incisivo, dizendo que só era necessário ter certeza sobre o alinhamento do Maranhão ao Rio de Janeiro, pois, se isto era verdade, não havia mais o que fazer.

Menos de dez dias depois, em 10 de agosto de 1823, o mercenário inglês John Pascoe Grenfell ancorava nas imediações de Belém. Trazia as notícias de alinhamento do Maranhão ao Rio de Janeiro, provadas pela publicação de periódicos locais, e dizia dispor de uma grande força militar para utilizar, se necessário, sendo que esta última informação não era verdadeira. Também prometia que os paraenses poderiam participar da elaboração de suas próprias leis, como todos os brasileiros, além de garantir os bens dos que aderissem à “causa brasileira”. A vinda de um reforço militar, somada à inviabilidade da manutenção de um bloco de províncias unidas a Lisboa, é a explicação fundamental da decisão da Junta de Governo em aceitar a incorporação da província ao Império do Brasil, em 11 de agosto de 1823.

RESUMO

O artigo busca problematizar a lógica dos espaços territoriais do antigo Reino do Brasil, no período da independência. Nesse sentido, demonstra que as tramas políticas desse momento, ao mesmo tempo que não podem ser compreendidas como gestadas em uma unidade territorial em que a antiga colônia precede o Estado independente, não estão presas às fronteiras das antigas províncias. Desse modo, tendo o Grão-Pará como centro, demonstra como as decisões de alinhamento a Lisboa, ao Rio de Janeiro ou mesmo o vislumbre de outros arranjos políticos sempre levaram em conta os acontecimentos em outras províncias.



Palavras-chave: Independência. Grão-Pará. Território.

ABSTRACT

The article looks for discussing the logic of the territorial spaces of old Kingdom of Brazil in the period of the independence. In that sense, it demonstrates that the political contents of that moment, at the same time they cannot be understood as managed in a territorial unit in that the old colony precedes the independent State, they are not connected to the borders of the old provinces. This way, having Grão-Pará as center, demonstrates as the alignment decisions to Lisbon, to Rio de Janeiro or even the glimpse of other political arrangements always took into account the events in other provinces.

Keywords: Independence. Grão-Pará. Territory.



**Sobre ritos cívicos. Alguns aspectos da
Aclamação na cultura política do
Rio de Janeiro (1818-1822)**

Iara Lis Schiavinatto



Sobre ritos cívicos. Alguns aspectos da Aclamação na cultura política do Rio de Janeiro (1818-1822)¹

Iara Lis Schiavinatto

Não há patriotismo sem provincialismo; não concebo que haja amor para um objeto abstrato; concebo bem que haja bairrismo e provincialismo, e que daqui se chegue ao patriotismo.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (1839)

I

Num apanhado geral, houve um avanço significativo, a partir do final da década de 1990, no debate historiográfico quanto às abordagens sobre o império luso-brasileiro e o império do Brasil, grosso modo, desde 1770-1840, nutrido por uma constante interlocução com a historiografia europeia e das Américas. Isto não nega a larga presença e o peso de uma historiografia acerca da Independência, datada do século XIX, escrita na primeira hora, que venceu o campo disciplinar da história e a memória nacional. Neste contexto, há um notável esforço de escapar do esquematismo linear para o entendimento do processo da fundação do Brasil, como corpo político autônomo, matizando a emergência de uma nova cultura política complexa, que expõe a dimensão individual, com suas coesões e tensões, enredada à dimensão coletiva, com uma visão comum de mundo, que partilha compreensões do passado, mobiliza símbolos e vocabulários, aciona sociabilidades próprias. Neste sentido, ocorre um processo de deslocamentos e fixações de sentidos da vida coletiva e irrupções enérgicas de novas práticas associativas modernas a funcionar também como um aprendizado e pedagogia políticos. No bojo desse processo, intensificam-se as reconfigurações identitárias que, no conjunto, concorrem para engendrar a fundação da monarquia constitucional e do Brasil, como corpo político autônomo, e se efetivam, em planos distintos – por vezes recombinações – entre o português, o brasileiro, o local, o regional, o âmbito transatlântico. Nota-se, entre 1790-1840, a pujança e o ineditismo dos impressos e da

¹ Gostaria de agradecer pelo convite da Fundação Pedro Calmon, de me instar a revisitar os ritos cívicos da Independência do Brasil e seus sentidos, sobretudo no Rio de Janeiro, porque a gênese da monarquia constitucional, a fundação do Brasil, enquanto nação, nos intriga e afeta.

imprensa como uma nova ordem discursiva polissêmica, lócus do debate de um círculo letrado engajado, que se espraia e é reordenado pelas camadas populares, a constituir inteligibilidades a respeito do vivido. Ademais, esquivar-se das explicações teleológicas exige afastar-se de certos equívocos. Por exemplo, aceitar que os temas do federalismo, separatismo, republicanism e Estado unitário seriam necessariamente bandeiras de um único grupo social. Ou ainda perceber as lutas por soberania por parte de Pernambuco e Cisplatina, enquanto o tema da autonomia, da liberdade, do direito à vida e à propriedade, do federalismo que despontava em todo o Brasil. Por outro lado, impõe reconhecer a construção e a expansão da esfera pública, acentuadamente a partir do Vintismo e sua cultura constitucional, e sua retração, a partir de 1834, com o Ato Adicional e depois, em 1837, com o Regresso.

II

Apesar de próximas, há distinções importantes entre os sentidos da aclamação de 1818 e 1822, de D. João VI e D. Pedro I, respectivamente, ocorridas no Rio de Janeiro. Pela primeira vez, em 1818, um rei era aclamado na América e, em 1822, fundava-se a monarquia constitucional. Entre 1808-31, a figura real ocupou um lugar chave, expressando em si um nexu que representava a coletividade, seja em estado de guerra, seja quanto às origens dos poder constituído na nação. Na figura real, contudo, através da aclamação, se ancoraria visivelmente o centro de gravidade da monarquia.

A aclamação participava de uma lógica cívica e festiva na qual ela brilhava. Porém, entre 1821-24, ela disputou importância com outras datas e reafirmou sua grandeza, também porque manejou seus significados e ritos, alinhando-se a uma longa tradição da monarquia moderna portuguesa. Naquele momento, estavam no páreo: as datas do movimento Vintista, no Porto e na Lisboa de 1820, o juramento das Cortes, de 26 de fevereiro de 1821², a convocação da Constituinte, em 3 de junho de 1822, a aclamação de D. Pedro I, em 12 de outubro, e sua sagração, em 1o de dezembro daquele ano. Eleger uma em detrimento de outra implicava sentidos políticos específicos, inclusive o teor democrático em questão. Outros ritos cívicos, de forte conotação local e regional, puderam significar a independência com projetos políticos

² Sobre a participação de homens de ofício na movimentação de 26 de fevereiro, ver: Jose Celso de Castro Alves. *Plebeian Activism, Popular Constitutionalism: race, labor, and unrealized Democracy in Rio de Janeiro, 1780s-1830s*. Yale, 2006.



mais radicais, sendo o 2 de julho capital para tanto, ou a elaboração histórica e política da importância do 7 de setembro e do 7 de abril, entre 1823 e 1831³. Ao mesmo tempo, os ritos cívicos foram alvo de crítica por parte de Cipriano Barata e Frei Caneca, quanto ao autoritarismo imbricado às celebrações em torno do monarca, no Rio de Janeiro, denunciando a subordinação abusiva da exigência do beija-mão. Não escapou, ainda, a Cipriano Barata, a necessidade de uma invenção simbólica a enunciar a condição política em disputa, como já indicou Marco Morel⁴. Por sua vez, as duas aclamações ganharam sentidos distintos, nos dois lados do Atlântico. Neste artigo, assinalo alguns aspectos elaborados em nível regional e local que almejam, ao fim e ao cabo, projeção e aceitação nacional.

A aclamação permite refletir sobre a representação política e as temporalidades evocadas neste evento, porque ela ocorre na temporalidade festiva, cuja liturgia suspende parte do tempo cotidiano, do trabalho, do afazer. Ela transcorre numa temporalidade singular, com uma lógica própria e também por isto tem carga social. A aclamação teve força, entre 1818 e 1831, quando explode maciçamente uma vigorosa palavra pública – escrita, oral, em panfletos, jornais, hinos, conclamações –, muito postulada por uma gama diversificada de sujeitos sociais dos quais vários apareciam pela primeira vez. Houve uma intensa metamorfose, neste período de 1820-30, dos signos de pertencimento, que se acirrou com as crises do fim do Primeiro Reinado, intensificando e multiplicando projetos e emblemas políticos. Para entender este vigor da palavra pública e as nuances do radicalismo, é fundamental identificar o surgimento, principalmente no início da década de 1820 no Rio, dos debates em torno da autonomia política e da construção do Brasil, além de uma série de novos espaços de sociabilidade. Estas novas formas de sociabilidade assentavam sua legitimidade no próprio caráter associativo, não mais se pautando na lei universal ou no costume.

³ Ver: SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada, o Brasil como corpo político autônomo. 1780-1831*. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/118907395/patria-coroadas>>; KRAAY, Hendrick. *Definindo nação e Estado: rituais cívicos na Bahia pós-Independência (1823-1850)*. Topo: Revista de História. Rio de Janeiro. n. 3, 2001. _____. *A Invenção do Sete de Setembro, 1822-1831*. Almanack Braziliense, n. 11, p. 5-25, 2010. Disponível em: <www.almanack.usp.br/PDFS/11/almanack.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2010. Para uma problematização das temporalidades do Primeiro Reinado: RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. *O Primeiro Reinado em revisão*. In: SALLES, RICARDO; GRINBERG, K. *O Brasil Imperial*. vol. 1: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

⁴ *Vestimentas patrióticas, identidade nacional e radicalismo político no Brasil em torno de 1831*. In: CARVALHO, José Murilo de et al. *Linguagens e Fronteiras do Poder*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.



Neste contexto, convém nuançar os eventos de Aclamação destes governantes. A Aclamação de 1818 de D. João repunha a compreensão, então vigente, de 1808⁵, na medida em que este evento – 1808 –, atrelou o príncipe D. João à América. Mediou-se, através dele, a relação da pátria das localidades com este enorme continente, cuja representação vinha na figura do índio com cocar.⁶ Isto dotou a América irremediavelmente de um forte conteúdo político, que se acentuou a partir de 1821, com o Constitucionalismo⁷. De um lado, 1808 denunciava a fraqueza do governante e da unidade do império e aparecia, em memórias e anais, como o momento central e inegável de crise do mundo colonial e da monarquia portuguesa, envolvendo o abrangente mundo ibero-americano. O ano de 1808 caracterizou-se pela saída da família real de Lisboa e seu desembarque no Brasil, pela sua consagração no “diploma real da Economia Política no Brasil”, fato indelével para José da Silva Lisboa, pois impulsionou irreversivelmente o livre comércio no Brasil⁸, pela instalação de um programa civilizatório e modernizador do Rio de Janeiro, que adquiriu uma grandeza até então inédita. Em si, 1808 abriu as comportas para o futuro e portou a missão histórica, política, militar, diplomática, bastante estratégica, então, de salvaguardar o império transoceânico, cada vez mais luso-brasileiro e a própria monarquia da Casa de Bragança. Em 1808, o projeto de transplantação da corte e do rei ultrapassou enfim o horizonte da “predição”, da “profecia”, do “aconselhamento”, para se tornar experiência política e há todo um esforço – de guerra – para tentar controlar e disciplinar os acontecimentos aí vividos. Isso porque 1808 remete à Revolução Francesa, como paradigma da modernidade política e seus desdobramentos, ao estado de guerra instalado na Europa, mas sobretudo a Napoleão, suas estratégias invasões, e a Portugal, invadido com o risco de quebra de sua unidade e sua efetiva fratura em 1817, à orfandade política do súdito portu-

⁵ Para um balanço do bicentenário joanino, ver: CARDOSO, José Luis. The transfer of the court to Brazil, 200 years afterwards. E-journal of Portuguese History, v. 7, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue13/html/jcardoso.html>. Acesso em: 11 jan. 2011.

⁶ Ver a peça comemorativa da chegada do príncipe regente D. João ao Brasil s/d. relevo alegórico, alabastro. 47,3 x 59,8 cm. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional.

⁷ Por outras vias, João Paulo Pimenta aponta o conteúdo político da América, em: Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano. Almanack Braziliense, n. 3, 2006. Disponível em: <www.almanack.usp.br/PDFS/3/03_artigos_2.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

⁸ Afirma Penalves Rocha: “Qualquer que seja a dimensão da difusão, o que de fato importa é que o ano de 1808 pode ser tomado como a data do nascimento da economia Política no Brasil. Isto, porque após o estabelecimento da sede da monarquia portuguesa na colônia, neste mesmo ano, foi instituída uma “aula” de economia e, logo em seguida, a Imprensa Regia começou a publicar livros dessa ciência”. ROCHA, Antonio Penalves. A Economia Política na Sociedade Escravista. Um estudo dos textos econômicos de Cairu. São Paulo: Hucitec; Depto. História, 1996. p. 36.



guês, ao “sentimento de vertigem”⁹, como se lia em *O Patriota*, em 1813, vincado por um forte senso de transitoriedade.

Outros elementos intensificavam a sensação de que se vivia um tempo de transição. No governo joanino, o estado de guerra não poderia perdurar para sempre, a fim de não depauperar demais ou acabar de vez com o Reino e suas gentes. Nele ainda, a transferência da corte poderia ser reversível – o príncipe regente e sua real família poderiam voltar para Lisboa, e o governo, em forma de regência, como no caso de D. João, reiterava uma contínua condição transitória do governante, a depender do estado de saúde da rainha. A própria guerra, a transladação da corte, o processo acirrado de metropolitização do Rio de Janeiro tornavam evidentes a percepção da aceleração dos acontecimentos retraduzida, no mais das vezes, pela “voragem” e pela “vertigem”, ao referir-se à força esmagadora do tempo. 1808, no momento vivido, era visto como um fato de caráter inédito e inaudito, em razão da presença da corte e da monarquia nos trópicos, numa interpretação positiva, inaugural e próspera, como em Padre Perereca. Tal compreensão foi fortemente asseverada nos sermões, nas peças teatrais, nos panfletos, nos alvarás e nos decretos reais proclamados na corte do Rio de Janeiro, entre 1808-20. Logo, a aclamação de 1818 portava em si estas noções acerca de 1808, que oscilam entre riscos e fortunas.

Nestas condições, a máquina administrativa da monarquia investiu na eloquência da liturgia política, que contrapunha personagens de envergadura, principalmente Napoleão e D. João¹⁰. Por outro, enlaçou-se cada vez mais a figura da América a D. João. Ela se sobressaía pela “lealdade”, identificada ao súdito fiel que, de braços abertos, acolhera seu governante. Significativamente, de joelhos e cocar, recebeu seu senhor em 1808¹¹. Em função da presença real, a América se regenerava. Logo, apenas poderia ser fiel ao monarca. Por ocasião do desembarque da família real e no programa organizado pelo Senado da Câmara do Rio, a figura da América ofereceu ouro e diamante ao príncipe e declarou uma sentença exaustivamente repetida até 1820. Parecia mesmo

⁹ Manoel Salgado Guimarães comentou o antídoto contra tal sentimento: “Portugal parece possuir uma missão providencial: deter o avanço desse terremoto, contendo sua ação devastadora e apoiando-se para tanto na memória dos grandes feitos do passado”. *As Luzes para o Império: história e progresso nas páginas de O Patriota*. In: KURY, Lorelay. (Org.). *Iluminismo e Império no Brasil O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz; BN, 2007. p. 68.

¹⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *As Representações Napoleônicas em Portugal: Imaginário e Política (c. 1808-10)*. Tese de Titularidade. UERJ. 2002.

¹¹ Preparativos no Rio de Janeiro para receber a família real. BNRJ, Mn. II-35, 4, 1..



um jargão proferido pela América para D. João: “Mais que tudo o coração”. No relato do Senado da Câmara do Rio, a presença real na América “afugenta o mal”. A partir da mudança do estatuto do Brasil, em 1815, a América passou a portar uma coroa. Tal mudança retirava a América do estado de natureza, de uma dada infância, fazendo-a adentrar o reino da política, pelas mãos de João. Padre Perereca resumiu:

Já o índio Brasil havia deposto o cocar, e as plumas, com que se adornara até o dia 16 de dezembro de 1815, e recebido da munificente mão do sr. D. João VI a brilhante coroa com que cinge hoje a sua frente, e o real manto de púrpura, com que cobre a sua antiga nudez.¹²

Para José da Silva Lisboa, 1815 deixava para traz definitivamente o “antigo sistema colonial” e assegurava um novo tempo da unidade para o império, agora conciliado, inclusive a instalação da monarquia na América acarretaria na salvação de Portugal diante da Europa mergulhada em guerras.¹³ Nesta medida, 1815 atrelava-se ao horizonte histórico aberto por 1808, bem como articulava a figura do governante com a corte e as várias pátrias locais, no Brasil, contribuindo para uma aproximação cada vez maior da América com a figura do Brasil e, numa espécie de contradiscurso, silenciava sobre as lutas pela independência na América hispânica. Também esta noção de 1815 vicejou na Aclamação de 1818, como se esta última cumprisse de vez o horizonte histórico de 1815 e não deixasse dúvidas sobre o fim do estatuto colonial. Na dramaturgia, nos sermões e panfletos, a América civilizava-se tal qual patenteavam os processos de “melhoramento” e “reforma” postos em marcha no Rio de Janeiro. Ao fim e ao cabo, os discursos enunciativos da governança – as peças teatrais, os sermões, os panfletos, a Gazeta do Rio de Janeiro, os alvarás e os decretos – insistiam que a América salvava a monarquia da “decrepitude” da Europa e, simultaneamente, “regenerava” o próprio império. Desta maneira, o termo “Regeneração”¹⁴, caro ao Vintismo, apareceu na década de 1810, no Rio de Janeiro, com forte carga simbólica e capaz de reordenar os tempos históricos.

¹² Padre Perereca. Memória para servir à História do Reino do Brasil. São Paulo; Belo Horizonte: Edusp; Itatiaia, 1981. (t. II). p. 151.

¹³ Lisboa, José da Silva. Memória dos benefícios políticos do governo de el-rei nosso senhor D. João VI. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818.

¹⁴ Esta compreensão surgia ainda nos textos de José Bonifácio, tal qual indicou Valdeci Araújo, porém tinha uma circulação mais ampliada na corte, que se contrapunha a uma visão de decadência, calamidade, perda, que aparecia na fala de nobres e funcionários reais trasladados de Lisboa para o Rio. ARAÚJO, Valdeci Lopes de. A Experiência do tempo. Modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845). Tese. 2003. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

Em meio a este “sentimento de vertigem” e à percepção historicizante do vivido, o sentimento de pertencimento político ao império e de fidelidade à monarquia acabou por cultivar o patriotismo, que exigia a fidelidade às causas reais e a adesão contra o inimigo militar. Tal sentimento era permeado pela beligerância e pela bravura. Segundo cônego Januário da Cunha Barbosa, em sermão pronunciado em 1808 e publicado em 1809, a jornada do príncipe evitou o derramamento de sangue em Portugal e, simultaneamente, sua ausência motivou a reação popular dos vassallos, depois vitoriosa¹⁵. Frei Francisco de São Carlos distinguiu, em um sermão, os sentimentos políticos e patrióticos dos vassallos: “os das colônias” o (príncipe) “acolhem com lágrimas de ternura, os da Europa defendem (o príncipe) com o preço de suas vidas”¹⁶. Logo e nesta medida, a gente da corte do Rio deveria primar pela “felicidade”, “pela ternura”, “pela fidelidade”, “pela obediência”, “pela gratidão ao príncipe”; tudo irrecusável. Porque, no além-mar, os vassallos enfrentavam a “orfandade” e a “guerra”. Tais sentimentos de “gratidão” e “fidelidade”, termos reiterados por Padre Perereca, eram demonstrados pelos negociantes da corte, por exemplo, ao patrocinar doações às vítimas e financiar o resgate de prisioneiros de guerra. Em uma espécie de gangorra, o príncipe precisava cultivar e obter a máxima obediência de seus vassallos na corte. Caso contrário, corria o risco de ser o maior traidor da monarquia, ao abandonar seus vassallos do reino à sorte da guerra. A grandiloquência dos sentimentos, dos votos de sujeição, dos gestos e das palavras na aclamação de D. João, em 1818, principalmente depois da fratura radical imposta por Pernambuco, em 1817, fazia-se mais do que necessária. Porque esta grandiloquência equivalia, em um jogo de forças especulares, à “calamidade” da guerra, ao “infortúnio” da ausência prolongada do rei, à “decadência” política e econômica do reino, ao “risco” de fratura irreversível do império. Se este sentimento patriótico incentivava o engajamento militar e político, e recuperava o reino para seu devido senhor, o tempo vivido assemelhava-se a um tempo rememorado, as condições de 1640, tornando-o um

¹² Padre Perereca. *Memória para servir à História do Reino do Brasil*. São Paulo; Belo Horizonte: Edusp; Itatiaia, 1981. (t. II), p. 151.

¹³ Lisboa, José da Silva. *Memória dos benefícios políticos do governo de el-rei nosso senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818.

¹⁴ Esta compreensão surgia ainda nos textos de José Bonifácio, tal qual indicou Valdeci Araújo, porém tinha uma circulação mais ampliada na corte, que se contrapunha a uma visão de decadência, calamidade, perda, que aparecia na fala de nobres e funcionários reais trasladados de Lisboa para o Rio. ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A Experiência do tempo. Modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)*. Tese. 2003. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

passado evocado em sermões e peças teatrais. Portugal voltaria às origens, ao retomar uma longa linhagem de soldados. Evocava-se o “espírito dos antigos Conquistadores da África e da Ásia, e dos descobridores da América, e agora sitiada pelas impiedades revolucionárias de Napoleão”, dizia O Patriota, na matéria Estado Político da Europa, publicada em janeiro de 1813. Esta noção de que a situação presente vivida assemelhava-se ao passado, também surgia nas comparações feitas por Frei São Carlos, ao equiparar o Rio de Janeiro ao novo campo de Ourique¹⁷, a nova Jerusalém, a nova Atenas e a nova Lisboa¹⁸ e ainda nas analogias traçadas por José da Silva Lisboa, entre sua época e a época dos descobrimentos portugueses narrados por João de Barros. Destas maneiras, incrustavam-se sentidos históricos recentes e longínquos à aclamação de 1818, basculhando e modificando os regimes de veracidade do evento aclamação, em geral, mobilizados na aclamação dos Bragança, desde 1640.

Essas compreensões historicizantes acerca da condição vivida na corte se reapropriavam de tradições da monarquia lusa, indagando a obediência, o desejo de sujeitar-se, bem como basculhavam toda uma cronologia e o mito fundador bragantino da monarquia e do império, colocando em pauta uma identidade política transatlântica do império, renovada e permeada por sentimentos políticos que combatiam a “calamidade”. O Novo Mundo, sobretudo a corte instaurada no Rio de Janeiro, encarnava esta promessa de felicidade geral, que foi concretizada no Rio de Janeiro, na forma de uma ampla reforma da corte. Um investimento maciço na sua sociabilidade tão entranhada à civilidade. O conjunto de reformas e mudanças urbanas, tão descrito e exaltado, era necessário para a reconstituição do império e a renovação da monarquia, funcionando como a comprovação irrefutável deste projeto monárquico civilizatório. Esta empreitada definia o Novo Mundo como o refúgio feliz da monarquia, no qual deveria pontificar a civilidade e a prosperidade. No interior deste debate acerca do modo de governar, em plena “voragem dos tempos” e em meio a “sentimentos de vertigem”, a abertura dos portos, considerada um “sistema geral”, por José da Silva Lisboa, é uma passagem – e um argumento – capital, que exigiu dos memorialistas e dos agentes do Estado um enorme empe-

¹⁷ Oração de ação de graças recitada no dia 7 de março de 1809 na Capela Real, dia de aniversário da feliz chegada de SAR a esta cidade do Rio de Janeiro. Imprensa Régia, 1809, p. 6 e 11.

¹⁸ João Pereira da Silva. Sermão de ação de graças, rendidas ao Ceo na Feliz chegada de Sua Alteza Real. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1809. Ver ainda: DURAN, Maria Renata da Cruz. Ecos do púlpito. Oratória sagrada no tempo de D. João VI. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.



no para descrever a “liberalização e o benefício público do comércio, articulando o fim do monopólio e do antigo sistema colonial”, dizia padre Perereca, à unidade do império e da monarquia.

O comércio, definia o naturalista João da Silva Feijó, no texto sobre a viagem filosófica realizada ao Ceará, publicado em O Patriota de abril-maio de 1814:

[...] é o único canal, por onde se derrama em um país a abundância, as riquezas públicas e particulares, as luzes e os mais importantes conhecimentos, e, enfim, a geral satisfação dos povos, atraindo a si, pela necessária concorrência de diversos indivíduos, tudo quanto é útil, e de proveito, para fazer o homem mais civil, polido, dócil, pacífico, tratável, e empreendedor de grandes coisas, no que consistem as delícias das sociedades.¹⁹

Haveria, por pressuposto, um vínculo entre a civilidade, a civilização e o comércio. Ele era considerado o agente civilizador por excelência, muito eficaz. Quase um motor civilizacional a atuar no âmbito da “sociabilidade” – por sua vez, considerada característica humana inata e passível de mudança.

A Aclamação joanina estava profundamente amarrada a esta nova condição do comércio, entendido num conjunto de leituras letradas, em várias vertentes, desde aquelas balizadas nos abades Raynal e de De Pradt, que diagnosticavam o abuso do estatuto colonial, como realidade histórica da mesma América até os vários comerciantes de grosso trato com seus interesses a financiar a Aclamação.²⁰ Pela primeira vez, na Aclamação – D. João, agora VI –, aparecia em sua autoridade, por inteiro, com as revoltas de Pernambuco derrotadas, abrindo definitivamente seu tempo de governança. Ali, a representação da América dominou a cena, principalmente nas arquiteturas efêmeras financiadas pelos comerciantes de grosso trato.

¹⁹ Sobre esta mesma passagem, acertadamente, Manoel Salgado Guimarães pondera: “Em suma, para o filósofo naturalista o comércio civiliza ao promover a pacificação das relações e costumes, assim como ao viabilizar contatos e afirmar o poder do Estado”. Op. cit., p. 95. Nesta perspectiva, os Manifestos de D. Pedro, de agosto de 1822, assentavam-se na análise do comércio como uma espécie de motor histórico. MORAES, Alexandre José de Mello. História do Brasil-Reino e Brasil-Império. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia, Edusp, 1978.

²⁰ SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. Escrevendo a História do Futuro: a leitura do passado no processo de Independência do Brasil. 2010. 186 pág. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, especialmente o Cap. 3.



III

Os interesses mercantis pela produção da riqueza imbricavam-se às aclamações de D. João VI e D. Pedro I. Estes grupos mercantis, enfronhados com o tráfico transatlântico, geravam riqueza baseado no trabalho compulsório que abarcava escravos, livres pobres, libertos, milícias, soldados e imigrantes oriundos dos projetos de colonização levados a cabo na época. Emilio Lopez²¹, retomando Cecília Helena Salles Oliveira, mapeou o rateio da aclamação joanina entre os homens de grosso trato, reforçando em parte a tese de João Fragoso²², de que os homens de negócio e terras na região fluminense exerceram papel determinante na emancipação política. Diferentes setores proprietários buscavam ampliar ou manter, desta maneira, espaços de influência no interior da Corte e da administração pública. O espaço festivo então marcava a inclusão, a exclusão social e a hierarquização dos sujeitos sociais aptos à governança, conjugados a seus interesses quanto ao abastecimento de gêneros, a fiscalização do trabalho dos artífices, a arrematação de impostos e obras (Carneiro Leão & Amaro Velho da Silva), que, por seu turno, se envolviam nas redes clientelares e na economia moral do dom, baseada na tríade de obrigações: dar, receber, restituir, ocupando o soberano o cume desta teia de interdependências. Em retribuição, o governante dava benefícios, tais como títulos de nobreza, monopólios régios, concessão de sesmarias, ocupando o senado da câmara do Rio um lugar chave nesta negociação. Por sua vez, Vera Lucia Nagib Bittencourt²³ localiza os apoios da aclamação de D. Pedro, numa teia de negociantes e proprietários entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, principalmente, interessados na dinamização das relações de produção e comércio, o que implicava a expansão da produção, tanto na sua dimensão exportadora/importadora quanto para o abastecimento interno. Nota-se um aumento da complexidade desta teia de negócios, com o uso de letras e créditos, somada à atuação de companhias seguradoras, garantindo o desenvolvimento de diferentes relações de produção e comércio a sustentar o apoio político a D. Pedro I

²¹ Festejos públicos, política e comércio: a aclamação de D. João VI. In: MARSON, Isabel; OLIVEIRA, Cecília H. L. de S. Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780-1860. São Paulo: Edusp, 2013. Ver destas autoras a posição historiográfica teórica e metodológica na Introdução.

²² Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

²³ Bases territoriais e ganhos compartilhados: articulações políticas e projeto monárquico-constitucional. In: MARSON; OLIVEIRA, op. cit., 2013.

²⁴ As Tropas da Moderação. O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil, 1808-1824. São Paulo: Símbolo, 1979.

que, por seu turno, tinha poder de barganha. Não se tratou apenas de financiar a aclamação no Rio de Janeiro ou somente celebrá-la em sua localidade ou espaço regional, duplicando naquela que ocorria na corte do Rio de Janeiro em outubro de 1822. Para além disso, tratou-se de compactuá-la, angariando adesões neste eixo dos Caminhos do Ouro e do Vale do Paraíba, em São Paulo, espaços que se articulavam com o centro-sul do Brasil, como, pioneiramente, indicou Alcir Lenharo²⁴. Ou seja, a viagem pedrina e de seus enviados a Minas e São Paulo buscava arregimentar apoios e os termos desta negociação nesta região e negociava politicamente a participação destes homens, efetivando a exclusão de outros. Firmava-se a “união” com D. Pedro, “sob os princípios constitucionais”.

Vale frisar que antes da Aclamação e da adesão, realizadas na localidade e em várias partes do Brasil, em momentos distintos, dava-se uma negociação com voltagem a variar, conforme armas, guerras, batalhas, mortes, exílios, cooptações, enfileiramentos de interesses e alianças. A Aclamação, nestas várias pátrias locais, se consolidava na documentação das câmaras que usa um vocabulário altamente politizado, no qual se destaca o termo “adesão” à figura do imperador. A adesão caracterizaria o contrato social deliberado entre as partes, com uma compreensão diversificada dos princípios do Direito Natural, imiscuída aos debates do liberalismo constitucional. A adesão trazia as várias tensões dos diferentes sujeitos étnicos e sociais em jogo, processando-se um diálogo político e social tenso e intenso. Flagram-se aí identidades múltiplas e cambiantes, que se acertam, ou são acertadas, na adesão, requerendo do historiador um trabalho de microscopia para entender os modos de negociação e cooptação, e os graus de violência mobilizados visando a escansão de lideranças, o desmonte de processos ampliados de participação social e política, o desfazer-se, no mais das vezes, de várias identidades sociais e étnicas, com suas vontades mais democráticas. Ressalte-se que a adesão não era automática, não era ato irrefletido, reiteração esvaziada de sentido, ditada pela tradição, repetição do passado, não era simplesmente uma concessão mecânica. Pelo contrário. Ela era fruto da negociação de vários lados, delimitando espaços de participação das “gentes”, hierarquizando seu lugar social e excluindo. Era um mecanismo apaziguador da disputa política, que anunciava as bases e as

²⁴ As Tropas da Moderação. O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil, 1808-1824. São Paulo: Símbolo, 1979.



condições da aclamação na localidade e estabelecia um mesmo parâmetro de ação, um mecanismo político, para o território brasileiro.

A instituição câmara funcionou como um espaço de mediação entre certos setores da sociedade civil e o Estado e/ou poder político e como um espaço de ação para um público que desejava intervir na vida pública. Assim, há graus, níveis, âmbitos, instâncias, tensões, momentos específicos da adesão. Cada adesão e Aclamação conclamadas nas pátrias locais, nas cidades principais²⁵ – Salvador, Belém, Recife, São Paulo, Vila Rica – demarca um espaço territorial sob a monarquia constitucional e sua fundação temporal. Havia uma espécie de agenda que abarcava a adesão, o juramento, a Aclamação, mas poderiam variar em tempos entre si, implicando muita tensão, disputa e negociação.²⁶ Porque eles significam ritos cívicos que designavam, muitas vezes debaixo de sangrentas batalhas, em plena guerra civil, com violenta repressão a índios, negros, escravos, libertos, soldados, milícias, pobres, lideranças locais, a demarcação territorial e a fundação do pacto político da monarquia constitucional, cujo centro gravitacional residia na figura do imperador aclamado.

A documentação proveniente das câmaras explicita a complexidade do vocabulário político destas pátrias locais e reitera a explicação da fundação da sociedade, criando uma espécie de cânone discursivo, cimentado num conjunto de negociações e disputas que funcionavam como aprendizados políticos, no interior desta cultura política do liberalismo constitucional, a evocar uma nova sociabilidade pautada no poder de associar-se, tal qual se definia o comércio. Não se tratava assim de um fetiche pela liturgia ou uma rendição ao poder nacional, antes se indagavam as bases para o poder se colocar em cena com um arcabouço a portar o novo. Em outras palavras: mais uma vez, na Aclamação, de 12 de outubro de 1822, de D. Pedro I, no Rio, com toda pompa e circunstância, os homens de grossa ventura bancaram e ratearam este rito. Pela primeira vez, amarrados num grande acordo de negócios, bens, propriedades, rotas de comunicação e transporte, mercês, redes de abastecimento deste grande eixo econômico e com fins altamente politizados com vistas à governança do Estado monárquico.

²⁵ István Jancsó explorou esta noção de áreas de influência em *Independência, independências* no livro que organizou *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp. 2005.

²⁶ Galves, Marcelo Cheche. "Aderir", "jurar" e "aclamar": O Império no Maranhão (1823-1826). *Almanack*, Guarulhos, n. 1, p. 105-118, 2011.

Disponível em: <www.almanack.unifesp.br.php/almanack/article/download/718/pdf>. Acesso em: 13 mai. 2013.

A especificidade histórica desta aclamação de 1822 transparece na explicação dada por importantes periódicos do Rio de Janeiro ao evento. **A Gazeta do Rio de Janeiro**, órgão oficial da monarquia, foi criada em 1808. **O Correio do Rio de Janeiro**, do combativo João Soares Lisboa, que postulava uma interpretação mais aberta do liberalismo constitucional, atacava os jornais baianos e lisboetas, favoráveis às Cortes Portuguesas e defendeu arduamente a convocação da Assembleia Constituinte para o Brasil. **O Espelho**²⁷ começou a circular em outubro de 1821, enviesado, vincado pelo constitucionalismo, relatava frequentemente notícias de Lisboa e da Bahia, com ampla circulação no Rio de Janeiro e em outras províncias do Brasil. Todos abordam, aqui, a aclamação de D. Pedro I, ocorrida em 12 de outubro de 1822, no Campo de Santana.

Em suas descrições abordaram o ato da aclamação com variações importantes. Eram unânimes no tema. Discordavam nas categorias políticas capazes de designar o assunto. **O Espelho** privilegiou o discurso de Clemente Pereira, por destacar, na aclamação, o elo constitucional estabelecido entre D. Pedro e o Brasil, através das adesões das câmaras das vilas ao pacto político. Advertia ainda que D. Pedro não poderia cair nas decisões despóticas ou centralizadoras. Recomendava que o monarca fosse constitucional e governasse com a Assembleia. O **Espelho** identificava os cidadãos: aqueles que vinham dos círculos joaninos, os procuradores das províncias, membros das câmaras, conselheiros de Estado, todos inseridos na estrutura política. **A Gazeta do Rio de Janeiro** sublinhava a aliança entre a pátria e a dinastia dos Bragança, numa espécie de adesão espontânea do povo. A **Gazeta do Rio de Janeiro** fez de D. Pedro o filho do país, defendia o direito do Brasil ser uma nação independente, denunciava o que supunha ser o projeto de “recolonização das Cortes” lisboetas e enfatizava que o império do Brasil nascia pelas mãos desse filho. Diferentemente, para o **Correio do Rio de Janeiro**, a aclamação definia-se pelo seu caráter constitucional, baseado na soberania popular. Para o **Correio do Rio de Janeiro**, a aclamação envolvia cidadãos de todos os níveis sociais: os membros e procuradores das câmaras, as corporações, militares, tropas, gentes da rua, de diferentes etnias e condições sociais. Percebe-se que, para cada

²⁷ Encontra-se sua proposta de criação em Prospecto de hum novo Periódico, publicado no Diário do Rio de Janeiro de 25 de setembro de 1821. Já matizei estas distinções em SCHIAVINATTO, Iara Lis. La independência de Brasil. Formas de recordar y de olvidar. Madri: Fundación Mapfre Tvera; Secretaria de Cooperación Iberoamericana, 2005.



periódico, a origem do poder assentava-se em um lugar distinto, o que implicava uma mudança da natureza do poder monárquico e das alianças estabelecidas.

A Aclamação de 12 de outubro de 1822, no Rio de Janeiro, foi descrita em impressos – avulsos e nos periódicos –, seguindo parte do formato do documento “Relação de festa” – um antigo gênero da época moderna de escrita e relato do rito da monarquia que era, assiduamente, enviado à corte, a fim de demonstrar a celebração efetivada em alguma parte do império intercontinental e funcionava na lógica tripartite da economia do dom. Também, na corte, as relações impressas em periódicos funcionavam como um lugar de memória desse evento narrado. As versões desses periódicos conviviam com outros textos e, inclusive, se valiam da estrutura textual da Relação, para descrever a aclamação, por exemplo, ao destacar o cortejo, detalhar a arte efêmera, pontuar sua duração e encenação, inserir os sermões e discursos proferidos, publicar refrões e hinos patrióticos, de fácil memorização e leitura, que, através da cultura oral, poderiam circular pela esfera pública, de ruas, tavernas, associações. No entanto, editava o documento suprimindo seus cabeçalhos, que antes edulcoravam o monarca D. João, por exemplo. Agora, o texto impresso prendia-se aos momentos chaves do evento cívico. Esta edição do texto significava uma reescrita do gênero “Relação de Festa”, reordenando o significado do texto e do próprio evento. Nesta medida, os três jornais arrolados – O Espelho, A Gazeta, O Correio do Rio de Janeiro – poderiam discutir e divergir sobre a natureza daquele evento histórico e político como parte do discurso fundacional da monarquia política.

Em geral e em comparação com os cânones do documento “Relação de Festa”, o texto impresso nos periódicos fazia um corte, forçava um apagamento de certa retórica entendida como coisa “antiga”, “despótica”, “autoritária”. A edição reforçava a crônica do evento, que poderia ser descrito em vários números, e, assim, asseverava o efeito de realidade do texto e do evento narrado. A crônica aqui exauria o tópos da “Relação”. Seguiu o quadro geral da “Relação”, mas estas operações de recorte alteravam o sentido do texto, acentuando seu caráter documental. Através destas operações letradas e de alto teor político, esta liturgia política perdia a dimensão que comungava com o literário, na “Relação”, e se convertia em “fato histórico” que inaugurava um novo tempo da vida coletiva. Através dos periódicos impressos há uma flagrante ressemantização da Aclamação, transformada em fato histórico descrito e referendado em praça pública, por suas assinaturas, situando a proce-



dência social – mecanismo de exclusão e inclusão social – do sujeito capaz de compactuar. Ao perder esta carga literária, esta marcante presença da retórica para dizer o evento, o texto crescia em seu teor documental. Em geral, a descrição da Aclamação pedrina repudiava a lisonja e a dissimulação, importante na lógica da falsa modéstia – “tópos” corrente por parte de quem antes escrevia a “Relação”. Agora, a lisonja cheirava antiga, tirana, servil, merecendo ser rejeitada e abandonada. Em contrapartida, vinha à tona a excelência dos sentimentos patrióticos da nova monarquia constitucional²⁸.

No interior desta cultura política, os impressos e periódicos do Rio de Janeiro, entre 1822-26, divulgavam a aclamação na qualidade de um evento fundacional a inaugurar a monarquia constitucional.

IV

Por último, gostaria apenas de sinalizar um aspecto pouco explorado desta cultura cívica: o lugar das gravuras e sua novidade na fundação deste espaço público entrelaçado aos ritos cívicos, em especial a Aclamação. De início, convém lembrar que vários destes homens letrados, do que se consagrou como “geração de 1790”, lideranças políticas entre 1820 e 1840, nos dois lados do Atlântico, trabalharam ou foram formados nos círculos da Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego (1799-1801) em Lisboa, depois absorvida pela Impressão Régia²⁹, que, por seu turno, abriu uma escola específica de gravura e, na transladação da corte, abrigou o primeiro núcleo produtor de gravura no Rio de Janeiro. Na Casa do Arco do Cego, estabeleceu-se uma rotina de produção, tradução, feitura editorial dos textos e uma compreensão a respeito da gravura, enquanto uma técnica moderna, não artística, com um valor intrínseco nessa cultura de impressos, que inclusive retratava a fatura destas imagens³⁰ e servia à divulgação de eventos e personagens públicos. Esses letrados luso-brasileiros, frequentadores do Arco do Cego, conheciam Charles Alphonse du Fresnoy (1611-65), publicado por esta mesma casa editorial, e Roger de Piles. Este último

²⁹ A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Casa da Moeda; Biblioteca Nacional, 1999. Esta Casa partilhava de pressupostos semelhantes à Real Academia de Ciências de Lisboa e ao complexo d'Ajuda, naquele momento, como um equipamento cultural que funciona como um mecanismo de acesso ao poder, uma forma de construção do prestígio social do letrado, mas também como um mecanismo de educação do homem habilitado ao exercício da governança, através da prática editorial, neste caso, sob o manto de D. Rodrigo, mas com caráter associativo. Para não deixar de mencionar, cabe uma atenção específica à produção de imagens por parte da Escola Militar de Engenheiros.

³⁰ LYRA, Maria de Lourdes Vianna. A utopia do poderoso império – Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1994. Especialmente a Primeira Parte.



traduzira o *De Arte Graphica*³¹ do primeiro e fora secretário do embaixador Michel Amelot, na corte portuguesa, no começo do século XVIII³². Turazzi assinalou que De Piles preconizou o uso das imagens gravadas como um meio de instrução, diversão, rememoração e convencimento. Em geral, nesta chave, os letrados luso-brasileiros do círculo do Arco do Cego entendiam o lugar das imagens. De Piles tratou ainda da sua economia do olhar, ao sistematizar o lugar das estampas, destacando-as como uma pedagogia do olhar:

Entre todos os bons efeitos que podem advir do uso das estampas, nos contentaremos aqui em apresentar seis deles, que facilmente permitirão avaliar os outros.

O primeiro é divertir pela imitação, representando-nos as coisas visíveis por sua figuração.

O segundo é nos instruir de uma maneira mais intensa e mais imediata do que pela palavra. As coisas que entram pelas orelhas, dizia Horácio, tomam um caminho bem mais longo e tocam menos do que aqueles que entram pelos olhos, testemunhas mais seguras e fiéis.

O terceiro é abreviar o tempo que se empregará relendo coisas que escaparam à memória, refrescando-a com um golpe de vista.

O quarto, nos representar as coisas ausentes como se elas estivessem diante de nossos olhos, o que só poderíamos ver através de penosas viagens e grandes despesas.

O quinto, a dar meios de comparar facilmente diversas coisas em conjunto, pelo pouco espaço que as estampas ocupam, por seu grande número e por sua diversidade.

E o sexto, formar o gosto pelas boas coisas e proporcionar ao menos um conhecimento superficial das belas artes, o que não é permitido às pessoas de bem ignorar³³.

³¹ Texto em inglês traduzido e editado em 1695. Disponível em: <<http://archive.org/details/deartegraphicaar00dufriala>>. Acesso em: 22 ago. 2013.

³² Em 1801, esta casa tipográfica publicou uma tradução do Tratado da Gravura, de Abraham Bosse; d' A Arte da Pintura, de C. A. du Fresnoy; dos Princípios da Arte da Gravura, de Gerardo Lairese, apenas para indicar o estudo e a leitura de obras voltadas para o estatuto da gravura, afora os textos dedicados ao desenho.

³³ Sigo de perto a argumentação e a tradução de Maria Inez Turazzi no Prefácio de Santos, Renata. A imagem gravada. Casa da Palavra. 2008. Trata-se de Abrégé de la vie des peintres (Paris, 1699) de Roger de Piles. Uma breve apresentação sobre De Piles está disponível em: <<http://www.dictionarofarthistorians.org/pilesr.htm>>. Acesso em: 19 abr. 2013. Sobre a importância adquirida pelo desenho neste final do século XVIII, ver: FARIA, Miguel. A imagem útil. Lisboa: Ed. UAL, 2008; e do mesmo autor: A Imagem Impressa: produção, comércio e consumo de gravura no final do Antigo Regime. 2005. Tese. (Doutorado) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2005.

Nestas condições, parece promissor indagar sobre a cultura das imagens impressas neste período, pois atuam diretamente no aprendizado das sensibilidades políticas e no gosto pela política, ao transmitirem uma mensagem política, sob certas condições enunciativas e de retórica. Acabam por se comportar, naquele momento, na qualidade de uma peça importante da linguagem política, que se coaduna à arquitetura efêmera e à farta distribuição e louvação dos retratos reais. Ao mesmo tempo, funcionam como uma nova janela a respeito dos eventos da Aclamação, de 1818 e 1822, pois ambos foram motivos de gravuras impressas, feitas por diferentes artistas e gravadores, circulando pelo Brasil e por Portugal. Podem-se rastrear gravuras de aclamação dos Bragança, enviadas à América desde a de D. João V, contudo, o volume de gravuras da aclamação joanina e pedrina aumentou, circulando de maneira avulsa, tornando-se uma espécie de fato inédito, até então, em função de seu volume, tendo em vista o que se observou anteriormente. O retrato seguia na Aclamação de 1818 e de 1822 como um ponto alto do rito cívico, sendo cuidado em sua materialidade, expressão e envio, devendo ser protocolarmente recebido e mantido, objeto de certa paixão, para o bem e para o mal, do súdito-cidadão³⁵. Porém, as gravuras recortaram o próprio da Aclamação, enfatizando sentimentos públicos, em sua gestualidade, como motivo de lembrança, na figuração do ato fundacional da monarquia, pela capacidade de rememoração³⁶. Neste contexto, não caberia pensar mais o lugar das imagens e o que nos dão a ver, no interior desta cultura política, sem escorregar, por exemplo, no elogio da Missão Francesa ou, no reverso, na lamentação sobre a qualidade da pintura dos artistas portugueses considerados antigos? Para além disso, caberia indagar os usos das imagens na fundação da monarquia constitucional e nas formas de politização do cotidiano e da esfera pública entre 1820-40? E quais suas relações, no plano da educação do sensível, com os periódicos dedicados à moda e, depois, as revistas ilustradas publicadas a partir de meados da década de 1830 no Rio de Janeiro?

³⁴ Na Bahia, o retrato de D. João VI, entre 1822-26, foi mais de uma vez aviltado. Sobre esta retratística real, ver: FÁRIA, Breno Marques Ribeiro de. Retratos do poder: a pintura de retrato setecentista da família real portuguesa no Brasil. 2012. 231 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2012.

³⁵ Tenho estudado esta cultura visual luso-brasileira, entre 1750-1840, com o apoio do CNPq, no Projeto de Produtividade Entre imagens e textos: a educação do sensível. Lisboa/Rio de Janeiro. 1750-1820/40.



RESUMO

Este artigo busca destacar alguns aspectos importantes da Aclamação de D. João VI e D. Pedro I, ocorridas em 1818 e 1822, respectivamente, no Rio de Janeiro, diferenciando o novo conteúdo histórico da primeira e o quanto se atrelava à noção de comércio, interpretado aí como um motor da história. Distingue especificidades da fundação do contrato social na Aclamação de D. Pedro I, matizando a noção de adesão como um evento público e significados diversos propostos por periódicos desta corte, no ato da própria aclamação pedrina. Nas duas aclamações, considera as práticas políticas envolvidas no seu financiamento, rateado por homens de negócios e terras do centro-sul do Brasil. Do ponto de vista do trato documental, indaga sobre a edição textual nos periódicos que descrevem a aclamação de D. Pedro e o novo estatuto adquirido pela gravura.

Palavras-chave: Aclamação. Cultura política. Independência. Liberalismo constitucional. Ritos cívicos.

ABSTRACT

This article tries to indicate some aspects in the acclamation of D. João VI and D. Pedro I, occurred on 1818 and 1822, in the Rio de Janeiro's court. First, I underscore the historic content about the meanings of 1808 and 1815 inside the D. João VI's Acclamation, which one the commerce played a specific role. About D. Pedro I, I wish to point out the importance of the "adhesion" and some periodics developed then different points of view in face of this Acclamation. In the end, I discuss two aspects concerning the new forms to represent and to write this event.

Keywords: Political culture. Independence. Constitutional liberalism. Civic ritual. Acclamation.



Salvador e Recôncavo unidos em favor da Independência Brasileira (1821-1823)

Prof. Me. Marcelo Siquara (UFBA)



Salvador e Recôncavo unidos em favor da Independência Brasileira (1821-1823)

Prof. Me. Marcelo Siquara (UFBA)

O turbilhão revolucionário francês não tardou em resvalar os seus efeitos junto à península ibérica. As forças militares franco-espanholas que invadiram Portugal contribuíram para promover a transferência da corte lusitana para o continente americano. O Estado metropolitano, com todo o seu aparato burocrático, ritualístico e simbólico — inerentes ao Antigo Regime —, passou a atuar em um novo espaço geográfico. A partir de então, o Brasil tornou-se a sede da monarquia portuguesa e a cidade do Rio de Janeiro o novo centro de peregrinação do Império¹.

Ao longo dos 13 anos em que a família real e a administração do Estado português estiveram no Brasil, inúmeras queixas foram registradas. De parte a parte, tanto na antiga metrópole como na nova sede do governo português, não faltaram reclames quanto à gestão da administração pública. No caso específico do Brasil, a abusiva carga tributária, a concessão tendenciosa de cargos e promoções, que favorecia os patrícios europeus, a corrupção praticada por muitos magistrados, no exercício regular de suas funções, as condições precárias de vida e subsistência a que estavam sujeitas a população local, enfim, a incidência de situações indesejadas, no dia a dia da população, contribuiu em grande medida para que esse momento específico fosse qualificado como um período de mau governo.

Nesse contexto, a Revolução Liberal e Constitucional do Porto apresentou-se como um possível caminho de superação dos males que afligiam a nação portuguesa. Nos dois lados do Atlântico, a Revolução de 1820 fora recebida com alegria e grande satisfação. A sua incidência e dispersão representou a possibilidade de Regeneração do Estado português. As insígnias do liberalismo constitucional trouxeram consigo a crença de que os velhos tempos do absolutismo e da tirania haviam chegado

¹ Para o aprofundamento da discussão que envolve a transferência do Estado metropolitano para o Brasil, Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da Metrópole. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). 1822: Dimensões. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972. p. 160-184. Quanto aos aspectos pertinentes ao conceito de "Centros de Peregrinação", vide ANDERSON, Benedict. Antigos Impérios, Novas Nações. In: _____. Nação e Consciência Nacional. São Paulo: Ática, 1989. p. 57-76.



ao fim. Acreditava-se que, a partir de então, passariam a vigorar a liberdade, a igualdade e a fraternidade no Império português.

A Corte portuguesa presente no Rio de Janeiro não levou muito a sério a Revolução do Porto. Silvestre Pinheiro Ferreira, por exemplo, considerou-a como um ato de “tão tresloucada temeridade”. Para o ministro do rei D. João VI, essa “comoção [inicial]” iria arrefecer com máxima brevidade, a ponto dos autores e partidários do levante virem “implorar perdão e misericórdia aos pés do trono”². No entanto, não foi bem isso o que realmente aconteceu. Em Portugal, formou-se uma Junta Provisória de Governo, que passou a capitanear as medidas necessárias à instalação de uma nova administração pública. No Brasil, por sua vez, as capitanias existentes passaram a discutir abertamente que tipo de posicionamento político adotariam, diante dessa nova conjuntura.

Desde outubro de 1820, a cidade do Salvador vivenciava esse novo ambiente político. Felisberto Caldeira Brant Pontes, Inspetor Geral das Tropas, registrou, em uma de suas correspondências, que, no dia 27 desse mês, “fomos surpreendidos com a infausta nota da Revolução do Porto”³. A partir de então, os habitantes da Bahia passaram a discutir reiteradamente os possíveis rumos que a capitania deveria seguir ante o movimento vintista. Ambos os segmentos da nação portuguesa na América expressaram de pronto o seu efetivo apoio. As manifestações públicas de adesão às propostas oriundas de Lisboa tornaram-se cada vez mais recorrentes e, por conseguinte, planos, adesões e conspirações tornaram-se a tônica daquele momento.

Em fevereiro de 1821, os habitantes da Bahia levaram a cabo a sua adesão ao sistema constitucional. Apesar da incidência de confrontos envolvendo civis e militares, as forças que defendiam a manutenção do absolutismo monárquico não conseguiram subsistir. A partir de então, foi tomado um conjunto de medidas que objetivavam suprir as necessidades mais imediatas. Vale salientar que, ao longo desse processo histórico, as ruas de Salvador foram tomadas por inúmeros populares. A participação do povo mostrou-se bastante acentuada nesse contexto. Inúmeros exemplos apontam para essa realidade. Dentre tantos, destacamos a

² Carta nº 1. Rio de Janeiro: [s.d.]. In: FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Ideias Políticas: Cartas sobre a Revolução do Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1976. p. 33-34.

³ Cartas de Felisberto Caldeira Brant Pontes, marquês de Barbacena. *Economia açucareira da Bahia em 1820*. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Publicação destinada ao III Congresso de História da Bahia, junho de 1973, apud SOUSA, M. A. S. de. *Bahia: de capitania a província, 1808-1823*. 2008. 304 f. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2008. p. 213-214.



escolha dos integrantes da primeira Junta de Governo e a assunção do militar brasileiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães ao cargo de Governador das Armas da Província⁴.

O contexto histórico imediato à adesão da Bahia às propostas oriundas da Revolução do Porto fora caracterizado pelos contemporâneos como um período de grande júbilo⁵. No entanto, não demorou muito para que fosse rompida a tênue aliança existente entre os dois segmentos da nação portuguesa. Era visível, junto aos regimentos europeus, o “profundo desprezo pelas populações negras, mestiças e de cor dos demais continentes”⁶. Em síntese, do fardamento às promoções, o tratamento dispensado aos integrantes do Exército português tendia a beneficiar explicitamente os contingentes oriundos da Europa.

Esse clima de indisposição entre portugueses da Europa e da América pode ser percebido quando, em julho de 1821, circulou em Salvador um conjunto de boatos que apontavam para a existência de planos secretos que supostamente objetivavam promover o assassinato do general Inácio Luís Madeira de Melo. A circulação desses boatos gerou um princípio de confronto. Por volta das 6 e meia da noite, inúmeros portugueses europeus percorreram armados as ruas da capital, indo incorporar-se ao Batalhão nº 12. O alvoroço provocado por essa mobilização contribuiu para que muitos militares brasileiros também se deslocassem às suas respectivas unidades. A adoção dessa medida mostrou-se como uma espécie de recurso de precaução, pois, caso fosse necessário recorrer ao uso das armas, os brasileiros só teriam acesso ao material bélico em seus respectivos batalhões. Os demais moradores, como não dispunham de outro meio material de maior eficácia para a sua própria defesa, resolveram permanecer homiziados em suas residências. Durante essa agitação pública, as lojas e casas de comércio se mantiveram fechadas. Ninguém ousava sair à rua, “receando a morte”⁷.

Outro incidente que confirma esse clima de indisposição se encontra na tentativa de deposição da Junta de Governo, fato ocorrido em 3 de

⁴ Para maiores detalhes, Cf. SILVA, Marcelo Renato Siquara. *Independência ou morte em Salvador: O cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823)*. 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <<http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/577/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Mestrado.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

⁵ *Idade d'Ouro do Brasil*. n. 14. Bahia: 15 de fevereiro de 1821. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/44>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

⁶ ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *A guerra da Bahia*. Salvador: CEAQ, 2001. p. 25-30.

⁷ *Diário Constitucional*. n. 21. Bahia: 13 de março de 1821. Núcleo de Digitalização de Documentos (CEDIG), FFCH/UFBA, Rolo 0016.



novembro de 1821. Acusada de ser defensora dos interesses lusitanos, a Junta Provisória conseguiu congregiar em torno de si um número bastante amplo de reclames e desafetos. Apesar dessa tentativa ter sido frustrada pelas tropas luso-europeias, ficou evidente às autoridades públicas a existência de partidos e interesses distintos. O alargamento do espaço público proporcionado pelo movimento constitucional na Bahia deixou claro o quanto a presença e a participação popular poderiam alterar a relação até então existente entre o Estado e a sociedade⁸.

As agitações ocorridas no segundo semestre de 1821 comprometeram o período de eleições, programado para janeiro do ano seguinte. Esse pleito eleitoral objetivava a substituição da Junta Provisória, que governava a província desde fevereiro de 1821. Contudo, vale salientar que os enfrentamentos sucedidos nas diferentes freguesias de Salvador incutiram grande pânico na população, provocando não apenas a emigração de eleitores da capital, bem como impedindo ou dificultando a vinda de muitos destes, do Recôncavo para a sede da província. Dos 490 eleitores esperados, apenas 259 compareceram. Ou seja, aproximadamente 48% dos eleitores não participaram das eleições.

Apesar de todos esses reveses, o pleito eleitoral lograra o êxito esperado. Sob a presidência do Senado da Câmara de Salvador, o colégio eleitoral conseguiu efetivar a sua função. Foram escolhidos os integrantes da nova Junta e empossado o Governador das Armas da Província. A tabela, a seguir, indica o nome dos eleitos, suas respectivas funções na nova Junta e o número de votos obtidos por eles⁹:

Tabela 1: Integrantes da segunda Junta de Governo

NOME	CARGO	Nº DE VOTOS
Francisco Vicente Viana	Presidente	237
Francisco Carneiro de Campos	Secretário	122
Francisco Martins da Costa	Membro	176
Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque	Membro	139
José Cardoso Pereira de Mello	Membro	102
Manoel Ignácio da Cunha Meneses	Membro	102
Antônio da Silva Telles	Membro	92

⁸ Para maiores detalhes acerca do Movimento de 3 de novembro (1821), Cf. SILVA, Marcelo Renato Siquara, 2012, p. 41-49.

⁹ Para a elaboração dessa tabela, foram consideradas as informações presentes nos seguintes documentos: *Semanário Cívico*. n. 50. Bahia: 7 de fevereiro de 1822. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Semanário Cívico: Bahia, 1821-1823*. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 101; *Termo de Vereação*. Bahia: 2 de fevereiro de 1822. In: *Documentos da Municipalidade de Salvador relacionados com a Independência do Brasil: 1821-1823*. Salvador: Departamento de Cultura da SMEC, 1972. p. 20-21; *Ofício encaminhado ao Príncipe D. Pedro*. Palácio do Governo da Bahia. 3 de fevereiro de 1822. In: *A Junta Governativa da Bahia e a Independência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. p. 7.



Todos os integrantes da antiga Junta foram substituídos. Apesar da existência de denúncias que indicavam a presença de cabalas ao longo do pleito eleitoral, a vontade dos eleitores paroquiais ocorreu no sentido de se promover uma completa renovação. Além disso, vale salientar que todos os integrantes da nova Junta eram naturais do Brasil, à exceção de Francisco Martins da Costa¹⁰. O resultado dessa eleição conseguiu refletir os anseios e as insatisfações existentes entre os habitantes da província. Os constantes enfrentamentos envolvendo os portugueses da Europa e da América, tanto civis quanto militares, certamente repercutiram no seu resultando final.

Quanto ao ocupante do cargo de Governador das Armas, a sua escolha não fora resultado da mencionada eleição. As Cortes de Lisboa já haviam desmembrado o poder civil do poder militar, estabelecendo que o titular dessa função seria uma pessoa nomeada a partir da confiança do Congresso e do Rei. Como o governo de Portugal ainda não havia manifestado a sua escolha para a substituição do brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães e, ao mesmo tempo, por conta do referido militar ser o mais graduado entre os seus pares – e por ter se destacado no movimento constitucional ocorrido em 10 de fevereiro de 1821 –, recaiu sobre a sua pessoa a condição de Governador Interino das Armas.

O militar brasileiro permaneceu pouco tempo à frente do cargo. Em fevereiro de 1822, chegou a Salvador um decreto real determinando a sua substituição. Fora nomeado o brigadeiro luso-europeu Inácio Luís Madeira de Melo. No entanto, a substituição não se dera de forma harmoniosa e, muito menos, sem a incidência de denúncias, oposições e novos enfrentamentos. Quanto ao primeiro elemento em questão, destacamos a afirmação apresentada pelo Deputado baiano Cipriano José Barata de Almeida. Segundo suas palavras, Madeira de Melo possuía ordens secretas encaminhadas pelas Cortes de Lisboa que lhe autorizavam a usurpar “à força d'armas, e sem o formulário da Lei, o comando das tropas [na província da Bahia]”¹¹.

No que se refere aos demais elementos em questão, registramos o quanto as ruas de Salvador se tornaram inseguras e belicosas naqueles dias

¹⁰ Ofícios dirigidos pelo general Inácio Luís Madeira de Melo às Cortes de Lisboa. Bahia: 7 de março de 1822. In: AMARAL, Braz Hermenegildo do. História da Independência da Bahia. Salvador: Editora Progresso, 1957. p. 122-124.

¹¹ ALMEIDA, Cipriano José Barata de. Manifesto à Bahia de todos os Santos (por um Deputado às Cortes Gerais e Constituintes de Portugal): Desengano para brasileiros e europeus residentes no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1823. p. 20-23. Fundação Clemente Mariani, Acervo 905, doc. 1823-09:981.38 BAR-C.8.



de fevereiro. As narrativas existentes em diferentes fontes históricas dão conta acerca do quadro então estabelecido. A oposição explícita à determinação real não se restringiu ao aspecto formal. Ou seja, muitos baianos insatisfeitos não se limitaram a elaborar e/ou apresentar documentos escritos que externassem a sua indignação. Muitos habitantes da Bahia recorreram ao uso das armas. No entanto, pouco pôde ser feito. Naquele momento, o braço armado europeu mostrara-se mais forte, conseguindo obter um resultado satisfatório aos seus anseios.

O desassossego público aterrorizou “os pacíficos cidadãos [bairanos]”, reduzindo-os “ao último estado de receio”¹². A emigração – que já era uma realidade desde o segundo semestre de 1821 – se acentuou. Muitos habitantes abandonaram Salvador, buscando em diferentes espaços um lugar mais seguro. Não existem documentos que apontem com precisão o verdadeiro número de pessoas que deixaram a capital, durante esse período. Aqueles que possuíam propriedades, familiares ou conhecidos no Recôncavo, possivelmente recorreram a esse expediente. Outros, ainda, apesar de não contarem com essas mesmas opções, também resolveram deixar a cidade e, mesmo vagando sem destino certo e pouso garantido, assim o fizeram, tentando assegurar a preservação de suas próprias vidas.

No entanto, apesar das possibilidades apresentadas logo acima, não podemos – e não devemos – promover generalizações. Nem todos os habitantes de Salvador seguiram esses mesmos itinerários. Da mesma forma com que algumas pessoas resolveram abandonar a cidade, acreditando ser possível alcançar a segurança, em outros espaços, outras ainda devem ter considerado as estradas baianas bastante inseguras, naqueles dias de convulsões e, dessa forma, devem ter optado pela permanência em suas residências, aguardando a retomada dos princípios constitucionais.

Os conflitos que tiveram ensejo em Salvador, por conta da substituição do Comandante das Armas, foram encerrados com a posse do brigadeiro Madeira de Melo. No entanto, isso não significou o fim da rivalidade existente entre os membros da nação portuguesa. Os documentos consultados referentes aos meses de fevereiro a abril (1822) indicam que, ao longo desse período, as medidas adotadas pela Junta de Governo e pelo Comandante das Armas não surtiram o efeito esperado. Boatos e

¹² Portaria da Junta Provisória de Governo ao Intendente da Marinha. Bahia: 20 de fevereiro de 1822. In: Diário Constitucional. n. 15. Bahia: 6 de março de 1822. CEDIG, FFCH/UFBA, Rolo 0016.



intrigas continuaram a ocupar posição de destaque, atendendo aos mais distintos interesses.

O clima de instabilidade que afligia os brasileiros na cidade do Salvador também vitimava os lusitanos que se encontravam fora dela. Muitos portugueses da América, que se viram obrigados a abandonar suas propriedades, trabalhos e famílias, só conseguiam vislumbrar o português europeu como um potencial inimigo. Esse quadro se agravou a partir do momento em que os habitantes do Recôncavo decidiram aclamar D. Pedro como regente e perpétuo defensor do Brasil. A partir de então, instalou-se naquele espaço uma intensa perseguição aos luso-europeus. Muitos destes, visando a manutenção de suas próprias vidas, foram obrigados a migrar para Salvador, buscando “asilo e segurança pessoal”¹³.

Com a instalação da guerra civil, a produção, o comércio e a geração de divisas fora consideravelmente abalada. Essa realidade em nada agradou aos proprietários de terras e escravos. Qualquer tipo de situação adversa e inusitada que ameaçasse a estabilidade e o crescimento econômico seria rechaçado pelo grupo dominante. E foi justamente isso que aconteceu. Para muitos integrantes desse grupo, o apoio e o reconhecimento da autoridade do príncipe D. Pedro mostrou-se como uma possível solução para a retomada da dinâmica político-social e comercial da província.

Tentado dinamizar e melhor administrar as forças pró-independência, fora instalado no Recôncavo um Governo Geral para toda a província. Esse novo governo não possuía qualquer tipo de vínculo ou observância às determinações civis e militares oriundas de Salvador ou de Portugal. Inicialmente, o Conselho Superior Interino de Governo passou a integrar um total de 17 vilas¹⁴. Luís Henrique Dias Tavares qualificou esse momento como “um dos grandes instantes da história da independência do Brasil”¹⁵.

Essa observação se deve ao fato de que, em um curto espaço de tempo, importantes transformações político-sociais ocorreram no âmbito do

¹³ Requerimento encaminhado por 33 naturais de Portugal à Junta Provisória de Governo. Bahia: [provavelmente] julho de 1822. In: SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia. Bahia: [edição anotada por Braz do Amaral] Imprensa Oficial do Estado, 1931 p. 376-378.

¹⁴ As Vilas congregadas e/ou sublevadas são: Abrantes, Água Fria, Cachoeira, Cairu, Camamu, Inhambupe, Itapicuru, Jacobina, Jaguaripe, Marajú, Maragogipe, Pedra Branca, Rio de Contas, Santarém, São Francisco do Conde, Santo Amaro e Valença.

¹⁵ TAVARES, Luís Henrique Dias. Independência do Brasil na Bahia. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 122-123



Recôncavo baiano. Ou seja, do dia 25 de junho — momento de instalação de um primeiro governo restrito à vila de Cachoeira — até o dia 21 de agosto — com a instalação de um governo civil e militar para toda a província — temos um período inferior a dois meses. No entanto, mesmo esse curto lapso de tempo não impediu que a articulação política existente no âmbito das vilas sublevadas conseguisse ganhar corpo e viesse a concorrer para uma maior racionalização de medidas no teatro de operações.

Enquanto o Recôncavo se preparava para o confronto, Salvador seguia o mesmo itinerário. O Comandante das Armas resolveu reforçar o seu contingente através de um convite endereçado aos “indivíduos que estão em circunstâncias de poderem [...] prestar grandes serviços à nação”. Esse serviço militar seria prestado voluntariamente, por um prazo máximo de três meses. Findado o mesmo, ou “se antes [...] as circunstâncias permitirem”, seria concedida as “honrosas [demissões]”.¹⁶ Para que fosse do conhecimento de todos, o convite fora publicado ao som do toque de caixas, pelas ruas e praças públicas, além de ter sido afixado um conjunto de cartazes nos locais de maior concentração e circulação da cidade.

Não sabemos ao certo o número de voluntários que atenderam a essa solicitação. No entanto, em virtude de sua experiência militar, o Comandante das Armas bem sabia que o simples acréscimo no seu efetivo não representaria a solução esperada. Muitos civis que haviam ingressado nos corpos militares não possuíam o preparo necessário para um efetivo combate. Por isso mesmo, os integrantes da segunda linha foram convocados para um aperfeiçoamento em movimentos e manobras militares.¹⁷ A partir do segundo semestre de 1822, o número de treinamentos semanais fora acrescido. Todos os dias – com duração entre 2 e 5 horas – os portugueses ocupavam os espaços públicos para a promoção de evoluções militares¹⁸. Isso representou mais um sacrifício para a cidade do Salvador, uma vez que os treinamentos militares afastavam os voluntários mais vezes de suas ocupações ordinárias.

¹⁶ Bando publicado sob determinação do Governador das Armas da Província da Bahia. Bahia: 30 de junho de 1822. In: O Constitucional. n. 37. Bahia: 3 de julho de 1822. CEDIG, FFCH/UFBA, Rolo 0016.

¹⁷ Proclamação de Madeira de Melo aos Camaradas de Segunda Linha. Bahia: 30 de junho de 1822. In: O Constitucional. n. 37. Bahia: 3 de julho de 1822. CEDIG, FFCH/UFBA, Rolo 0016.

¹⁸ Carta dirigida ao Ministro da Marinha pelo Sr. Barão [Albert] Roussin. Bahia: 17 de julho de 1822. In: ALBERT ROUSSIN: Testemunha das lutas pela Independência na Bahia (1822). Trad. Kátia M. de Queirós Mattoso. In: Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador: v. 41, p. 140, 1973.



A província da Bahia seria novamente penalizada. A evasão de brasileiros para o Recôncavo representou não apenas um abalo na dinâmica social de Salvador, mas, também, a fuga de braços laborais tão necessários ao campo econômico-produtivo. A produção econômica, que já se encontrava desfalcada em número de trabalhadores, passaria a contar não apenas com um contingente de profissionais reduzido, mas, também, com um decréscimo em número de horas voltadas às diversas atividades produtivas.

No Recôncavo, a realidade não era tão distinta. Ou seja, da mesma forma com que Madeira de Melo se preparava para os combates em Salvador, no Recôncavo, muitos trabalhadores do campo também eram submetidos ao rigor das armas. Um correspondente do periódico *O Constitucional* mencionou que, na vila de Cachoeira, as rondas noturnas foram reforçadas¹⁹. O reflexo mais direto desse contexto encontra-se na redução diária do número de trabalhadores empregados no cultivo direto da lavoura e, por extensão, na implacável carestia dos víveres, o que, em grande medida, atingia inevitavelmente a cidade do Salvador.

Os produtos consumidos na Cidade da Bahia tinham sua origem no Recôncavo e em outras regiões do Brasil. Ou seja, Salvador não produzia os alimentos necessários a sua subsistência. Apesar da existência de culturas de quintais, no âmbito da capital, que forneciam frutas e hortaliças, a Cidade do Salvador dependia inevitavelmente de outros espaços para que sua população fosse saciada. Qualquer tipo de alteração no abastecimento logo se constituía em um problema de primeira ordem. Por isso mesmo, com a instalação do cerco e a ocupação de importantes áreas produtoras de alimentos, a Junta de Governo passou a questionar se os moradores do Recôncavo pretendiam “esfomear a capital, interceptando [a cada dia] os gados [e outros gêneros] que vem alimentar os seus habitantes”?²⁰

A dificuldade existente quanto ao acesso aos gêneros de primeira necessidade se constituiu em um dos assuntos discutidos pelo periódico *Idade d'Ouro*. Os seus redatores alertaram para a possibilidade de que a fome pudesse se converter em “[um importante instrumento a] favor dos facciosos”. Segundo o *Idade d'Ouro*, as autoridades públicas

¹⁹ Carta de Hum Constitucional Cachoeirense. Bahia: 22 de maio de 1822. In: *O Constitucional*. Bahia: 12 de junho de 1822. CEDIG, FFCH/UFBA, Rolo 0016.

²⁰ Proclamação da Junta Provisória de Governo aos Habitantes do Recôncavo. Bahia: 23 de julho de 1822. In: *O Constitucional*. n. 47. Bahia: 27 de julho de 1822. CEDIG, FFCH/UFBA, Rolo 0016.



deveriam atentar “mui seriamente para este objeto, porque a fome produz comoções perigosas e o povo sempre atribui ao governo a falta de pão”²¹. Não estava distante da percepção dos redatores a seguinte questão: não bastava apenas que os militares portugueses tivessem o seu sustento garantido; era necessário ainda que os demais habitantes fossem saciados. Na verdade, existia um duplo temor: a incidência de um possível levante nos limites internos da capital; ou o aprofundamento da aliança existente entre os habitantes de Salvador e Recôncavo.

A guerra civil na Bahia promoveu a desarticulação da produção, a qual, por sua vez, implicou na consequente desestruturação do comércio. A redução na produção contribuiu para a diminuição das diversas transações comerciais e, em uma espécie de efeito cascata, o dinheiro resultante dessas atividades também começou a escassear. Aliado a isso, Salvador passou a apresentar uma significativa fuga de capitais. Segundo relato registrado no *Idade d'Ouro*, “os capitalistas tem mandado muito dinheiro para Lisboa e, à proporção que forem saindo navios [de Salvador], irão [também] muitos emigrados, cuja falta é sensível e cujos bens faltam no giro da terra”. A evasão de capitais fora caracterizada como uma prática natural, uma vez que “quem tem [o] que perder busca país de segurança”; tanto para si, como para os seus bens.²² Essa fuga de “uma terra revolucionada” prejudicou diretamente a produção, o comércio e a geração de divisas e, indiretamente, os diversos trabalhadores da província, os quais, por sua vez, dependiam em grande medida das atividades comerciais até então praticadas pelos lusitanos.

Os efeitos da desarticulação produtiva e comercial atingiram não apenas os habitantes de Salvador. As instituições de representatividade política também alardeavam a escassez de recursos. Tornara-se notório o deplorável estado de decadência em que se achava reduzido o Tesouro da capital. Estavam exauridas várias fontes geradoras de tributos, a exemplo dos “rendimentos da alfândega de importação e exportação, décima, contratos e dízimos, [...] os negócios do comércio, compras e vendas dos bens de raiz, e todas as [demais] transações particulares que produzem rendimentos”²³. Até mesmo as celebrações públicas, que

²¹ Idade d'Ouro do Brazil. n. 94. Bahia: 19 de novembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/90>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

²² Idade d'Ouro do Brazil. n. 94. Bahia: 19 de novembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/90>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

²³ Idade d'Ouro do Brazil. n. 103. Bahia: 24 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.



outrora eram realizadas com toda a pompa, tiveram que se adaptar à realidade de uma cidade em guerra e sem capitais. O juramento da Constituição portuguesa — realizado em Salvador no dia 29 de dezembro de 1822 — fora uma cerimônia pouco faustosa. O Palácio do Governo apareceu “despido de dia e cego de noite”, ou seja, não houve sequer “uma só colcha [de dia], nem [mesmo] uma só luminária [à noite]”²⁴.

As dificuldades econômico-financeiras e comerciais existentes na Bahia concorreram para enfraquecer os desígnios propostos pelo governo português. A posição de mando, exercida pelo Brigadeiro Madeira de Melo, chocava-se com a oposição praticada pelos brasileiros articulados militarmente no Recôncavo, bem como com a ação velada exercida por muitos destes que permaneciam nas diferentes freguesias de Salvador. A existência de uma aliança entre diferentes espaços e agentes históricos mostrou-se positiva à causa brasileira.

Nesse contexto, podemos ressaltar o papel exercido pelos inimigos internos. Suas ações contribuíram para a expulsão dos lusitanos. A instalação de trincheiras ao redor da capital e a proibição de que os seus habitantes viessem a abandoná-la não impediu a comunicação entre Salvador e Recôncavo. Não é por acaso que os redatores da gazeta *Idade d'Ouro do Brazil* denunciavam reiteradamente que “os facciosos de dentro [da cidade] saem quando querem”, levando consigo importantes informações. Alguns habitantes da capital desapareciam da cidade e, passados alguns dias, retornavam “mui desvelados”. A percepção dessa conduta fez com que os redatores de *Idade d'Ouro* afirmassem que o rei D. João VI não estava disposto a “reinar sobre cadáveres”, mas, também, não pretendia “reinar sobre facciosos”²⁵.

A presença e o controle militar exercido pelos portugueses limitava — mas não impedia — as ações praticadas pelos inimigos internos. Essa situação muito incomodava os luso-europeus, tanto assim que, com efeito, costumavam afirmar que em Salvador “as paredes têm ouvidos”²⁶. Os inimigos internos utilizaram diferentes meios para a transmissão de informações, dentre as quais destacamos o chamado *Jogo de*

²⁴Carta de Hum Seu Leitor. Bahia: dezembro de 1822. In: *Idade d'Ouro do Brazil*. n. 105. Bahia: 31 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

²⁵ *Idade d'Ouro do Brazil*. n. 78. Bahia: 27 de setembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/143>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

²⁶ *Idade d'Ouro do Brazil*. n. 87. Bahia: 29 de outubro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/42>>. Acesso em: 6 jul. 2013.



Luzes. Através de sinais combinados de luzes, esses agentes históricos repassavam informações de caráter relevante. A Ilha de Itaparica era o ponto de recepção desses códigos luminosos. A partir dessa localidade, as informações transmitidas de Salvador eram encaminhadas aos comandantes das forças de libertação e ao Conselho Interino de Cachoeira. Com isso, tornava-se possível não apenas o conhecimento das movimentações portuguesas na capital, mas, também, uma melhor disposição das forças brasileiras no teatro de operações.

O lançamento de tiros e foguetes ao ar apresentou-se como outra forma de alertar as tropas brasileiras. Essa prática muito incomodou as autoridades públicas de Salvador. Diante do clima de tensão que vivia a capital, qualquer mínimo incidente ou situação inesperada era o estopim para o recomeço do estado de pânico. O fato desses lançamentos ocorrerem nas horas mais remotas da noite contribuiu para a promoção do desassossego público. Madeira de Melo solicitou da Junta de Governo “aquelas providências que julgarem capazes de evitar a repetição de tão pernicioso abuso”²⁷, no entanto, em virtude da “falta de soldados que [se] possa empregar nesta diligência”²⁸, a manutenção de tal prática continuou seguindo o seu curso.

Os inimigos internos também utilizaram a disseminação de cartas como meio de conseguir os seus objetivos. Uma dessas cartas foi encontrada – em 8 de dezembro de 1822 – pelo capitão João Carneiro Pereira Rangel, integrante do 1º Batalhão da Legião Constitucional Lusitana, no corredor defronte à porta de sua residência. Vejamos, então, parte do conteúdo presente nessa missiva:

[...] passo a rogar a V.S.^a, que despindo-se de ideias fúteis, deixe de ser cúmplice nos crimes desse malvado Madeira, cuja sorte, que lhe espera é digna de lamentação, e venha prostrar-se às bandeiras do Imperador, Príncipe de nascimento, também português, como V.S.^a em nome e serviço do qual será V.S.^a Tenente Coronel, posto que já lhe confiro, vindo V.S.^a com a sua companhia, cujos soldados receberão os 30 réis que prometi a cada um na minha proclamação, e a V.S.^a darei para os seus gas-

²⁷ Ofício do general Madeira de Melo aos integrantes da Junta Provisória de Governo. Bahia: Quartel General, 4 de dezembro de 1822. In: Idade d'Ouro do Brasil. n. 98. Bahia: 6 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

²⁸ Ofício da Junta Provisória de Governo ao Comandante das Armas da Província. Bahia: Palácio do Governo, 4 de dezembro de 1822. In: Idade d'Ouro do Brasil. n. 100. Bahia: 13 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.



tos miúdos a quantia de dois contos de réis. Não hesite V.S. aceitar estas vantagens, a par do prazer, que lhe restará de ter obraído uma ação digna do homem de bem, deixando de concorrer para derramação do sangue de homens, que os intitulam criminosos, porque defendem os seus direitos ultrajados.

Nós possuímos opulenta caixa militar, quantidade imensa de mantimentos frescos e de todo o gênero; essa cidade [do Salvador] pelo contrário, que não tardará a ficar exausta do numerário, já sofre a fome; que contraste! Nós abastecidos e com mil recursos, que jamais exaurirão, e vós já quase tocando a meta da desesperação! Querendo V.S.^a, como deve, transportar a sua família, achará nas minhas avançadas todas as comodidades para conduzi-la a lugar seguro. Deus guarde a pessoad e V. S. ^a, como é mister, e mesmo para modelo dos seus compatriotas e companheiros d'armas para seguirem-no e mostrarem-se amigos da Santa Causa do Império Brasileiro, gozando, como nós, as suas altas delícias.²⁹

O capitão Rangel não aceitou a proposta. A sua negativa baseava-se na alegação de que o seu “caráter português” o impedia de se constituir como um traidor da nação portuguesa³⁰. Madeira de Melo relatou o fato ao rei D. João VI, alegando tratar-se de mais um dos meios vis empregados por Labatut para tentar seduzir as tropas luso-europeias³¹. De toda sorte, o fato dessa carta ter sido encaminhada a um oficial graduado português nos permite perceber não apenas uma das inúmeras estratégias adotadas pelos brasileiros, no intuito de enfraquecer as forças lusitanas, como também nos possibilita vislumbrar a existência de uma efetiva rede de comunicação existente entre Salvador e Recôncavo.

Para que a mencionada carta fosse depositada na porta do capitão Rangel, fora necessário uma ação direta promovida pelos inimigos internos. Outras situações também podem ser aferidas a partir da análise dessa missiva. Por exemplo, é possível perceber o quanto a disponibilidade de alimentos tornou-se algo cada vez mais escasso em Salvador. É

²⁹ Carta do General Labatut ao capitão da Legião Constitucional Lusitana João Carneiro Pereira Rangel. Bahia: Quartel General no Engenho Novo, 30 de novembro de 1822. In: Idade d'Ouro do Brasil. n. 101. Bahia: 17 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

³⁰ Resposta do capitão João Carneiro Pereira Rangel à carta enviada por Pedro Labatut. In: Idade d'Ouro do Brasil. n. 101. Bahia: 17 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

³¹ Carta do Governador das Armas ao Rei D. João VI, relatando os confrontos ocorridos na Bahia contra as tropas do general Labatut. Bahia: 14 de dezembro de 1822. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate (AHU-PR). Documentos Avulsos da Capitania da Bahia. Caixa 275. Doc. 19169.



certo que alguns exageros estão presentes na narrativa, no entanto, as condições precárias então aludidas nos permitem entender, por extensão, parte das dificuldades vivenciadas a cada dia pelos habitantes da Bahia.

O curso da guerra civil transformou em campos de batalha os diferentes espaços da província. Além disso, como mencionamos anteriormente, os boatos que circulavam em Salvador serviam de objeto aos mais distintos interesses. O medo existente entre a população baiana tornou-se algo que fugia ao simples campo da especulação. A tentativa de deposição da Junta de Governo e a substituição compulsória do Comandante das Armas — fatos ocorridos em novembro de 1821 e fevereiro de 1822, respectivamente — serviram de exemplos aos habitantes da Bahia, ilustrando com cores bem vivas que situações aterradoras poderiam de fato se efetivar. Mesmo com a permanência de um policiamento ostensivo nos limites da capital, isso não afugentou o estado de pânico existente entre os seus habitantes. A incidência de enfrentamentos diários envolvendo brasileiros e portugueses só fortalecia esse sentimento.

Desde fevereiro de 1822, Salvador vivenciava uma série de dificuldades. Dentre os diversos problemas existentes, chamamos a atenção para a situação do abastecimento público. Talvez o acesso e o valor atribuído aos gêneros alimentícios tenha sido o elemento que mais incomodou a sociedade soteropolitana, ao longo dos conflitos. Inclusive, nos arriscamos a dizer que, provavelmente, esse tenha sido o quesito mais popular ao longo dos embates. Os efeitos mais diretos — e indiretos — dessa realidade conseguiram afligir a sociedade como um todo, provocando inúmeros transtornos de alto a baixo. Com a instalação do cerco à cidade e a ocupação e controle de importantes áreas produtoras de alimentos no Recôncavo da província, tornou-se uma incógnita diária quando seria a próxima vez que uma embarcação via Atlântico conseguiria atracar no porto de Salvador, trazendo consigo os alimentos tão desejados.

Após a Batalha de Pirajá, o custo de vida em Salvador subiu assombrosamente³². Isso se deve ao fato de que o cerco então praticado fora consideravelmente apertado. O ingresso de gêneros alimentícios tornou-se algo cada vez mais difícil. Segundo o periódico *O Espelho*, em novembro de 1822, os preços dos alimentos tornaram-se impraticáveis. A arroba

³² Para maiores detalhes acerca dos efeitos da Batalha de Pirajá, Cf. MORTON, F. W. O. *The conservative Revolution of Independence: Economy, Society and Politics in Bahia, 1790-1840*. 1974. 418 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Oxford University, Oxford, 1974. p. 259-285; ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. *A Batalha de Pirajá (8 de novembro de 1822)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.



da carne passou a custar \$360 réis. Uma galinha 2\$400 réis. Um ovo \$050 réis.³³ A carestia nos víveres manteve-se acentuada nos meses que se seguiram. Em fevereiro de 1823, por exemplo, o preço da arroba da carne alcançou 1\$000 réis. Uma galinha 3\$600 réis. Um ovo \$160 réis.³⁴

As autoridades públicas não poderiam ficar de braços cruzados diante dessa difícil realidade. Além do que, não se tratava apenas de responder ao clamor da sociedade. A permanência do aparato lusitano e a manutenção dos princípios liberais e constitucionais propostos pela Revolução do Porto dependiam necessariamente do ingresso dos gêneros alimentícios em Salvador. Neste sentido, as autoridades militares articularam uma investida contra a Ilha de Itaparica.

Entre os dias 7 e 9 de janeiro de 1823, a Ilha de Itaparica tornou-se alvo das investidas lusitanas.³⁵ Os portugueses acreditaram ser possível tomar de assalto aquela localidade. Esses três dias de janeiro foram marcados por encarniçados confrontos. Em terra, as forças brasileiras repeliram as tentativas de desembarque. No mar, as embarcações brasileiras conseguiram promover uma série de avarias. Vencidos em combate e frustrados em seus intentos, os militares luso-europeus retornaram abatidos para o porto de Salvador. Trouxeram consigo os espólios dos confrontos: diversos “feridos”, “moribundos” e “cadáveres”.³⁶

Madeira de Melo informou o desastroso insucesso ao rei D. João VI. Em carta, o militar português relatou que a “tentativa sobre a Ilha de Itaparica [...] não produziu [o] efeito [esperado]”.³⁷ No entanto, o general lusitano esqueceu-se de mencionar — ou não pretendia mencionar — que a derrota obtida conseguiu capitalizar dividendos negativos em torno de sua pessoa. A credibilidade e a confiança que possuía junto aos seus compatriotas foram consideravelmente abaladas. E não era para

³³ O Espelho. n. 107. 26 de novembro de 1822, apud TAVARES, Luís Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 177.

³⁴ O Espelho. n. 127. 4 de fevereiro de 1823, apud TAVARES, Luís Henrique Dias, 2005, p. 177

³⁵ Correspondência encaminhada ao Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva noticiando o resultado do ataque feito pelos bárbaros inimigos portugueses à Ilha de Itaparica. Bahia: Sala das Sessões na Vila de Cachoeira, 13 de janeiro de 1823. In: *A Junta Governativa da Bahia e a Independência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. p. 18-19; Cf. *A campanha da independência na Bahia*. In: *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia*. Salvador: vol. 3, 1918, p. 113.

³⁶ NÓBREGA, Bernardino Ferreira. *Memórias Históricas sobre as vitórias alcançadas pelos itaparicanos no decurso da campanha da Bahia quando o Brasil proclamou sua Independência*. Bahia: Tipografia Social, 1923. p. 140-141.

³⁷ Carta do Governador das Armas ao Rei D. João VI, sobre as dificuldades com a estagnação do comércio, a falta de gêneros e acerca da expansão do movimento de insurreição. Bahia: 13 de fevereiro de 1823. AHU-PR. Documentos Avulsos da Capitania da Bahia. Caixa 276. Doc. 19209.



menos. Para uma missão que se pretendia rápida e eficiente, o resultado dos embates acabou frustrando inúmeras expectativas.³⁸

O Exército Libertador aproximava-se cada vez mais de Salvador. O cerco promovido à capital fechava-se, a cada dia. Os confrontos ocorriam com maior frequência e em uma distância cada vez menor. Essa situação se mostrou extenuante para os integrantes de ambos os partidos. Impelidos pela necessidade de superar os efeitos da guerra civil, os dois partidos desejavam uma batalha ou um acordo que conseguisse estabelecer um ponto final no conflito.

Em 28 de janeiro, o general Labatut tomou a iniciativa. Através de um ofício encaminhado ao general Madeira de Melo, o comandante do Exército Libertador acreditava ainda ser possível conseguir persuadi-lo. A princípio, tentou demonstrar o quanto se tornara impraticável a permanência dos lusitanos à frente do controle da capital. Para tanto, procurou deixar claro que se encontrava bem informado acerca das reais circunstâncias existentes em Salvador. Segundo suas palavras, por “boas notícias” tinha ciência do “imenso [número de] enfermos que enchem os vossos hospitais”, da “falta de víveres” e da constante “diminuição dos vossos soldados nos continuados ataques”. Labatut concedeu um prazo de três dias para que ao comandante português pudesse deliberar em conjunto com os seus pares e viesse a manifestar o seu posicionamento. Diante do ultimato, restou a Madeira de Melo dois possíveis caminhos: ou “embarcar [com sua tropa de volta para Portugal] ou morrer nas pontas das baionetas brasileiras”.³⁹

Apesar de Madeira de Melo não ter respondido às propostas apresentadas por Labatut e, em ato contínuo, ter reforçado as defesas que circundavam os limites da cidade, a sua difícil condição o impelia a evacuar Salvador. Em carta endereçada ao rei D. João VI, o Comandante das Armas relatou que a capital da província “[chegou] a um [elevado] estado de fermentação [...]”. Os habitantes da Bahia falavam “abertamente nos lugares públicos contra as autoridades e tratavam da sua deposição”. Mesmo com a instalação de uma Comissão Militar Permanente — destinada a julgar “segundo as leis militares” todos aqueles que “atenta-

³⁸ Segundo o coronel Inácio Accioli, o resultado dessa campanha abalou “consideravelmente o partido dominante na capital”. SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e., 1931, v. 3, p. 417.

³⁹ Ofício do General Labatut ao General Madeira de Melo. Bahia: Quartel General no Engenho Novo, 28 de janeiro de 1823. In: SILVA, 1931, v. 3, p. 421-422.

⁴⁰ Carta escrita pelo general Madeira de Melo ao rei D. João VI relatando a situação existente na Província da Bahia. Bahia: Quartel-General, 31 de maio de 1823. In: AMARAL, 1957, p. 415-422.



rem contra o sossego público e ordem estabelecida” —, continuava a circular pelas freguesias da capital “uma imensidade de papéis incendiários, listas de novas autoridades [a serem empossadas] e listas de proscições”.⁴⁰

Diante de tal quadro, pouca coisa pôde ser feita. Assim, pelo menos desde maio de 1823, Madeira de Melo já havia decidido abandonar a cidade. O militar português bem sabia que, mais cedo ou mais tarde, o Exército Libertador adentraria os limites da capital. Em 23 de maio, o Comandante das Armas endereçou uma importante proclamação aos habitantes da Bahia. A princípio, a sua intenção era evitar uma situação de pânico quando porventura viesse a abandonar repentinamente a Capital. Vejamos então o conteúdo desse documento:

Habitantes da Bahia! A crise em que nos achamos é perigosa, porque faltam os meios de subsistir, e não pode haver certeza alguma sobre a entrada de mantimentos. O meu dever, como militar e como governador, é fazer todos os sacrifícios para conservar esta Cidade; mas é igualmente do meu dever tudo prevenir para, em extremo caso de apuro, não ver sacrificada a tropa que comando, a esquadra e vós mesmos. Eu emprego, pois, todos os meios para preencher estes dois deveres. Não vos persuadais que medidas de prevenção sejam sempre seguidas de desares. Já uma vez tomei essas medidas; elas vos assustaram, mas vós conhecestes depois que nada tinham de extraordinárias. Ainda no meio de formidáveis exércitos se tomam diariamente tais providências, porque nem sempre se triunfa, e é preciso preparar-se para os infortúnios. Vós podeis, portanto, estar certos de que as medidas que tomo não são por ora senão de prevenção, mas que cumpre comunicar-vos; pois se chegássemos a ter de abandonar esta Cidade, muitos de vós a deixariam também, e eu seria muito responsável à nação e a el-rei se vos não prevenisse com antecipação.⁴¹

Essa proclamação não surtiu o efeito desejado. Os documentos consultados nos indicam que os resultados obtidos foram totalmente adversos. A população de Salvador ficou estarecida com a notícia. Os lusita-

⁴⁰ Carta escrita pelo general Madeira de Melo ao rei D. João VI relatando a situação existente na Província da Bahia. Bahia: Quartel-General, 31 de maio de 1823. In: AMARAL, 1957, p. 415-422.

⁴¹ Proclamação do general Madeira de Melo aos Habitantes da Bahia. Bahia: Quartel-General, 28 de maio de 1823. In: SILVA, 1931, v. 3, p. 452-453.



nos, em especial, começaram a calcular “os males que os ameaçavam”. Muitos portugueses passaram a considerar a necessidade iminente de embarcarem juntamente com as tropas. Os luso-europeus não desejavam ficar “expostos à vingança de seus inimigos”. Muito embora “alguns brasileiros” e “as gazetas da Cachoeira” anunciassem que os “dissidentes não pretendiam ofender os europeus que ficassem na Bahia”, foram poucos os que “se fiavam [...] nesta linguagem”.⁴²

Com a divulgação da mencionada proclamação, muitas pessoas ficaram desorientadas, sem saber como proceder. Silva Maia registrou em detalhes o estado de temor e confusão que se instalou em Salvador. Segundo suas palavras, “bandos [de] gente de todas as classes” se dirigiram à sua casa para que lhes informasse acerca do “estado das coisas”. Como Silva Maia exercia a função de procurador da Câmara, as pessoas acreditavam que ele detivesse informações mais detalhadas. O redator do *Semanário Cívico* limitou-se a “consolá-los e a desfazer-lhes os pânicos terrores”. Acreditando ser parte do seu dever, Silva Maia solicitou aos moradores de Salvador que não se “assustassem [com] medidas de precaução” e que não se “intromettessem com operações militares”. Para ele, bastava apenas que confiassem no Comandante das Armas.⁴³ Contudo, diante do quadro existente, apenas confiar no general português seria algo bastante difícil, ainda mais se considerarmos que o cerco estabelecido se fechava a cada momento e que o estado de aperto e necessidade crescia mais e mais.

A notícia do abandono da cidade havia se espalhado de parte a parte. O estado de terror semeado entre os moradores da capital contribuiu para o crescimento da emigração em direção ao Recôncavo. Logo constaram, junto ao Exército Pacificador, as notícias sobre as medidas preventivas adotadas pelo general Madeira de Melo. As cartas, os sinais combinados de luzes e os emigrados da cidade informavam em detalhes as movimentações dos portugueses. Certamente, essas informações se constituíram em instrumentos de suma importância para o desfecho final da guerra na Bahia.

Com o cerco fechando-se, os portugueses perceberam que a guerra já estava perdida. Em 20 de junho, Madeira de Melo reuniu mais uma vez um Conselho de Guerra. As principais autoridades militares pretendiam

⁴² *Semanário Cívico*, n. 117. Bahia: 5 de junho de 1823. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Semanário Cívico: Bahia, 1821-1823*. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 178-179.

⁴³ *Idem*.



deliberar acerca dos procedimentos mais convenientes a serem adotados. Joel Rufino afirma que, em meados de 1823, “Salvador [já] não tinha mais o que comer”. O “povo [...] [caía] de fome pelas ladeiras”.⁴⁴ Os integrantes do Conselho apontaram a extrema carência de alimentos como uma das principais dificuldades para a manutenção das operações militares. Após as ponderações de praxe, chegou-se à constatação de que a cidade do Salvador se encontrava reduzida à “última extremidade”. Por conta dessa realidade, os integrantes do Conselho decidiram evacuá-la.⁴⁵

O comandante português receava ser acometido pelo Exército Pacificador, na ocasião do seu embarque ou, após a realização do mesmo, que a força naval brasileira investisse contra a sua comitiva. A princípio, tentou negociar com o coronel Lima e Silva. A sua pretensão era obter a garantia de que o seu séquito não seria incomodado. Contudo, recebeu como resposta a seguinte declaração:

Responde o comandante do Exército Pacificador que tem todas as notícias da cidade marcadas até por horas, de todos os passos da tropa inimiga, e que, logo que saiba que esta principia a embarcar, pretende atacá-la, e, neste momento romperá o fogo no mar; que se o general inimigo deseja retirar-se tranquilamente, proponha uma capitulação que será concertada entre os comandantes de terra e mar de uma e outra parte contratantes.⁴⁶

A sugestão apresentada por Lima e Silva dificilmente seria aplicada. Madeira de Melo possuía orientações do rei D. João VI que impediam a sua rendição. Segundo palavras do general português ao comandante da esquadra lusitana, “Sua Majestade [...] me recomenda que em última extremidade, quando tenha de embarcar, tudo destrua de fortificações, munições e petrechos de guerra”. Complementa ainda que, essas recomendações “[deixam] ver claramente que não é da intenção de Sua Majestade que nós capitulemos, quando não pudermos aqui sustentarnos”.⁴⁷ De toda sorte, por mais que o coronel Lima e Silva desejasse uma

⁴⁴ SANTOS, Joel Rufino dos. O dia em que o povo ganhou. São Paulo: Editora Círculo do Livro, 1979. p. 175-176.

⁴⁵ Ofício do Comandante das Armas a Junta Provisória de Governo. Bahia: Quartel-General, 21 de junho de 1823. In: AMARAL, 1957, p. 436-437.

⁴⁶ Resposta do coronel Lima e Silva à petição encaminhada por Madeira de Melo. Bahia: 30 de junho de 1823. In: SILVA, 1931, v. 3, p. 52-53.

⁴⁷ Ofício do general Madeira de Melo ao chefe de divisão João Félix Pereira de Campos. Bahia: Quartel-General, 17 de maio de 1823. In: SILVA, 1931, v. 3, p. 544-545.



vitória que viesse a realçar o seu brio militar, não estava nos planos do general Madeira de Melo a adoção de uma atitude dessa natureza. Ou seja, dificilmente o Comandante das Armas descumpriria uma determinação real, de forma a macular a sua reputação militar.

No dia 2 de julho, por volta das 4 horas da manhã, o forte de Santo Alberto efetuou um disparo de canhão. Era o sinal estabelecido para que as tropas e as famílias portuguesas procedessem ao embarque. Um total de 4.520 pessoas deixaram Salvador *in silentio noctis*.⁴⁸ Nessa operação, foram utilizadas 83 embarcações. Segundo Joel Rufino, essa foi a melhor operação militar realizada por Madeira de Melo, ao longo de toda a guerra civil.⁴⁹ Nenhum dos integrantes da comitiva foi esquecido, ferido ou aprisionado pelas forças brasileiras.

O balanço que fazemos, ao concluir este estudo, aponta para o conjunto de situações adversas que desarticularam o cotidiano da província da Bahia. Os percalços registrados e analisados, ao longo deste trabalho, permitem perceber o quanto a escassez, a necessidade e o atrito entre as partes contribuíram para o aprofundamento do processo de aprendizado político experimentado pela população baiana, ao longo dos anos de 1821 a 1823. Nesse contexto, podemos dizer que a aliança de interesses entre diferentes espaços e agentes históricos se mostrou bastante eficaz, tornando o 2 de julho baiano um momento de grande alegria e festividade, tanto para a Bahia como para o Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cipriano José Barata de. Manifesto à Bahia de todos os santos (por um Deputado às Cortes Gerais e Constituintes de Portugal): Desengano para brasileiros e europeus residentes no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1823. p. 20-23. Fundação Clemente Mariani, Acervo 905, doc. 1823-09:981.38 BAR-C.8.

ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. *A Batalha de Pirajá (8 de novembro de 1822)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Independência da Bahia*. Salvador: Progresso, 1957.

⁴⁸TAVARES, 2005, p. 218.

⁴⁹SANTOS, 1979, p. 175.

ANDERSON, Benedict. *Antigos Impérios, Novas Nações*. In: _____. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989. p. 57-76.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *A Guerra da Bahia*. Salvador: CEAO, 2001.

Bando publicado sob determinação do Governador das Armas da Província da Bahia. Bahia: 30 de junho de 1822. In: *O Constitucional*. n. 37. Bahia: 3 de julho de 1822. Núcleo de Digitalização de Documentos (CEDIG), FFCH/UFBA, Rolo 0016.

Carta de Hum Constitucional Cachoeirense. Bahia: 22 de maio de 1822. In: *O Constitucional*. Bahia: 12 de junho de 1822. CEDIG, FFCH/UFBA, Rolo 0016.

Carta de Hum Seu Leitor. Bahia: dezembro de 1822. In: *Idade d'Ouro do Brazil*. n. 105. Bahia: 31 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

Carta dirigida ao Ministro da Marinha pelo Sr. Barão [Albert] Roussin. Bahia: 17 de julho de 1822. In: *ALBERT ROUSSIN: Testemunha das lutas pela Independência na Bahia (1822)*. Tradução de Kátia M. de Queirós Mattoso. In: *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia*. Salvador: v. 41, 1973.

Carta do General Labatut ao capitão da Legião Constitucional Lusitana João Carneiro Pereira Rangel. Bahia: Quartel General no Engenho Novo, 30 de novembro de 1822. In: *Idade d'Ouro do Brazil*. n. 101. Bahia: 17 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

Carta do Governador das Armas ao Rei D. João VI, relatando os confrontos ocorridos na Bahia contra as tropas do general Labatut. Bahia: 14 de dezembro de 1822. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate (AHU-PR). Documentos Avulsos da Capitania da Bahia. Caixa 275. Doc. 19169.

Carta do Governador das Armas ao Rei D. João VI, sobre as dificuldades com a estagnação do comércio, a falta de gêneros e acerca da expansão do movimento de insurreição. Bahia: 13 de fevereiro de 1823. AHU-PR. Documentos Avulsos da Capitania da Bahia. Caixa 276. Doc. 19209.

Carta escrita pelo general Madeira de Melo ao rei D. João VI relatando a situação existente na Província da Bahia. Bahia: Quartel-General, 31 de maio de 1823. In: AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Independência da Bahia*. Salvador: Progresso, 1957. p. 9-21.

Carta nº 1. Rio de Janeiro: [s.d.]. In FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Ideias Políticas: Cartas sobre a Revolução do Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1976.

Cartas de Felisberto Caldeira Brant Pontes, marquês de Barbacena. *Economia açucareira da Bahia em 1820*. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Publicação destinada ao III Congresso de História da Bahia, junho de 1973, apud SOUSA, M. A. S. de. *Bahia: de capitania a província, 1808-1823*. 2008. 304 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Correspondência encaminhada ao Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva noticiando o resultado do ataque feito pelos bárbaros inimigos portugueses à Ilha de Itaparica. Bahia: Sala das Sessões na Vila de Cachoeira, 13 de janeiro de 1823. In: *A Junta Governativa da Bahia e a Independência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973, p. 18-19; Cf. A campanha da independência na Bahia. In: *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia*. Salvador: vol.3, 1918.

Diário Constitucional. n. 21. Bahia: 13 de março de 1821. CEDIG, FFCH/UFBA, Rolo 0016.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da Metrópole*. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972. p. 160-184.

Idade d'Ouro do Brasil. n. 14. Bahia: 15 de fevereiro de 1821. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/44>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

Idade d'Ouro do Brasil. n. 78. Bahia: 27 de setembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/143>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

Idade d'Ouro do Brasil. n. 87. Bahia: 29 de outubro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/42>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

Idade d'Ouro do Brasil. n. 94. Bahia: 19 de novembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/90>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

Idade d'Ouro do Brasil. n. 103. Bahia: 24 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

MORTON, F. W. O. *The conservative Revolution of Independence: Economy, Society and Politics in Bahia, 1790-1840*. 1974. 418 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Oxford University, Oxford, 1974.

NÓBREGA, Bernardino Ferreira. *Memórias Históricas sobre as vitórias alcançadas pelos itaparicanos no decurso da campanha da Bahia quando o Brasil proclamou sua Independência*. Bahia: Tipografia Social, 1923.

O Espelho. n. 107. 26 de novembro de 1822, apud TAVARES, Luís Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005.

O Espelho. n. 127. 4 de fevereiro de 1823, apud TAVARES, Luís Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005.

Ofício da Junta Provisória de Governo ao Comandante das Armas da Província. Bahia: Palácio do Governo, 4 de dezembro de 1822. In: *Idade d'Ouro do Brasil*. n. 100. Bahia: 13 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

Ofício do Comandante das Armas a Junta Provisória de Governo. Bahia: Quartel-General, 21 de junho de 1823. In: AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Independência da Bahia*. Salvador: Progresso, 1957.

Ofício do General Labatut ao General Madeira de Melo. Bahia: Quartel General no Engenho Novo, 28 de janeiro de 1823. In: SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. Bahia: [edição anotada por Braz do Amaral] Imprensa Oficial do Estado, 1931. (v. 3).

Ofício do general Madeira de Melo ao chefe de divisão João Félix Pereira de Campos. Bahia: Quartel-General, 17 de maio de 1823. In: SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. Bahia: [edição anotada por Braz do Amaral] Imprensa Oficial do Estado, 1931. (v. 3).

Ofício do general Madeira de Melo aos integrantes da Junta Provisória de Governo. Bahia: Quartel General, 4 de dezembro de 1822. In: *Idade d'Ouro do Brasil*. n. 98. Bahia: 6 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

Ofício encaminhado ao Príncipe D. Pedro. Palácio do Governo da Bahia. 3 de fevereiro de 1822. In: *A Junta Governativa da Bahia e a Independência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

Ofícios dirigidos pelo general Inácio Luís Madeira de Melo às Cortes de Lisboa. Bahia: 7 de março de 1822. In: AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Independência da Bahia*. Salvador: Progresso, 1957.

Portaria da Junta Provisória de Governo ao Intendente da Marinha. Bahia: 20 de fevereiro de 1822. In: *Diário Constitucional*. n. 15. Bahia: 6 de março de 1822. CEDIG, FFCH/UFBA, Rolo 0016.

Proclamação da Junta Provisória de Governo aos Habitantes do Recôncavo. Bahia: 23 de julho de 1822. In: *O Constitucional*. n. 47. Bahia: 27 de julho de 1822. CEDIG, FFCH/UFBA, Rolo 0016.

Proclamação de Madeira de Melo aos Camaradas de Segunda Linha. Bahia: 30 de junho de 1822. In: *O Constitucional*. n. 37. Bahia: 3 de julho de 1822. CEDIG, FFCH/UFBA, Rolo 0016.

Proclamação do general Madeira de Melo aos Habitantes da Bahia. Bahia: Quartel-General, 28 de maio de 1823. In: SILVA, op. cit., 1931. (v. 3).

Requerimento encaminhado por 33 naturais de Portugal à Junta Provisória de Governo. Bahia: [provavelmente] julho de 1822. In: SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. Bahia: [edição anotada por Braz do Amaral] Imprensa Oficial do Estado, 1931. (v. 3).

Resposta do capitão João Carneiro Pereira Rangel à carta enviada por Pedro Labatut. In *Idade d'Ouro do Brasil*. n. 101. Bahia: 17 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

Resposta do coronel Lima e Silva à petição encaminhada por Madeira de Melo. Bahia: 30 de junho de 1823. In: SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. Bahia: [edição anotada por Braz do Amaral] Imprensa Oficial do Estado, v. 3, 1931.

SANTOS, Joel Rufino dos. *O dia em que o povo ganhou*. São Paulo: Editora Círculo do Livro, 1979.

Semanário Cívico. n. 117. Bahia: 5 de junho de 1823. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Semanário Cívico: Bahia, 1821-1823*. Salvador: EDUFBA, 2008.

SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. Bahia: [edição anotada por Braz do Amaral] Imprensa Oficial do Estado, 1931. (v. 3).

SILVA, Marcelo Renato Siquara. *Independência ou morte em Salvador: O cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823)*. 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <<http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/577/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Mestrado.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Semanário Cívico: Bahia, 1821-1823*. Salvador: EDUFBA, 2008.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005.

Termo de Vereação. Bahia: 2 de fevereiro de 1822. In: *Documentos da Municipalidade de Salvador relacionados com a Independência do Brasil: 1821-1823*. Salvador: Departamento de Cultura da SMEC, 1972.

RESUMO

Este artigo pretende discutir as diferentes dimensões do processo de independência brasileiro na província da Bahia (1821-1823). Para tanto, ao longo desse estudo, foram consideradas as diferentes perspectivas de práticas e ações — tanto ostensivas como veladas — postas em movimento, por civis e militares brasileiros, em diferentes espaços geográficos. Ou seja, considerando a aliança de interesses estabelecida entre Salvador e Recôncavo, em especial, no que se refere à luta em favor da extinção do domínio político exercido pelos luso-europeus, analisamos em que medida e proporção a atuação de diferentes agentes históricos se mostrou favorável à causa brasileira.

Palavras-chave: Independência do Brasil. Província da Bahia. Aliança de interesses entre Salvador e Recôncavo (1821-1823).

ABSTRACT

This article intends to discuss the different dimensions of the process independence in the Brazilian province of Bahia (1821-1823). For this, throughout this study were considered the different perspectives of practices and actions — both overt and covert — set in motion by the Brazilian military and civilian in different geographical areas. In other words, considering the alliance of interests established between Salvador and Reconcavo, in particular, as regards combating in favor of the

abolition of the political exercised by the luso-european, analyze to what extent and proportion the performance of different historical agents favored the Brazilian cause.

Keywords: Independence of Brazil. Province of Bahia. Alliance of interests between Salvador and Reconcavo (1821-1823).



O jornal O Paraense e as ideias liberais no Pará de 1822

Geraldo Mártires Coelho



O Jornal O Paraense e as ideias liberais no Pará de 1822

Geraldo Mártires Coelho¹

No correr do século XIX, mais de trezentos jornais, com periodicidade extremamente variável, ganharam as ruas de Belém e as de muitos outros municípios paraenses. Para uma sociedade que conviveu com o instituto da escravidão até o final do Oitocentos, e em cujo interior era bem elevado o número de analfabetos, esses dados não deixam de convidar a uma reflexão: afinal, como trabalhar uma realidade que, em tese, apresentava em si mesma elementos contraditórios ou indicadores antitéticos? A resposta a essa questão e a muitas outras decorrentes da sua matriz exigem um olhar mais trabalhado sobre as origens da imprensa paraense e sobre os processos sociais que responderam, em última análise, pela sua inserção nos quadros da contemporaneidade paraense.

Esses processos, adiante-se, dirão respeito a conjunturas de grande espectro histórico, construídas no interior das transformações por que passaria o Antigo Regime em Portugal e a ordem colonial mantida pela lógica econômica e política do sistema mercantilista. De qualquer modo, e por força de situações reflexivas mais da ação do sujeito do que do coletivo social, o Pará seria uma das primeiras Províncias brasileiras a conhecer a imprensa, na forma do jornal O Paraense, cuja circulação começaria em 1822. Será este jornal, portanto, o ponto de partida da presença da imprensa no Pará e na Amazônia oitocentistas, um dado, repita-se, de grande significado político e de expressiva dimensão simbólica na contemporaneidade paraense.

Como é do conhecimento de todos, a imprensa inexistiu no Brasil colônia. O estatuto colonial português proibiu – e punia – qualquer forma de construção e de circulação formais do pensamento, tomado, sempre, como manifestação de uma dada heterodoxia em tese perniciososa e perigosa ao Estado e à sua hegemonia política nos espaços da colonização. Da mesma forma, era proibida a circulação de livros, salvo nos casos em que, submetidos à censura do Estado e a da Inquisição, era permitida a sua posse por magistrados, religiosos e burocratas. Via de regra, tratava-se de livros inócuos do ponto de vista político, ou seja, dispunham de conteúdos que, considerava a autoridade metropolitana, não colocavam em risco o sistema de poder e a presença do Estado na chamada América portuguesa.

¹ Doutor em História Cultural e das Mentalidades, pela Universidade Nova de Lisboa.

Essas proibições ganharam maior intensidade no século XVIII, por conta do pensamento liberal, manifestado no corpus das doutrinas filosóficas e políticas do Iluminismo. Mesmo durante o consulado do Marquês de Pombal, com certo arejamento intelectual próprio do despotismo esclarecido pombalino, essas proibições não foram relaxadas, mesmo que levemente, bastando, para tanto, lembrar que o pombalismo não alterou – antes, atualizou – a orgânica do Estado português. Posteriormente, com o impacto que a Revolução Francesa provocou nas mentalidades políticas europeias, de algum modo integradas aos regimes monárquicos ou reflexivas das visões de mundo dominantes no chamado Antigo Regime, mais duras ficaram ainda essas proibições. Durante a chamada Inconfidência Mineira de 1789, a biblioteca do cônego Luís Vieira da Silva, um iluminista cultor da História, foi usada como um dos principais elementos do libelo acusatório contra ele. Decididamente, ler no Brasil colonial era muito perigoso...

A imprensa, pelo menos entendida pela relação jornal-leitor, começou no Brasil em 1808, com a chegada da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. A presença da Corte em território brasileiro significava, do ponto de vista político, a transferência do corpus do Estado português (o regente, os ministros, os tribunais, a burocracia) para o Brasil, invertendo-se a lógica da ordenação e da condução do aparelho político lusitano. O Portugal plantado na Europa passava à condição de parte do organismo político português, mas não mais a de centro da existência histórica da monarquia. E o governo de D. João, pelas praxes da administração do Estado, precisava de um órgão que desse conhecimento e publicidade aos atos do governo: nascia, assim, a Gazeta do Rio de Janeiro, cujo nº 1 circulou em 1º de setembro de 1808.

Editada pela Impressão Régia, censurada por editores e por ministros, em seu primeiro ano, a Gazeta do Rio de Janeiro acabaria dilatando os limites de um diário oficial, passando a divulgar quadros do cotidiano da capital fluminense. Aos poucos, o jornal passou a informativo, tratando da política e comentando os conflitos da Europa, ainda que de forma parcial, mas acenando para uma realidade que a colônia desconhecera ao longo da sua história: a informação circulando publicamente. E de forma moderna, pois havia espaços para anúncios, adotara-se a venda por assinaturas e também por exemplar avulso. A Gazeta do Rio de Janeiro circulou até 1822, cessando suas atividades com a Proclamação da Independência. Seu modelo de jornalismo, no entanto, serviria como um guia para os futuros jornais que dominaram o cenário do Brasil urbano e letrado do século XIX, revelando-se, nesse sentido, um elemento-



chave na construção da sociedade brasileira instalada nas principais cidades do Império do Brasil.

É preciso não perder de vista que no mesmo ano em que começou a circular a Gazeta do Rio de Janeiro, em Londres, o brasileiro Hipólito da Costa começava a publicar o Correio Brasiliense ou Armazém Literário. Fugido da Inquisição portuguesa, Hipólito da Costa deu à estampa uma publicação de elevado nível, tratando-se do jornalismo da época, já que seu jornal, além de informativo, continha seções voltadas para as artes, ciências, literatura, política. O Correio Brasiliense, cuja circulação estendeu-se até 1822, foi evidentemente conhecido no Brasil e lido por cabeças pensantes das elites letradas dos centros urbanos brasileiros. Se não é possível rastrear com precisão as multiplicadas influências do jornal – quase um livro – de Hipólito da Costa sobre o pensamento econômico e político de um Brasil sede da monarquia portuguesa, e assim aberto para o comércio mundial, certamente é possível inferir, haja vista a concepção do primeiro jornalismo brasileiro, que o Correio Brasiliense foi uma das fontes, uma das matrizes da imprensa que então começava a ganhar forma no Brasil.

Na esteira da Gazeta do Rio de Janeiro, surgiram, no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras, publicações que não chegaram a constituir um jornal propriamente dito. É o caso da Idade de Ouro do Brasil, dado à estampa na Bahia, em 1811, e cujo conteúdo, como seu próprio título denotava, era mais um panegírico do governo de D. João no Brasil do que uma folha informativa ou mesmo politicamente mais abrangente. Outras publicações surgidas ainda no Rio de Janeiro, como Variedades ou Ensaios de Literatura e O Patriota, eram folhas politicamente inócuas, voltadas para matérias evasivas, escapistas, geralmente na forma de textos de história antiga, extratos literários ou referências anedóticas ao curso dos acontecimentos passados. É preciso lembrar que, em última análise, os mecanismos censórios ainda vigoravam na Corte de D. João no Rio de Janeiro.

A existência da imprensa no Brasil, em termos de um jornalismo condizente com o seu tempo, viria, em última análise, com a revolução constitucionalista de 1820 em Portugal e com o liberalismo vintista. Dito de outro modo, o nascimento da imprensa brasileira tout court estará atrelado à grande crise política e social do Antigo Regime em Portugal, ou, mais especificamente, à ruptura do tecido institucional e ideológico do Estado absolutista português. Afinal, como será visto mais à frente, no curso inicial da revolução liberal de 1820, as Cortes Portuguesas pro-



mulgaram a lei da liberdade de imprensa, em 4 de julho de 1821, e estenderam o seu alcance aos portugueses de ambos os hemisférios, vale dizer, aos portugueses da Europa e aos portugueses do Brasil, liberdade essa depois referendada pelo Artigo 7º da Constituição de 1822, a primeira do Portugal moderno. Os seculares mecanismos do edifício censório português, os da Inquisição e os do Estado, seriam atropelados pelas dinâmicas de 1820, com a imprensa brasileira firmando-se no vácuo produzido pelas novas dinâmicas metropolitanas. O Brasil vivia o anteato da sua Independência.

Trabalhar mais detidamente a revolução constitucionalista de 1820 foge ao espírito deste artigo. Fundamental é considerar que, desde 1815, com a constituição do corpus do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, no sentido aproximado da grande obra de engenharia política de D. Rodrigo de Souza Coutinho, tendo o Brasil como sede do novo organismo transnacional lusitano, alteraram-se as condições pactuais políticas e sociais do Portugal europeu. A revolução de 1820 forçava a volta do agora D. João VI a Lisboa, e buscava redefinir as bases das relações da burguesia mercantil portuguesa com um Brasil que, desde 1808, vivia a realidade da abertura dos portos ao comércio internacional.

No seu discurso de convencimento e legitimação da revolução, começada no Porto em agosto de 1820, com a adesão de Lisboa, em setembro, argumentavam os ideólogos do movimento, falando em nome de alguns dos princípios do Liberalismo clássico, que era preciso regenerar Portugal, corrompido, em séculos de sua história, pelo despotismo e pela tirania daqueles que afrontavam a Constituição originária da monarquia portuguesa, vale dizer, a pactuação entre o soberano e seus súditos. E que um dos fundamentos dessa regeneração repousava na liberdade de pensamento, vale dizer, naquele contexto, na liberdade de expressão e na liberdade de imprensa. Assim proclamava um dos arautos do liberalismo vintista e ideólogo do movimento, Manuel Borges Carneiro, em sua obra Portugal Regenerado em 1820, dada à estampa naquele mesmo ano. No ano seguinte, José Maria de Beja dava à circulação o seu Catecismo Constitucional, para servir à educação de todos os cidadãos.

A primeira imprensa livre em Portugal funda-se, portanto, nas conquistas da revolução vintista, na forma dos diplomas e das práticas asseguradas, sobretudo, pelo texto constitucional. O discurso liberal vintista, o instituto da liberdade de imprensa e o jornal, na forma como apareceria

em Lisboa, no Porto e em outras cidades portuguesas, está na origem da imprensa que nasceria na Belém do Pará de 1822, pelas páginas do já referido *O Paraense*. Jornais como *Astro da Lusitânia* (1820-1823), *Mne-mosine Constitucional* (1820-1821), *O Indagador Constitucional* (1821), *O Português Constitucional* (1820-1821), sem falar nos *Diários das Cortes*, eram periódicos dotados de marcante conteúdo político, uns pelas matérias que publicavam, outros, como os *Diários das Cortes*, pela reprodução do discurso político dos pais do primeiro liberalismo português. Muitas dessas folhas circularam em Belém, depois dos eventos de 1820, antes, portanto, do estabelecimento da imprensa no Pará, representando algumas das fontes onde bebeu Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, o responsável pelo estabelecimento fundador da imprensa no Pará e na Amazônia, no começo do século XIX, ele mesmo um liberal à feição vintista.

Felipe Patroni, oriundo de família de comerciantes e proprietários rurais do Pará, estudou em Coimbra, entre 1816 e 1820, onde se diplomou em Leis e Cânones. Formou-se num tempo em que as reformas da Universidade, ocorridas em 1772, por conta do reformismo ilustrado pombalino, arejaram o mundo acadêmico coimbrão, em que pese, ressalte-se, o forte controle do Estado e da Igreja sobre os corpos constitutivos do saber em Portugal. Antônio Verney, Ribeiro Sanches, José Anastácio da Cunha, leitores dos iluministas, não foram estranhos à formação de Felipe Patroni, sobretudo Anastácio da Cunha, leitor de Voltaire e condenado como “libertino” pela Inquisição portuguesa. O futuro criador de *O Paraense* possuía uma visão de mundo contingenciada pelos valores eleitos pelo liberalismo, como inerentes ao homem civil e seus direitos naturais, daí o porquê do projeto intelectual, mas também a estratégia política de Felipe Patroni, no Pará, tenham sido reflexivos da sua condição de sujeito de um tempo de rupturas.

Testemunha das primeiras horas da revolução constitucionalista de 1820, Felipe Patroni deixou Portugal, no final daquele ano, aportando, então, em Belém. Trazia em sua bagagem intelectual e discurso político o espelho ideológico dos promotores do movimento vintista, precisamente os elementos com que arquitetaria seu projeto político no Pará. Segundo Antônio Baena, em seu *Compêndio das eras da Província do Pará*, Felipe Patroni chegou a Belém dia 10 de dezembro de 1820, a bordo da galera *Nova Amazona A 1º* de janeiro de 1821, Patroni inspirou o pronunciamento com que os poderes militares e civis da Capitania reconheceram o estado de Cortes em Lisboa, vale dizer, proclamavam o movimento vintista e defendiam o estabelecimento da ordem constitu-

cional em Portugal. Pouco depois, as Cortes de Lisboa, reconhecendo que o Pará fora a primeira das Capitanias brasileiras a exaltar o constitucionalismo, a 5 de abril de 1821, o elevaram à condição de Província de Portugal. O projeto patroniano, que levaria o seu artífice a criar O Paraense, estava em movimento.

Reconhecido o estado de Cortes em Lisboa, pelo poder militar e por representantes da sociedade civil do Pará, Felipe Patroni procuraria chegar às instâncias da administração provincial. Para o engenheiro e militar português Antônio Baena, em seu *Compêndio das Eras da Província do Pará* já referido, Felipe Patroni sempre revelara os “maus princípios reguladores de suas faculdades intelectuais”, o que poderia equivaler a um outro juízo. As ideias patronianas de liberdade, mérito, bem público, por exemplo, certamente conflitavam com o status quo do sistema de poder dominante, no Pará, ao longo de sua história colonial. Nesse sentido, o filantrópico, ou seja, o maçônico Felipe Patroni, encarnava uma revolução que poderia alterar as regras dominantes no mando e na organização do poder no Pará do começo do século XIX. Mandá-lo de volta a Portugal poderia significar afastá-lo do cenário de indefinições que a nova ordem das coisas produzira na já então Província do Pará.

A Junta de Governo, que ascendeu à administração da Capitania do Pará com o 1º de janeiro de 1821, não contava em seus quadros com homens como Felipe Patroni, Domingos Simões da Cunha e José Batista da Silva, os dois últimos sensíveis ao discurso patroniano e também corresponsáveis pela futura instalação da imprensa no Pará. Já àquela altura, Patroni arguia o governo, em nome dos méritos e dos talentos para a condução da coisa pública, e para o combate às formas históricas do despotismo e da tirania.

Após lançar, a 5 de fevereiro de 1821, uma Proclamação em que denunciava aqueles que se diziam mais aptos para administrar o Pará, ao mesmo tempo em que combatia os simpatizantes das idéias liberais, a Junta de Governo criticava Patroni por sua ação. Para o governo do Pará, a ação política de Patroni beirava à licença e à anarquia, Para a administração local, a ação política de Patroni beirava à licença e a anarquia.

Não sem sentido, a 6 de fevereiro de 1821, um dia após haver lançado a sua já referida Proclamação, a Junta de Governo, por conta de uma estratégia política, designou Felipe Patroni para representar os interesses do Pará junto às Cortes de Lisboa, afastando-o, como foi lembrado acima, da cena política local. Entre março e dezembro de 1821, Patroni permaneceu em Lisboa, viveu no ambiente do congresso constituinte,

milidou na imprensa liberal lisboeta, participou do debate político sobre a ordem liberal e constitucional portuguesa. Em outras palavras, e mais do que nos anos em que permaneceu em Coimbra, o ano de 1821 foi fundamental para a modelagem do sujeito político e do ideólogo do liberalismo das Cortes. Esse aprendizado, essas práxis política seria essencial para a sua decisão de trazer a imprensa para o Pará, considerando a importância do jornal na formação e na condução da opinião pública, a partir, é claro, do trabalho de homens de méritos e de talentos para tal.

Já em Lisboa, Felipe Patroni, mesmo não sendo um deputado da Província do Pará nas Cortes Portuguesas, conseguiu impressionar a Regência do Reino, discursando sobre os acontecimentos de 1º de janeiro de 1821, o que lhe valeria créditos para investir na economia política de seu projeto. O primeiro resultado concreto da prática política patroniana ganhou forma quando o jornal liberal *Mnemosine Constitucional*, em seu número 38, de 31 de março de 1821, publicou, com cercadura, um artigo intitulado *Gazeta do Pará*. Nessa matéria, Felipe Patroni trata da adesão do Pará à revolução vintista, bem como investe na necessidade de ainda então Capitania ser governada por homens de mérito e de talento para o seu sucesso administrativo, a par da liberdade que sempre combatia o despotismo e a tirania. A publicação trata, ainda, do discurso que Patroni dirigiu à Regência do Reino e a saudação desta aos que trabalharam para levar o ideário da Regeneração vintista ao norte do Brasil.

Essa mesma matéria seria publicada por Felipe Patroni num folheto dado à estampa pela Imprensa Nacional de Lisboa. Neste caso, o título da publicação foi *Papéis relativos aos acontecimentos do Pará*, ao qual seu autor agregou o subtítulo *Gazeta do Pará*. Parte dessa matéria, cuja publicação foi custeada pela Regência do Reino, havia saído no jornal *O Português Constitucional*, de 29 de março de 1821, o que mais uma vez reforça o trânsito que Felipe Patroni tinha entre o governo português, assim como em meio às tipografias de Lisboa. Remetidos para Belém, os papéis incendiários de Patroni provocavam espanto, na medida em que revelavam o lugar que ela havia alcançado junto às instâncias mais representativas da revolução vintista estabelecidas em Lisboa.

Foi ainda escudado na *Mnemosine Constitucional* que Felipe Patroni publicou os artigos que intitulou como sendo os de números 2 e 3 da *Gazeta do Pará*, saídos a 2 e 10 de abril de 1821. O discurso patroniano subia de tom relativamente às necessidades constitucionais do Pará,

vale dizer, ao combate ao poder encastelado nas mãos dos herdeiros do despotismo e da tirania que a retórica vintista condenava. Significativo, nesse sentido, que Felipe Patroni advogasse a pedagogia constitucional, a instrução dos cidadãos nas questões relativas aos direitos e aos deveres da cidadania, o que pressupunha, logicamente, a necessidade da imprensa no Pará, agora guindado à condição de Província de Portugal. A Constituição, dizia Patroni, pressupõe não a vontade absoluta do indivíduo, caminho certo para a anarquia, mas, antes, o pacto que assegurava que todos deviam obediência à ordem constitucional. Por último, e a bem refletir o discurso vintista, ainda que projetado sobre uma realidade história distinta daquela dominante no Portugal metropolitano, Patroni apontava o peso dos impostos como um sinal do peso do Estado sobre os cidadãos. A 10 de novembro de 1821 a Junta de Governo do Pará queixava-se a Lisboa acerca do desassossego que os papéis incendiários mandados por Felipe Patroni causavam em meio à sociedade, inclusive entre os escravos.

Associado a Daniel Garção de Melo, futuro tipógrafo de *O Paraense*, Patroni deu à estampa, pela Imprensa Nacional de Lisboa, a um opúsculo intitulado *Peças interessantes relativas à revolução que se efetuou na Pará, a fim de se unir à sagrada causa da Regeneração Portuguesa*. Além de recuperar, pela sua ótica, os processos que levaram o governo militar e civil do Pará a proclamar a ordem constitucional em Portugal, Patroni investe na semântica liberal vintista, no tocante às razões do combate ao despotismo e à tirania. Dispensa lembrar que esse opúsculo, como as matérias por ele publicadas em jornais liberais de Lisboa, no correr de 1821, e mais os artigos intitulados como sendo a *Gazeta do Pará*, foram dados a conhecer em Belém. Traduziam, repita-se, o espectro do projeto político de Patroni de chegar ao governo da Província.

Natural, nesse sentido e nesse contexto, que pouco antes de voltar a Belém, em dezembro de 1821, Felipe Patroni houvesse solicitado à Regência do Reino a criação de numa Junta de Reforma e Melhoramento para administrar o Pará. Na semântica da época, melhoramentos apresentavam significado tanto político como ético, voltados para o bem comum, mas passíveis de serem atingidos quando os governos estavam entregues a homens de mérito e de talento. Somente uma visão, ao mesmo tempo filosófica e pragmática do progresso, na forma como era trabalhada pela semântica do liberalismo de matiz iluminista, poderia responder pelo que Jeremy Bentham, pensador inglês tão caro aos liberais portugueses, advogava como sendo a felicidade do maior número. O discurso de Patroni, modelado pelas leituras em Coimbra e pela práxis



liberal na Lisboa de 1821, assim estava constituído. O caminho em direção a O Paraense tornava-se cada vez mais curto.

Provavelmente em julho de 1821, Felipe Patroni encaminhou a D. João VI uma longa Representação em que recupera, pela sua ótica, o estado das coisas dominantes na Província do Pará, desde o governo dos últimos Capitães-Generais da antiga Capitania. Recorrendo às categorias discursivas do liberalismo vintista, tratando da Regeneração de Portugal, elevando os argumentos acerca do valor pactual da Constituição que as Cortes elaboravam, protestando pela necessidade do zelo com o bem público e com os cidadãos, Patroni investia na questão-chave de sua estratégia política: chegar ao governo do Pará. Mais do que nunca fez valer a sua condição de Bacharel em Leis e Cânones, pela Universidade de Coimbra, para sustentar, diante de D. João VI, que somente o mérito, o talento e as luzes do saber poderiam tirar o Pará da condição de última e mais infeliz das Províncias brasileiras. Falta de governo, despotismo e tirania elevavam-se aos céus da sua Província como ruínosa sobrevivência de um passado que as autoridades insistiam em não apagar. Essa Representação não foi publicada pelos jornais de Lisboa, mas Felipe Patroni certamente cuidou de fazê-la conhecida em Belém.

O mais importante documento produzido àquela altura por Felipe Patroni, em Lisboa, decorreu do discurso que ele fez perante D. João VI a 22 de novembro de 1821, discurso, aliás, que o próprio rei impediu que o orador o finalizasse. A íntegra do documento foi dada à estampa, a 24 de novembro de 1821, pelo jornal *Astro da Lusitânia*, e seu texto não deixa de demarcar um avanço da retórica patroniana sobre as próprias categorias da semântica vintista. De uma maneira geral, Felipe Patroni fazia saber a D. João VI que, pelo menos no Pará, os ministros do rei não agiam de modo a satisfazer as necessidades da Província, inclusive no tocante à necessidade de se nomear o Governador das Armas – sem falar do governo esclarecido para dirigir os seus rumos. Navios portugueses com destino ao Pará permaneciam surtos no Tejo, sem que providências fossem tomadas de modo a não sangrar os cofres públicos.

O ponto mais dramático do discurso de Patroni é atingido quando o orador diz a D. João VI que se o Ministério do Reino seguir em seu descuido relativamente aos interesses do Pará, mas extensivos ao Brasil como um todo, tornando possível o triunfo do despotismo e da tirania em meio ao povo brasileiro, logo o Brasil promoveria a sua independência. A construção do discurso de Felipe Patroni, é preciso notar, tinha como alicerces o que ele considerava a incapacidade e a frouxidão dos minis-



tros de D. João VI, vale dizer, a retórica patroniana transgredira a semântica liberal dos vintistas portugueses e atingira domínios interditados, a saber, a lógica e a condução das razões de Estado pelo rei. Evocar a possibilidade política da independência brasileira significava, naquele contexto, tudo o que os promotores da revolução constitucionalista de 1820 não desejavam, o que significa dizer que o discurso de Felipe Patroni ficou à esquerda do ideário vintista.

Esse discurso, considerando a conjuntura em que foi proferido, não alteraria as regras do jogo político de Lisboa em relação à Província do Pará, já que o status quo provincial não se alteraria, salvo pelo crescimento do poder dos quartéis, até 1823, quando ocorre a adesão do Pará à Independência do Brasil. A exemplo do que foi referido anteriormente no tocante às matérias que Felipe Patroni publicava na imprensa de Lisboa, também o discurso patroniano serviria de moeda para o capital político do seu autor, nos quadros da política provincial. Como será visto em outra oportunidade, o discurso de Felipe Patroni a D. João VI marcaria a fundo a vida de seu autor, quer do ponto de vista da sua trajetória jornalística, quer dos rumos que ele seguiria no domínio político de um Brasil que promovera a sua Independência no mesmo ano em que começara a circular O Paraense.

Em muitas das matérias que publicou na imprensa liberal de Lisboa, no correr de 1821, Felipe Patroni referia-se à necessidade da imprensa para lutar pela liberdade e para educar os cidadãos nos preceitos da ordem constitucional. Em algumas oportunidades, como na Representação que publicou no Diário do Governo, em 18 de outubro de 1821, acusava a Junta de Governo do Pará de haver obstado a primeira tentativa de estabelecimento da imprensa na Província. A 12 de novembro de 1821, o tipógrafo Daniel Garção de Melo, em Representação dirigida a D. João VI, relatava que àquela altura estivera em Belém com o fim de instalar a imprensa na Província, mas que fora obrigado a sair do Pará pelo governo local, sendo, inclusive, ameaçado de morte provavelmente por membros do próprio governo. A história do Pará não acompanha, não registra esse acontecimento, antes tributa a João Francisco de Madureira Pará, como o faz Antônio Baena, em seu Compêndio das eras da Província do Pará, a iniciativa de criação de um primeiro e rústico prelo na Belém de 1821.

Em meados de dezembro de 1821, a bordo da galera “Efigênia”, de onde escreveu uma última matéria dada à luz pelo Astro da Lusitânia, Felipe Patroni deixou Lisboa com destino a Belém. Antes, a 27 de outubro e 18

de novembro de 1821, como registram os documentos da Imprensa Nacional, em Lisboa, ele adquiriu no estabelecimento tipográfico do governo material gráfico e mais tipos usados com que daria forma à tipografia de onde sairia O Paraense. Na charrua “Gentil Americana”, àquela mesma altura, embarcaria o tipógrafo Daniel Garção de Melo, em cuja Representação a D. João VI já referida, faz constar que a imprensa “vai nessa mesma ocasião levada pelo referido encarregado dos negócios daquela Província [do Pará], onde não há absolutamente um só oficial impressor”.

A 25 de março de 1822, o Diário do Governo, ao publicar as “novidades” chegadas ao Pará, faz constar o registro do comandante da galera “São José Diligente”, dando conta da chegada de Felipe Patroni a Belém. Diz o registro que Patroni, “desembarcando livremente, começara logo a escrever contra aquele governo”. Outro registro, este do já conhecido engenheiro e militar português Antônio Baena, em sua já citada obra, diz que “torna a aparecer no Pará vindo de Lisboa Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente destituído do galardão e recompensa que esperava, tendo-se esforçado por enfeitar com as cores da moda (grifo nosso) o seu procedimento, a fim de inculcá-lo como produto do seu zelo exaltado pela causa da Regeneração Nacional, talvez persuadido de que a bondade dos fins basta para justificar a indignidade ou a malignidade dos meios”.

A Belém que Felipe Patroni encontraria, quase um ano depois de permanência em Lisboa, estava marcada por divisões claras do ponto de vista político e ideológico. Se figuras como Batista Campos, Domingos Simões da Cunha e João Marques de Matos formavam, ao lado de Patroni, no tocante à leitura e ao entendimento do que o constitucionalismo vintista poderia significar, tratando-se de uma nova orgânica do poder, o mesmo não ocorria no espaço da Junta de Governo e muito menos no interior dos quartéis do Governador das Armas. O aparecimento e a circulação de O Paraense, como será tratado no correr deste artigo, seriam sempre contingenciados, para não dizer cerceados, pelo que o jornal significava, enquanto veículo de uma outra e problemática leitura das relações de poder no Pará de 1822-1823. Note-se, nesse sentido, que o jornal de Felipe Patroni deixará de circular antes mesmo que a Independência e o governo de D. Pedro I fossem reconhecidos na Província.

Pouco se conhece das atividades que Felipe Patroni desenvolveu em Belém, entre a sua chegada à capital do Pará, no início de 1822, e o aparecimento do nº 1 de O Paraense, em 22 de maio de 1822. A documenta-

ção existente no Arquivo Histórico Ultramarino é escassa nesse sentido, salvo nos autos da devassa que o Governador das Armas do Pará, brigadeiro José Maria de Moura tirou contra Batista Campos. Aqui, o documento lança mão do depoimento de uma testemunha não identificada, que se refere a Felipe Patroni, indicando que se tornara periodista, tornando-se também partidário da independência do Brasil. Mesmo o metódico Antônio Baena registra apenas o aparecimento de O Paraense, não anotando qualquer fato relativo às atividades que Patroni teria desenvolvido antes do jornal vir a público. É provável que as atividades que desenvolveu, juntamente com Daniel Garção de Melo, para montar o aparelhamento tipográfico para o seu jornal, possam haver afastado Felipe Patroni, ainda que temporariamente, da cena pública da capital do Pará.

O aparecimento de O Paraense, em maio de 1822, foi, de fato, um acontecimento marcante para a vida pública da Belém de então. A correspondência dirigida pelos governos civil e militar do Pará a Lisboa não deixa dúvidas quando ao impacto que o começo da atividade da imprensa produziu na Província. De uma maneira geral, esses documentos vão relacionar a ação da imprensa à ideia de anarquia, inclusive por parte da população escrava, assim como atrelá-la ao espírito de dissidência que avançava no Rio de Janeiro, desde o Fico com que o regente D. Pedro reagiu às pressões de Lisboa para que retornasse a Portugal. Essa relação entre a imprensa e o exercício da sua liberdade seria, pelo menos do ponto de vista do governo militar do Pará, e assim fazia ver a Lisboa, um sério indício do crescimento do ideário independizante no Brasil.

Felipe Patroni ficou à frente de O Paraense até a circulação do seu número 6, saído a 7 de junho de 1822. Nessa altura, deixou a direção do jornal e seguiu preso para Lisboa, onde enfrentaria processo pelo discurso que proferira perante D. João VI, em 22 de novembro de 1821. A partir desses acontecimentos, Felipe Patroni passaria longo tempo sem voltar ao Pará, já que a sua vida em Portugal, após o indulto do rei, seria voltada para a obtenção do grau em Direito Civil e Canônico. Ao voltar ao Brasil, fixou-se no Rio de Janeiro, onde exerceu a advocacia e a magistratura, tornando a Belém somente em 1828, já em outro momento de sua vida pessoal e em outro contexto político.

É possível sustentar que Felipe Patroni, nos seis números de O Paraense, que deu à estampa, praticou uma dada forma de pedagogia, tendo como objeto principal a constituição, a liberdade e o combate às formas

espúrias de poder, ao despotismo e à tirania, todas traduzidas pelas categorias discursivas do liberalismo vintista. Nesse sentido, O Paraense vai se aproximar dos modelos de jornais com que Patroni conviveu durante a sua permanência em Lisboa, até porque a ação pedagógica do jornal era essencial para a afirmação e o triunfo das condições que deveriam orientar o pacto da Reneração do Portugal de ambos os hemisférios.

Fazer do jornal uma tribuna constitucional era a preocupação de Felipe Patroni, e tribuna, aqui, não apenas no sentido figurado, mas também no sentido real. A exemplo do que ocorria em Portugal da revolução constitucionalista, mas observado também em outros países, como na França revolucionária, o jornal prestava-se não apenas para a leitura pessoal e silenciosa. Antes, o jornal, como linguagem e como formatação, era para ser lido em público, nos cafés, nas praças, a fim de que a sua mensagem pudesse chegar àqueles que, analfabetos ou com pouco domínio da leitura, pudessem ser atingidos pelo discurso subsumido ao jornal. Daí a razão pela qual o governo do Pará, à época, associava a liberdade de imprensa à anarquia, inclusive em meio aos escravos urbanos de Belém.

Já em seu número 1, e de forma bem significativa, O Paraense estampava em suas páginas o Título I, Artigos de I a VII, da Lei da Liberdade de Imprensa, de 4 de julho de 1821, e mais a recomendação das Cortes de Lisboa para que bispos e arcebispos preparassem pastorais acerca das vantagens da Constituição, instruindo ainda os cidadãos sobre a inexistência de qualquer conflito entre a ordem constitucional e a religião católica. Do ponto de vista político, Felipe Patroni investia na eleição de uma nova Junta de Governo a fim de que o poder e a autoridade não mais desrespeitassem os “imprescritíveis direitos” dos paraenses, vítimas do “negro fado” do despotismo e da tirania.

Afinal, como estampava o número 2 de O Paraense, de 25 de maio de 1822, “o magnânimo povo do Pará” fazia parte da “família lusitana, em todas as épocas famosa, e credora do espanto e admiração do orbe inteiro, especialmente quando concebe grandes empresas”. Patroni, como melhor se verá a seguir, jamais propugnou pelo rompimento das relações entre Brasil e Portugal, vale dizer, pela independência brasileira. O que era preciso para o Pará era a existência de um governo voltado para “a iluminação pública”, segundo pregava a ética política das Luzes, a fim que a sociedade fosse atendida por uma administração que deveria “ter no coração [...] o princípio consagrado na teoria do famoso [Jeremy] Bentham: a maior felicidade do maior número”.



No breve tempo em que ficou à frente de *O Paraense*, Felipe Patroni marcou duas posições políticas claras: a primeira, observada anteriormente, dizia respeito à montagem de um novo e esclarecido governo no Pará. A segunda foi construída no sentido de defender o Reino Unido, na forma como foi arquitetado em 1815, o que significava proclamar a união do Brasil a Portugal. Assim, no número 3 de *O Paraense*, de 29 de maio de 1822, Patroni transcreve uma matéria saída no jornal *Sentinela Constitucional Bahiense*, em que o periódico baiano denuncia um movimento no Rio de Janeiro para fazer do regente D. Pedro o artífice da Independência do Brasil, com o que ele não concordava.

Como sustentava Felipe Patroni em seu jornal, “as Províncias ao norte do cabo de Santo Agostinho” mantinham uma mais rápida e constante comunicação com Lisboa do que com o Rio de Janeiro, e justamente com a metrópole mantinham suas relações comerciais duradouras e lucrativas. Com efeito, em 1822, o Mapa Geral do Comércio de Importação e Exportação de Portugal, e seus domínios acusava maior exportação do que importação por parte dos paraenses em relação aos mercados portugueses, realidade que seria sempre utilizada pela autoridade colonial do Pará, principalmente pelo seu governo militar, para fazer saber a Lisboa que a ideia da independência do Brasil, como os áulicos do Rio de Janeiro alimentavam em sua imprensa, era uma quimera para os paraenses como um todo.

Dessa forma, as denúncias mandadas de Belém para Lisboa, sobretudo pelo Governador das Armas da Província, sobre o papel de *O Paraense* na pregação da emancipação política brasileira, refletiam tão somente o jogo de forças da política e das relações de poder na Província sob as novas condições produzidas pelas projeções da revolução vintista no Norte do Brasil. O jornal, mesmo depois da fase em que esteve sob a direção de Patroni, passando à direção do cônego Batista Campos, em seus números conhecidos, não chegou a defender abertamente a ideia da independência futura do Brasil, ainda que desse à estampa matérias relacionadas às pressões e tensões no Rio de Janeiro, já integrantes da dinâmica que levaria ao Grito do Ypiranga.

Sob a direção de Batista Campos, *O Paraense* circulou todo o ano de 1822, devendo ter paralisado suas atividades no começo de 1823. O jornal se afastaria da identidade essencialmente doutrinária e discursiva que lhe conferiu Felipe Patroni, e embora não se afastasse da semântica vintista, o fazia de modo a realçar a necessidade de uma nova orgânica política na Província. Voltando-se de forma mais radical contra as repre-



sentações do despotismo e da tirania, o periódico revelava a prática política de um Batista Campos já combatido pelo poder local, principalmente pela força dos quartéis.

Essa segunda fase da história de O Paraense será marcada pela importância conferida pelo periódico à opinião pública, inclusive no tocante ao enfrentamento do poder do brigadeiro José Maria de Moura, Governador das Armas da Província. Em seu número 9, de 19 de junho de 1822, O Paraense, em nome da opinião pública, insurge-se contra o poder militar provincial, acusando o Governador das Armas de perseguir o cidadão e capitão Joaquim Antônio de Macedo por um descabido crime de liberdade de imprensa. O capitão Macedo publicou no jornal um artigo arguindo o Governador das Armas sobre uma ordem de serviço que o oficial julgava prejudicial aos seus interesses. Apoiado em O Paraense, o capitão Macedo protestou contra o Governador das Armas, considerando que apenas exercera um direito amparado nas Bases da Constituição e na Lei da Liberdade de Imprensa, lembrando, para tanto, para o Tribunal de Jurados previsto pela mesma lei.

O quadro de confronto com os quartéis fica evidente quando Batista Campos, pelas páginas de O Paraense, observa: “já o Governador das Armas derroga leis; já é Congresso; já é mais que El-Rei; já constitui Tribunal de Jurados; já é Magistrado; já é Assembléia Eleitoral; já conhece os delitos cometidos pela Imprensa; já indaga e faz inquirir por três oficiais, que publicou tal escrito... Os art, 1 e 22 da Lei de 4 de julho de 1821 já não valem aqui... A Exma. Junta compete proteger os Cidadãos, de maneira que em breve não se arrase a Casa da Imprensa” (grifo nosso). A partir dos acontecimentos envolvendo o capitão Macedo, o Governador das Armas voltava a comunicar a Lisboa que a imprensa e o exercício da sua liberdade no Pará, porque controlada por anarquistas e demagogos, era o caminho certo para prosperar o ideal da independência brasileira.

E não era o caso. Os números de O Paraense, da fase em que o jornal esteve sob a direção de Batista Campos, indicam que seu redator, embora reconhecesse a existência do Reino Unido, mantinha um entendimento bem claro sobre os direitos das partes formativas do referido corpus político. Não se conhece, nesse sentido, uma matéria que Batista Campos haja dado à estampa defendendo claramente a ideia da independência do Brasil, mesmo quando o jornal fez circular algumas Proclamações do príncipe D. Pedro. Aliás, fazia saber O Paraense aos seus leitores que o regente do Brasil Reino Unido o governava segundo os



princípios do constitucionalismo vintista, e com completo reconhecimento e fidelidade à Casa de Bragança, vale dizer, ao governo de seu pai, o rei D. João VI.

É possível que O Paraense tenha circulado até novembro de 1822, mantendo seu corpo principal e mais os seus suplementos. Sua linha de ação seguiu sendo o combate ao governo militar do Pará, à Junta de Governo, de certa forma conivente com o status quo do que Patroni considerava ser a sobrevivência do despotismo e da tirania no Pará, mesmo após o constitucionalismo de 1820. As condições históricas que tornaram possível a ação de O Paraense deixarão de existir progressivamente, na Província, à medida que o Governador das Armas, apoiado no esprit de corps dos quartéis, aprofundava seu entendimento a respeito da ação da imprensa e de sua relação com a anarquia e com a demagogia dos partidários da independência do Brasil. Para o brigadeiro José Maria de Moura, a ação do jornal, desde o tempo de Patroni e pela ação do mesmo, chegou a acenar com a representação de escravos nos processos eleitorais, o que, para a autoridade colonial, era inaceitável. A Junta de Governo cedia à pressão dos quartéis e O Paraense vai aos poucos saindo da cena pública de Belém, deixando de circular provavelmente em fevereiro de 1823.

O ponto culminante do processo de enfrentamento entre a opinião pública e os quartéis, na Belém de então, deu-se a 1º de março de 1822, quando os militares promoveram um putsch, dissolvendo a Junta de Governo e a Câmara, esta recém-eleita e formada exclusivamente por brasileiros. Nas instâncias do governo civil, estavam homens absolutamente inassimiláveis pelos quartéis, todos, segundo a lógica militar, acusados de crime de independência. A publicação, por Batista Campos, de um Manifesto do príncipe D. Pedro aos habitantes do Rio de Janeiro, valeu-lhe a acusação, por parte dos militares, de crime de liberdade de imprensa. A sua absolvição pelos Juízes levou a população às ruas. Criaram-se as condições para que os militares realizassem o putsch de 1º de março de 1823.

Uma nova Junta de Governo foi instalada pelos militares no poder, e restaurada a antiga Câmara. Os membros da antiga Junta de Governo foram presos e deportados para vários pontos do Pará, e mais dezesseis outros partidários do grupo de Batista Campos e seus seguidores no enfrentamento político dos portugueses degenerados que controlavam a política na Província. O próprio Batista Campos não foi preso e deportado porque fugiu a tempo, escondendo-se nas matas existentes

nas cercanias de Belém. Para Lisboa, o Governador das Armas e a Junta de Governo remeteram copiosa documentação, narrando e justificando o putsch em nome da indissolubilidade da Nação Portuguesa.

Foi nesse contexto que ganhou as ruas de Belém o jornal *O Luso Paraense*, servindo a causa do novo governo e estampando um discurso colonial e colonizador. Anulavam-se, portanto, no Pará, as conquistas saídas de dois grandes diplomas das Cortes de Lisboa: a lei da liberdade de imprensa de 1821 e a própria Constituição de 1822, no tocante aos direitos que asseguravam aos portugueses de ambos os hemisférios quanto ao uso legal da liberdade de pensamento e da liberdade de expressão. Ironicamente, a tipografia de onde saíria *O Luso Paraense*, a agora denominada Imprensa Constitucional de Daniel Garção de Mello, era a mesma organizada por Felipe Patroni com os tipos e o material gráfico que adquirira em Lisboa ao final de 1821.

Batista Campos, no tempo em que ficou à frente de *O Paraense*, alargou o espectro de sua luta pela redefinição dos espaços do poder no Pará de 1822. Combatia e condenava os que chamava de portugueses degenerados, tivessem nascido em Portugal ou fossem naturais do Pará, posto que a sua degeneração não implicava condição de nascimento, mas afronta à sociedade, apego ao poder, descaso com a administração e desrespeito à opinião pública. A prática política de Batista Campos à frente de *O Paraense*, nos anos mais duros da vida do primeiro jornal do Norte do Brasil, levou o grande cômico a esgrimir a questão do papel da opinião pública no processo político de enfrentamento ao poder estabelecido no Pará.

Como bem observa Vicente Salles, em seu *Memorial da Cabanagem*, ainda às vésperas da Cabanagem e pouco antes de sua morte, Batista Campos enfrentava o governo e os *moderados* por meio de jornais como *O Publicador Amazoniense* (1832) e o *Orpheo Paraense* (1834). Decididamente, a imprensa, o jornal, a palavra esgrimida, combatente e combativa haviam se instalado na contemporaneidade do Pará. A Cabanagem tem raízes plantadas no solo profundo e fértil da liberdade de pensamento, na forma como historicamente pode ser reconhecida, vale dizer, no giro dramático da engrenagem que realizava a dura superação do passado colonial amazônico.



REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Valentim. O nacionalismo vintista e a questão brasileira: esboço de análise política. In: PEREIRA, Miriam Halpern et alii (coord.). O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Lisboa: Sá da Costa, 1982.

BAENA, Antônio. Compêndio das eras da Província do Pará. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.

BARATA, Manuel. Anais da imprensa periódica brasileira. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

BARATA, Mário. Poder e Independência no Grão-Pará (1820-1823); gênese, estrutura e fatos de um conflito político. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1975.

BESSA, Alberto. Cem anos de vida; a expansão da imprensa brasileira no primeiro século da sua existência. Subsídios para trabalho de maior fôlego. Lisboa: Livraria Central, 1930.

COELHO, Geraldo Mártires. Letras e baionetas; novos documentos para a história da imprensa no Pará. Belém: Cejup, 1989.

COELHO, Geraldo Mártires. Anarquistas, demagogos e dissidentes; a imprensa liberal no Pará de 1822. Belém: Cejup, 1993.

COSTA, Jaime Raposo. A teoria da liberdade; período de 1820-1823. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1976.

CRUZ, Ernesto. História do Pará. 2. ed. Belém: Governo do Estado do Pará, 1973. (2 v.).

DOURADO, Mecenas. Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1957.

FREIRO, Eduardo. O diabo na livraria do cônego. Belo Horizonte: Cultura Brasileira, 1945.

MUNIZ, João de Palma. Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973.

RAIOL, Domingos Antônio. Motins políticos. 2. ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. (3 v.).

SALLES, Vicente. Memorial da Cabanagem; esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Belém: Cejup, 1992.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. A repercussão da revolução de 1820 no Brasil; eventos e ideologias. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert, 1907. (5 v.).



**De portugueses a brasileiros:
a formação da identidade nacional nas
Minas Gerais (1822-1831)**

Ana Rosa Cloquet da Silva

**From portuguese to brazilians:
The formation of the national identity in
Minas Gerais (1822-1831)**



De portugueses a brasileiros: a formatação da identidade nacional nas Minas Gerais (1822-1831)

Ana Rosa Clochet da Silva

From portuguese to brazilians: The formation of the national identity in Minas Gerais (1822-1831)

Mediante o renovado interesse pela questão nacional e, particularmente, pelo verdadeiro enigma que constitui a formação do Estado e da Nação brasileiros, tem-se consolidado o reconhecimento da impropriedade de se tomar a declaração da independência como marco fundador de ambos os fenômenos, instigando pesquisas que, além de desvendarem a historicidade essencialmente moderna da articulação entre Estado e nação, conferem centralidade analítica às interfaces destas duas dimensões constitutivas da realidade.

Daí a ênfase conferida pelos estudiosos do tema a variáveis em princípio pouco “tangíveis”, como é o caso daquelas de natureza identitária (aliada à nacional, mas não restrita a esta), condição necessária para a compreensão dos nexos que articulam o universo dos valores, crenças, projetos, padrões de sociabilidade, experiências coletivas, com o das variáveis nitidamente objetivadas da vida política.⁴

No caso luso-brasileiro, a reflexão é alçada a um grau ainda maior de complexidade, mediante uma dupla constatação: a do “mosaico” de formações societárias que, até 1822, configuravam a América portuguesa, e de sua simultânea assimetria em relação à matriz europeia, o que dividia o ecúmeno português em dois universos, com dimensões e complexidades humanas diferentes, malgrado estas integrem, até

¹ Neste sentido, consolida-se o rompimento com a tradição “fundacionalista”, que insiste em identificar no passado colonial as supostas “origens da Nação” e que, no Brasil, tem sua matriz na obra de VARNHAGEN, Francisco Adolpho. *História Geral do Brasil*. 10. ed. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1981. (3 v.).

² Um balanço da questão pode ser encontrado na coletânea organizada por BLALAKRISHNAN, Gopal. *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

³ Acerca das dimensões objetivas e subjetivas, comportadas pelo Estado nacional moderno, ver os clássicos de HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Célia Paoli e Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Tradução de Lólio L. de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989; Ernest Gellner. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1983.

⁴ VILAR, Pierre. *Reflexiones sobre los fundamentos de las estructuras nacionales, Hidalgos, amotinados y guerrilleros: pueblo y poderes en la historia de España*. Barcelona: Crítica, 1982. p. 279-306; RECALDE, José Ramón. *La construcción de las naciones*. Madrid: Siglo XXI, 1982.



1822, o mesmo constructo político – a Monarquia – e a mesma formação de tipo nacional – a nação portuguesa.⁵

Neste sentido, o estudo da crise que, desde meados do século XVIII, abateu-se sobre este edifício político tipicamente do Antigo Regime, e dos seus desdobramentos nos marcos da independência (1808-1822) e formação do Estado brasileiro (1822-1850), implica considerar a natureza e a abrangência de ambas as dimensões da diversidade assinalada. Por um lado, compreender a dinâmica mediante a qual, da reiteração do empreendimento colonial na América portuguesa, derivou um assíncrono processo de sedimentação das experiências coletivas, refletido nos conjuntos e ritmos demográficos; na diversidade da organização do espaço e modelagem das rotas de peregrinação pelos agentes; no escravismo, como fenômeno geral, porém diferenciado; nas variações quanto à natureza dos elementos estruturantes da coesão societária etc. Por outro, admitir que a lógica política da qual derivou o mosaico americano atava suas diferentes partes à Lisboa e que, portanto, a “história do mosaico é inseparável de sua moldura, isto é, do Estado que esteve à frente de sua formação”.⁶

Sob tal enfoque, o estudo do período impõe reconhecer que, pelo fato da evolução das variáveis assinaladas não guardar perfeita sincronia entre si, as alternativas de futuro, aventadas no contexto da crise do Antigo Regime português e reconfiguradas mediante as transformações qualitativas nos fundamentos do constructo macropolítico organizador da diversidade assinalada – a Monarquia –, também obedeceram a uma diversidade de ritmos e ênfases peculiares a cada qual, o que tendia a aumentar a relevância das diferenças constitutivas do conjunto.

Nos seus desdobramentos, a consideração destas dinâmicas desiguais da transformação das partes situa a emergência do Estado brasileiro em meio à coexistência de múltiplos projetos e identidades, construídos a partir das muitas pátrias e de seus muitos agentes, os quais tomavam por fundamento, cada qual à sua maneira, o passado e o presente das comunidades humanas em cujo interior eram engendrados, cujas organizações expressavam, e cujos futuros pretendiam rascunhar.⁷

⁵ Um balanço destas contribuições historiográficas se encontra em JANCSÓ, István. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

⁶ JANCSÓ, 2005, p. 19.

⁷ JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Viagem Incompleta. Formação: histórias*. São Paulo: Ed. Senac, 2000. (v. 1). p. 138.



*

Atentos à diversidade inscrita no processo em questão, a presente análise privilegia um quadrante particular do mosaico que, até 1822, configurava a América portuguesa: a província de Minas Gerais. Região de colonização relativamente “tardia”, em relação a outras capitanias americanas, as tendências políticas que aí conviveram, no período analisado, devem ser respaldadas num universo material nitidamente assimétrico, reflexo do também assíncrono processo de sedimentação das experiências coletivas nesta porção da Monarquia portuguesa.

Na configuração destas assimetrias, além do intenso e espontâneo processo de ocupação do território mineiro – derivando uma formação espacial de base predominantemente urbana, cuja dinâmica foi responsável pela progressiva produção do espaço rural, invertendo a lógica observada em outras partes da América portuguesa –,⁸ contou a incisiva atuação do Estado metropolitano, que não tardou a se impor na região, fazendo com que nesta a dimensão extorsiva do poder central fosse aí vislumbrada no seu “zênite”.⁹

Por isso, em resposta aos primeiros sintomas da crise mineradora, anunciados em meados do século XVIII, foi o próprio Estado metropolitano que, sob a égide do Marquês de Pombal, reengendrou os mecanismos de articulação com os súditos mineiros,¹⁰ visando sanar os problemas administrativos que comprometiam a exploração das riquezas e acentuavam a decadência econômica do Reino português.¹¹

Ao final do século XVIII, as esperanças de retomar o controle sobre a região e otimizar o abastecimento de ouro à metrópole ainda orientavam estadistas do reino a prescreverem medidas específicas às Minas Gerais, referida numa instrução do então ministro do Ultramar, Martinho de Mello e Castro, ao então Governador e Capitão General da capitania, Visconde de Barbacena, como “uma das mais importantes” do Brasil.¹²

⁸ CUNHA, Alexandre Mendes; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. A Tríade Urbana: construção coletiva do espaço, cultura e economia na passagem dos séculos XVIII para o XIX em Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9., 2000, Belo Horizonte. Anais...Belo Horizonte: Cedeplar; UFMG, 2000. (v. 1). p. 305-326.

⁹ SOUZA, Laura de Mello e. Os Desclassificados do Ouro. A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. p. 97-98.

¹⁰ MAXWELL, Kenneth. A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 87.

¹¹ “Discurso político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode tirar da sua desgraça, por ocasião do terremoto do 1o. de Novembro de 1755”. In: MELO, Sebastião José de Carvalho e. Memórias Secretíssimas do Marquês de Pombal e outros Escritos. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d. p. 138-189.

¹² “Instrução para o Visconde de Barbacena, Luis Antonio Furtado de Mendonça, governador e Capitão Geral da Capitania de Minas Gerais”, de Martinho de Mello e Castro, escrita em 29/01/1788. RIHGB, t. 6, vol. 6, 1844. p. 12.



Desde meados daquele século, a “inflexão agrícola” que seguira o auge da mineração,¹³ seguida pela articulação econômica e política dos proprietários do Sul de Minas ao Rio de Janeiro, desde 1808, tornou ainda mais complexo seu quadro administrativo e social, contribuindo para a decisiva alteração das rotas de peregrinação que, tradicionalmente, remetiam a Lisboa.¹⁴

Através das atividades que surgiram conjuntamente à própria mineração e se dinamizaram pelo comércio, parcela significativa da população livre, pobre e liberta, maciçamente mestiça e negra e, até então, caracterizada pela instabilidade e pelo trabalho incerto,¹⁵ integrou-se às atividades mercantis, articulando-se social e economicamente, auferindo títulos de cargos e patentes militares e, não raras vezes, ascendendo à condição de proprietários e escravistas.¹⁶

Tal quadro moldou a inserção de Minas Gerais no processo que, iniciado pelas manifestações da crise geral do Antigo Regime português, em finais do XVIII, resultou na ruptura política com Portugal, em 1822. Neste processo, longe de sustentarem uma postura homogênea, que supostamente remetesse a uma trajetória regional singular,¹⁷ os súditos mineiros rivalizaram posturas e projetos alternativos de tipo nacional, respaldados nas singularidades internas às microrregiões da província, na defesa de autonomias longamente constituídas desde a fase pomalina e na sua complexidade social, à época marcada por uma enorme concentração de escravos – segundo Maxwell, 33% sobre a população total da província –¹⁸ aliada ao enorme contingente de forros e livres de cor – fruto da própria miscigenação racial e da prática de alforrias.¹⁹

A nosso ver, estas dimensões das diversidades internas às Minas Gerais tenderam a se desdobrar em “ajustes” diferenciados das suas microrregiões à evolução da crise sistêmica do Antigo Regime português e emer-

¹³ IGLÉSIAS, Francisco. Periodização da História de Minas. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 29, p. 192, jul. 1970.

¹⁴ LENHARO, Alcir. *As tropas da Moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Divisão de Editoração, 1993.

¹⁵ MELLO E SOUZA, 1982, p. 216.

¹⁶ PAIVA, Clotilde A.; LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 203-233, 1995.

¹⁷ Visão esta sustentada por historiadores e políticos mineiros dos séculos XIX e XX, configurando o mito da suposta “especificidade mineira” no processo de formação do Estado brasileiro. (ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade. O imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.)

¹⁸ MAXWELL, 1977.

¹⁹ GONÇALVES, Andréa Lisly. Às margens da Liberdade: alforrias em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. *LPH: Revista de História*, n. 6, p. 200-209, 1996.



gência do novo Estado nacional, traduzindo-se tanto na materialidade das variáveis demográficas, econômicas e societárias, quanto nas prioridades que orientaram as soluções inventivas dos grupos locais em relação à construção do nacional, incluindo aqui a dimensão dos referentes identitários de mesmo tipo.²⁰

Com base no quadro descrito, o presente artigo analisa as repercussões do constitucionalismo na província mineira, situando duas dimensões correlatas deste processo: a multiplicidade de tendências e projetos que aí conviveram à época da independência – as ideias do Antigo Regime, o ideal autonomista e constitucional radical, talvez republicano –,²¹ e o que estes expressaram em termos da coexistência de identidades coletivas, de diferentes tipos e dimensões, de cujo embate surgiriam as grandes redefinições nacionais.²²

A tessitura das identidades no contexto da crise

O movimento sedicioso que, no último quartel do século XVIII, pôs em evidência a capitania mineira, confirma a relevância das transformações concretas que acompanharam a crise da mineração, na informação dos projetos alternativos formulados por suas elites. Favoráveis à recepção e reelaboração dos novos paradigmas políticos em circulação no mundo ocidental, estas últimas se mobilizaram em torno da reflexão sobre as causas e soluções para a decadência aurífera, movimento do qual derivaram não apenas enfoques díspares aos formulados pelos estadistas metropolitanos, como a progressiva tomada de consciência acerca das particularidades locais das Minas. Movimento a partir do qual rejeitaram as políticas prescritas pelo poder central e preconizaram meios distintos para reverter a propagada “decadência” da capitania.²³

²⁰ SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Identidades em Construção. O processo de politização das identidades coletivas em Minas Gerais (1792-1831)*. São Paulo: USP, Faculdade de História, 2007. (Relatório Final de Pós-Doutoramento).

²¹ Do que se conclui que a adesão ao projeto de Estado dinástico, construído em torno do príncipe regente D. Pedro I, dependeu de uma árdua negociação entre elites de “vários tipos e planos”.

²² Desse modo, reconhecendo-se que, no caso ibero-americano, a “independência precede tanto a nação como o nacionalismo”, desloca-se a problemática para a necessidade de se desvendar a multiplicidade de “identidades grupais” existentes na monarquia do Antigo Regime, as quais teriam servido de fundamento à constituição dos novos Estados. (GUERRA, François-Xavier. *A nação na América espanhola: a questão das origens*. Tradução de de Marco Morel. *Revista Maracanan*, ano 1, n. 1, p. 9-30, 1999/2000; *Modernidad e Independências. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 3. ed. México: Ed. Mapfre; Fondo de Cultura Económica, 2000; *A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades*. In: JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ijuí: Unijuí, 2003. p. 33-60.)

²³ STUMPF, Roberta Giannubilo, *Filhos das Minas, americanos e portugueses: identidades coletivas na Capitania das Minas Gerais (1763-1792)*. São Paulo: Hucitec, 2010.



Neste sentido, a pretensa “acomodação” das elites mineiras às políticas reformistas emanadas da metrópole portuguesa, entre os anos de 1792 e 1808, não eliminou a tendência em curso, expressa na reconfiguração das soluções de compromisso entre os súditos mineiros e o poder central. No delineamento destas soluções, para além dos impactos representados pela “frustração” do movimento sedicioso e pela revolta dos alfaiates baianos de 1798,²⁴ o que desde antes ganhava relevo na aguçada percepção das elites mineiras eram as transformações materiais que, afetando o universo simbólico correspondente a uma sociedade que se pretendia estamental, configurava-se em riscos à preservação de autonomias longamente constituídas, comprometendo os próprios referenciais de estratificação social em voga.

Por isso, o contexto assinalado continuava esgarçando o caráter de negociação envolvido nas relações entre poderes metropolitano e colonial, pautada por diagnósticos distintos e por vezes conflitantes em relação a uma realidade também crivada por profundas assimetrias.

No caso das elites mineiras da região centro-sul, aproximar-se desta realidade implica contemplar uma sociedade em pleno reordenamento socioeconômico e geográfico, iniciado a partir de meados do XVIII, com o esgotamento da produção aurífera. Embora esta organização econômica crescentemente diversificada e dinâmica tome fôlego após 1808, é já no período que antecede a vinda da Corte para o Brasil que se podem contemplar seus efeitos duradouros. Dentre outros, o aprofundamento dos contratos entre as “microrregiões” da Capitania; a nova articulação econômica interna e regional e os setores sociais a ela correspondentes; o processo de “reclassificação” de contingente significativo da população, absorvida pelas novas atividades, convivendo com um plantel escravo numeroso e em constante expansão; e a predominância de uma estrutura de posse de cativos muito menos concentrada que nas áreas agroexportadoras, alargando a base social de sustentação do escravismo.²⁵

Esta nova realidade impôs aos súditos mineiros a revisão dos critérios de organização da vida, em suas múltiplas dimensões, na medida em que acentuava a instabilidade de formas e significados própria às situa-

²⁴ MAXWELL, 1977, p. 254.

²⁵ LIBBY, Douglas Cole. Novas considerações sobre a protoindustrialização mineira nos séculos XVIII e XIX. Revista do Departamento de História, Belo Horizonte: UFMG, n. 9, p. 149-160, 1989; LUNA, Francisco Vidal. Minas Gerais: Escravos e Senhores. Análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804). São Paulo: IPE/USP, 1981.



ções de crise,²⁶ viabilizando uma mobilidade social questionadora de padrões consagrados de estratificação, implodindo qualquer possibilidade de uma monolítica percepção do binômio “decadência-prosperidade”²⁷ e reordenando o próprio equilíbrio entre áreas até então relacionadas horizontalmente.²⁸ Assim, embora a “clemência” da Rainha²⁹ tenha sido habilidosamente transformada em peça central do fortalecimento do poder monárquico,³⁰ as autoridades metropolitanas e coloniais não puderam ignorar a latência de problemas que, indispondo setores da elite mineira e do governo luso, desde 1789, passariam a ser reavaliados à luz dos próprios significados e alcances das políticas reformistas.

Já na fala do então vereador Dr. Diogo Pereira de Vasconcelos, pronunciada em sessão solene da Câmara de Vila Rica, em 22 de maio de 1792,³¹ em regozijo pelo suplício de Tiradentes, os perversos “frutos da sedição” eram denunciados não somente em nome da devida obediência ao trono luso e das “leis fundamentais e as da sucessão”, mas dos “motivos de interesse”, das “recompensas que devem esperar os vassallos beneméritos”.³² Esta comum condição – que englobava tanto o ser “Brasileiro” (expressão que povoa seu discurso), quanto o ser um “povo português” (expressão que aparece sob a ressalva “assim vos devo chamar”) – embora expressasse um sentimento de pertencimento político mais geral, próprio ao Antigo Regime, politizava-se mediante a conotação de igualdade impressa aos habitantes dos dois hemisférios, já que não existiria qualquer “diferença entre uns e outros; todos têm o mesmo Rei, a mesma Pátria comum”, sendo, portanto, merecedores de iguais benefícios.

Mediante a politização do referencial identitário ainda fincado nos moldes do Antigo Regime – o de “vassallos beneméritos” –, com base no

²⁶ NOVAIS, Fernando A. Condições de privacidade na colônia. In: _____. História da vida privada no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1999. (v. 1). p. 13-40.

²⁷ LINHARES, Maria Yedda Leite. O Brasil no Século XVIII e a Idade do Ouro: a Propósito da Problemática da Decadência. In: SEMINÁRIO SOBRE A CULTURA MINEIRA NO PERÍODO COLONIAL, N. 1979, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979. p. 166.

²⁸ PAIVA, Clotilde Andrade. População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX. 1996. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

²⁹ “Carta Régia de 15 de Outubro de 1790”, RIHGB, T. 37, parte 1, vol. 48, p. 17.

³⁰ “Memória do êxito que teve a Conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro, desde o dia 17 até 26 de Abril de 1792”, anônima, RIHGB, T. 44, parte 1, p. 141.

³¹ “Fala do Dr. Diogo Pereira de Vasconcelos, em sessão solene da Câmara de Vila Rica, em regozijo pelo fracasso da Inconfidência”, 22/05/1792. Arquivo Público Mineiro, Fundo/Coleção – Inconfidentes. O documento está publicado na RAPM, ano I, p. 401-415, jul./set. 1896.

³² Idem, grifo meu.



qual reproduziam-se as hierarquias e os distintivos sociais,³³ os súditos mineiros passavam a colocar seus destinos nas mãos do monarca, reforçando os vínculos de dependência e vassalagem. Simultaneamente, porém, dividiam esta responsabilidade com o soberano, que deveria lhes prestar ajuda e proteção, bem como estabelecer a completa igualdade entre “vassalos europeus” e “vassalos americanos”.

Esta prioridade já não podia ser ignorada pelo poder central, conforme revela o teor da Carta Régia dirigida ao então Governador da Capitania, Bernardo José de Lorena, em 1799, advertindo-o:

que os seus vassalos são todos Portugueses, e todos igualmente aptos para qualquer parte dos seus domínios, e que nunca permitirá que ninguém se lembre de fazer entre eles distinções, e que ouse lembrar, que o vassalo nascido na Beira não pode ter e ocupar empregos em qualquer lugar, vila, ou povoação dos seus domínios.³⁴

No contexto da propagação das reformas e princípios ideológicos formulados por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, desde 1796 –³⁵ e a despeito da grande distância entre a “mudança sócio-econômica e a elaboração da política” reformista –³⁶ as elites chamadas a participar ativamente da reorientação da política imperial dariam transparência a estas demandas locais e um mais específico contorno ao genérico princípio da “reciprocidade de interesses” entre as partes, fundando os termos sobre os quais se processaria a negação da condição colonial, a partir de 1808, bem como os referenciais que dariam tangibilidade às novas identidades coletivas em construção.

A documentação averiguada aponta para duas prioridades básicas que, naquele momento, pautaram esta negociação com o poder central. Por

³³ Em estudo recente, Cláudia Damasceno analisa o modo como a participação destas elites locais na “construção da coisa pública” eram, dentre outras, razões apresentadas por seus administradores na disputa por títulos honoríficos e funções administrativas, no processo de elevação dos arraiais a Vilas e destas a Cidades. (FONSECA, Cláudia Damasceno. Funções, hierarquias e privilégios urbanos. A concessão de títulos de Vila e Cidade na Capitania de Minas Gerais. *Vária História*, n. 29, p. 39-51, 2003.)

³⁴ “Distinção entre vassalos europeus e vassalos americanos”, por Luiz Beltrão de Gouvêa de Almeida, em nome de Sua Alteza Real. *Mafra*, 23/10/1799. *RIHGB*, Tomo XLVI, parte I, p. 237-238, 1883.

³⁵ Princípios estes formulados por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, na sua “Memória sobre o melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América”. *Brasília*, v. 4, p. 405-422, s.d.

³⁶ MAXWELL, 1977, p. 240.



um lado, o desenvolvimento das potencialidades locais – já à luz da nova realidade socioeconômica da Capitania – sob as quais passavam a vislumbrar a própria especificidade de suas condições sociais, definida pela maior proximidade com o que entendiam ser a Capitania “eleita” pelo soberano e, portanto, justificadoras de maiores autonomias e competências políticas. Daí o reenfoque do diagnóstico decadentista, ancorando as políticas reformistas nos novos ideais de *prosperidade, trabalho, civilização*³⁷ e justificando soluções que deveriam passar pelos “meios mais suaves”, combinando “sempre o interesse da causa pública com a conservação dos particulares”.³⁸

Simultaneamente, a condição de igualdade para com os “vassalos portugueses”, bem como a apropriação dos novos valores e referenciais, levavam em conta o complexo contexto social e racial da Capitania, a partir do qual as elites locais filtravam as políticas reformistas. Neste ponto, além do elevado percentual escravo – estimado em 46,4% da população total, para o ano de 1805 –,³⁹ Minas contava com um contingente de pardos e forros em permanente expansão e integração às diversas profissões e atividades, ocupando predominantemente os “setores menos privilegiados”, como o “artesanato, serviços em geral e jornaleiros”, mas também na condição de proprietários de escravos, ligados ao comércio, ou a cargos civis e militares.⁴⁰

Se numa sociedade marcada pela “vontade da distinção” e trespassada pelo reconhecimento da “escravidão como um valor”,⁴¹ este fato era por si só inquietante, impingindo fluidez aos referenciais de estratificação, na conjuntura política da crise, ele ganharia complexidade. Primeiramente, por agravar a já difícil compreensão do lugar de cada um em um universo cujos critérios de ordenação eram díspares e flexíveis.⁴² Neste

³⁷ CHAMON, Carla Simon. Festejos Imperiais: festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845). Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 68-80.

³⁸ “Registro de Cartas do Governador Pedro Maria Xavier de Atayde e Mello às Câmaras, Juizes e outras autoridades da Capitania”, 19/12/1807. In: Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, cód. 315, p. 42.

³⁹ MAXWELL, 1977, p. 302.

⁴⁰ COSTA, Iraci Del Nero da. Arraia-Miúda. Um Estudo sobre Não-Proprietários de Escravos no Brasil. São Paulo: MGSP Editores, 1992. p. 93.

⁴¹ SILVEIRA, Marco Antonio. O Universo do Indistinto. Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997.

⁴² Não é por outro motivo que em sua informação sobre as Minas, Saavedra reivindicava “que uma Lei proibisse aos mulatos a sucessão legítima aos brancos, e que aqueles à maneira dos espúrios só obtivessem alimentos”; “que muitos deles fossem obrigados a se empregar nos ofícios, e nas artes liberais, para que costumam ter muita habilidade [...] e principalmente proibir que uns pretos possam ter outros em escravidão, nem uns mulatos a outros mulatos, e menos que mulatos sejam escravos de negros; em cujo artigo tem chegado o abuso a haver filhos que compram seus Pais, irmãos a irmãs, e que lhes não deixam gozar plena liberdade”. (SAAVEDRA, Basílio Teixeira de. “Informação da Capitania de Minas”, de 30/03/1805. In: RAPM, 2:637-83, p. 675-677)



particular, cabe considerar que a perspectiva dos benefícios e autonomias contagiava, também, a população livre de cor da Capitania, influenciando nos seus ânimos.⁴³

Em segundo lugar, por em tal contexto generalizar-se o temor de uma sublevação dos escravos, a exemplo da ocorrida nas “Antilhas”,⁴⁴ e da experiência baiana, de 1798, a qual nos parece ter surtido efeitos muito mais concretos no cotidiano de Minas Gerais, mobilizando suas autoridades no sentido de aplacarem os diversos ensaios de insurreição que, naquele momento, pipocaram justamente no seio da população livre de cor. Capitaneados principalmente por elementos pardos da população – que embora integrados econômica e socialmente, não puderam fugir ao “estigma da escravidão” – estes movimentos ocorreram em diversos pontos das Minas,⁴⁵ orientando as denúncias das inúmeras “desordens” perpetradas por livres e forros.

A inserção destes segmentos na conjuntura da crise também não foi uniforme. Assim, se por um lado os pardos que já haviam galgado certa ascensão econômica e social puderam se valer de recursos de reivindicação franqueados aos demais súditos americanos e legitimados segundo critérios característicos do Antigo Regime,⁴⁶ por outro, esta atuação frequentemente ameaçou fugir ao controle das autoridades, envolvendo aqueles indivíduos descritos como “Vadios, ladrões e criminosos [que] fazem uma boa parte dos seus habitantes”.⁴⁷

⁴³ É assim que, em Ofício dirigido ao Ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 17 de Abril de 1798, o Governador Bernardo José de Lorena referia-se a umas “petições [...] dos Homens Pardos e Pretos libertos desta Capitania”, relativas à concessão de sesmarias, alertando que o “grandíssimo excesso em número que levam Pardos e Pretos sobre os Brancos nesta Capitania, parece-me será muito prejudicial, se V. Majestade favorecer mais em geral àquela casta de gente, do que a tem já favorecido, pelas suas sábias e justíssimas Leis [...]”. (“Registro de Ofício do Governador Bernardo José de Lorena ao Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho”, de 17/04/1798. Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, Cód. 276, p. 26v.)

⁴⁴ “Registro de Ofício do Governador Bernardo José de Lorena ao Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho”, de 17/04/1798. Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, Cód. 276, p. 26v.

⁴⁵ Como exemplo, ver insubordinação dos pardos milicianos do Distrito de Itabira do Mato Dentro (região metalúrgica de Minas), seguindo auto do Juiz Ordinário Manuel Teixeira da Silva, de Vila Nova da Rainha. (1798). (Arquivo Público Mineiro, Secretaria de Governo, CX 40, Doc 46, p. 1). Outros documentos de mesmo teor são analisados por SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Identidades em Construção. O processo de politização das identidades coletivas em Minas Gerais (1792-1831)*. São Paulo: USP, Faculdade de História, 2007. (Relatório Final de Pós-Doutoramento).

⁴⁶ Desde meados do XVIII, os pardos da província valeram-se de mecanismos consagrados pelo modo de fazer política do Antigo Regime, a fim de galgarem conquistas no plano dos direitos civis. (SILVEIRA, Marco Antônio. *Soberania e Conflito Social: negros e mestiços libertos na Capitania de Minas Gerais (1709-1763)*. In: SILVA, M. A.; CHAVES, Cláudia Maria das Graças. (Orgs.). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília, DF: CAPES, 2007. p. 25-47.

⁴⁷ É este o teor da denúncia que partia da distante Paracatu do Príncipe, situada no noroeste mineiro e envolvida no clima de euforia pela recente criação da Vila (1798), quando ocorreram “mortes, roubos, assassinios, e toda a sorte de insultos” por parte dessa população livre pobre, segundo denúncia do então Juiz de Fora ao Capitão General de Minas, em 9 de dezembro de 1798. (“Correspondência da Câmara da Barra do Rio Grande do Sul de 09/12/1798”. Arquivo Público Mineiro, Secretaria de Governo, cx. 41, doc 07.)



Assim como os “motivos de interesse” e o ideal de preservação e ampliação dos “benefícios” fundavam a recusa a um governo tido por despótico, os limites destas reivindicações estavam claramente dados pelo consensual desejo de preservação da ordem e do senso de distinção social. Estas as balizas que orientaram o instável alinhamento político das elites mineiras aos projetos arquitetados pelo centro metropolitano, pautando a formação das alianças e das identidades políticas. Estas últimas, expressas antes pela negatividade – a recusa aos vários sentidos de alteridade que se antepunham às prioridades dos súditos das Minas, mediante os quais marcavam a semelhança e a diferença em relação aos “vasallos europeus” e, simultaneamente, à população livre de cor –, que por uma positividade, capaz de informar aquilo que “um grupo considerava ser e que, por conseguinte, o fazia diferente dos demais”.⁴⁸

*

Desde 1808, o processo das formações identitárias entre os súditos mineiros foi reconfigurado pelas alterações nas variáveis macropolíticas em questão: especificamente, os impactos que o deslocamento da sede do poder político imperial para a colônia americana teve sobre a percepção que os homens da época acerca da “adequação do Estado português ao novo equilíbrio entre suas diferentes partes”.⁴⁹ Além disso, a instalação da Corte no Rio de Janeiro impôs, inegavelmente, uma crescente complexidade da vida – econômica, política, social e cultural – a qual, afetando mais diretamente as províncias do Centro-Sul, instaurou novas abrangências no interior das quais as identidades foram construídas e politizadas.

Neste sentido, um primeiro ponto a ser considerado é o verdadeiro “entusiasmo” com o qual as elites mineiras receberam a notícia da transferência da Corte para o Brasil, em 1808, registrando, nas inúmeras correspondências emitidas pelas Vilas da Capitania, o nexos entre a regeneração da Monarquia e as potencialidades do Novo Mundo, cujo aproveitamento demandava a presença régia.⁵⁰

⁴⁸ GUERRA, François-Xavier. A nação na América espanhola: a questão das origens, 1999/2000, p. 13.

⁴⁹ JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo Garrido, 2000.

⁵⁰ SILVA, Ana Rosa Clocllet da. Inventando a Nação JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo Garrido., Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006. p. 234-239.



Entretanto, embora esta expectativa geral induzisse o apoio imediato às políticas emanadas do poder central, fortalecendo aquele sentimento de “Patriotismo” pelo qual aderiam ao referencial de pertencimento político mais geral – o Império – bem como a identidade de “Verdadeiros Portugueses”,⁵¹ o que os diversos setores da elite mineira vislumbravam era, muito mais, a prosperidade da Capitania – quando não de suas regiões específicas –, embasados que estavam numa percepção fragmentada e geograficamente localizada da realidade colonial.⁵² Progressivamente, consolidava-se entre as elites locais o sentimento de que a melhor forma de concorrerem para o sucesso do Império era cuidando da prosperidade de suas partes.⁵³

Neste sentido, 1808 representou um marco no despertar destes homens “para os propósitos e medidas políticas que atingiam diretamente a vida de vilas e arraiais onde moravam”, sem procurar ligá-los, necessariamente, “aos destinos do país como um todo”.⁵⁴ De outro modo, as “políticas pragmáticas” levadas a cabo pelo reinado joanino com vistas a fixar as bases da Monarquia na nova sede do Império –,⁵⁵ não surtiram o efeito de uniformizar as diversas partes da colônia e, tampouco, de Minas Gerais, reconfigurada e dinamizada no seu perfil econômico-demográfico,⁵⁶ bem como nas relações entre espaços que, até então, relacionavam-se horizontalmente.⁵⁷ Tudo isso, inscrevendo as construções identitárias na múltipla e simultânea convivência de diversos níveis de pertencimento político, valores e referenciais, que pautaram o forjamento da unidade.

⁵¹ “Representação da Câmara de São João del Rei”, de 27/02/1808. In: As Câmaras Municipais e a Independência. v. 2. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. p. 323.

⁵² SANTOS, Afonso C. Marques dos. No rascunho da Nação: Inconfidência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; Departamento-Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

⁵³ Ilustrativo deste fato foram as controvérsias geradas na Vila de Pitanguy, por ocasião da eleição do procurador local, “que houvesse de ir beijar as mãos de Sua Alteza Real”, quando o “donativo de seiscentos mil réis, das rendas de aferições e cabeças” do Conselho, previsto para ser entregue em auxílio aos gastos com a viagem de D. João VI não chegara a seu destino final, decisão esta acordada entre os vereadores, em virtude das “precárias condições pecuniárias do Conselho”, bem como do povo, sobrecarregado de impostos, dentre os quais pesava o subsídio voluntário. (“Um beija-mão que provoca barulho em Pitangy”, por Onofre Mendes Junior. In: RAPM, Ano XXII, 1928, p. 149-158.)

⁵⁴ CHAMON, Carla Simone, 2002, p. 68. Para a autora, este engajamento na vida política do país só se daria nas décadas de 30 e 40 do século XIX.

⁵⁵ Incluíam-se aqui a expansão do comércio e atividades produtivas; medidas protecionistas; abertura de estradas e caminhos inter-regionais, bem como projetos de “infra-estrutura” e uma “liberal política de distribuição de terras”. (LENHARO, Alcir. As Tropas da Moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993. p. 27 e 57.)

⁵⁶ BERNARD, Laird W. Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888. Cambridge: University Press, s.d.

⁵⁷ PAIVA, Clotilde Andrade, 1996, p. 123-127.



A nós, cabe ressaltar que, se num primeiro momento estes sentimentos - revertidos em diagnósticos e propostas específicas para a resolução de questões desde antes prementes na Capitania - desautorizavam toda e qualquer medida restritiva das autonomias conquistadas - dentre as quais as “interessantíssimas” comunicações intra e inter-capitanias -,⁵⁸ progressivamente, a rendição da obediência e fidelidade ao Soberano tornam-se indissociáveis dos benefícios conquistados, em nome dos quais rogavam pela “conservação e prosperidade de todos os seus Reinos e Domínios nas quatro partes do Mundo”.⁵⁹

Benefícios e conquistas que tendem a assumir um caráter irreversível, principalmente a partir da inflexão representada, do ponto de vista dos referenciais políticos das elites, pelos marcos de 1815 e 1817. No primeiro caso, porque a nova categoria de Reino, conferida ao Brasil, instalava as bases da própria “tangibilidade da nação”,⁶⁰ precisando sua dimensão territorial e dotando-a de um centro de poder próprio. No segundo, porque a coroação de D. João VI na América solidificou o sentimento de naturalização da Monarquia no Brasil e, portanto, de definitiva supressão do vínculo colonial.

Nos festejos ocorridos em Sabará, por ocasião da aclamação de D. João VI, uma embaixada africana desfilava “um Carro todo coberto de Damasco em forma de Embarcação”, que entrara na Praça sob a fala do seu Maioral, rendendo vassalagem ao senhor Dom João Sexto, referido como “o Melhor dos Reis, aquele [...] que Veio Fundar na América um Novo Império” e já dava concretude a tal ação, mostrando-se “Fundador deste Vasto Reino do Brasil”, composto por “ditosos Brasileiros”.⁶¹

O envio de uma embaixada africana ao Brasil, na ocasião de tão importante festividade pública, não era fato inédito nas práticas políticas que articulavam as diferentes partes da Monarquia portuguesa, nos séculos XVIII e XIX.⁶² Entretanto, para além da mistura do extraordinário e do exótico, neste contexto, constituindo “tópicos bem marcadas”, pertencen-

⁵⁸ “Ofício de D. Manuel de Portugal e Castro”, de 1815 (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, IJJ9, cód. 469, cx 392, doc 10.)

⁵⁹ “Ofício da Vila da Campanha da Princesa”, de 15/01/1814. In: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo IJJ9, pac. 525, cx 504.

⁶⁰ Segundo Guerra, o Reino remete a uma “unidade política completa, englobando múltiplas comunidades locais num território dotado das mesmas instituições e de um mesmo governo”, implicando, ainda, “uma unidade moral pelo sentimento que seus habitantes têm de uma filiação e de uma diferença comuns com comunidades análogas”. (GUERRA, François-Xavier. *A nação na América espanhola: a questão das origens*, 1999/2000, p. 15.)

⁶¹ “Festejos em Sabará na ocasião da aclamação de D. João VI (1817)”. In: RAPM, ano X, fasc. III e IV, jul-dez de 1805, p. 735-740, grifo meu.

⁶² LARA, Silvia, H. *Fragmentos Setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.



centes a um modo de fazer política característico do Antigo Regime, vale atentar para o significado das expressões grifadas, as quais corroboram o argumento segundo o qual, a partir de 1815 e, mais fortemente, 1817, não só a “anterior identidade luso-americana poderia tornar-se brasileira”, mas a própria “nação brasileira tornava-se pensável se referida ao Estado”,⁶³ recriando, a partir deste novo referencial político, a articulação imperial desde antes projetada.

Inscritas neste embate pela preservação e ampliação das autonomias adquiridas desde pelos menos 1792 e orientadas pelos novos valores e referenciais em curso, as identidades em gestação politizam-se no contexto mais imediato da Independência, revelando seus potenciais de suporte a atitudes e projetos políticos, conforme passaremos a analisar.

A politização das identidades na conjuntura da independência

Entre 1820 e 1822, o Império português presenciou rupturas de natureza qualitativa nos fundamentos da Monarquia, politizando o debate acerca da natureza da representação e da soberania americana, bem como da própria ideia de nação.⁶⁴ Mediante a eclosão revolucionária do Porto, intelectuais e estadistas dos dois hemisférios viram-se na incumbência de proceder à redefinição das bases políticas da unidade portuguesa,⁶⁵ forjando um novo “pacto social”, capaz de informar a estruturação dos poderes e as funções do Estado.

Em nível das partes assimétricas que, até 1822, compunham o conjunto da Monarquia portuguesa, as manifestações e formas de encaminhamento do fenômeno em curso ganharam tonalidades próprias, bem como outros marcos cronológicos assumiram relevo, demarcando os pontos de mutação do imaginário e das práticas políticas vigentes.⁶⁶ Desse modo, a adesão ao constitucionalismo e às novas formas de representação política – expressas na instalação das Juntas provisórias e na eleição dos deputados para compor as Cortes de Lisboa – não com-

⁶³ JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo Garrido, 2000.

⁶⁴ HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do Poder. In: MATTOSO, José. (Dir.), História de Portugal. O Antigo Regime. Rio de Mouro: Lexi Cultural, 2002. p. 145-172.

⁶⁵ SILVA, Ana Rosa Clocllet da. Inventando a Nação, 2006.

⁶⁶ Segundo Guerra, analisando o processo de desintegração do império espanhol na América, tratam-se daqueles “pontos de mutação” – ideológica e nas formas de representação política –, que abrem o processo de construção da “modernidade política” na América. (GUERRA, François Xavier. Modernidad e independências. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México: Editora Mapfre, 1992)

⁶⁷ BERBEL, Marcia Regina. A Nação como Artefato. São Paulo: Hucitec, 1999.



portou, em nenhum dos casos, sincronia e unissonidade de tendências, seja entre as várias províncias, seja no interior dos governos locais onde, desde cedo, pulsaram disputas pelo controle da situação.

No caso mineiro, a mutação ideológica e nas formas de representação política, inaugurada pela Revolução do Porto, impôs às autoridades da província proceder à urgente “elaboração sobre sua própria definição nacional”.⁶⁷ Aqui, porém, contrariando a tese de que a “especificidade mineira” residira no papel da Província de “berço da unidade” e “liberdade” nacionais – seja por aderir prontamente à opção pedrina, em 1822, seja por encampar um projeto liberal moderado externado na política nacional após 1831 –⁶⁸ as profundas cisões entre os segmentos de suas elites, aguçadas e reorientadas pelos impactos do Constitucionalismo, recolocaram no centro do debate os dois polos básicos de questões, balizadores das tendências em jogo.

Por um lado, a preocupação em preservarem-se antigas autonomias, agora vislumbradas sob a perspectiva dos “legítimos direitos constitucionais adquiridos”,⁷⁰ o que orientava a formação das alianças e contendas políticas no sentido de recusa ao genérico “despotismo”. Este último assumia diferentes significados – na medida em que também eram vários os níveis de autonomia defendidos – sendo ora identificado à atuação dos elementos mais diretamente associados às forças do Antigo Regime (como era o caso do antigo Governador da Capitania e Presidente do Governo Provisório, D. Manoel de Portugal e Castro),⁷⁰ ora às atitudes “recolonizadoras” das Cortes lisboetas,⁷¹ ora à inércia absolutista de D. Pedro I,⁷² ora, ainda, à atuação de potentados que, tendo seu poder pessoal e institucional questionado pelo constitucionalismo, teceram alianças e externaram práticas políticas nuançadas por concepções de poder que remetiam a uma trajetória regional similar, ainda que nem sempre uniforme, destoante de uma subordinação quer ao Governo provincial, quer ao centro instalado no Rio de Janeiro.⁷³

⁶⁷ BERBEL, Marcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo: Hucitec, 1999.

⁶⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. *Historiografia mineira: tendências e contrastes*. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 20, p. 45-59, mar. 1999.

⁶⁹ Ofícios para o Soberano Congresso, Vila Rica, 7 de Janeiro de 1822. In: RAPM, ano de 1904, vol. IX, p. 607-610.

⁷⁰ “Ofício de Manuel de Castro”, de 30/07/1821 (Vila Rica). In: *Avulsos do Conselho Ultramarino*, Minas Gerais, MSS 544, Rolo 174, Doc 27, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos.

⁷¹ “Comunicação ao Governo Provisório de Minas Gerais (1822), dos deputados eleitos pela Província às Cortes Portuguesas, de não seguirem para Lisboa e dos motivos porque assim deliberaram”, 25/02/1822. In: RAPM, 1897, vol. 2.

⁷² “Ofício da Junta de Ouro Preto para o Soberano Congresso”, Vila Rica, 07/01/1822. In: RAPM, ano de 1904, vol. IX, p. 607-610; “Ofício da Junta de Ouro Preto para o Ministro de Estado dos Negócios do Reino Francisco José Vieira”, 05/02/1822. In: RAPM, ano de 1904, vol. IX, p. 607.

⁷³ “Movimento político em Paracatu (1822)”. In: RAPM, ano de 1898, vol. III, p. 288-290.



Por outro lado, a fala das autoridades mineiras é consensual na denúncia dos “riscos da Anarquia”, expressão que aludia às camadas desajustadas econômica e socialmente – os “infinitos vadios, homens brancos, mestiços, pardos cabras e crioulos forros”⁷⁴ associadas aos temores de uma revolta generalizada dos escravos. A despeito da existência ou não de condições concretas para esta última ocorrer, o fato é que, no período de 1820-22, vários planos de sublevação das “classes ínfimas” pipocaram pela Província, insuflados quer pela disseminação dos princípios liberais, quer pela cisão entre as elites, fragmentando sua autoridade,⁷⁵ quer ainda pela atuação destas como patrocinadoras da ação de cativos e forros contra seus oponentes políticos.⁷⁶

No quadro da sociedade mineira da primeira metade do XIX, estas tensões repousavam, ainda, no já mencionado fato de haver um enorme contingente de pardos – livres e forros – os quais, já parcialmente contemplados pelas conquistas materiais em curso e inseridos na esfera dos direitos civis,⁷⁷ passavam a demandar, também, um lugar na esfera da representação política.

Ao refletir sobre o tema, o antigo governador de Minas, Portugal e Castro, sugeria uma estratégia bastante conveniente e, progressivamente, veiculada também pelas elites liberais-moderadas da Província, na elaboração das suas alianças e vínculos identitários.⁷⁸ Por um lado, promover uma identificação de interesses entre a população livre de cor e a camada dominante, a partir de uma comum condição de proprietários, a qual, sobrepujando-se ao estigma da cor, mostrava-se a via de acesso ao status de cidadão pleno em direitos e deveres. Por outro, a assimilação dos pardos proprietários a uma sociedade pretensamente branca, funcionava como poderoso instrumento para diluir seus vínculos com o

⁷⁴ Carta Missiva de José Fernandes de Sousa para o presidente da Assembléia Nacional, dirigida à Comissão do Ultramar, apresentando os vários pontos que haja necessidade de serem discutidos para o bem do povo daquela Comarca, de 15/09/1821. (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, Avulsos do Conselho Ultramarino – Minas Gerais, ms 544, cx 188, rolo 174, doc 24)

⁷⁵ ANASTASIA, Carla M. J. Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

⁷⁶ Alguns destes planos de sublevação, relatados pelas autoridades encarregadas de averiguá-los e dissolvê-los, estão relatados na documentação reunida no Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, JGP1/3, Cx 1, Av (08/01/1822). Este mesmo “padrão das revoltas” pode ser verificado em outros períodos na província, conforme estudo de Marcos Ferreira de Andrade, “Rebeliões escravas na Comarca de Ouro Preto”. *Vária História*, Belo Horizonte, n. 17, mar/1997, p. 237-257.

⁷⁷ SILVEIRA, Marco Antônio. Acumulando forças: luta pela alforria e demandas políticas na Capitania de Minas Gerais (1750-1808). *Revista de História (USP)*, v. 158, p. 131-158, 2008.

⁷⁸ SILVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.



cativeiro – e, portanto, com uma comum origem escrava –, isolando, no extremo oposto, aqueles segmentos – escravos e livres marginais – que, consensualmente, não deveriam figurar na sociedade civil.⁷⁹

Dá a cautela com a qual o ex-governador da Capitania propunha o encaminhamento da discussão acerca dos critérios da representatividade política, no contexto da adoção das Bases da Constituição de Cádiz por Portugal, atentando para o fato de que:

[...] Os pardos se acham estabelecidos, uns com propriedade e bens de raiz e escravos, outros com fundos próprios negociando, e outros com escravos empregados na mineração e lavoura concorrendo com impostos e tributos para as despesas do Estado, Dízimos, Quintos, Décima, Siza [...] e outros impostos; foram os mesmos pardos elevados a consideração Política e pelos seus serviços nos Corpos e Regimentos Milicianos, onde são Oficiais e Oficiais superiores, e por outros empregos estão gozando de grandes privilégios e isenções, e se agora se removessem do foro de Cidadão Português seria privá-los sem culpa das graças e honras concedidas, revogando leis, usos e costumes da Nação; [...] seria animar escandalosas intrigas declarando-se pardo o que já pretende ser branco, e muitas vezes é reputado tal, pela distância em que se acha do tronco Africano; [...] e seria finalmente excitar o desgosto de uma grande parte ou a maior da Província, aumentar a indisposição e desconfiança de serem desprezados pelos brancos, e promover a união a outros desgostos, e com ela ameaçarem a segurança Pública com desordens perigosas sempre ao Estado e de incerto efeito [...].⁸⁰

Além de contar nas articulações das elites mineiras com o poder central, a necessidade de controlar e neutralizar a ação dos novos protagonistas pesou na elaboração sobre “a própria definição nacional”, imposta aos “brasileiros” desde 1821.

⁷⁹ “Ofício do Governador D. Manuel de Portugal e Castro, examinado os Artigos da Constituição Espanhola que respeitam à formação das Cortes, das Juntas Eleitorais de Paróquia, Comarca e Província, com as Instruções dadas para a sua execução em Portugal e mandadas observar no Reino do Brasil pelo Decreto de 7 de Março” de 1821. (APM, Fundo Secretaria de Governo (SG), Avulsos, cx 121, pac. 22, fls. 1-2)

⁸⁰ As reflexões de Castro pautavam-se no exame dos “Artigos da Constituição Espanhola que respeitam à formação das Cortes, das Juntas Eleitorais de Paróquia, Comarca e Província, com as Instruções dadas para a sua execução em Portugal e mandadas observar no Reino do Brasil pelo Decreto de 7 de Março” de 1821. Criticava, basicamente, o teor do Artigo 28, que excluía os pardos e crioulos descendentes de africanos da base da representação nacional. CASTRO, D. Manuel de Portugal e. “Sobre eleições pa. Const. Portuguesa”, Vila Rica, 21/04/1821. (Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretaria de Governo (SG), Avulsos, cx 121, pac. 22, 4 fls, grifo meu)



Sob tal enfoque, ainda que na perspectiva dos liberais da província o referencial de pertencimento político comum continuasse sendo a “Nação Portuguesa” –⁸¹ referida aos “Portugueses de todos os Hemisférios” –⁸² e a adesão às Cortes soasse como uma possibilidade de ampliar e solidificar autonomias adquiridas, já então, o embate político ia delineando os contornos do “ser brasileiro”.

Era neste sentido que o “caráter enérgico, pertinaz e teimoso, acostumado ao mando absoluto”⁸³ do ex-Governador passava a ser estendido à “prepotência dos funcionários públicos” e autoridades do período joanino, aguçando não só as rivalidades entre “portugueses europeus” e “brasileiros” no interior da província, mas a própria associação da figura de D. Pedro à conduta denunciada.

Ainda que o antilusitanismo tenha aflorado durante o primeiro Reinado,⁸⁴ a questão se torna premente no interior da província desde a instalação do debate constitucionalista, orientando, no contexto da Independência, a portaria de D. Pedro expedida ao Governo Provisório, que instruíra para “não aceitar, nem dar posse a Empregado algum, Eclesiástico, Civil, ou Militar, que vier despachado de Portugal [...]”⁸⁵

À época do primeiro Governo Provisório, a mesma preocupação transparece nas reflexões do autor de uma Carta Anônima veiculada na província mineira, o qual recomendava como “mui política a aplanização e temporária exclusão dos Europeus quanto a Empregos públicos de primeira ordem”, por serem os “naturais do País que dá ouro, e brilhantes [...] mais ambiciosos que aventos”.⁸⁶ Embora sem autoria, o documento sugere que este incipiente antilusitanismo não só repousava nos anseios dos grupos locais por galgar projeção política no cenário nacional –⁸⁷ “ambiciosos” que eram –, mas funcionava como instrumento da propaganda anticonstitucional, uma vez que se argumentava:

⁸¹ As Câmaras Municipais e a Independência, op.cit., p. 31.

⁸² Idem, p. 34.

⁸³ SANTOS, Joaquim Felício dos. Memórias do Distrito Diamantino. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 361-362.

⁸⁴ RIBEIRO, Gladys Sabina. A Liberdade em Construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002.

⁸⁵ “Registro de Offícios do Governo ao Ministério”- 1821-1822. A portaria é de 05/08/1822. (Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial-07, p. 65V 27/AGO/1822)

⁸⁶ “Carta anônima que apareceu em Ouro Preto à época da eleição do 1o. Governo Provisório, aludindo a uma possível guerra com Portugal, pela Independência do Brasil”. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, Coleção Minas Gerais, ref. II- 36, 05,002.

⁸⁷ Na interpretação de Salles, nesta perspectiva de acesso à esfera das decisões políticas residira o apoio dos novos grupos mercantis do Centro-Sul à volta de D. João VI para Portugal, bem como da posterior instalação da Assembleia Constituinte no Brasil. (OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. A Astúcia Liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro. Bragança Paulista; São Paulo: Ícone; EDUSP, 1999)



[...] a guerra com Portugal é inevitável, mas conveniente: é ela que há de distrair os povos do afincamento com que pensam em arranjos constitucionais, e só ela nos fará cair nas mãos limitáveis poderes e tropas, que ao comando de criaturas nossas, enfim, proclamarão nosso antigo sistema.⁸⁸

Assim, ao desviar os ânimos para este nível das alteridades, forjava-se a ideia de unidade da classe proprietária, promovendo, simultaneamente, a associação simbólica entre aquele que começava a ser associado ao “estrangeiro” – o português – e as novas formas constitucionais. Ao mesmo tempo, tal estratégia matizava as tensões de ordem social e racial pulsantes na província, antecipando-se à postura dos nossos primeiros legisladores, reunidos em 1823, ao definirem critérios ineditamente inclusivos de cidadania – que contemplavam a população livre de cor⁸⁹ –, demarcando a nacionalidade como seu referente central.⁹⁰

*

Os extremos da Anarquia e do Despotismo converteram-se, assim, nos principais vetores da atuação das elites mineiras, bem como de suas construções identitárias, entre 1820-1822. Era, em outros termos, por negação a ambas as possibilidades que, progressivamente, aderiram à opção pela Monarquia Constitucional na figura de D. Pedro, reconhecendo-se como “brasileiros”, termo que não excluía, num primeiro momento, o sentimento de pertencimento político à Grande família lusitana, mas que se politizava mediante a adesão à “causa do Brasil”.

Esta última, contudo, viu-se matizada pelas clivagens de classe, vínculos étnicos e realidades materiais e sociais distintas que caracterizaram as Minas oitocentistas, diluindo qualquer possibilidade de uma imediata e consensual aliança entre as esferas de poder local – as Câmaras municipais – e regional – o Governo Provisório – ao centro político do novo

⁸⁸ “Carta anônima que apareceu em Ouro Preto à época da eleição do 1o. Governo Provisório...”, op. cit.

⁸⁹ A decisão final da Assembleia Constituinte de 1823, a tal respeito, considerava “cidadãos brasileiros todos os escravos que obtivessem carta de alforria” e, aos libertos, franqueava participação nas eleições primárias (em nível das paróquias), não havendo qualquer restrição à participação de seus descendentes também nas eleições secundárias. (BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael de Bivar. A ausência da raça: escravidão, cidadania e ideologia pró-escravista nas Cortes de Lisboa e na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1824). In: SILVEIRA, M. Antônio; CHAVES, Cláudia Maria das Graças. (Orgs.). Território, conflito e identidade. Belo Horizonte: Argumentvm; Brasília, DF: CAPES, 2007. p. 72.

⁹⁰ SLEMIAN, Andréa. Seriam todos Cidadãos? Impasses na Construção da Cidadania nos Primórdios do Constitucionalismo no Brasil (1823-1824). In: JANCSÓ, István. (Org.). Independência: História e Historiografia. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005, p. 329-349.



Império, sob o signo de uma identidade pretensamente nacional.⁹¹ Da mesma forma, processo marcado por uma peculiar arquitetura dos poderes, herdada da tradição lusitana, em que a “inexistência de poderes formalizados de âmbito regional” implicaria que os esforços de centralização protagonizados pela Monarquia resultassem antes de vínculos diretamente estabelecidos entre o Príncipe e os poderes locais, que lhe emprestavam legitimidade, ao mesmo tempo em que se revelavam marcadamente “a-regional[is] e anti-regional[is]”.⁹²

Expressivo de ambos os aspectos subjacentes ao forjamento da precária “unidade” das elites mineiras no momento da Independência, são as diferentes manifestações verificadas nas Vilas percorridas por D. Pedro I, durante sua viagem à Província, entre março e abril de 1822. Supostamente empreendida com o objetivo de aplacar os ânimos autonomistas da Junta ouro-pretana,⁹³ que destoavam do “adesismo” dos políticos transferidos para a órbita do poder central – o vice-presidente da Junta, Teixeira Vasconcelos, e os deputados eleitos para comporem as Cortes, declinantes em relação a tal propósito – e instigada pelos diversos apelos das Câmaras – temerosas dos males supostamente advindos se continuasse “o atual Governo Provisório no seu violento modo de proceder” –,⁹⁴ a viagem do Príncipe a Minas sinalizou as múltiplas possibilidades de ruptura do sistema luso-brasileiro, bem como o sentido de negociação, que continuava condicionando obediência e fidelidade a interesses materiais muito concretos.

No caso dos proprietários ligados à economia agrário-mercantil do Sul mineiro, tal foi a perspectiva que pesou na defesa da fixação de um Executivo no Rio de Janeiro e, num segundo momento, a própria ruptura com Portugal, maneira pela qual almejavam preservar a autonomia material e galgar projeção política. Para estes, além do status conferido

⁹¹ Neste ponto, cabe lembrar as observações do historiador argentino José Carlos Chiaramonte, ao denunciar a insistente busca das origens das nações americanas, refletida em três lócus: o primeiro (mais comum e mais tradicional), nas “comunidades com personalidade nacional”, tomadas como correspondentes aos novos Estados independentes; o segundo (e, talvez, uma consequência lógica do primeiro), na atuação sobretudo do Estado (nacional), tomado como “produtor” das nações americanas; e, finalmente, na identidade “americana”, suposto sentimento impulsionador dos futuros apegos nacionais. (CHIARAMONTE, José Carlos. *El mito de los orígenes en la historiografía latinoamericana*. Cuadernos del Instituto Ravignani, Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, Universidad de Buenos Aires)

⁹² MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os concelhos e as comunidades. In: Mattoso, José. (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa. (v. 4). p. 309.

⁹³ “Portaria”, expedida por Estevão Ribeiro de Rezende de Capão Lana, a 09/04/1822, in: RAPM, ano de 1909, vol. XIV, p. 353.

⁹⁴ Ofício da Câmara de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, ao Príncipe Regente do Brasil, de 09/04/1822, in: RAPM, ano de 1909, vol. XIV, p. 353.



pela visita do Príncipe,⁹⁵ esta vinha, geralmente, regada por benfeitorias e outras intervenções favoráveis a seus negócios particulares –, mandando abrir estradas para viabilizar o comércio, fazendo concessão de terras,⁹⁶ bem como mandando soltar escravos presos “sem legítima razão”⁹⁷ –, sem contar ainda os agradecimentos com cargos e promoções.⁹⁸

Patrocinada pelas Câmaras municipais, é certo que esta forma de estabelecimento do novo “pacto político” preservava modos consagrados de exercício do poder local – e, portanto, da própria força e autonomia de suas elites –, “evitando o surgimento de alguma outra instituição ou modo de representação que dilatasse o sentido da legitimidade e, no limite, da liberdade”.⁹⁹ Entretanto, além de não ter sido a chave única sobre a qual se processou a ruptura luso-brasileira, a adesão comportou sentidos diversos, mesmo entre as Vilas mais diretamente vinculadas ao Rio de Janeiro, onde a legitimidade do Príncipe fundava-se ora no seu reconhecimento como “Digno Sustentáculo do Sistema Constitucional” –¹⁰⁰ noção esta em grande medida imposta pela sociedade civil –,¹⁰¹ ora em critérios próprios ao Antigo Regime, como o apego à tradição dinástica e ao costume,¹⁰² bem como às supostas “transcendentes qualidades”¹⁰³ do governante.

Esgarçava-se, assim, um processo em que antigos valores e referenciais conviviam e emprestavam legitimidade às formas políticas modernas, ao mesmo tempo em que, em quaisquer de suas tendências, os desejos de “autonomias” e a comum necessidade de controlar e neutralizar a ação dos novos protagonistas condicionaram as soluções de compromisso com o poder central.¹⁰⁴ Este último, por sua vez, soube valer-se

⁹⁵ BARREIROS, Eduardo C.. D. Pedro – Jornada a Minas Gerais em 1822. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

⁹⁶ LENHARO, Alcir, 1993, p. 58-65.

⁹⁷ “Portaria”, de 11/04/1822, RAPM, ano de 1909, vol. XIV, p. 381.

⁹⁸ “Decreto” de 19/04/1822, por Estevão Ribeiro de Rezende, in: RAPM, ano 1909, vol. XIV, p. 405.

⁹⁹ SOUZA, Iara Lis Carvalho. Pátria Coroada. O Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 107-150.

¹⁰⁰ “Ofício de Pedro Gomes Nogueira, Coronel de Cavalaria de Sabará”, de 09/04/1822, in: RAPM, ano de 1909, vol. XIV, p. 354.

¹⁰¹ “Câmara de São João Del Rei”, 11/03/1822, in: As câmaras municipais e a independência, vol. 2, op. cit., p. 324-326.

¹⁰² “Câmara de Barbacena”, 28/05/1822, in: As câmaras municipais e a independência, vol. 2, op. cit., p. 31-36.

¹⁰³ “Câmara de São Bento de Tamanduá”, idem, p. 136.

¹⁰⁴ Tal postura marcou a própria atuação da Junta ouro-pretana, cujos membros, em Ofício de 19 de Fevereiro de 1822, predispunham-se a conciliar com o Vice-Presidente José Teixeira de Vasconcelos, em troca de auxílios destinados a aplacar “algumas perturbações” que pipocavam pela Província. Referiam-se, especificamente, aos fatos ocorridos no “Distrito de Minas Novas, nas Vilas de Príncipe e de Tamanduá”, onde “tem-se notado vários ajuntamentos de negros, espalhando vozes da liberdade, e por tais motivos tem sido necessário socorrer estes lugares de mais Tropa do Regimento de Linha [...]”. (As Juntas Governativas e a Independência, op. cit., p. 866)



dos ânimos dos mineiros, viabilizando a precária unidade em torno da monarquia constitucional que, na visão de José Bonifácio – seu principal mentor e articulador – se adequava perfeitamente a homens animados pelo desejo de uma “liberdade individual” e não a “pública ou política”,¹⁰⁵ que não conheciam “outras distinções sociais, que ser brancos e ter dinheiro”, e cujos “costumes e caráter [...] eram eminentemente aristocráticos”.¹⁰⁶

De “portugueses” a “brasileiros”: a inversão da lógica das alteridades

A conjuntura de 1822 a 1831 apresenta-se sob a marca das diferentes questões externadas na trajetória “de um Império a outro”, processo do qual emergiria, em meados do XIX, uma nação brasileira dotada de feição própria. Neste contexto, a opção alinhavada em torno da Monarquia Constitucional, tendo a frente um herdeiro da Casa de Bragança, ao mesmo tempo que se revelava aquele “caminho do meio”¹⁰⁷ – neutralizador das alteridades recusadas pelas elites que transitaram para a fase nacional –, “mitigava a mudança radical operada nos fundamentos simbólicos” do conceito fundante do Estado brasileiro: “a passagem de uma noção de Monarquia como dimensão macro-política organizadora da diversidade, para aquela que a reconhecia por referência à própria Nação”.¹⁰⁸

O clima político em Minas Gerais no imediato pós-independência descortinava estas alterações qualitativas nos “fundamentos da moldura”, permitindo-nos perceber as tensões e conflitos que permearam a lenta supressão do “filtro português”. Tal dinâmica traduz-se na ressignificação do adesismo à persona de D. Pedro pelos grupos políticos mineiros, na conjuntura do Primeiro Reinado. Assim, se à época da independência, a tendência liberal-moderada da província difundia a ideia de que “só Ele podia conservar o Brasil no meio de tantos balanços, que agitaram as suas Províncias”, afastando tanto os “Monstros do Servilismo”, quanto as “Democracias populares”,¹⁰⁹ – apregoando por isso a indissociabilidade

¹⁰⁵ “Apontamentos sobre política”, Manuscrito pertencente à Coleção José Bonifácio do Museu Paulista, doc n. 228.

¹⁰⁶ “José Bonifácio (‘Notas Íntimas’)”. In: *Obra Política de José Bonifácio*. Brasília, DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973. (v. II). p. 119.

¹⁰⁷ Postura cara ao liberalismo-moderado, que ascende ao poder central, sobretudo, após a abdicação de D. Pedro, em 1831. (SILVA, Wlamir, op. cit.)

¹⁰⁸ JANCÓS, 2005.

¹⁰⁹ *O Universal*, n. 29, 21/09/1825.



de entre o divulgado patriotismo e a figura de D. Pedro I –, na conjuntura do Primeiro Reinado, diversos são os indícios de que os fundamentos deste projeto de Estado dinástico estavam em transformação.

Ilustrativo desta última eram as reflexões contidas em diversos artigos do jornal *O Universal* – porta-voz da tendência liberal-moderada da província –, nos quais reiterava-se a ideia de que a “única âncora do Monarca” era a Constituição – sem a qual “nem a Nação teria as sólidas garantias de que goza, nem o Monarca uma égide segura contra as tramas de qualquer partido”¹¹⁰ – e de que D. Pedro fora aclamado Imperador pela Constituição, e “não por ser Herdeiro do Trono Português”.¹¹¹ É naquele “Contrato”, portanto, que residiria o fundamento da sua “legitimidade [...] hoje, e a de todos os seus Descendentes”, de modo que, enquanto ele cumpre as condições do mesmo contrato, enquanto a Nação julga que ele deve subsistir, não há direito de reação”. Caso contrário, sinalizava-se com o exemplo da França, regozijando-se pela queda de Carlos X, sintonizada com a derrota do miguelismo em Portugal,¹¹² acontecimentos apresentados como um alerta aos “Tiranos” para que venham “a conhecer agora o triunfo dos povos”.

A nosso ver, estes indícios corroboram o argumento de que, naquele momento, a própria Monarquia estava sendo *re-inventada*, num processo que acompanhou a lenta obliteração da identidade portuguesa, em nome de novos referenciais de tipo nacional. Invocando o discurso proferido no Conselho Geral da Província, em 29 de janeiro de 1831, a propósito do estabelecimento de sociedades estrangeiras na província, tratava-se do reconhecimento de que “finalmente era preciso começar, desde já, a abrasilermos-nos, visto que estrangeiros temos sido a mais de três séculos”.¹¹³

*

A questão era polêmica, pois envolvia a inflexão fundamental marcada pela independência: desde então, a identidade portuguesa passava a ser um *elemento de alteridade*, associado ao próprio despotismo, com o qual se desejava romper. Contudo, mediante seus “contornos ainda pouco definidos neste sentido”,¹¹⁴ impunha-se delimitar os critérios a partir dos quais “portugueses” passariam a ter estatuto de “brasileiros”.

¹¹⁰ *O Universal*, n. 505, 13/10/1830.

¹¹¹ *O Universal*, n. 428, 16/04/1830.

¹¹² “Festejo em Baependy pela queda do trono em Portugal em sintonia com a queda de Carlos X na França”, in: *O Universal*, n. 521, 19/11/1830.

¹¹³ Publicado no *O Universal*, n. 552, 2/fev/1831.

¹¹⁴ SLEMIAN, Andréa, “Seriam todos cidadãos?”, op. cit., p. 843.



Desde então, os conflitos que irromperam pelas diversas províncias, opondo “portugueses” e “brasileiros”, denunciavam a complexidade do quadro instalado, movido por antagonismos enraizados durante a colonização e sua crise, impossíveis de serem harmonizados pela determinação sacramentada na Constituição: aquela que considerava cidadãos brasileiros “todos os portugueses domiciliados no Brasil antes de 12 de outubro, que expressa ou tacitamente se houverem ligado à Sociedade Brasileira”.¹¹⁵

Na província mineira, o clima político foi agitado pelos embates contra aqueles que iam sendo identificados com o sentido comum das alteridades: o “*ser português*”.¹¹⁶ Convertido em variável estruturante da formação de uma identidade de tipo nacional, o *antilusitanismo* esboçara-se aí, precocemente, nas disputas por “cargos públicos” – antagonizando-se com aquilo que Felício dos Santos identificara como a “prepotência dos funcionários” reais, extremada em Vila Rica –,¹¹⁷ traduzindo-se, progressivamente, num “ódio difuso aos portugueses”.¹¹⁸ Este, que parece ter sido um traço peculiar da manifestação do antilusitanismo nas Minas, relativamente ao que se passava na capital do Império – onde o alvo principal do ressentimento popular foram os portugueses que dominavam o comércio a varejo e os caixeiros¹¹⁹ – não foi um processo contido no âmbito do enfrentamento entre as camadas dominantes, externando-se naquelas “rivalidades sempre odiosas”¹²⁰ entre “Brasileiros natos, e adotivos”, entre “cidadãos de diferentes nascimento e cor”, capazes, aos olhos das autoridades provinciais, de promoverem “tão nocivas desordens”.¹²¹

Esgarçando a inversão da lógica das alteridades pelos grupos até então identificados como “portugueses”, plasmavam-se assim os contornos

¹¹⁵ NOGUEIRA, Octaviano. (Org.). *Constituições Brasileiras-1824*. Senado Federal; CEE/MCT: 2001. (v. 1). p. 80.

¹¹⁶ Embates que, reprisados em outras partes, revelaram-se mais agudos entre as camadas populares. (RIBEIRO, Gladys Sabina, op. cit., p. 244)

¹¹⁷ SANTOS, Joaquim Felício dos, op. cit., p. 270.

¹¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Desenvolvimiento de la Ciudadanía en Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. p. 58.

¹¹⁹ RIBEIRO, Gladys Sabina, op. cit., cap. 3; ROWLAND, Roberto. *Patriotismo, povo e ódio aos portugueses*. In: JANCSÓ, István. (Org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*, op. cit. 2003, p. 374-376; MARTINHO, Lenira Menezes. *Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento*. In: MARTINHO, Lenira M.; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1993. p. 19-124.

¹²⁰ “Ofício da Câmara de Paracatu, ao Juíz Ordinário de Salgado”, de 25/06/1824. (Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Paracatu (CMP 11), p. 61 a 62).

¹²¹ “Ofício do Presidente da Província à Câmara de Ouro Preto, sobre partido desorganizador, tentando insuflar a rivalidade entre “brasileiros natos e adotivos”, 1831. (Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP 249), p. 78 e 78v)



de uma nova consciência possível aos atores coevos: aquela que remetia ao pertencimento a uma nação que, apesar de revestida de conteúdo moderno, não excluía a pluralidade de substâncias que continuaram informando a compreensão dos agentes acerca do caráter “macro” assumido pelo novo modelo de organização política da sociedade. Desse modo, a configuração deste incipiente nacionalismo comportou “variações relativas tanto à maneira de conceber a relação individual ou grupal com a nação, quanto, nos termos formulados por Chiaramonte, “a relação da própria nação com outras”.¹²²

*

Neste último sentido, as fronteiras entre o “ser brasileiro” e o “ser estrangeiro” ganharam tonalidade peculiar naquelas regiões fronteiriças da província, mais suscetíveis, segundo as autoridades da época, às ‘notícias vindas do Norte’, onde o movimento adesista às Cortes assumiu tom de rebeldia, conforme atestado pelos casos das províncias de Pernambuco, Pará e Bahia.

Tal conjuntura justificara o atraso na convocação das eleições mineiras por parte do antigo governador Portugal e Castro, supostamente movido pela finalidade de evitar “as terríveis consequências de comoções populares que introduzissem a anarquia”, estando “sempre à mira do que nas Províncias vizinhas se praticava”, não se animando, por isso, “a desenvolver o que ferozmente apetiessem”.¹²³ Estas mesmas notícias revertiram-se em fundamentos para sua posterior demissão, aceita pelos membros liberais do Governo mineiro sob alegação de que suas intenções, “opponentes ao Sistema Constitucional”, poderiam “produzir as funestas consequências da Anarquia, e gravíssimos danos que infelizmente se viu sofrer a Província de Pernambuco, por semelhantes causas”.¹²⁴

Ainda na conjuntura da independência, o movimento político ocorrido na Comarca de Paracatu, situada no longínquo noroeste mineiro, inquietou as autoridades da província, esgarçando tendência centrífuga à organização do governo provincial. Aí, Francisco Antonio de Assis – sobrinho do Vigário Forâneo Joaquim de Mello Franco da Vila, antigo

¹²² CHIARAMONTE, José Carlos, “Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII”, op. cit., 2003, p. 62 e 90.

¹²³ “Ofício para o Soberano Congresso”, Vila Rica, 01/10/1821, in: RAPM, vol. IX, ano 1904, p. 591-593.

¹²⁴ “Sessão do Governo Provisional de Minas Gerais, depois de se retirarem o Presidente Manuel de Portugal e Castro, e o Deputado Secretário, João José Lopes Mendes Ribeiro [...]”, op. cit.



ouvidor da Comarca e homem de influência política na localidade –, sublevou o povo contra o Ouvidor em exercício, pretendendo depô-lo e proclamar um provisório autônomo.

Segundo o denunciante, o autoritarismo de Antonio de Assis teria manifestado-se já na ocasião da eleição do Governo Provisório mineiro, quando procurou, “com todo o empenho logo que chegaram aqui os Eleitores Paroquiais, inquietar os seus espíritos e movê-los a que se unissem para se Criar nesta Vila um Governo Provisório, no projeto de ser ele o Presidente, e com as suas seduções e convites particulares que fazia a alguns Oficiais de Milícias, ia causando uma grande revolução que felizmente se atalhou pela falta de união”. Entretanto, segue o documento, mesmo depois de instalado o Governo Provisional e a notícia chegada à Vila de Paracatu, “ainda então aquele homem inquieto se atrevia a convidar os Eleitores, o Tenente José Luiz da Costa Araújo Arios [...] e aos Alferes José Carneiro, José Lopes, o Padre Miguel de Mello Chaves e o Capitão João Pereira da Costa [...] para nova Revolução, e Criação de novo Governo independente do legítimo [...]”.¹²⁵

Descrito nestes termos, a situação de Paracatu assemelha-se àquela verificada em algumas Vilas do Alto Sertão baiano, onde também fez-se sentir a influência de potentados locais, instaurando uma fragmentação de poderes no contexto da Independência: o Conselho Interino, instalado em Cachoeira, um Governo Provisório, na Vila de Rio das Contas, e fortes dissensões político-militares envolvendo autoridades da Vila de Caetité.¹²⁶ Além da região paracatuense ter contado com um processo de ocupação similar ao do Vale do São Francisco e noroeste mineiro, embora anterior¹²⁷ – convergindo a pecuária, com a preação de índios e a busca de minas auríferas, não podendo a Coroa prescindir do poder das armas dos “senhores da terra” –,¹²⁸ consolidara-se como a “principal

¹²⁵ “Movimento político em Paracatu (1822)”, in: RAPM, ano de 1898, vol. III, p. 288-290.

¹²⁶ O tema é analisado em recente estudo, sobre o processo de independência no Alto Sertão Baiano, especificamente, na Vila de Rio das Contas e na de Caetité, pertencente à Comarca de Jacobina. (SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de Souza Filho. A Guerra de Independência na Bahia: Manifestações políticas e violência na formação do Estado Nacional (Rio de Contas e Caetité), 2003, Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

¹²⁷ A ocupação do alto sertão Baiano se inicia por volta dos séculos XVII e XVIII, sendo a criação das referidas Vilas, respectivamente nos anos de 1726 e 1810, embora com autorização por Provisão Régia desde 1803. Sobre o processo de ocupação do Alto Sertão Baiano, ver: NEVES, Erivaldo Fagundes. Uma Comunidade Sertaneja: da sesmaria ao latifúndio (Um Estudo de História Regional e Local). Salvador: EDUFBA, 1998; SOUSA, Maria Aparecida Silva de. A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: UESB, 2001. Acerca da ocupação do Noroeste Mineiro, ver: MATA-MACHADO, Bernardo. História do Sertão Noroeste de Minas Gerais (1690-1930). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

¹²⁸ SOUSA, Maria Aparecida Silva de., op. cit., 2001, p. 65-67.



via de comunicação para o São Francisco e uma rota quase obrigatória para os que desejassem chegar às Minas Gerais e a Goiás”,¹²⁹ desenvolvendo, em inícios do XIX, um intenso comércio interno e interprovincial, baseado na produção local de algodão e outros víveres. Neste sentido, não é demais lembrar a passagem em que Saint-Hilaire menciona ter notado, durante sua estadia em Paracatu, a presença de “mercadores de Caitité, que procuravam reunir víveres para levá-los para o seu país”.¹³⁰

A nosso ver, as vias abertas pelo comércio propiciaram não apenas um perfil peculiar às suas elites – ligadas também por laços de parentesco – mas o intercâmbio de homens e ideias que informaram vínculos identitários capazes de remeterem a uma trajetória regional comum, distendendo os contornos de uma pretensa espacialidade tipicamente mineira.

Na conjuntura do Primeiro Reinado, a questão ameaçava a construção da unidade e instabilizava a segurança e tranquilidade públicas, levando o governo provincial a imputar tais sentimentos à ação de “partidos” e “pessoas sediciosas”, lembrando à magistratura e demais autoridades das Minas ser “Cidadão Brasileiro todo o que tem aderido à Causa deste Império, e jurado a sua Independência”.¹³¹

Os relatos emitidos pelas autoridades da província nos permitem inferir uma maior suscetibilidade das Vilas e Distritos limítrofes à província da Bahia, onde, conforme oficiava o Juiz de Paz do Salgado, em 1831, os próprios “juizes de paz de Carinhanha, Caetité, Rio das Contas têm armado tropas populares de toda a costa para procederem às mal-entendidas prisões dos desgraçados europeus apesar de estar o governo da Bahia a proclamar boa união”, passando a “satisfazerem ódios particulares mandando sem consideração prenderem, matarem, e roubarem, e conduzirem-nos algemados os desgraçados ainda condecorados”.¹³²

Mediante tal contexto, aproveitava para estreitar os laços que historicamente vinculavam o noroeste mineiro com o Alto sertão baiano, convidando aqueles “senhores da província da Bahia que estudam procurar outros locais para suas habitações” a elegerem “este [julgado de N. Sra. do Amparo do Brejo do Salgado] [...] alguns no[s] qua[is] gira muitos

¹²⁹Idem, p. 70.

¹³⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem às nascentes do Rio São Francisco. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1975.

¹³¹“Ofício da Câmara de Paracatu, ao Juiz Ordinário de Salgado”, 25/06/1824. (Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Paracatu (CMP 11), p. 61 a 62)

¹³² Registro do Malhado, a 13/07/1831. (Arquivo Público Mineiro, Presidência de Província (PP 1/18), cx 152, Doc. Anexo, 3ª. Cópia)



negócios tanto por terra quanto por água”, contando ainda “com muitos brejos, engenhos e lavouras que fertilizam e exportam; os habitantes são pacíficos, meigos e hospitaleiros tanto neste arraial como no do porto distante deste uma légua tem terreno para se formar nele uma resoluta cidade e já a população está bastante crescida”, não se exigindo “dos novos moradores mais que amor, respeito e obediência às leis e às autoridades”.¹³³

Todavia, a despeito dos esforços do juiz de paz em atrair população e recursos para a região, o clima político no Salgado não parece ter sido menos tumultuado, tendo-se aí também presenciado “a existência de um partido [...], que excluindo dos cargos Públicos aos que marca como Europeus, procura semear a discórdia, e anarquia entre os pacíficos e honrados habitantes do Distrito, contra as Imperiais ordens, e Paternais intenções de Sua Majestade o Imperador”, conforme oficiado pelo ouvidor da Comarca, Antônio Paulino Limpo de Abreu, em 1831.¹³⁴

O clima político da região propiciava ainda a insurgência da “plebe” que, tradicionalmente, assumia aí o perfil daqueles “bandos” que vagavam pelos sertões, transpondo as fronteiras da província, promovendo roubos e desordens nos distritos fronteiriços. Na conjuntura do Primeiro Reinado, contudo, a atuação destes sujeitos politizava-se, mesclando-se às disputas partidárias e às rivalidades contra os “brasileiros adotivos”, em meio das quais assumia contorno um nacionalismo incipiente.

A correspondência de José Pinheiro Neves, juiz de paz do arraial de Formigas, à Presidência da província, é elucidativa neste sentido, cabendo reter-lhe alguns trechos. Referindo-se ao clima político na Bahia – onde a “rivalidade ali dominante entre os Brasileiros natos e os adotivos [vem] progredindo vantajosamente” – prossegue:

grassando esta dissolução em todo sertão daquela Província, ora passa a contaminar-se pelo desta de Minas sua limítrofe, aonde em diversas partes da mesma principia a influir esse sistema desorganizador, bem como no Julgado da Carinhanha, aonde se tem representado cenas trágicas a tal respeito surtin-

¹³³ Idem, cópia 5ª. (Salgado, 4/07/1831). O mesmo clima político é relatado em Ofício da Câmara de Paracatu ao Desembargador Vigário da Freguesia do Distrito de Salgado”, 24/07/1824. (Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Paracatu (CMP 11), p. 89-89v)

¹³⁴ Vila de Paracatu do Príncipe, 25/06/1824. (Arquivo Público Mineiro, seção Presidência de Província, (PP 1/18), cx 328, Doc. 2)



do o mesmo no Porto de S. Romão e Salgado também com finais em a dita Província e a de Pernambuco, em cujos lugares formando-se Quadrilhas de salteadores, de homens facinorosos de todo o gênero, sem lei, sem Pátria, sem morigeração, sem domicílio tem levado avante a Pirataria, o roubo e a Carnagem, sendo vítimas de deus desatinos homens aliás probos, de decididamente aderidos ao Sistema que juramos [...].¹³⁵

Semelhantes acontecimentos reprisavam-se em outras partes da província, onde “homens associados daquela facção [...] ousam andar armados publicamente, declarando manifesta guerra conta a propriedade de alguns Cidadãos, e com este boato aterrador que têm espalhado, têm conseguido que a gente insensata e que tomam a palavra liberdade na acepção de seus desejos”.

*

Desprovido de sentimentos que remetessem à “proeminência da própria nação, de modo exclusivo e intolerante com relação às demais”, o nacionalismo esboçado na conjuntura do Primeiro Reinado calcava-se em interesses ora designados como próprios a “Súditos Brasileiros”, ora como caros a uma memória e a um patrimônio tidos por especificamente “mineiros”, não se descartando ainda aqueles que remetiam a Vilas e localidades específicas.

A nosso ver, estes diversos níveis de pertencimento político que então conviveram, orientando projetos políticos alternativos, sugerem o quanto a formatação de uma identidade de tipo nacional revelou-se processo facetado pelas diferenças regionais e mesmo locais – mas também por elementos de cunho étnico, racial e social –, tributário da leitura imaginária de uma coletividade cuja legitimidade precisava ser não só redescoberta, mas, sobretudo, reinventada.

¹³⁵ Arraial de Formigas, 21/07/1831. (Arquivo Público Mineiro, seção Presidência de Província (PP 1/18) cx 198, Doc. 24)

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ CHIARAMONTE, José Carlos, “Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII”, op. cit., 2003, p. 62.

¹³⁸ Expressões que aparecem em polêmica veiculada pelo Universal, a propósito da ingerência inglesa nas Minas. (O Universal, n. 8, 03/08/1825, O Universal, n. 41, 19/10/1825)

¹³⁹ Numa “Manifestação de Júbilo pela chegada de V. M. e sua Esposa nesta Província”, expedida pela Câmara de Baependi em 11/jan/1831, felicita-se pela chegada do Imperador a Minas, afirmando que “Os Brasileiros, os Mineiros, os Baependianos só querem, só sustentam, só adoram o Sistema Monárquico Hereditário Constitucional Representativo debaixo das formas tais quais juraram em 25 de Março de 1824”. (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, fundo: IJJ9 759)

¹⁴⁰ GIRARDET, Raoul. Mitos e Mitologias Políticas. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 1987.



RESUMO

O presente artigo analisa os impactos da apropriação do constitucionalismo na província de Minas Gerais e seus desdobramentos sobre o processo de construção das identidades coletivas. Para tanto, focaliza as duas ordens de prioridades que, na conjuntura da crise do Antigo Regime e sua superação, orientaram as tendências dos grupos locais: respectivamente, a preservação de antigas autonomias políticas e econômicas e dos mecanismos consagrados de reiteração das hierarquias sociais. No contexto da independência, estas prioridades foram politizadas, direcionando a formação das alianças, dos projetos e das identidades políticas, que moldaram as grandes redefinições relativas ao nacional.

Palavras-chave: Minas Gerais. Constitucionalismo. Identidades. Independência. Estado nacional.

ABSTRACT

This paper examines the impacts of constitutionalism in the province of Minas Gerais, focusing on its developments on the process of construction of collective identities. Therefore, focus on two types of priorities that, at the context of Ancient Regime's crisis and its overcoming, oriented trends of local groups: respectively, the preservation of old political and economic autonomies and the established mechanisms of reiteration of social hierarchies. At the moment of independence, these priorities have been politicized by directing the formation of alliances, projects and political identities that have shaped major redefinitions on the national level.

Keywords: Minas Gerais. Constitutionalism. Identities. Independence. National State.



**A Independência no palco:
o teatro histórico nacional na Bahia, 1857-1861**

Hendrik Kraay
Universidade de Calgary



A Independência no palco: o teatro histórico nacional na Bahia, 1857-1861

Hendrik Kraay¹

Universidade de Calgary

Para a comemoração do dia 2 de julho de 1861, o Teatro de São João anunciou um “espetáculo em grande gala por ser o aniversário da entrada das tropas libertadoras”. Todos os espetáculos nos dias de festividade nacional começavam logo após a chegada do presidente da província: atores e a companhia dramática ou lírica cantavam o Hino Nacional ou o Hino da Independência, e o presidente liderava os vivas de costume. Nesse dia, a companhia dramática representaria uma nova e “excelente comédia em cinco atos de costumes nacionais” chamada *Os estudantes da Bahia*.² No dia 1, todavia, o Conservatório Dramático encarregado da censura do repertório teatral proibiu a peça, uma decisão apoiada pelo vice-presidente e pelo chefe de polícia. Porém, dois dos censores cederam a “empenhos” e permitiram a encenação sem o quinto ato, “o mais imoral de todos”. Segundo o correspondente baiano do Diário de Pernambuco, essa censura não prejudicou a comédia, pois não havia conexões entre os atos. Depois dos primeiros quatro atos, “alguns sujeitos da plateia, que se supõe terem sido postos de propósito, exigiram a representação do quinto ato suprimido, e ele efetuou-se com grande escândalo, sem a embaraçar a polícia, como devia!” No dia 7, o Conservatório proibiu definitivamente a peça como uma “afronta aos brios baianos”.³

Esse pequeno escândalo teatral foi uma oportunidade para o correspondente do Diário de Pernambuco, um dos muitos baianos que escreviam anonimamente para a grande imprensa da Corte e das outras províncias, comentar sobre a escolha do empresário do teatro. Explicou que *Os estudantes da Bahia* era uma obra “imprópria completamente para ser representada em tão grande dia, que requeria um drama sério, de efeito imponente e nobre”. Era “costume há vários anos representar-

¹ A pesquisa foi financiada pelo Social Sciences and Humanities Research Council (Canadá) e a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal Superior (Brasil). A não ser que seja indicado, todos os periódicos foram publicados em Salvador. Agradeço à generosidade de Lizir Arcanjo Alves, que me cedeu algumas fontes imprescindíveis. A revisão do texto de português é de Emelly Facundes.

² Diário da Bahia (Salvador), 1º de julho de 1861.

³ Correspondência, Salvador, 8 de julho de 1861; Diário de Pernambuco (Recife), 16 de julho de 1861; Diário da Bahia (Salvador), 8 de julho de 1861.



se um drama novo, composto por algum nacional, e baseado sempre em algum feito da nossa história”. De fato, tal peça foi representada no pequeno Teatro de São Pedro de Alcântara, no dia 4 de julho, por uma associação de amadores. Chamada Os tempos da Independência, de Constantino do Amaral Tavares, era uma “grande obra” dedicada aos Caixeiros Nacionais, com um “assunto todo nacional”. Esta começava com a revolução pernambucana de 1817, “precursora da nossa emancipação”, retratava bem a luta pela independência na Bahia, e no seu epílogo “mui naturalmente [...] se reproduzem os festejos de julho, a entrada dos carros triunfais, etc. e concluiu-se tudo com o Hino do Dois de Julho e com vivas do povo; o que fez prodigioso efeito. [...] Este era o drama que convinha ao teatro público”.⁴

Os tempos da Independência era um dos muitos dramas histórico-nacionais escritos e representados na Bahia, nas décadas de 1850 e 1860. Segundo Sílio Boccanera Júnior, mais de quinze dramaturgos baianos contribuíram para esse gênero teatral, e folcloristas recordaram posteriormente a frequência da encenação dessas peças durante as festas do Dois de Julho.⁵ O governo provincial chegou a incentivar o teatro nacional, em 1864, no contrato com uma nova companhia dramática. Ele exigia que o empresário teatral encenasse pelo menos quatro peças nacionais novas – isto é, de autoria de brasileiros – “esforçando-se para que as dos dias 2 de julho e 7 de setembro sejam de assunto histórico nacional”.⁶ Esse projeto cultural pode ser relacionado aos esforços dos românticos de criar uma literatura nacional como complemento à independência nacional, e, segundo Lizir Arcanjo Alves, ele também reflete o desejo dos literatos baianos de contestar a dominação cultural da Corte.⁷

Sílio Boccanera Júnior, na década de 1920, lamentou por apenas uma pequena porção da produção teatral baiana oitocentista ter sido publicada, e muitos dos manuscritos terem se perdido. Pelo que pesquisei, apenas três dramas histórico-nacionais e um elogio dramático, encena-

⁴ Correspondência, Salvador, 8 de julho de 1861, Diário de Pernambuco (Recife), 16 de julho de 1861.

⁵ BOCCANERA JÚNIOR, Sílio. O teatro na Bahia: da colônia à República (1800-1923), edição fac-similar. Salvador: Edufba, 2008 [1924]. p. 164-165; MONIZ, Rozendo, Moniz Barreto: o repentista. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1886. p. 101; QUERINO, Manoel. Notícia histórica sobre o 2 de Julho de 1823 e sua comemoração na Bahia. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, n. 48, p. 102, 1923.

⁶ BAHIA. PRESIDENTE. Relatório (1864), anexo 3.

⁷ RICUPERO, Bernardo. O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870). São Paulo: Martins Fontes, 2004; FARIA, João Roberto. Idéias teatrais: o século 19 no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 19-83; ALVES, Lizir Arcanjo. “Os tensos laços da nação: conflitos político-literários no Segundo Reinado”. 2000. 421 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

dos durante as comemorações do Dois de Julho, ainda existem: *Tempos da Independência* (1861, de Amaral Tavares),⁸ *O dia da Independência* (1858, de Agrário de Souza Menezes), *O Dois de Julho ou o jangadeiro* (1857, de Antonio Joaquim Rodrigues da Costa), e o *Elogio dramático* (1857, de Amaral Tavares). Embora considerados dramas pelos seus autores, têm muitos dos elementos característicos do melodrama – o gênero que mais dava lucro na bilheteria –, entre eles, enredos complicados e de pouca verossimilitude, personagens simples e um final feliz, em que o bem é premiado e o mal punido. Meu interesse, todavia, não é classificá-los por gênero e nem situá-los na história do teatro brasileiro, da qual foram excluídos, pois não tenho a formação requerida na área de Letras. Ao invés disso, pretendo analisá-los como obras de história e intervenções nos debates contemporâneos sobre o significado da Independência e das instituições imperiais, criadas durante os trinta ou mais anos, desde a expulsão das tropas portuguesas da Bahia. Estas obras também apresentam visões claras sobre a sociedade baiana, na qual não havia espaço para afrodescendentes, embora destacassem a soberania popular e a participação do “povo” na luta pela Independência.

Os três teatrólogos acima citados pertenciam à geração nascida depois da Independência. Eram jovens demais para terem participado dos movimentos liberais da década de 1830, mas tinham muita simpatia pelos ideais liberais derrotados militarmente na Bahia, em 1838, e em Pernambuco, em 1849. Eram todos naturais de Salvador: Amaral Tavares (1828-89) era oficial de marinha que pediu baixa do serviço na década de 1850, e voltou para Salvador onde foi nomeado funcionário da Alfândega; Rodrigues da Costa (1830-70) era médico, formado em Salvador; e Agrário (1834-63), bacharel em direito formado em Pernam-

⁸ TAVARES, Constantino do Amaral. *Os tempos da Independência: drama histórico*, edição fac-similar. Salvador: IGHBa, 2000 [1861]; MENEZES, Agrário de Souza. “O dia da Independência”. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 23, 1, 18; COSTA, Antonio Joaquim Rodrigues da. “O Dous de Julho ou o jangadeiro”. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I-08, 27, 009; TAVARES, Constantino do Amaral. *Elogio dramático composto para ser representado no Theatro de S. João da Bahia, no dia dous de julho de 1857*. Salvador: Typ. de França Guerra, 1857. Há indícios de duas outras peças sobre a Independência, encenadas durante as comemorações: um drama intitulado *A Independência da América* (2 de Julho de 1862) e outro intitulado *Um pequeno grande*, de Rozendo Moniz Barreto (2 de Julho de 1866). Este foi entusiasticamente aplaudido “porque o seu autor estampou nele em alto relevo os mais grandiosos feitos dos que pugnaram pela independência do Império da Santa Cruz”, Carta Particular, Salvador, 4 de julho de 1862, *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), 8 de julho de 1862; *Correspondência*, Salvador, 11 de julho de 1866, *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de julho de 1866. É preciso registrar também *A legenda de um pária*, de Francisco Antonio Filgueiras Sobrinho, peça que não foi encenada em 1864, mas que foi publicada e representada em 1923, quando do centenário do Dois de Julho, *A legenda de um pária*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1922.



bucu, no início da década de 1850.⁹ Os biógrafos de Agrário apontam sua atuação literária e política intensa em Salvador como fundador do Conservatório Dramático da Bahia, administrador do Teatro de São João, deputado liberal à assembleia provincial, autor de inúmeras poesias e obras teatrais, sem falar da sua advocacia comercial.¹⁰

Pouco se tem escrito sobre o teatro baiano oitocentista e a nova história social do teatro brasileiro ainda não tem sua vertente baiana.¹¹ Em estudos anteriores sobre o Dois de Julho mencionei apenas brevemente os espetáculos de grande gala, sem reconhecer suficientemente a importância deles para a festa e para os outros dias de festividade nacional.¹² Graças aos relatos de folcloristas é muito conhecido o incidente de 1846, quando o presidente da província foi insultado por um poeta durante o gala, mas a história do teatro no Dois de Julho não se resume a ele.¹³

Os três dramas e o elogio

Não é tarefa fácil resumir os enredos complicados desses dramas. Neles, a história da Independência na Bahia serve como pano de fundo para enredos ficcionais bastante complicados.¹⁴ *O Dois de Julho*, de Rodri-

⁹ SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves do. Dicionário bibliográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1883-1902. (v. 1). p. 20-22, 205-206; (v. 2). p. 135-137; BOCCANERA JÚNIOR, Theatro nacional, p. 103-117; p. 391-393; p. 395-396.

¹⁰ PASSOS, Alexandre. *Agrário de Menezes e o Romantismo*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1956; MENEZES, Jayme de Sá. *Agrário de Menezes: um liberal do Império*. 2. ed. Rio de Janeiro; Brasília, DF: Cátedra; INL, 1983 [1968].

¹¹ Para exemplos dessa abordagem social e cultural, ver SOUZA, Sílvia Cristina Martins de. *As noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1863)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002; MENCARELLI, Fernando Antonio. *Cena aberta: a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999; MARZANO, Andrea. *Cidade em cena: o ator Vasques, o teatro e o Rio de Janeiro (1839-1892)*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2008; SOUZA, Sílvia Cristina Martins de. *Carpinteiros teatrais: cenas cômicas e diversidade cultural no Rio de Janeiro oitocentista*. Londrina: Eduel, 2010.

¹² KRAAY, Hendrik. *Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador no século XIX*. Afro-Ásia, n. 23, p. 79-80, 2000; KRAAY, Hendrik. *Definindo nação e Estado: rituais cívicos na Bahia pós-Independência (1823-1850)*, Topoi, n. 3, p. 68, p. 73, p. 74-75, 2001.

¹³ QUERINO, "Notícia histórica", p. 87-88; QUERINO, Manuel. *A Bahia de outrora*. 3. ed. Salvador: Progresso, 1955 [1916]. p. 332-333; AMARAL, José Alvares do. *Resumo cronológico e noticioso da província da Bahia desde o seu descobrimento em 1.500*. 2. ed., editado por J[osé] Teixeira Barros. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1922 [1881]. p. 296-297; BARROS, F. Borges de. *À margem da história da Bahia*. Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia, n. 23 (1934), p. 375-76; COSTA, Adroaldo Ribeiro. *O teatro e o 2 de julho*. In: *Aspectos do 2 de julho*. Salvador: Secretaria da Educação e Cultura, 1973. Sobre esse incidente, ver também a análise de ALVES, "Tensos laços", p. 30-53.

¹⁴ Sobre a Independência na Bahia, ver AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. 2 ed. Salvador: Prefeitura do Município do Salvador, 1957; TAVARES, Luiz Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982; TAVARES, Luiz Henrique Dias. *Da sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia*. Salvador; São Paulo: Edufba; Editora UNESP, 2003; MORTON, F. W. O. *The Conservative Revolution of Independence: Economy, Society and Politics in Bahia, 1790-1840*. 1974. 441 f. Tese (Doutorado em História) – Oxford University, 1974. KRAAY, Hendrik. *Política racial, Estado e forças armadas na época da Independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011. (cap. 5).

gues da Costa, começa em 1817, quando Pedro Jorge, o jangadeiro que trouxe Padre Roma à Bahia, para promover a adesão baiana ao movimento revolucionário pernambucano, consegue escapar quando o padre é preso. Na terra, ele encontra um caboclo pescador e sua filha Maria. Ele tenta convencer o caboclo a abraçar a causa da liberdade e descobre que Maria foi vítima de uma tentativa de sedução, por parte de um alferes português chamado Eduardo da Silva. Pedro Jorge é logo encantado por Maria e sugere que ela seja recolhida ao Convento da Lapa, embora ela queira lutar pela revolução promovida pelo jangadeiro. A esta altura, Pedro Jorge e o pescador são presos por soldados sob o comando do alferes Eduardo. O segundo ato realiza-se no cárcere do Forte de São Pedro, no dia 10 de fevereiro de 1821, data da adesão baiana ao regime constitucional português. O jangadeiro ainda ama Maria e recebe dela uma carta na qual descreve a educação recebida da “boa e santa Joana Angélica”, a abadessa, e explica que não professou ainda porque o ama. O carcereiro não deixa Pedro Jorge fugir para visitar Maria, mas ele explica as mudanças políticas havidas na Bahia, desde novembro de 1820, quando chegou a notícia da Revolução do Porto. Os constitucionalistas não tardam a libertar os prisioneiros políticos, entre eles também o caboclo pescador. Os três – Pedro Jorge, o carcereiro e o caboclo pescador – juntam-se à “revolução pela liberdade”.

O terceiro ato acontece no dia 19 de fevereiro de 1822, dia da eclosão dos combates entre tropas portuguesas leais a Luiz Inácio Madeira de Melo, indicado para ficar no lugar de Manoel Pedro de Freitas Guimarães, e as tropas baianas leais a Freitas Guimarães. Pedro Jorge, agora cabo, e o caboclo, agora soldado, estão de guarda no Convento da Lapa. Perguntam a Padre Daniel, o capelão, sobre Maria e ficam sabendo que ela, “apesar de toda vocação [...] por nada quer professar”, e o caboclo tenta visitar sua filha. O alferes Eduardo zomba da afeição de Pedro Jorge por Maria e os dois se insultam mutuamente. Ao fundo ouvem-se tiros, e os soldados correm para se juntar a seus batalhões, o que deixa a oportunidade para Eduardo planejar o rapto de Maria. Ele mata Joana Angélica e sai do convento levando Maria, desmaiada pelo choque de ver a abadessa morta. Pedro Jorge, o caboclo pescador e o carcereiro, agora também soldado, chegam a tempo para salvar Maria. O quarto ato acontece no início de junho de 1823, na véspera de um ataque. Soldados do Exército Pacificador falam da falta de víveres e de uniformes e reclamam do frio, lamentam que tenham se arriscado enquanto os oficiais monopolizam todas as glórias. Pedro Jorge, feito alferes, e o caboclo pescador, feito sargento, chegam para encorajar as tropas.

Todos lamentam a prisão de Pedro Labatut e especulam sobre o papel do coronel Felisberto Gomes Caldeira no complô. Pedro Jorge e o pescador estão no ponto avançado para receber Maria, que tem transitado, entre a cidade e o Exército Pacificador, como espiã. Ela logo chega, e Pedro Jorge lhe promete que a guerra vai acabar em breve e que ela irá representar o “símbolo da liberdade”, quando da entrada do exército. Ele diz que ainda precisa ajustar as contas com Eduardo.

O drama conclui na madrugada do dia 2 de julho de 1823, no Largo da Lapinha, onde dois paisanos conversam sobre a embarcação das tropas portuguesas e a iminente chegada do Exército Pacificador. Falam também do boato de que o tenente Pedro Jorge será promovido a capitão e do “ódio muito particular e figadal” que ele nutre por certo português, o alferes Eduardo, que ele pessoalmente tinha aprisionado no combate de 3 de junho e que mantém preso num cárcere especial. Logo entra o Exército Pacificador, calorosamente recebido pelo povo, seguido por “um carro triunfante puxado pelo tenente Pedro Jorge, o pescador e o carcereiro, e sobre o carro Maria vestida de cabocla. Após o carro vem uma escolta de quatro soldados, no meio dos quais se vê o alferes Eduardo prisioneiro”. Pedro Jorge denuncia os crimes de Eduardo, arranca-lhe as insígnias militares, quebra sua espada, e o obriga a se ajoelhar diante de Maria. Declara para a multidão que ela representa “a liberdade” e ele “o despotismo”; Maria coloca uma grinalda de folhas de café em Pedro Jorge e declara: “A liberdade coroa o amor!”

O Dia da Independência, de Agrário de Menezes, é o maior e o mais complicado desses dramas. O melodrama central envolve a rivalidade entre dois irmãos, Polidoro e Ricardo, que querem se casar com Josefa, a filha natural de D. Manoel, um negociante português rico que monopoliza o comércio de gêneros de primeira necessidade, um “fidalgo feito às pressas”, no dizer de um dos personagens. Ricardo é o filho adotivo do monopolista, que lhe promete a mão de Josefa, mas ela ama Polidoro e foge da casa paterna para não ter que firmar o matrimônio. A essa altura, D. Manoel trama escravizá-la e instituir Ricardo como seu único herdeiro. D. Manoel e Ricardo apoiam o governo português em Salvador, financiam periódicos de propaganda contra os patriotas, redigidos por Frei João, um padre sem escrúpulos que tenta lucrar o máximo possível da sua pena de aluguel. Quando D. Manoel se dá conta de que a guerra está perdida, ele embarca para Portugal, mas, tendo naufragado na costa de Pernambuco, perde tudo. Acontecem vários encontros entre Ricardo, Josefa e Polidoro, nos quais este é retratado como um patriota nobre, e aquele como um vilão baixo. Durante a batalha de Pirajá,



Polidoro é gravemente ferido, e Josefa recolhe-se ao Convento da Soledade, em luto, por achar que ele faleceu. No começo do ato final, no dia 2 de julho de 1823, D. Manoel chega à porta do convento para pedir uma esmola. Ele confessa seus muitos pecados a Josefa, sem reconhecê-la, por causa do véu de luto, e ela perdoa o pai. Neste instante, chega Ricardo, e Josefa o condena como “infame” e “covarde” (o fato dele e Polidoro serem filhos do mesmo pai é revelado só a esta altura). Restabelecido de seus ferimentos, Polidoro entra com o Exército Pacificador e Josefa apresenta-lhe o seu pai. Ricardo implora a Polidoro o castigo que ele merece, mas Polidoro o perdoa e declama um discurso patriótico diante da multidão de patriotas.

Esse enredo já complicado, que se desenrola entre 7 de setembro de 1822 e 2 de julho de 1823, tem vários subenredos. Um deles envolve o corneteiro Luiz Lopes e Maria Quitéria de Jesus, amantes e companheiros inseparáveis, desde o dia 7 de setembro. No começo do drama, os dois se encontram em São Paulo, onde sabem do amor de Polidoro e Josefa, conhecem Ricardo e presenciam o Grito do Ipiranga. Seguem para a Bahia, onde conhecem Josefa numa casa de campo pertencente a D. Manoel. Portador de ordens de D. Pedro I para os patriotas baianos, Polidoro também passa pela casa, mas é preso. No ato seguinte, Luiz e Maria estão morando na ilha de Itaparica, vivendo de pescaria, e ajudam Josefa em sua fuga da casa paterna. A cena logo muda para uma reunião entre Pedro Labatut e Lorde Cochrane. Quando o general e o almirante contam histórias das guerras napoleônicas, nas quais eram inimigos, Josefa chega para pedir ajuda. Conta que seu pai quer reduzi-la à escravidão e lamenta a prisão de Polidoro, que deve ser executado nesse mesmo dia pelos portugueses. Labatut faz um discurso patriótico para o povo itaparicano. Ouvem-se tiros do outro lado da baía, mas Polidoro consegue escapar e chega nadando a Itaparica.

O quarto ato realiza-se na casa de D. Manoel, na cidade baixa de Salvador. É a essa altura que ele anuncia sua intenção de recolher-se a Portugal e de instituir Ricardo como seu herdeiro. Madeira visita a casa para discutir questões políticas e D. Manoel confia-lhe os documentos falsificados que comprovam a condição escrava de Josefa. Na rua, uma multidão esfomeada ataca a casa aos gritos de “morra o monopolista”. D. Manoel sai às pressas antes que Polidoro e Josefa entrem à testa dos amotinados. Polidoro faz um longo discurso em nome do povo e exige os documentos que escravizariam Josefa. Madeira entrega os papéis e Polidoro garante a segurança do comandante português que, afinal de contas, também ama a liberdade, mas é obrigado a cumprir o seu dever.



Maria e Luiz voltam no quinto ato, em Pirajá, na véspera da grande batalha de 8 de novembro de 1822. Quase todos os personagens aparecem nesse ato, circunstância pouco provável, num acampamento militar. Polidoro promete casar-se com Josefa e aconselha Luiz a fazer o mesmo com Maria. Ricardo, vestido de farda brasileira, passa pelo acampamento e fala da sua intenção de tomar posse de Josefa. Frei João, o ex-propagandista de D. Manoel, declara-se patriota brasileiro. Os soldados buscam vinho para festejar o novo recruta, mas Polidoro traz notícias da chegada de grandes reforços portugueses que devem logo atacar os patriotas. Os soldados continuam a festa e quando começa a batalha, Luiz está tão bêbado que toca a degola em vez da ordem de retirada, o que espanta os portugueses, que correm para Salvador, perseguidos pelos soldados brasileiros, entre eles Maria Quitéria. É nessa batalha que Polidoro é gravemente ferido, talvez por Ricardo. Curiosamente, Maria e Luiz não aparecem no sexto e último ato, no qual o melodrama é resolvido.¹⁵

Tempos da Independência, de Constantino do Amaral Tavares, é cheio de elementos melodramáticos, mas não tem o tradicional final feliz.¹⁶ O personagem principal é Luiz, que chega a Salvador em 1817, na qualidade de tutelado de Padre Roma. Na véspera da execução do padre pernambucano, ele se recusa a denunciar os baianos simpatizantes do movimento republicano, e o governador, o Conde dos Arcos, admite que os brasileiros tenham o direito de lutar pela “liberdade” do seu “país natal”. Em sua despedida, Roma encarrega Luiz da continuação da luta. Em fevereiro de 1822, quando das lutas entre tropas portuguesas e baianas, Luiz se declara patriota. Ele ama Maria, a sobrinha e a tutelada de um soldado português, André, e grande parte do enredo trata das tentativas do comandante português Madeira de conquistar a jovem. André aceita entregá-la, se for recompensado com uma promoção a alferes. Maria, tão patriota quanto Luiz, rejeita o general, quando se encontram. Durante a guerra, ela aparece como a alferes Maria Quitéria de Jesus, e Luiz é um oficial do Exército Pacificador. Um modelo de franqueza e lealdade, ele denuncia a conspiração contra Labatut.

¹⁵ A falta de ação nesse ato foi criticada pelo Conservatório Dramático, “Conservatorio dramatico. Sessão de 23 de maio de 1858”, *Jornal da Bahia* (Salvador), 25 de maio de 1858.

¹⁶ Essa observação é de KIST, Ivete Susana. A tragédia e o melodrama. In: FÁRIA, João Roberto. (Org.). *História do teatro brasileiro*, vol. 1: Das origens ao teatro profissional da primeira metade do século XX. São Paulo: Perspectiva; Edições SESCSP, 2012. p. 111-112.

Apesar de Maria ter sido feita prisioneira de guerra, Madeira não consegue seus intentos nefastos. Há um primeiro final feliz, no dia 2 de julho de 1823, quando Luiz e Maria se encontram novamente. André não embarca com as tropas portuguesas e, no epílogo, na comemoração do Dois de Julho, na década de 1850, ele se apresenta como um veterano da Independência, é reconhecido e foge da cena. Luiz também aparece como um veterano idoso, à beira da morte, triste por causa do estado do país, mas satisfeito por ter cumprido o seu dever.

O Elogio dramático, de Amaral Tavares, estreou no mesmo dia que Dois de Julho, de Rodrigues da Costa. É uma alegoria em verso sobre as escolhas que o Brasil enfrenta. Figuras femininas denominadas Comércio, Letras e Indústria estão presas numa caverna pelo Despotismo, que explica ao Brasil, representado por um índio, que as três, apesar da sua beleza, são suas inimigas. Brasil quer falar com elas e Despotismo solta a “canalha de assassinos”. As três explicam que não podem florescer sob o regime do Despotismo, e Letras descreve o sofrimento das muitas vítimas do Despotismo, entre elas, homens envolvidos nas revoltas pernambucanas de 1817 e 1824 e figuras-chave da Inconfidência Mineira. A essa altura, o gênio do Dois de Julho desce de uma nuvem, manda o Despotismo ao inferno, e recomenda ao Brasil a realização da “idade de ouro”. Os rochedos e as cavernas em que Despotismo vive se desmoronam, para revelar os retratos de D. Pedro II e Teresa Cristina, e o coro canta o Hino ao Dois de Julho.

Não é preciso comentar os poucos méritos literários dessas obras, que, todavia, estavam bem ao gosto das plateias da época. O que me interessa é a visão da independência e as perspectivas sobre a sociedade baiana e a nação brasileira, que estão subjacentes aos melodramas. Em vez de tratá-los como obras literárias, gostaria de analisá-los como ensaios políticos e históricos.

Ensaio político e histórico

Nas décadas de 1850 e 1860, a história da luta pela Independência ainda fazia parte da memória viva, mas há tempos já estava sendo moldada, por historiadores, principalmente Inácio Acioli de Cerqueira e Silva, através das suas Memórias históricas e políticas da província da Bahia (1835-37), e Ladislau dos Santos Titara, cuja epopeia Paraguaçu (1835-37) foi amplamente documentada por notas de rodapé que constitu-



íam uma história da guerra. Ambos destacam o papel dos grandes senhores de engenho e os dos militares ligados a eles, tendo estes homens bancado a publicação das duas obras.¹⁷

Não sei se os nossos teatrólogos tinham esses livros à mão, quando escreviam os seus dramas, ou se se baseavam principalmente na memória e na tradição oral, mas é fácil constatar erros neles. Em *Tempos da Independência*, Luiz refere-se a D. Pedro como “Defensor Perpétuo”, em fevereiro de 1822 – o futuro imperador tomaria o título no dia 13 de maio desse mesmo ano.¹⁸ Em *Dia da Independência*, a batalha em que o corneteiro Lopes toca a degola – a Batalha de Pirajá de 8 de novembro de 1822 – ocorre depois da reunião de Cochrane e Labatut, em Itaparica, encontro que não aconteceu, pois Labatut foi à ilha no dia 8 de abril de 1823, mas o almirante não compareceu.¹⁹ Todavia, o Conservatório julgou que o drama de Agrário “não ofendesse ainda de leve, a verdade histórica [...] porque trajou de cores as mais vivas e apropriadas os diversos personagens que reuniu na sua obra”.²⁰ Para o parecerista, o importante não era a “verdade histórica”, *sensu stricto*, mas que a peça apresentasse as grandes “verdades” sobre as origens da nação e da sociedade. Sabendo disso, é melhor ler esses dramas como obras políticas, como reconheceu Rodrigues da Costa, quando escrevia *Dois de Julho* ou *o jangadeiro*. Explicou que era “uma composição mais política, do que outra coisa”.²¹

Que escravos e negros não fizessem parte do povo baiano nem da nação brasileira era uma dessas “verdades” políticas. A escravidão é quase completamente ausente dessas peças. Não há nenhuma personagem escravo – nem um “bom escravo” leal ao seu dono – e não há alusão sequer à escravidão, no drama de Rodrigues da Costa. Em *Dia da Independência*, D. Manoel tenta escravizar Josefa, um paralelo figurativo ao domínio despótico português sobre o Brasil, como Labatut deixa claro, em seu apelo ao povo itaparicano. Há apenas uma alusão explícita à existência da escravidão no drama de Agrário: na sua confissão, Ricardo

¹⁷ Ver as listas dos subscritores nas primeiras edições desses livros.

¹⁸ TAVARES, *Tempos*, p. 49.

¹⁹ SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*. Salvador: Tip. do Correio Mercantil de Précourt e C., 1835-36. (v. 2). p. 226-227.

²⁰ Parecer de 23 de maio de João Alves Portela, citado por ALVES, “Tensos laços”, p. 304.

²¹ Antonio Joaquim Rodrigues da Costa para Franklin Doria, Natiba, 23 de março de 1856, citado por ALVES, “Tensos laços”, p. 337.

²² MENEZES, “Dia”, fls. 31r, 48r, 98r.



lamenta que “nem a insurreição dos escravos, fomentada por mim, produziu o efeito que eu esperei”, o que serve para destacar que os escravos eram inimigos internos perigosos.²²

Amaral Tavares foi um pouco mais longe que Agrário, e muitos dos seus personagens patrióticos aludem figurativamente à escravidão, como Padre Roma, que declara na véspera de sua execução: “Nasci livre e para não viver escravo é que vou morrer”.²³ No seu Elogio, Dois de Julho recomenda ao Brasil: “Purifica teu nome, ao qual macula / o labéu de uma raça [que] escravizares”, um apelo abolicionista precoce que, todavia, não mostra muita preocupação para com os escravizados, pois é apresentado como a precondição necessária para a imigração.²⁴ A ausência de escravos nessas peças não deve surpreender, visto a ausência geral deles do repertório teatral e da literatura de meados do século XIX, mas é um contraste marcante com as comemorações do Dois Julho. Desde o início da década de 1850, havia se tornado costumeiro libertar alguns escravos durante os festejos públicos.²⁵

É notável a ausência de personagens negros. Que D. Manoel pudesse escravizar Josefa talvez sugira que ela fosse filha de uma parda ou de uma negra, mas não há nenhum indício disso explícito na peça. Há apenas o indício da presença de tropas negras em Dia da Independência, quando Polidoro se despede de uma cena, dizendo que vai para uma reunião com “o comandante dos Henrique Dias, Gonçalves”.²⁶ Os teatrólogos não trataram da participação de escravos e negros na luta pela Independência (tema bastante discutido na historiografia atual), embora esta participação fosse registrada por Inácio Acioli e Titara.²⁷

Dois de Julho ou o jangadeiro é cheio de retórica indigenista. Pedro Jorge fala do “sangue dos antigos Tupinambás”, que deve motivar

²³ TAVARES, Tempos, p. 12; ver também p. 14; p. 44; p. 48; p. 50.

²⁴ TAVARES, Elogio, p. 16.

²⁵ A primeira manumissão patriótica para solenizar o Dois de Julho ocorreu em 1851, quando seis meninas foram libertas, O Noticiador Catholico (Salvador), 12 de julho de 1851.

²⁶ MENEZES, “Dia”, fl. 73r.

²⁷ Silva, Memórias, vol. 3, p. 68-69; Ladislau dos Santos Titara. “Paraguaçu”. In: Obras poéticas dedicadas à mocidade brasileira. Salvador: Typ. Imperial e Nacional, 1829-37, vol. 4, p. 47, 65; vol. 5, p. 92, 238. Sobre a participação de escravos e negros nas lutas pela Independência, ver REIS, João José; SILVA, Eduardo. (Orgs.). Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. p. 79-88; ARAÚJO, Ubiratan Castro de. Sans gloire: le soldat noire sous le drapeau brésilien, 1798-1838. In: CROUZOT, François et al. (Orgs.). Pour l'histoire du Brésil: mélanges offerts à Kátia de Queirós Mattoso. Paris: L'Harmattan, 2000. p. 527-540; KRAAY, Hendrik. “Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-24)”. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). A independência brasileira: novas dimensões. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. p. 303-341.

o caboclo pescador a lutar pela liberdade. É encantado pela beleza de Maria, bem como a sua “cor morena do indígena”, e explica ao carcereiro que mesmo se tivesse encontrado a moça “em alguma taba de indígenas, vestida de cabocla”, teria ajoelhado diante dela “num frenesi de admiração”. Todos os brasileiros deveriam amar “a verdadeira filha das selvas americanas” e, vestida de cabocla, ela representa a liberdade na última cena da peça.²⁸ No Elogio dramático, o Brasil é representado por um índio. Despotismo o chama de “caboclo vil”, e ele sonha caçando, quando dorme, com arco e flechas ao lado.²⁹ Essa forma de representar o Brasil era, aliás, muito comum e os autores dos elogios dramáticos representados nos teatros da Corte sempre recorriam a ela (e ela seria posteriormente desenvolvida na imprensa ilustrada).³⁰ Já não é originalidade dizer que a representação do Brasil pelo indígena e o Indigenismo implicavam a exclusão dos africanos da nação e idealizavam o índio de uma forma que facilitava a marginalização da população indígena.³¹

Conflitos de classe destacam-se em Dia da Independência. Para chamar a atenção às privações sofridas pela população de Salvador, durante a guerra, Agrário inclui um motim contra a carestia no qual o povo brada: “Queremos carne! Queremos farinha! Morra o monopolista”, isto é, D. Manoel. Não sei como essa cena foi recebida no dia 2 de julho de 1858, mas é importante lembrar que apenas quatro meses antes houve o motim de “carne sem osso e farinha sem caroço” na cidade de Salvador.³² Durante a peça, aos poucos se torna claro que D. Manoel é um negociante cuja riqueza foi conquistada às custas do povo, e do seu próprio patrão, quem ele fraudou quando era ainda “um pobre caixeiro que mal ganhava para se alimentar”.³³ Nesses trechos, Agrário condena a carestia e a atribuí-a aos portugueses, que dominavam o comércio, elementos antigos do discurso liberal radical.

Agrário e Amaral Tavares dedicaram seus dramas aos Caixeiros Nacionais, agremiação dos empregados comerciais muito atuante nas comemorações do Dois de Julho. Os caixeiros têm um papel importante na

²⁸ COSTA, “Dois de Julho”, fls. 13r-14r, 30r-31r.

²⁹ TAVARES, Elogio, p. 5-6.

³⁰ KRAAY, Hendrik. Days of National Festivity in Rio de Janeiro, Brazil, 1823-1889. Stanford: Stanford University Press, 2013. p. 237-238.

³¹ TREECE, David. Exiles, Allies, Rebels: Brazil's Indianist Movement, Indigenist Politics, and the Imperial Nation-State. Westport: Greenwood, 2000.

³² MENEZES, “Dia”, fls. 62r-64v (citação, fl. 63v); REIS, João José; AGUILAR, Márcia Gabriela D. de. “Carne sem osso e farinha sem caroço”: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. Revista de História, v. 135, p. 133-159, 2 sem. 1996.

³³ MENEZES, “Dia”, fls. 23v, 55r.



última cena de Tempos da Independência, e em Dia da Independência, Polidoro faz um longo discurso, na presença de Madeira e Ricardo, no qual ele se identifica com os caixeiros e apresenta as suas reivindicações antigas:

Caixeiro, sim também já fui. E o que pensava então, General Madeira? Que o caixeiro nacional nunca passaria da condição degradante, que lhe votavam, sem chegar a ser um dia Senhor? O caixeiro nacional representa uma ideia que se liga à ideia da Independência. É o comércio deste país que consagra para a sua grandeza o dogma da Liberdade! Quem melhor havia de compreender este povo, que se debate nas lutas do monopólio, e que se estorce nas agonias da fome?³⁴

O correspondente baiano do Diário do Rio de Janeiro noticiou que os caixeiros na plateia “aplaudiram freneticamente, agradecidos por tamanha distinção” de ter seu programa apresentado no palco.³⁵

Polidoro vai além e declara que, como brasileiro, artesão, soldado e caixeiro, ele representa:

O povo que se exaspera nas praças, que se levanta do pó, que se emaranha na guerra. [...] Eu sou o povo, às vezes lisonjeado pelos que fazem dele instrumento, outras vezes sacrificado pelos que já empolgaram o poder. General, é chegada a hora da sentença. É preciso compreender que a autoridade não foi criada para máquina de extermínio contra os direitos invioláveis do homem. É preciso compreender, que o povo não se queixa de balde. É preciso compreender, enfim, que a sua vontade é a única soberana.³⁶

Polidoro reclama a Independência para o povo, um desafio à perspectiva de que ela derivou da vontade e da atuação de D. Pedro I ou, na Bahia, da atuação dos senhores de engenho. Aliás, os três teatrólogos destacam a participação popular na luta pela Independência e os seus principais personagens são pessoas humildes ou de origem social modesta. O único senhor de engenho ou comerciante, nos três dramas, é D. Manoel, que se opõe à Independência. Soldados e outros personagens do povo lamentam que os oficiais conquistem toda a glória, enquanto os

³⁴ MENEZES, “Dia”, fls. 65r-v.

³⁵ Correspondência do Diário, Salvador, 7 de julho de 1858, Diário do Rio de Janeiro, 12 de julho de 1858.

³⁶ MENEZES, “Dia”, fls. 65v-66r.



soldados rasos sofrem nas trincheiras e nos postos avançados, e julgam que poucos dos líderes do Exército Pacificador são patriotas verdadeiros.³⁷ Há nisso uma visão bastante radical da luta pela Independência, embora a exclusão de negros e escravos nos obrigue a matizar essa avaliação.

Apesar dos muitos vilões portugueses nesses dramas, há limites à lusofobia presente neles. Os patriotas demonstram muita nobreza para com seus inimigos. Um personagem em *Dia da Independência* explica que os verdadeiros patriotas brasileiros “são aqueles que não apontam para o lugar de seu nascimento, e sim para a grandeza de seu caráter”.³⁸ Josefa perdoa seu pai e Polidoro recusa-se a punir Ricardo, e declara: “No dia Dois de Julho só há uma palavra – a do perdão” – e como observou Elizabeth R. Azevedo, o Madeira, de Amaral Tavares, é “perigoso mas nunca um vilão”.³⁹ O Conde dos Arcos reconhece o direito brasileiro de lutar pela Independência e o Madeira, de Agrário, também ama a liberdade. Não há perdão para Eduardo em Dois de Julho, mas seu castigo é apenas uma humilhação pública, apesar dele ser o mais culpável dos personagens portugueses, por ter assassinado Joana Angélica.

O despotismo português é retratado de uma forma bastante marcada por gênero. Madeira quer conquistar Maria em *Tempos da Independência*, D. Manoel tenta escravizar Josefa em *Dia da Independência*, e Eduardo seduz Maria em *Dois de Julho* ou o jangadeiro, metáforas muito convencionais. O que é interessante, todavia, é que as mulheres resistem e lutam pela sua independência. Josefa foge de casa, procura Labatut e se junta a Polidoro, à testa do povo na rua. Sua nobreza de caráter é ainda maior, quando ela perdoa seu pai. A Maria, de Rodrigues da Costa, oscila entre papéis ativos e passivos. No início da peça, ela declara que quer pegar em armas para lutar pela liberdade, mas, no convento, é uma mulher recatada. Durante a guerra, ela serve de espiã na cidade, mas volta a um papel mais passivo, como a cabocla idealizada da última cena.⁴⁰ A Maria, de Amaral Tavares, aparece, durante a guerra, como Maria Quitéria de Jesus, e Labatut confia-lhe uma missão perigosa, na cidade, para divulgar a propaganda patriótica, mas ela é

³⁷ COSTA, “Dois de Julho”, fls. 49r-51v; MENEZES, “Dia”, fls. 69r-v.

³⁸ MENEZES, “Dia”, fl. 14r.

³⁹ MENEZES, “Dia”, fls. 52r, 102v; AZEVEDO, Elizabeth R. “O drama”. In: *História do teatro brasileiro*, p.112.

⁴⁰ COSTA, “Dois de Julho”, fls. 17r, 25r, 56v, 75v-76v.



presa, o que lhe dá uma oportunidade para rejeitar Madeira, no dia 2 de julho, vestida de “fazenda grosseira” e com um punhal no cinto.⁴¹

Tanto a Maria Quitéria de Amaral Tavares como a de Agrário fogem da verdade histórica de formas bastante interessantes. Vestida de homem, Maria Quitéria de Jesus (1792-1853) assentou praça no Exército Pacificador, em setembro de 1822, serviu com distinção no Batalhão dos Periquitos, mesmo depois de descoberta, e foi reconhecida cadete (em função do status de seu pai). Ela é mencionada por Inácio Acioli, que reproduz o decreto de agosto de 1823, através do qual D. Pedro I lhe conferiu o soldo de alferes como pensão. Essa graça aparentemente incluía o direito de ser tratada de alferes, patente que ela não tinha durante a guerra.⁴² A outra fonte contemporânea sobre Maria Quitéria é o relato de Maria Graham, que conheceu a baiana no Rio de Janeiro, mas não sei se o livro da inglesa era conhecido em Salvador, na década de 1850.⁴³ De fato, os nossos dramaturgos não precisavam dessas fontes para conhecer Maria Quitéria, pois ela viveu em Salvador durante a última década da sua vida (logo depois da guerra, voltara a sua terra natal no sertão).⁴⁴

Agrário tomou muitas liberdades com os fatos históricos, ao retratar sua Maria Quitéria, e, em Dia da Independência, ela e Luiz Lopes, outra figura folclórica da guerra, são amantes. Segundo Inácio Acioli, Lopes era um corneteiro português que se juntou aos patriotas, e na batalha de Pirajá ele tocou erroneamente o “avançar cavalaria” e a “degola”, toques que espantaram os portugueses, que logo bateram em retirada.⁴⁵ O Lopes, de Agrário, é bêbado, comilão, e no início da peça não sabe se é português ou brasileiro. Ele conhece Maria Quitéria em São Paulo, no dia 7 de setembro de 1822. Ela é a verdadeira patriota do casal, fala muito mais do que ele e vive aconselhando-o a parar de reclamar da falta de comida e das outras privações sofridas pelas tropas. Anda sempre armada e declara para um criado de D. Manoel: “Você não sabe o que é uma brasileirinha, quando lhe chega mostarda ao nariz!”, puxa suas pistolas e continua: “Vê isto. É mais fácil eu andar sem comida do que elas sem bala”. Polidoro diz que ela é “uma verdadeira espartana”.

⁴¹TAVARES, Tempos, p. 68-69; p. 80; p. 89; p. 93-95.

⁴²SILVA, Memórias, vol. 2, p. 177, nota 67. Titara também a menciona, Obras, vol. 5, p. 159-60, nota 2.

⁴³GRAHAM, Maria. *Journal of a Voyage to Brazil and Residence there during Part of the Years 1821, 1822, 1823*. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green, 1824. p. 292-293.

⁴⁴REIS JÚNIOR, Pereira. *Maria Quitéria*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953.

⁴⁵SILVA, Memórias, vol. 2, p. 176.



Durante a batalha de Pirajá, Lopes está bêbado, e por isso dá o toque errado. Maria corre atrás dos portugueses, espada em punho, e Luiz segue cambaleando com a corneta na mão.⁴⁶ Antes da batalha, Polidoro diz a Luiz que ele deve se casar com Maria, mas o corneteiro lamenta que ele não passe de “um pobre diabo que acabará de desgostos, embriagado, a pedir esmolas de porta em porta!” A resposta de Polidoro, que seria “eterna vergonha” para o Brasil esquecer seus veteranos da Independência, é uma observação bastante irônica: Acioli escreveu, em 1835, que o “corneta Lopes mendiga hoje o pão que o alimenta, ficando bem depressa no esquecimento a verdade de ser a ele que se deveu esse feliz resultado”, isto é, a vitória na batalha de Pirajá.⁴⁷

Um contraste marcante ao destaque dado a Maria Quitéria nessas duas peças é sua ausência das cenas finais. Não há nenhuma referência a ela, no último ato de Dia da Independência, nem no epílogo de Tempos da Independência. Talvez não seja surpreendente, pois ela também estava ausente das comemorações do Dois de Julho. Depois da sua volta a Salvador, ela não se tornou heroína da mesma forma que Pedro Labatut foi consagrado herói da Independência durante as comemorações de 1848 e 1849.⁴⁸ Ao que parece, seu desafio ao papel feminino convencional – não obstante sua vida recatada pós-guerra – era perigoso demais. Podia ser representado no tablado, de forma obviamente ficcional, mas não podia ser celebrado em outras partes das comemorações. Igualmente, não há nenhum indício de que Maria Quitéria fosse aproximada à cabocla, na forma que Rodrigues da Costa fez em Dois de Julho. Sua Maria era a menos parecida com Maria Quitéria, mas a observação de Maria Graham (desculpe-me a menção a cinco Marias diferentes nestes parágrafos) de que a aparência de Maria Quitéria tinha “fortes características dos índios” sugere que ela podia ter servido como tal símbolo. Como filha de um fazendeiro abastado – contou a Maria Graham que seu pai possuía 26 escravos – não deve surpreender que Maria Quitéria dissesse que seus pais eram portugueses.⁴⁹

Pedro Labatut também recebe um papel proeminente nessas peças. Em Dia da Independência, D. Manoel preocupa-se com esse “homem

⁴⁶ MENEZES, “Dia”, fls. 17r, 72v, 85v.

⁴⁷ MENEZES, “Dia”, fl. 72v; SILVA, Memórias, vol. 1, p. 176.

⁴⁸ Para a presença de Labatut nas comemorações desses anos, ver “Dous de Julho de 1848”, Correio Mercantil (Salvador), 5 de julho de 1848; “O Dia Dous de Julho”, Correio Mercantil (Salvador), 7 de julho de 1848; “O Dia 2 de Julho”, A Marmota (Salvador), 4 de julho de 1849; RUY, Affonso. Dossier do Marechal Pedro Labatut. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960. p. 221-223.

⁴⁹ GRAHAM, Journal, p. 292.



terrível que parece arrancar soldados das entranhas da terra”, e Frei João o escolhe como alvo principal da sua propaganda. André o condena como “esse animal de francês”, em *Tempos da Independência*.⁵⁰ Durante sua reunião com Cochrane, Labatut relata sua carreira militar na França napoleônica, explica sua decisão de buscar “asilo sob o estandarte da liberdade”, nos Estados Unidos, e fala do seu serviço contra o “movimento restaurador”, na Venezuela e em Nova Granada. Declara que “o princípio da liberdade” é seu norte, e depois de saber da tentativa de escravizar Josefa, conclama o povo itaparicano a lutar “contra todos os tiranos da terra”.⁵¹ Depois dessa cena, Labatut desaparece da peça e, portanto, Agrário não comenta o golpe de maio de 1823 contra o general francês.

Liderados pelo coronel Felisberto Gomes Caldeira, os comandantes dos batalhões, estreitamente ligados aos senhores de engenho do Recôncavo, que rejeitaram a atitude autoritária de Labatut, bem como suas tentativas de recrutar escravos, o prenderam e deram o comando do Exército Pacificador ao coronel José Joaquim de Lima e Silva, comandante das tropas do Rio de Janeiro.⁵² Segundo nossos teatrólogos, a independência de Labatut dos senhores baianos selou sua popularidade entre as tropas. Logo depois da sua prisão, o carcereiro lamenta que lhe fosse roubada a glória de comandar a entrada das tropas e Pedro Jorge compara Labatut a Moisés, que apenas viu a terra prometida.⁵³ Em *Tempos da Independência*, Luiz denuncia a conspiração e presença a prisão de Labatut. Ele declara ao major, que prende o general, que o “Brasil reclama de seus filhos toda a união por ter muita força; todo o sangue para conquistar a sua liberdade”.⁵⁴ Tanto ele como Pedro Jorge sugerem que os conspiradores estavam preparando as suas próprias sentenças, uma alusão ao coronel Felisberto, que foi morto por suas tropas em outubro de 1824.⁵⁵

Além de comentar episódios e figuras históricas da época da Independência, os três dramaturgos também construíram argumentos sobre as causas ou as origens da Independência. Para eles, os acontecimentos na Bahia eram centrais à história da independência brasileira. Seus perso-

⁵⁰ MENEZES, “Dia”, fls. 26r, 25r, 50r; TAVARES, *Tempos*, p. 66.

⁵¹ MENEZES, “Dia”, fls. 43v-44v, 48r.

⁵² KRAAY, *Política racial*, p. 186-188.

⁵³ COSTA, “Dous de Julho”, fls. 54v-55r.

⁵⁴ TAVARES, *Tempos*, p. 79-80.

⁵⁵ TAVARES, *Tempos*, p. 77; COSTA, “Dous de Julho”, fl. 56r. Sobre a morte de Felisberto Gomes Caldeira, ver REIS, João José; KRAAY, Hendrik. ‘The Tyrant is Dead!': The Revolt of the Periquitos in Bahia, 1824. *Hispanic American Historical Review*, v. 89, n. 3, p. 416-420, ago. 2009; TAVARES, Da sedição, p. 209-14.



nagens não falam da independência baiana, da autonomia do Rio de Janeiro e de Lisboa, nem do federalismo. Na época em que eles escreviam, a nação brasileira estava firmemente estabelecida, e nenhum deles tinha vivido outro regime político senão o do império brasileiro. O Brasil era sua pátria e a dos seus personagens.⁵⁶ O que queriam era o reconhecimento das lutas baianas no imaginário brasileiro da Independência.

Suas obras apareceram no final da Conciliação ou pouco depois, justamente quando surgiam novas e exaltadas críticas liberais ao regime imperial. Amaral Tavares e Rodrigues da Costa ligam a luta baiana ao movimento republicano pernambucano de 1817. Padre Roma encarrega o jovem Luiz da missão de continuar a luta, no prólogo a *Tempos da Independência*. Luiz declara a Madeira que “eu me chamo o povo baiano” e que os “mártires de 1817 levantam-se do túmulo e inspiram o povo”. Padre Roma é sua inspiração e, à beira da morte, na década de 1850, Luiz espera reencontrar o pernambucano para dar conta da sua missão, e da mesma forma Pedro Jorge continua a luta iniciada por Padre Roma.⁵⁷ Essa visão positiva da revolução pernambucana é um contraste marcante à rejeição do movimento, por historiadores ligados à Corte, como Francisco Adolfo Varnhagen, que na sua *História geral do Brasil (1854-57)*, confessa que preferia nem falar dela: “É um assunto para o nosso ânimo tão pouco simpático que, se nos fora permitido passar sobre ele um véu, o deixaríamos fora do quadro que nos propusemos traçar”.⁵⁸

A Inconfidência Mineira é muito menos presente nos três dramas. Há apenas uma referência a ela, quando Padre Roma diz a Luiz que deve ser um herói como Tiradentes que se sacrificou pela pátria.⁵⁹ Amaral Tavares foi mais longe, no seu *Elogio dramático*; não só liga a conspiração de 1789 e a rebelião de 1817, mas acresceu a Confederação do Equador de 1824. Na sua exposição dos males do Despotismo, *Letras* explica:

Dir-te-ei, contudo, que ele fez com a vida

⁵⁶ Sobre esses aspectos da formação da nação brasileira, ver BARMAN, Roderick. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988. p. 235.

⁵⁷ TAVARES, *Tempos*, p. 18-19, p. 49, p. 50, p. 81, p. 110; COSTA, “Dous de Julho”, fls. 12r, 22r.

⁵⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854-57, vol. 2, p. 373. Ver também GUIMARÃES, Lúcia Maria Pascoal. *Entre a Monarquia e a República: A Revolução Pernambucana de 1817 e suas representações no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. In: LESSA, Maria Leite; FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. (Orgs.). *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008. p. 152-161.

⁵⁹ TAVARES, *Tempos*, p. 18.

Pagar o amor da terra, em que nasceram,
O ilustre Caneca, o padre Roma,
O Tiradentes, o poeta Claudio,
Que nas prisões morreu; o grande Andrada
Os fortes pulsos nas algemas teve.
E será teu amigo quem tortura
Assim seus irmãos?

O Brasil responde que quer “embeber nesse tigre as minhas setas”.⁶⁰ A rejeição da Inconfidência por Varnhagen, que a critica como um movimento que pôs em risco a integridade territorial do Brasil, é bastante conhecida.⁶¹

Dessa maneira, os três teatrólogos participaram do projeto liberal de construir uma história patriótica do Brasil, que não atribuía a Independência e a criação da nação apenas aos atos de D. Pedro I. Posteriormente, essa interpretação liberal exaltada (ou liberal histórica) serviria de base à história republicana da Independência, que via o regime imperial como um desvio no caminho à liberdade republicana.⁶² A visão exaltada da Independência dos teatrólogos liga os seus dramas à tradição radical que deu origem à festa do Dois de Julho, e os apelos a 1817 e 1824 chamam a atenção para as conexões entre Bahia e Pernambuco, que moldaram tanto a luta de 1822-23 como a compreensão posterior do significado dela, conexões que ainda carecem de estudos aprofundados.⁶³ Como a Confederação do Equador ocorreu depois do Sete de Setembro, era muito mais difícil incorporá-la à história liberal ou republicana da Independência. A presença restrita da Inconfidência Mineira nesses dramas é um indício de que ainda não havia se tornado, pelo menos para os baianos, um precursor importante da Independência.

Para os nossos dramaturgos, o Dois de Julho comemorava a independência brasileira. No primeiro ato de Dia da Independência, Agrário estabelece uma estreita conexão entre o Brasil e a Bahia. Sua Maria Quitéria declara que está à procura de um grande homem a quem jurará

⁶⁰ TAVARES, Elogio, p. 14-15.

⁶¹ VARNHAGEN, Historia, vol. 2, p. 269-82. Ao que parece, a Conspiração dos Alfaiates era ou pouco conhecida, ou por demais radical, para ser incluída como precursora da Independência. Nesse ponto, os nossos teatrólogos compartilhavam a avaliação do futuro Visconde de Porto Seguro, VARNHAGEN, Historia, vol. 2, p. 292-295.

⁶² Trato dessas questões em KRAAY, Days, p. 140-142; p. 166-175.

⁶³ O único estudo a respeito que conheço é PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. Pernambuco nas lutas emancipacionistas da Bahia em 1822-1823. Recife: Typographia do “Jornal do Recife”, 1900.



lealdade, depois da qual irá à Bahia, “onde mais se deve lutar pela causa da Independência” (o Padre Roma, de Amaral Tavares, também vaticina a futura importância da Bahia).⁶⁴ O D. Pedro, de Agrário, todavia, é o príncipe liberal que vai “libertar os pequenos”, não o imperador autoritário condenado pelos exaltados de 1830 e 1831. Polidoro assevera que apenas D. Pedro possa levantar o grito, que “repercutirá do Amazonas ao Prata”, e o futuro imperador declara que seu lema será “Independência, Liberdade ou Morte”, não só a “Independência ou Morte” do Grito do Ipiranga.⁶⁵ Da mesma forma, antes do ataque de 3 de junho de 1823, Pedro Jorge lidera as tropas em vivas ao imperador, à liberdade, e à independência brasileira.⁶⁶ Essa visão radical do primeiro imperador chama a atenção para a mistura de liberalismo e de tendências autocratas na sua atuação e nas posteriores interpretações dele.⁶⁷

Em cada drama, a ligação entre a Bahia e o Brasil é destacada na cena final, que é sempre um tipo de quadro vivo, encenado aos sons de música patriótica. Diante dos caboclos, Luiz e o povo dão vivas ao Dois de Julho, à constituição política brasileira, ao povo baiano e às suas majestades imperiais. Em *Tempos da Independência*, o pano cai ao som do Hino Nacional.⁶⁸ A peça de Agrário termina com a apresentação do “estandarte auriverde”, Polidoro e o povo saúdam “o imortal dia Dois de Julho de 1823” e dão vivas à independência brasileira e ao “povo brasileiro”, tudo também ao som do Hino Nacional.⁶⁹ Rodrigues da Costa não indica a música para a sua cena final, na qual se destaca o contraste entre a liberdade e o despotismo.⁷⁰ Embora o Elogio termine com o Hino ao Dois de Julho, ele é cantado perante os retratos das suas majestades imperiais, e Dois de Julho diz ao Brasil que ele é livre.⁷¹ Enfim, o que queriam os três teatrólogos era o reconhecimento da importância da luta baiana para a independência brasileira. O Brasil era a sua pátria e a dos seus personagens. O que queriam era não só o reconhecimento da luta baiana, mas também um regime político mais liberal. Seus personagens lutaram não só pela Independência, mas também pela liberdade. No epílogo de *Tempos da Independência*, Luiz lamenta que a realidade

⁶⁴ MENEZES, “Dia”, fl. 4v; Tavares, *Tempos*, p. 19.

⁶⁵ MENEZES, “Dia”, fls. 12r, 14v, 15v.

⁶⁶ COSTA, “Dous de Julho”, fl. 64v.

⁶⁷ LUSTOSA, Isabel. D. Pedro I. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 226; p. 304-305; p. 324-325.

⁶⁸ TAVARES, *Tempos*, p. 113-114; p. 116-117.

⁶⁹ MENEZES, “Dia”, fls. 102v-103r.

⁷⁰ COSTA, “Dous de Julho”, fls. 75v-76v.

⁷¹ TAVARES, *Elogio*, p. 18.



da década de 1850 seja muito aquém das esperanças de 1822-23, mas está satisfeito por ter lutado pela “independência da pátria”.⁷²

A idade de ouro dos dramas histórico-nacionais baianos durou pouco tempo e, em meados da década de 1860, os nossos três teatrólogos dispersaram-se. Agrário faleceu repentinamente, em agosto de 1863, no seu próprio camarote, no Teatro de São João, durante o aplauso a um espetáculo circense; Rodrigues da Costa mudou-se para o Rio de Janeiro e faleceu em Macaé, em 1870; Amaral Tavares também mudou-se para a Corte, durante a Guerra do Paraguai, onde foi empregado do Ministério da Marinha e voltou à Bahia depois da guerra.⁷³ *Tempos da Independência*, o único desses dramas a ser publicado na época, é também o único a ser representado posteriormente, no dia 2 de julho de 1877.⁷⁴

Os teatrólogos baianos, como muitos dos que festejavam anualmente o Dois de Julho, apresentaram argumentos sobre o significado da Independência (tanto na Bahia como no Brasil), sobre a nação em que viviam, e sobre a sua sociedade. Representaram seus ideais liberais e, por vezes, radicais, no palco. Excluíam os escravos da nação, reclamavam a soberania popular, e celebravam heróis populares como Maria Quitéria, Luiz Lopes e Pedro Labatut. Apelavam diretamente aos Caixeiros Nacionais e ao seu desejo de nacionalização do comércio a retalho. Eram alguns dos primeiros brasileiros a sustentarem que a revolução pernambucana de 1817 e mesmo a Inconfidência Mineira deveriam ser reconhecidas como precursoras de uma independência liberal e radical, conquistada pelo povo, e não só por D. Pedro I e as camarilhas da Corte ou pelos senhores de engenho baianos. Para eles, a verdadeira independência brasileira era a baiana, que o povo conquistou no dia 2 de julho de 1823.

RESUMO

⁷² TAVARES, *Tempos*, p. 110. Essa interpretação do drama é de ALVES, Lizir Arcanjo. “Constantino do Amaral Tavares e o drama histórico na Bahia.” In: Tavares, *Tempos*, p. xi.

⁷³ SACRAMENTO BLAKE, *Diccionario*, vol. 1, p. 205-206; vol. 2, p. 135.

⁷⁴ “Dous de Julho”, *Correio da Bahia* (Salvador), 4 de julho de 1877.



Este capítulo analisa três dramas e um elogio dramático, encenados durante as comemorações do Dois de Julho, entre 1857 e 1861. Escritas por Antônio Joaquim Rodrigues da Costa, Agrário de Souza Menezes e Constantino do Amaral Tavares, as peças faziam parte do projeto romântico de criar um teatro histórico nacional e do projeto de literatos baianos de contestar a dominação cultural da Corte. Através das peças, os teatrólogos destacaram a importância da luta baiana como parte integral da história da Independência brasileira. Liberais, eles também enfatizaram a participação popular na luta – inclusive a participação de mulheres – mas sua visão da sociedade baiana excluía a presença negra.

Palavras-chave: Teatro. Independência. Antônio Joaquim Rodrigues da Costa. Agrário de Souza Menezes. Constantino do Amaral Tavares.

BIOGRAFIA:

Hendrik Kraay é professor de história na Universidade de Calgary. É autor de *Race, State, and Armed Forces in Independence-Era Brazil: Bahia, 1790s-1840s* (Stanford University Press, 2001), traduzido como *Política racial, Estado e forças armadas na época da Independência: Bahia, 1790-1850* (Editora Hucitec, 2011), e *Days of National Festivity in Rio de Janeiro, Brazil, 1823-1889* (Stanford University Press, 2013).



Seminário Internacional
Independências nas Américas
190 anos da Independência do Brasil na Bahia

APOIO



Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local (PPGHR)



UFBA
Universidade Federal da Bahia

CENTRO DE CULTURAS
POPULARES E IDENTITÁRIAS

dimas

REALIZAÇÃO



SECRETARIA DE CULTURA

